



Pedro Matos

Dinâmicas de Povoamento no Concelho de Santa Comba Dão: do Período Romano à Idade Média

Dissertação de Mestrado em Arqueologia e Território, na área de especialização em Arqueologia Medieval e Moderna, orientada pela Doutora Helena Catarino, apresentada ao Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Setembro de 2018



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Faculdade de Letras

Dinâmicas de Povoamento no Concelho de Santa Comba Dão: do Período Romano à Idade Média

Ficha Técnica:

Tipo de trabalho	Dissertação
Título	Dinâmicas de povoamento no Concelho de Santa Comba Dão: do período Romano à Idade Média.
Autor	Pedro José Macedo de Matos
Orientadora	Doutora Helena Maria Gomes Catarino
Júri	Presidente: Doutor Pedro Jorge Cardoso Carvalho
	Vogais:
	1 Doutor Ricardo Jorge Costeira da Silva
	2 Doutora Helena Maria Gomes Catarino
Identificação do Curso	2º Ciclo em Arqueologia e Território
Área científica	Arqueologia
Especialidade/Ramo	
Data da defesa	24/10/2018
Classificação	19 valores

Ao meu pai, por duvidar;
À minha mãe, por acreditar;
Á Anamélia, por acompanhar.

RESUMO

O desenrolar deste trabalho deveu-se, em primeiro lugar, a tentar perceber melhor a evolução do povoamento entre a época romana e a Idade Média no território beirão, junto à confluência dos rios Mondego, Dão e Criz, demarcado pelos limites do concelho de Santa Comba Dão. Procurou-se, portanto, colmatar algumas das lacunas no que respeita aos trabalhos arqueológicos aqui quase inexistentes, dando por isso, relevo em igual medida aos sítios identificados e aos materiais aí encontrados. As pesquisas de campo e a análise material foram os trabalhos arqueológicos que, somados à compilação histórica, historiográfica e toponímica, deram corpo à dissertação que agora se apresenta.

Realizada inicialmente uma breve contextualização histórica do território em estudo ao longo do período que nos ocupa, passaremos depois à apresentação dos seus sítios arqueológicos, sendo especialmente destacadas aquelas estações inéditas ou, até ao momento, não inseridas na base de dados oficial (Endolvélico) da Direcção Geral do Património Cultural (DGPC), não descurando, ainda, da atualização dos dados já registados por meio da visita às estações inventariadas.

De seguida, apresentaremos a metodologia e resultados dos trabalhos de análise material, através do qual foram catalogados e estudados artefactos arqueológicos obtidos, tanto nos nossos trabalhos de prospecção, quanto recolhidos em escavações antigas, tendo sido essa, essencialmente, a ferramenta que nos permitiu a realização de aproximações cronológicas aos arqueossítios apresentados.

Finalmente, através da aplicação de modelos de povoamento antigo, tentaremos descortinar os padrões e evolução da ocupação no território analisado, assim como os traçados, ora comprovados, ora hipotéticos, da rede de caminhos responsável pela mobilidade dos grupos humanos em estudo.

Palavras-Chave: Época Romana; Idade Média; Povoamento; Santa Comba Dão; Território.

ABSTRACT

The development of this work was due, first, to a better understanding of the portuguese Central region (Beira Alta), crossed by the rivers Mondego, Dão and Criz, bounded by the limits of Santa Comba Dão county, between Roman and Medieval times, seeking to fill some of the gaps with regard to the archaeological works, here almost non existent, thus giving relief in equal measure to the identified archaeological sites as well as it's artifacts. Field research and material analysis were the archaeological works that, combined with the historical, historiographic and toponymic compilation, gave substance to the dissertation now presented.

The structure of this work rests, initially, in a brief historical contextualization of the territory under study, throughout the period we are dealing with. After, will be presented its archaeological sites, especially those that remain unpublished, meaning, not included in the official database (Endolvélico) of the Directorate General of Cultural Heritage (DGPC), not neglecting the updating of the data already registered, performed by the revisit of the inventoried sites.

Hereafter, will be presented the methodology and results of the material analysis work, wherewith archaeological artifacts obtained in prospecting campaigns, and in past excavations were cataloged and studied. This work of analysis consists, essentially, of the tool that allowed us to make chronological approximations to the presented archaeological sites.

Lastly, through the application of old settlement models, we will try to identify the patterns and evolution of the occupation in the analyzed territory, as well as the tracings, either certain or hypothetical, of the ancient roads network responsible for the mobility of human groups under study.

Keywords: Roman Times; Middle Ages; Settlement; Region; Santa Comba Dão.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Professora Doutora Helena Catarino, cujo agradecimento não se prende ao mundo académico, e nem poderia, já que em incontáveis momentos “subiu” o Mondego, quer para conduzir as prospecções, quer para assumir um papel central no que se refere à valorização do património arqueológico do concelho, ou nas palavras do senhor Presidente da Câmara, por ter “apadrinhado Santa Comba Dão”.

Ao Presidente da Câmara Municipal de Santa Comba Dão, Dr. Leonel Gouveia, que desde o início, acreditou no projecto e disponibilizou, sempre que foi preciso, todos os meios necessários para a consecução das tarefas de campo.

Ao Dr. João Tomás, então, o vereador da cultura, por ter assumido sem hesitação a responsabilidade pelo meu estágio profissional, por ter dado o “pontapé de saída” para a criação da Associação de Estudos do Baixo Dão, e é claro, pelo seu contagiante entusiasmo.

À Dra. Emília Laje, minha orientadora de estágio profissional, que pelos seus contactos e conhecimentos foi um verdadeiro “catalizador” na identificação de boa parte dos sítios arqueológicos agora apresentados.

Ao Sr. Pedro Cruz, presidente da Junta de Freguesia de São Joaninho, arqueólogo de coração, a quem devo a identificação de todos os sítios arqueológicos registados nesta zona.

Aos Srs. Presidentes da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Óvoa e Vimieiro, José Rui e Rui de Oliveira, por ter permitido o acesso e o estudo do espólio material do Patarinho 3.

Ao Sr. Vice Presidente da Câmara Municipal e atual vereador da cultura, Joaquim Agostinho Marques, pelo apoio que tem dado, nos últimos meses, à divulgação e valorização do património histórico e arqueológico municipal.

Ao Pedro Baptista, grande amigo e colega de andanças nesta árdua profissão; à incansável Eunice Dionísio, pelo apoio fundamental em tudo o que se refere à Biblioteca do Instituto de Arqueologia, Secção de Arqueologia da FLUC; e a todos os amigos de Coimbra, para os quais tenho andado distante, mas espero que compreendam e que rápido retomemos a nossa convivência.

Às minhas “professoras de escavação”, Inês Vaz Pinto, Ana Patrícia Magalhães e Patrícia Brum; ao Professor Doutor Marcos Osório, pela valiosa ajuda na criação dos mapas que agora

apresentamos; ao Professor Doutor Ricardo Costeira Silva, por ter permitido consultar a sua recente tese de doutoramento, ainda por publicar.

Ao meu tio, António Maria de Matos, por ter, na sua juventude, registado monumentos e peças de grande valor arqueológico, dos quais alguns deram fundamento a importantes leituras cronológicas e ocupacionais de determinados sítios doravante apresentados.

Aos senhores: Padre Carlos Casal, Sérgio Oliveira, Ludgero Matos, Pedro Costa e António Relvas, por terem permitido e estimulado o acesso às suas propriedades, ou sob a sua tutela.

Aos Professores António Neves e ao José Morais Branquinho, cujos contributos foram demasiados para serem resumidos num parágrafo, e sem os quais dificilmente teríamos chegado às conclusões a que chegamos.

Ao Rui Santo, pelas imagens aéreas captadas por *drone*; ao Carlos Morais, pela exaustiva compilação dos documentos medievais relacionados com Santa Comba Dão, da qual fizemos exaustiva utilização ao longo deste trabalho.

A toda a minha família e amigos, de aquém e além-mar, responsáveis por tudo o que fiz e o que sou.

ÍNDICE

1.	Apresentação do Trabalho	1
2.	O Espaço e o seu Estudo	3
2.1.	Enquadramento Geográfico	3
2.2.	História da Investigação Arqueológica	6
3.	A Investigação	9
3.1.	Objectivos	9
3.1.1.	Objectivo Principal	9
3.1.2.	Objectivos Secundários	10
3.2.	Metodologia	11
3.3.	Aproximação aos Documentos Históricos	15
3.4.	Apresentação dos Sítios Arqueológicos	16
4.	O Tempo	18
4.1.	O Período Romano: um território entre <i>civitates</i>	18
4.2.	Da Época Romana à Alta Idade Média	21
4.3.	Das <i>Villas</i> Alto-Medievais à Baixa Idade Média	24
5.	Os Sítios Arqueológicos	28
5.1.	O Património não Inventariado	28
5.1.1	Espaços Funerários	28
5.1.1.1.	Sepulturas da Azenha	30
5.1.1.2.	Lajes do Oregal	32
5.1.1.3.	Catraia	32
5.1.1.4.	Sepultura da Amieira	32
5.1.1.5.	Silvares 2	33
5.1.1.6.	Sepultura da Roda	33
5.1.1.7.	Sepulturas do Coturo	34
5.1.2.	<i>Habitats</i> , Estruturas Defensivas e Espaços Religiosos	34
5.1.2.1.	São Jorge	35

5.1.2.2.	Regada	36
5.1.2.3.	Couto do Mosteiro	36
5.1.2.4.	Igreja de Santa Maria	38
5.1.2.5.	Quinta do Barão	39
5.1.2.6.	Gestosinha	39
5.1.2.7.	Castelejo	40
5.1.2.8.	Roda 2	40
5.1.2.9.	Coturo 2	41
5.1.2.10.	Abadia 2	41
5.1.3.	Estruturas Artesanais e Outras	42
5.1.3.1.	Real	42
5.1.3.2.	Lagar de Casal Maria	42
5.1.3.3.	Lagar de Vila de Barba	43
5.1.3.4.	Lagar de Vila Dianteira	43
5.1.3.5.	Alto do Santo	43
5.1.4.	Marcos e Vestígios de Caminhos Antigos	44
5.1.4.1.	Cavada	46
5.1.4.2.	Estrada de São Jorge	46
5.1.4.3.	Penedo da Laje Grande	46
5.1.4.4.	Fraga	47
5.1.4.5.	Ponte da Barroca de São Miguel	47
5.1.4.6.	Calçada do Vimieiro	47
5.1.5.	Abrigos	48
5.1.5.1.	Vale de Amieiro	49
5.1.5.2.	Vale de Amieiro 2	49
5.1.5.3.	Aldrogão	49
5.1.5.4.	Avessada	50
5.1.5.5.	Pocinhas	50
5.1.6.	Vestígio Descontextualizado: Pedraires	50
5.2.	O Património Inventariado Revisitado	51
5.2.1.	Nossa Senhora da Assunção	51
5.2.2.	Santa Comba Dão	52
5.2.3.	Silvares	52

5.2.4.	Regueiras	52
5.2.5.	São João de Areias	52
5.2.6.	Lavoura ou Alqueives	53
5.2.7.	Quinta do Mascote	53
5.2.8.	Vimieiro	53
5.2.9.	Patarinho	54
5.2.10.	Patarinho I	54
5.2.11.	Patarinho 2	54
5.2.12.	Patarinho 3	54
5.2.13.	Abadia	55
5.2.14.	Lapa	55
5.2.15.	Lapa I	55
6.	Estudo dos Materiais	56
6.1.	Os Materiais do Patarinho 3	57
6.1.1.	Peças Importadas	59
6.1.2.	Cerâmica Comum	63
6.1.3.	Apanhado Final	75
6.2.	Os Materiais de Prospecção	78
6.2.1.	Cerâmicas Romanas	78
6.2.2.	Cerâmicas da Antiguidade Tardia e Alta Idade Média	80
6.2.3.	Cerâmicas da Plena e Baixa Idade Média	83
7.	Compilação e Discussão dos Dados	89
7.1	A Ocupação Romana: padrões e propostas	89
7.2.	Antiguidade Tardia: vestígios e contornos de ocupação	93
7.3.	Alta Idade Média: topónimos e vestígios arqueológicos	97
7.4.	O Povoamento e as Sepulturas Rupestres	102
7.5.	As Fortificações e o Povoamento na Plena Idade Média	109
7.6.	Caminhos Antigos: propostas e traçados	111
7.6.1.	Caminhos Romanos	112
7.6.2.	Caminhos Medievais	114

8.	Considerações Finais	119
8.1.	Observações Científicas	119
8.2.	Balanço do Impacto Social	125
9.	Bibliografia	127
10.	Cartografia Consultada	146
11.	Recursos <i>online</i>	146
	Índice de Anexos	148

I. APRESENTAÇÃO DO TRABALHO

O trabalho que agora se apresenta consiste no levantamento e análise do património arqueológico romano, tardo-antigo e medieval do município de Santa Comba Dão, realizado no âmbito da dissertação de Mestrado em Arqueologia e Território, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC), levado a cabo entre Setembro de 2016 e Junho de 2018, sob a orientação da Professora Doutora Helena Maria Gomes Catarino.

Através do levantamento das estações arqueológicas desconhecidas pela comunidade científica e da análise dos dados já registados, será realizado um ensaio acerca das dinâmicas de ocupação e evolução do povoamento dentro dos nossos limites espaciais, desde as *villae* alto-imperiais às *villas* e *villares* medievais, e ainda, tentaremos descortinar parte da trama de caminhos coeva à escala local e regional.

Em termos estruturais, a presente dissertação encontra-se dividida em três partes, sendo a primeira (capítulos 1 a 4) de cariz introdutório, onde serão apresentadas as balizas cronológicas e espaciais que foram alvo do nosso estudo, bem como a metodologia utilizada na sua realização; a segunda, de cariz expositivo (capítulos 5 e 6), contém o resultado das pesquisas de campo e análise material; a terceira e última (capítulos 7 e 8), de contornos interpretativos, corresponde fundamentalmente à compilação e discussão de toda a informação arqueológica, histórica e historiográfica que logramos registar e reunir no decorrer desta investigação, finalizando com a avaliação do impacto social do nosso trabalho dentro da comunidade santacombadense.

Este, em termos práticos, começou com um estágio realizado na Câmara Municipal de Santa Comba Dão, entre maio e novembro de 2017, cujo objectivo principal foi o levantamento do património cultural material do município, tendo em vista a sua salvaguarda, valorização e divulgação. Neste período, os primeiros três meses (maio a agosto) evoluíram ao abrigo do Programa de Bolsas Santander Universidades, numa parceria entre a Universidade de Coimbra, sob a orientação académica da Dra. Helena Catarino; a Câmara Municipal de Santa Comba Dão, sob a orientação de estágio da Dra. Emília Lage; e o banco Santander. Os três últimos meses decorreram sob a mesma orientação e com os mesmos objectivos, entretanto, com apoio do programa de

Ocupação de Tempos Livres (OTL) promovido pelo Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ).

Antes de dar início aos trabalhos inerentes ao estágio referido e salvaguardando o facto de ser aluno de 2º ciclo com licenciatura (1º ciclo) realizada pelo modelo Bolonha, portanto, enquadrado na letra E do Artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 164/2014 (Regulamento de Trabalhos Arqueológicos), tivémos por premissa a elaboração de um projecto, desenvolvido sob orientação científica da Doutora Helena Catarino, através do qual foi submetido um Pedido de Autorização para Trabalhos Arqueológicos (PATA), guiados pelos elementos instrutivos do seu Artigo 7.º O projecto, intitulado “O povoamento tardo-antigo e medieval do concelho de Santa Comba Dão: relocalização de sítios classificados e registo de sítios inéditos”, obteve parecer favorável, emitido pela Direcção Regional de Cultura do Centro, em 04/05/2017¹, a partir do qual foi-nos permitido desenvolver “trabalhos de prospecção de carácter não intrusivo”, conforme o previsto no Regulamento de Trabalhos Arqueológicos.

Em inícios de 2018, concluída a fase dos trabalhos de campo, portanto, de inventariação dos sítios arqueológicos e demais zonas de interesse patrimonial², demos início à análise e tratamento da informação recolhida, agora, em contexto extritamente académico. Este processo, pese embora o facto de, em nosso julgamento, ter trazido alguma luz para a compreensão no povoamento antigo no baixo vale do Dão, acabou por deixar patente o muito que ainda há por conhecer acerca do mundo rural beirão, compreendido, grosso modo, entre o rio Mondego e a serra do Buçaco, desde os inícios da nossa Era até a época Moderna. Posto isto, debrucemo-nos, por ora, sobre uma fração desta zona onde está inserido o município de Santa Comba Dão.

¹ Processo nº: DRC / 2017 / 18 – 14 / 112 / PATA / 8337 (C. S: 158063).

² Refere-se, entre outras estações: as azenhas (mencionadas pontualmente mais abaixo), os solares, capelas e igrejas que, não sendo objecto directo deste trabalho, foram inventariadas para efeitos de salvaguarda e valorização do património cultural material concelhio.

2. O ESPAÇO E SEU ESTUDO

O concelho de Santa Comba Dão está localizado no sul do distrito de Viseu (**Mapa - I:1**), com pouco mais de 11 mil habitantes e um território de 112 km² dividido em seis freguesias: Pinheiro de Ázere; União de Freguesias de Óvoa e Vimieiro; São João de Areias; União de Freguesias de Treixedo e Nagosela; União de Freguesias de Santa Comba Dão e Couto do Mosteiro; São Joaninho (**Mapa - I:2**).

Antes de mais, importa esclarecer a terminologia utilizada ao longo deste trabalho. No que diz respeito aos espaços doravante referidos tendo em conta a sua organização geo-política actual, em escala ascendente, por “Baixo Dão” designaremos genericamente o vale do rio Dão a partir da zona de Póvoa do Dão (Viseu), onde passa a correr abaixo dos 200 m de altitude. Por “Santa Comba Dão” será referido o espaço concelhio, designação que precedida por “vila” fará referência apenas à povoação onde está a sede do município³.

No que se refere aos sítios arqueológicos, entenda-se por património “inventariado”, aquelas estações já inseridas na base de dados oficial da Direcção Geral do Património Cultural (DGPC) quando começamos o nosso trabalho, e por “não inventariado”, o conjunto de sítios que, não sendo todos inéditos, encontram-se, até ao momento, fora desta base de dados (Endovélico).

2.1. ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO

Como “Beira quer já de si dizer beira da Serra” (TORGA, 2010: 53), o espaço ora apresentado está, pois, na “grande superfície de aplanção localizada entre as Serras do Caramulo e da Estrela” (TEIXEIRA, *et alli.*, 1961: 8), que “constitui uma das maiores «portas» da História portuguesa, permitindo a passagem de Norte para Sul e do interior da Meseta para o litoral ocidental, dando acesso directo a Viseu e a Coimbra” (TENTE, 2017: 20).

Conforme afirmou J. Alarcão, esta grande plataforma beirã é limitada “a sudeste pela Serra da Estrela; a ocidente, a Gralheira, o Caramulo e o Buçaco; a norte, as alturas

³ Santa Comba Dão atingiu o estatuto de Cidade em 1999.

de Montemuro, de Leomil e da Lapa. Oscila entre os 400 e os 700 metros, fendido pelos vales do Mondego, Dão, Vouga e Paiva, naturais saídas para o litoral, o vale do Douro e os planaltos da Guarda e de Pinhel. A sudoeste, as terras afundam abaixo de 400 m” (ALARCÃO, 1989: 305).

Está, precisamente, nestas “terras fundas” o município de Santa Comba Dão (**Mapa - IV**), de topografia marcadamente aplanada com uma altimetria que oscila entre 119 - 314 m. O seu território é banhado por três linhas hidrográficas principais, designadamente os rios Mondego, Criz e Dão.

Este último, que deu nome à terra (**Fig. I: 1**), atravessa-a de nordeste a sudoeste, vindo de Aguiar da Beira (Guarda), desagua hoje na albufeira da barragem da Agueira depois de percorrer cerca de 90 km. É o maior afluente do Mondego, um rio “típico de planalto, de curso complicado mas sem grandes declives” (GIRÃO, 1941: 151). Nas terras de Santa Comba Dão “vem prestar menagem ao suzerano, depois de, no canto Nordeste do Planalto, como súbdito fiel, ter lutado com alguns da sua mesnada contra a usurpação levada a cabo pelos tributários do Douro” (MARTINS, 1940: 80). Em termos económicos, consiste num rio de boa pesca, de lampreias, sável, barbo, solhas, enguias e bogas (BRANQUINHO, 2010: 9). Ao entrar em Santa Comba Dão, eram nele “abundantes os açudes e os caneiros que, para além de reterem a água para o funcionamento dos moinhos, entre a primavera e o outono, eram usados como locais para a colocação de armadilhas para pescar a lampreia” (*ibidem*: 10).

O Mondego, por sua vez, traça a extrema do concelho a sul e sudeste, respectivamente, com os municípios de Penacova e Tábua, ambos no distrito de Coimbra. O limite oeste com o concelho de Mortágua fica a cargo do rio Criz, que vindo da serra do Caramulo é o último afluente do Dão, e que por ter águas mais frias presta-se à pesca da truta (*ibidem*: 9).

As extremas com os concelhos de Tondela (a norte) e Carregal do Sal (a leste) consistem em linhas artificiais, excepto em Nagosela, onde é delimitada por um pequeno trecho do Dão. Marcadamente em Santa Comba Dão, os vales do Dão e Mondego bem como o trecho final do Criz foram drasticamente afectados pela construção da barragem da Agueira, em 1973, cujo impacto maior no património arquitectónico talvez tenha sido o desaparecimento da aldeia de Foz do Dão e da Ponte Salazar (**Fig. II**).

Ao contrário destas três linhas hidrográficas principais, com “*margens infrutíferas sendo pedras o que mais produzem*” (MARTINS, 2014: 46), os diversos ribeiros concelhios desempenharam um papel vital à exploração rural e ao povoamento antigo, como veremos ao longo deste trabalho. De momento, destacamos o vale do ribeiro de Santa Comba (**Fig. I: 2**), afluente do Dão nascido nas terras de São Joaquinho, as mais elevadas do município, “*nam só por nunca sequear (...) mas também pelos muitos engenhos de muinhos e lagares que nella tem os seus habitantes*” (*ibidem*: 45). Conforme observou Pinho Leal (1873 – 1890: 364), “*suas margens, que em parte são cultivadas e em parte cobertas de viçoso arvoredo, são muito amenas e férteis*”.

Em termos de geomorfologia, Santa Comba Dão encontra-se sobre o Maciço Antigo⁴, na zona de contacto da grande plataforma granítica que domina quase integralmente o quadro geológico da Beira Alta, com as formações xistosas encaixadas entre o granito e as bacias sedimentares Terciário-quadernárias da orla ocidental (BRITO, 1997: 30). Na área em estudo, o granito de grão grosso, rico em minerais máficos (ferro-magnesianos) que lhe confere uma tonalidade ferruginosa mais escura, predomina no território a norte do Dão até ao vale do Criz. Esta rocha, muito grosseira, também chamada “granitão” (TEIXEIRA, *et alii*, 1961: 17), ocupa grande parte da zona granítica em Santa Comba Dão, embora com “pequenas variações locais de fácies e envolvendo diferenciações texturais mais ou menos extensas” (*idem*).

No lado oeste do concelho entramos nas formações de xisto, “em que o Criz e afluentes abriam (...) vales profundos e sinuosos” (*ibidem*: 12), numa estreita faixa junto deste rio, com marcada expansão no entre Dão e Mondego (**Mapa - III**). Aqui, o “xisto mosqueado (...) contém, como minerais essenciais, sericite, clorite, biotite e moscovite, a que se juntam porfiroblastos de andaluzite” (*idem*). Desta forma, estando Santa Comba Dão em zona de contacto, podemos observar no seu território, tanto as habitações em granito com “um ar, ao mesmo tempo, severo e forte” (MARTINS, 1940: 134 e 145), quanto, em menor número, as casas de xisto “em lascas bem mais pequenas” (*idem*), concentradas principalmente nas aldeias de São Jorge e Chamadouro, ambas nas proximidades da margem esquerda do Criz.

⁴ Formação de rochas eruptivas e metamórficas que cobre cerca de sete décimos de Portugal continental (BRITO, 1997: 29).

Em determinados sítios, tanto na plataforma granítica quanto em zona xistosa, cristais de quartzo à superfície denunciam a presença de filões que estariam, possivelmente, associados à exploração mineira. Pelo menos um destes filões encontra-se cartografado⁵, designadamente o que se estende do Chamadouro (U. F. de Óvoa e Vimieiro) até ao morro do acampamento romano-republicano da Lomba do Canho, em Arganil, entre Secarias e Alagoa. Em território santacombadense, junto ao referido filão, no sul do concelho (zona da freguesia de Pinheiro de Ázere), estão depósitos de arenito e cascalheira numa zona onde, conforme será desenvolvido em momento oportuno, pelo menos já no século XII serviria de barreiros (**Mapa - III**).

2.2. HISTÓRIA DA INVESTIGAÇÃO ARQUEOLÓGICA

O património cultural material de Santa Comba Dão, embora apenas a partir dos anos oitenta do século passado ter sido alvo de estudos arqueológicos, há muito começou a ser documentado por historiadores, investigadores ou entusiastas locais. Em finais do século XIX, Pinho Leal (1873 -1890: 1450) no último volume do seu *Portugal Antigo e Moderno*, em publicação póstuma, foi o primeiro a registar sepulturas rupestres na zona em estudo, designadamente junto à Igreja Matriz do Vimieiro, à qual faremos referência mais à frente. Ainda em 1890, em artigo de autoria anónima, publicado no semanário “O Dão” (nº 26 de 26 de janeiro), foi divulgada a sepultura, possivelmente tardo-antiga, doravante apresentada como “Sepultura da Catraia”.

Em maio de 1933, o semanário “Beira Dão” (nº 49), no seu primeiro ano de publicação, deu conta das descobertas de António Simões Cravo de Lima, funcionário dos correios, nomeado correspondente da Nova Direcção do Instituto de Arqueologia de Lisboa, que tiveram lugar na zona do Solar dos Costa (Couto do Mosteiro), onde aquele tinha “realizado trabalhos de valor e anda agora procedendo a inteligentes pesquisas”. Infelizmente, o semanário não deu continuidade a esta notícia, pelo que não sabemos se tais descobertas correspondem aos vestígios que serão à frente referidos, no Couto do Mosteiro, ou a outros de diferente natureza. Passados onze anos, mais uma sepultura, possivelmente tardo-antiga, encontrada na zona de Vila Pouca (freguesia de São Joaninho) foi publicada na “Gazeta de Coimbra” (nº 4742 de 16 de setembro de 1944). Na década de setenta foi publicada, por Avelino Jesus da Costa (1972: 229), a reprodução da

⁵ Informação disponível em: <http://geoportal.ineg.pt/geoportal/mapas/index.html>.

epígrafe do século XIV encrostada na parede junto ao altar-mor da Igreja de Santa Maria (Igreja Matriz de Santa Comba Dão)⁶.

A primeira vez que se levou a cabo um estudo arqueológico em Santa Comba Dão, com abordagem de carácter curricular, deveu-se às iniciativas de Maria do Céu Campos (CAMPOS, 1984) e José Morais Branquinho (BRANQUINHO, 1984), colegas do mesmo ano letivo que apresentaram à FLUC o património material deste concelho, no âmbito dos seus seminários de licenciatura⁷. Dos sítios registados por M. Campos, dois foram, posteriormente, publicados por J. Alarcão, no Volume II do seu *Roman Portugal*, designadamente a necrópole das Regueiras e o sítio de Vinhais (ALARCÃO, 1988: 64), actualmente inventariado como “Abadia”.

Em 1994, pela primeira e única vez, foram desempenhadas escavações arqueológicas em Santa Comba Dão sob orientação científica, em contexto de intervenções de emergência coordenadas por António Carlos Valera. Foram então realizadas escavações na zona de Linhares (U. F. de Óvoa e Vimieiro), onde ficou documentada a existência de um *habitat* pré-histórico enquadrado num momento de transição entre o Calcolítico Final e Bronze Inicial (VALERA, 1999: 53 e 54). Anos mais tarde, uma parcela de Santa Comba Dão integrou os estudos de Sandra Lourenço, no âmbito da sua dissertação de mestrado, sob a orientação de Helena Catarino (LOURENÇO, 2007). Neste trabalho, de inestimável importância ao presente estudo “e a todos os que pretendam enveredar pelo estudo da Alta Idade Média” (CATARINO, *in*: LOURENÇO, 2007: 7 - 8), realizou-se o levantamento das sepulturas rupestres no vasto espaço entre os rios Dão e Alva, que serviu de modelo para a identificação dos padrões de povoamento em época alto-medieval no espaço que encerram. De Santa Comba Dão, portanto, foi contemplado o interflúvio Dão - Mondego.

Em 2014, no semanário “Defesa da Beira”⁸, António Neves apresentou o património arqueológico da freguesia de São João de Areias, que registou com rigor científico. A este apanhado muito pouco tivémos a acrescentar, em boa verdade, nenhuma estação que fugisse ao conhecimento do professor Neves. Os referidos artigos

⁶ Cuja revisão, abordada mais à frente, fora feita por Mário Barroca (2000: 135 - 138), no âmbito da sua tese de Doutoramento.

⁷ Coube a Morais Branquinho o levantamento do entre Dão e Criz, e a Maria do Céu Campos, do entre Dão e Mondego.

⁸ Jornal Defesa da Beira, 2014, nº 3593 – 3607.

foram depois compilados numa publicação *online* na página *Academia Edu*, sendo a esta compilação que faremos referência ao longo do presente trabalho.

Por fim, em 2015, as sepulturas rupestres inventariadas de Santa Comba Dão foram relocizadas no âmbito do Relatório de Estágio de Ana Sofia Pereira (PEREIRA, 2015) realizado na Universidade Nova de Lisboa (FCSH) sob a orientação de Catarina Tente.

3. A INVESTIGAÇÃO

3.1. OBJECTIVOS

3.1.1. OBJECTIVO PRINCIPAL

O objectivo principal deste trabalho consiste na recolha e análise de evidências arqueológicas capazes de demonstrar, no território de Santa Comba Dão, as dinâmicas de povoamento entre o domínio romano e a época medieval. Para sistematizar claramente as questões cujas respostas nos podem direccionar à consecução deste objectivo, julgamos oportuno dividi-las em dois grupos, designadamente: padrões de implantação e localização dos sítios arqueológicos (1); evolução da ocupação dos sítios dentro das nossas balizas cronológicas (2).

O primeiro integra tanto indagações ligadas à relação entre os sítios arqueológicos e o espaço envolvente, quanto entre si. A este nível de análise, física de todo, tentaremos perceber se teria ocorrido, em primeiro lugar, um esforço de planeamento com o qual se escolheu antecipadamente o local para a implantação dos assentamentos; se sim, quais foram os elementos naturais ou antrópicos que poderiam ter influenciado a preferência por determinada zona. Em segundo lugar, analisar a dispersão de *habitats* coevos, para questionar se a distância que os separa indicia algum tipo de ordenamento. Depois, tendo em conta tanto esta análise territorial quanto outra à escala regional, tentar descortinar parte da trama de caminhos antigos, bem como as redes viárias responsáveis pela ligação da zona em estudo aos centros de poder coevos.

Com as respostas do primeiro grupo, passámos ao segundo grupo de questionamentos, neste caso, debruçado em aproximações culturais e cronológicas direccionadas à percepção dos moldes de evolução ocupacional dos sítios arqueológicos. Para tal, tomámos por base a abordagem de Sánchez Pardo (2011: 264 - 265) ao conceito de “continuidade” de ocupação, no nosso caso, analisado a uma escala reduzida (*ibidem*: 264) ou local. Seguindo esta linha metodológica, buscámos compreender, sempre que possível, a evolução dos assentamentos por meio de uma aproximação espacial e temporal (*idem*), ou seja, respectivamente: as alterações sofridas

em termos de configuração ocupacional; a percepção de uma ocupação aparentemente ininterrupta, com indícios de hiatos de abandono, ou, mais concretamente, se desde o período romano à época medieval os assentamentos tiveram uma ocupação enquadrada no que Gutiérrez González (2014) definiu como modelo continuista ou rupturista.

Enquadrado ainda neste segundo grupo de questionamentos, todavia, em carácter de maior particularidade para a nossa zona, tentaremos tirar proveito da invulgar sobrevivência da toponímia alto-medieval, para perceber se há, ou não, uma associação directa entre a “sociedade das sepulturas rupestres” e os lugares documentados na segunda metade do século X.

Ao objectivo principal, de cariz académico, acresce-se a entrega à Tutela do relatório de trabalhos arqueológicos, conforme estipulado nos Artigos 14.º e 15º do Regulamento de Trabalhos Arqueológicos.

3.1.2. OBJECTIVOS SECUNDÁRIOS

Conforme será exposto já de seguida e clarificado ao longo desta dissertação, um conjunto de factores trazidos à tona durante as pesquisas de campo tornou necessário um redireccionamento da metodologia de registo, que não poderia ter deixado de reflectir nos nossos objectivos. E refletiu-se positivamente, traduzindo-se numa estreita colaboração entre nós, a Câmara Municipal e Juntas de Freguesia, instituições paroquiais e a comunidade santacombadense como um todo. Depressa percebemos que não bastaria, face às novas circunstâncias, a consecução apenas do objectivo geral de cariz académico, algum retorno teria de ser legado ao município.

Neste rumo, desde as primeiras fases da investigação reformulada, procurámos direccionar o nosso trabalho ao cumprimento também de um conjunto de objectivos específicos – ou secundários – de forma a retribuir todo o contributo facultado no decorrer das pesquisas de campo. Sendo estes:

- I) A inventariação dos bens culturais do município de Santa Comba Dão, em conformidade com o Art. 19.º da Lei nº 107/2001;

- II) O georreferenciamento das zonas de interesse patrimonial para a criação de uma carta arqueológica municipal, a ser incluída no Plano Director Municipal (PDM) de Santa Comba Dão;
- III) O tratamento e catalogação do espólio material recolhido e estudado⁹ tendo em vista a sua futura musealização;
- IV) Facultar às instituições públicas ou privadas (Câmara Municipal, agrupamento de escolas, associações comunitárias, Juntas de Freguesia, editoras locais, empresas de turismo e etc.) as informações necessárias à divulgação, valorização e rentabilização do património arqueológico concelhio;
- V) A abertura de um procedimento Administrativo nos moldes do Art. 25.º da Lei supracitada, para a classificação dos bens culturais de Santa Comba Dão de acordo com as categorias definidas no Art. 15.º do mesmo diploma.

3.2. METODOLOGIA

Conforme demonstraram Colin Renfrew e Paul Bahn, um projecto de investigação desenvolve-se, idealmente, em quatro fases: formulação da estratégia de investigação para resolver um problema concreto; recolha e registo das evidências; tratamento e análise das evidências; publicação (RENFREW e BAHN, 1993: 65). Desta forma, começamos pela recolha dos dados arqueológicos inventariados e/ou publicados da zona em estudo, pois como afirmou Pedro Carvalho, com base na compilação destas informações, poderemos formular um conjunto de questões iniciais e planear de modo mais fundamentado uma estratégia futura de intervenção no terreno (CARVALHO, 2007: 73). Seguiu-se a compilação historiográfica e diplomática.

Definimos, depois, a nossa primeira estratégia de intervenção, concretamente, a visita e realocação dos sítios inventariados¹⁰ admitindo uma possível recolha de materiais à superfície (fase I).

⁹ A maior parte, actualmente depositada na Junta de Freguesia da U. F. de Óvoa e Vimieiro, proveniente de escavações antigas e achados fortuitos, outros, em posse de particulares.

¹⁰ Apanhado realizado através do Portal do Arqueólogo (<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/>).

A informação de campo seria registada em fichas de sítios cujos campos de preenchimento obedeceram os requisitos preconizados pela DGPC¹¹ nos moldes apresentados mais abaixo, posteriormente georreferenciada e inserida numa base de dados para a qual utilizámos tabelas em *Excel* (fase 2). A análise e contextualização dos resultados ocorreriam no âmbito da dissertação de mestrado do responsável (fase 3) e a sua utilização ficaria a cargo da Autarquia Municipal, encarregada de promover e salvaguardar o património material do concelho (fase 4). Mas, conforme reconheceram ainda aqueles autores, na prática, “raramente se produz uma progressão tão clara da primeira à quarta fase (...). Na vida real, a estratégia de investigação se modificará à medida que são produzidos e analisados os dados” (RENFREW e BAHN, 1993: 65)¹².

Em linhas gerais, conseguimos manter-nos fieis à estratégia inicial. Contudo, a informação que nos fizeram chegar os habitantes do município, à medida que ganhávamos a sua confiança, obrigou-nos a rever tanto a metodologia de pesquisas quanto de registo dos dados. Somava-se no nosso caderno de campo as referências aos “pedaços enormes de barro apanhados na altura da lavra”, aos “buracos na pedra com o feitio de uma pessoa”, ao abrigo onde os “antigos se reuniam para orar”, entre outras que, quase sempre, nos conduziram a estações arqueológicas inéditas ou não inventariadas.

Assim, a visita e realocização estendeu-se à identificação e registo de estações, processo que, em quase todos os casos, evoluiu da seguinte maneira: as informações orais ou escritas nos conduziam ao sítio arqueológico e nós efetuávamos o devido registo (fotografia, medições e descrição); em gabinete, através de análises toponímica e espacial, definimos sobre uma base cartográfica e/ou fotografia aérea um espaço a prospectar nas imediações da estação documentada, dentro do qual recorremos, pontualmente, a amostragens estratificadas do terreno¹³ (BICHO, 2006: 101-102) para maximizar o resultado das prospecções; de volta ao campo, percorremos os espaços

¹¹ Disponível em:

http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/recursos/formularios/fichasitiodgpc_distributed.pdf .

¹² Livre tradução do autor.

¹³ A utilização pontual deste método, no nosso estudo, não esteve relacionada com a realização de prospecções intensivas. Foi antes uma ferramenta para a melhor orientação e compreensão do terreno e do seu registo arqueológico, tendo em conta, sobretudo, os diferentes graus de afectação da zona a prospectar, bem como da visibilidade dos materiais.

pré-definidos em busca de vestígios ocupacionais associados ao sítio documentado, que ao serem encontrados, eram igualmente registados ou seletivamente recolhidos para posterior tratamento e análise. O mesmo método foi utilizado em zonas de sítios inventariados que foram revisitados.

Para a recolha e o registo da informação de campo, a ficha de sítio manteve-se a mesma, assim como as ferramentas de georreferenciamento¹⁴ e mapeamento para o qual foi utilizado o *software Quantumgis 2.10.1*. Nesta segunda fase, as alterações consistiram na utilização de mais uma ficha de sítio e base de dados, respectivamente de sepulturas escavadas na rocha e de artefactos. Aquela se fez necessária tão logo as primeiras idas a campo, mediante a identificação de sepulturas rupestres inéditas. Para tal, foi utilizado o modelo proposto por Mário Barroca (BARROCA, 1989) não obstante a inserção destes monumentos também em fichas de sítios arqueológicos.

Respeitante aos artefactos, inicialmente, teriam as suas coordenadas inseridas na base cartográfica dos SIG de forma a auxiliar a interpretação espacial, e seriam descritos num anexo à ficha do sítio ao qual estariam associados. Esta circunstância se alterou quando nos vimos perante centenas de fragmentos cerâmicos por tratar e catalogar, provenientes da estação do Patarinho 3. Para este sítio foi necessária a criação de uma base de dados específica para o estudo do espólio material, de forma a assegurar a informação que agora podemos apresentar nas **Tabelas III a V** do volume em anexo.

Arquivado o registo de campo e estudado o espólio recolhido, passámos à penúltima fase, ou seja, a análise espacial da informação documentada, realizada a dois níveis: análise dos ambientes natural e antrópico; aproximação cronológico-cultural.

No primeiro, procurámos seguir o exemplo de Conceição Lopes e conferir “igual importância à superfície da jazida de materiais que assinalam um estabelecimento (...), às condições topográficas, hidrográficas, geológicas e às competências agrológicas dos terrenos onde se localizam os sítios, bem como às da sua envolvente” (LOPES, 2003: 39), pois conforme já tinham também afirmado Garcia de Cortazar e Ruiz de Aguirre (1983: 14), “o conhecimento geográfico mais profundo da área em estudo surge como elemento de primeira necessidade para o medievalista”. Munidos destes apontamentos

¹⁴ No campo, as coordenadas eram obtidas através da aplicação “Minhas Coordenadas GPS” e posteriormente confirmadas, antes de inseridas nos SIG, no *software Google Earth*.

passámos ao segundo nível de análise destinado a aproximações cronológicas e socio-políticas à escala local e regional, quando buscámos integrar o espaço em estudo na organização administrativa em período romano e medieval, bem como na rede viária que o ligaria aos centros de poder no passado.

Conforme será demonstrado ao longo deste trabalho, para a análise espacial, as ferramentas dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG) representaram um valioso suporte para aquilo que, segundo Marcos Osório, integram os seus três principais domínios, designadamente a “modelação da probabilidade de existência de património arqueológico, modelação do território e simulação dinâmica de teorias” (OSÓRIO, 2007: 14). Para tal, seguimos a metodologia para a análise espacial proposta por Sánchez Pardo (2006) e, através dos SIG, sobrepusémos os dados provenientes fundamentalmente de quatro fontes de informações, nomeadamente: documentais, arqueológicas, cartográficas e toponímicas.

Desta forma, os dados recolhidos em campo, quer em prospeccões, quer em visita a estações inventariadas (fontes arqueológicas), foram sobrepostos às distintas bases cartográficas (fontes cartográficas), designadamente as Cartas Militares, o mapa da capacidade de utilização dos solos e o mapa litológico. Estabelecemos, depois, a relação espacial dos sítios arqueológicos com os ambientes natural (proximidade a ribeiros, rios, morros, cabeços, florestas, ravinas, etc.) e antrópico, pois “na maior parte do território sobrevive uma organização agrária em que os caminhos, as unidades agrárias, as zonas de cultivo, sistemas de rega e drenagem, limites de propriedades, etc., têm sido reutilizados ao longo dos séculos”¹⁵ (FERNÁNDEZ MIER, 2010: 43). Por último, adicionámos as informações extraídas das fontes históricas (fontes documentais) que, por sua vez, acabaram por ser indissociáveis da análise toponímica territorial (fontes toponímicas), tendo em conta a notável sobrevivência dos topónimos alto-medievais de Santa Comba Dão, da qual fizémos exaustivo aproveitamento na presente investigação.

À última fase do projecto – publicação – atribuímos um significado mais alargado, ou seja, “divulgação”, não querendo isto dizer que iremos descurar, caso se julgue oportuno, de publicar o conteúdo desta dissertação, antes, que recorreremos também a

¹⁵ Livre Tradução do autor.

outros canais de divulgação para impulsionar o cumprimento dos nossos objectivos secundários, conforme será exposto em nota conclusiva.

3.3. APROXIMAÇÃO AOS DOCUMENTOS HISTÓRICOS

Em arqueologia medieval, os registos históricos frequentemente acompanham a evolução de um estudo desde a sua fase mais embrionária até à discussão final, são pois, “*el rasgo que da originalidad a la arqueología medieval*” (FARO CARBALLA e GARCÍA JAURRIETA, 1996: 285). Entretanto, em momento algum, o seu conteúdo deve ser dogmatizado ao ponto de condicionar a interpretação dos vestígios arqueológicos. Conforme afirmou Helena Catarino, “se por um lado, a arqueologia medieval não pode ser um apêndice ou uma ilustração dos textos, também não se limita a exumar testemunhos mas a interpretar, na medida do possível, os diversos registos” (CATARINO, 1997/98: 533).

No presente trabalho, situações houve em que a concordância entre diplomática e pesquisas de campo clarificou o perfil de ocupação num determinado espaço; noutras, o seu antagonismo não deixou de levantar uma série de questões que passaram a representar fortes estímulos à continuação deste estudo. Em suma, a abordagem conjunta entre documentos históricos e registo arqueológico, tendo em conta as ferramentas ao nosso dispor, foi a pedra angular da compreensão das dinâmicas de povoamento alto-medieval no território de Santa Comba Dão, bem como a sua relação com ocupações anteriores.

Em termos metodológicos, os diplomas medievais¹⁶ nos proporcionaram uma abordagem em duas escalas de análise, uma supra-territorial, ou seja, fora dos limites espaciais do território estudado, com o objectivo de compreender o ambiente socio-político que ocupava em período Astur-leonês, e outra local, portanto, dentro dos limites actuais do concelho de Santa Comba Dão, centrada fundamentalmente na toponímia e na sua distribuição espacial – já que a “*toponimia actual es en un porcentaje muy alto, herdera directa de la medieval*” (FARO CARBALLA e GARCÍA JAURRIETA, 1996: 284) – para: delimitação de extremas de propriedade (limite das *villas* medievais); provável localização de igrejas e mosteiros; caminhos antigos; elementos ligados à

¹⁶ Consultados em MORAIS, 2013, vol. II, *Corpus Documental*.

exploração económica. A primeira escala de análise foi utilizada apenas no enquadramento cronológico-cultural; já a segunda, esteve intrínseca à análise espacial e interpretação das dinâmicas de povoamento.

3.4. APRESENTAÇÃO DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS

A descrição das estações arqueológicas será realizada a partir da informação inserida na ficha de sítios, dividida em duas partes: “localização” e “sítio”. A primeira contém a identidade do sítio, ou seja: ID (identificação de registo); nome, que por regra equivale ao topónimo ou microtopónimo da zona onde se encontra, eventualmente antecedido da própria tipologia do sítio (Sepultura da Roda, Lagar de Casal Maria, etc.); localização administrativa (freguesia); localização cartográfica, onde está incluído o número da carta militar e as coordenadas em graus e minutos¹⁷; altitude; acesso (único campo excluído da apresentação já que foge ao propósito deste trabalho); estado de conservação; bibliografia. De referir que, excepto a identificação da Carta Militar e a referência bibliográfica, todos os campos da primeira parte contêm apenas informações obtidas em campo.

A segunda parte está associada à tipologia e cronologia do sítio. Engloba tanto informações recolhidas em prospecções, quanto acrescentadas em gabinete. Possui os seguintes campos: tipo (atribuído de acordo com a funcionalidade); aproximação cronológica; espólio material identificado e/ou recolhido (**Tabela - III**); conservação, quesito verificado também nas estações realocizadas; descrição do monumento, achado isolado ou mancha de ocupação, bem como da paisagem natural e antrópica envolvente. Por último, foi acrescentado o registo fotográfico. Os registos gráficos das sepulturas e lagares foram realizados em momento posterior às pesquisas de campo, sendo os desenhos arquivados apartadamente.

Para expormos aqui as estações documentadas dispunhamos, portanto, dos critérios estabelecidos nas fichas de sítios. Inicialmente, cogitamos organizá-las da forma

¹⁷ Apesar de o Endovélico utilizar coordenadas decimais, optámos pelo sistema de graus e minutos devido aos outros recursos de GPS utilizados no processo de georreferenciamento (vide: 3.2). Para a conversão entre sistemas sugere-se: <https://www.sunearthtools.com/dp/tools/conversion.php?lang=pt>.

como foi conduzido o trabalho de campo, ou seja, por freguesias¹⁸; entretanto, a marcada disparidade na distribuição espacial dos sítios arqueológicos mostrou não ser esta a opção ideal. Admitimos, então, o critério cronológico; mas, tanto a dificuldade em ser estabelecida uma cronologia relativa, quanto a diacronia de algumas estações, deixaria, no mínimo, confusa esta apresentação. Finalmente, optamos pelo critério “funcionalidade”. Este, para além de facilitar a visão de conjunto (distribuição de *habitats*, de sepulturas, etc.) ao longo da apresentação, nos permitiu contextualizar em breve nota introdutória cada tipo de estação apresentado.

Este modelo de apresentação aplicamos apenas às estações, então, não inventariadas. Já para os sítios inventariados, a informação resume-se a uma breve descrição da estação, sendo, pontualmente, acrescentado algum dado que, estando fora da respectiva descrição, oficial ou não, ajudará, mais tarde, na leitura da informação compilada e discutida. Aos sítios inventariados foram igualmente atribuídos números de seriação apenas para efeitos deste trabalho, especialmente, para proporcionar uma interpretação coerente da cartografia produzida. Fizemo-los ainda acompanhar dos respectivos Código Nacional de Sítio (CNS) de forma a facilitar a consulta no Endovélico, caso se julgue necessário.

¹⁸ Durante as pesquisas de campo, este sistema facilitou a colaboração dos presidentes de juntas de freguesia.

4. O TEMPO

Estando fora dos nossos objectivos a realização de uma detalhada abordagem dos acontecimentos políticos e militares que galgaram a história do Baixo Dão, passa-se a um breve enquadramento histórico desta zona no período que nos ocupa.

4.1. O PERÍODO ROMANO: UM TERRITÓRIO ENTRE *CIVITATES*

A posição geográfica de Santa Comba Dão deu-lhe, durante o Império Romano, um carácter periférico, entre as *civitates* de *Vissaium*¹⁹, Bobadela e *Aeminium*. O seu território, que pertencia à província da Lusitânia, estava integrado no *Conventus Scallabitanus* (ALARCÃO, 1990: 384) considerando a extensão do espaço abrangido a partir do reinado de Vespasiano (*ibidem*, 1983: 55), e faria parte do *pagus* da *civitas* de Bobadela (Oliveira do Hospital)²⁰. Esta *civitas* (**Mapa - V**) abrangia “o Vale de Besteiros, o Baixo Dão, as Baixas de Mortágua, as terras de Tábua, Oliveira do Hospital, Arganil e Góis, indo, a sudoeste, até a serra do Buçaco e ao Altar de Trevim, já no alto da Lousã” (ALARCÃO, 1989: 305).

O valioso trabalho de Rui Miguel Marque Silva (SILVA, 2014) sobre Bobadela concentrou-se sobretudo no seu núcleo urbano, não abrangendo a totalidade do território da *civitas*. Da nossa parte, seria incomportável, neste momento, aprofundarmos nas dinâmicas do povoamento rural do *ager* de Bobadela, ao que quedaria inconsistente qualquer aproximação extensiva a partir dos dados obtidos em Santa Comba Dão. Não obstante, julgamos pertinente enquadrá-lo sumariamente num espaço supra-territorial desprendido das barreiras administrativas contemporâneas.

É pouca e residual a informação disponível para que se possa compreender o processo da dominação romana do Baixo Dão, realidade esta provocada pela falta de trabalhos arqueológicos, desde a prospecção à escavação científica das pontuais estações

¹⁹ O nome pré-romano – *Vissaium* – da *civitas* sediada em Viseu foi descoberto em 2009, a partir de uma epígrafe numa ara votiva recuperada no morro da Sé de Viseu, em contexto de arqueologia preventiva (FERNANDES, CARVALHO e FIGUEIRA, 2009: 143-145).

²⁰ Desconhece-se o nome romano da Bobadela. Segundo Jorge Alarcão, corresponderia a uma destas três *polis* localizadas entre o Tejo e Douro: *Elcoboris*, *Vellabis* e *Verurium*, embora considere mais provável, o referido autor, corresponder à primeira. (ALARCÃO, 2002 / 2003: 169).

actualmente documentadas. No intento de preencher esta pequena lacuna espacial, somos obrigados a alargar fisicamente o âmbito da investigação para que possamos nos valer de trabalhos bem desenvolvidos na região Beirã, com base nos quais tentaremos construir uma ideia da romanização do território agora analisado.

No século I a.C, as terras da Beira Alta, designadamente aquelas a sul das serras de Montemuro e Lapa, limitadas pelos rios Paiva e Mondego, sobretudo entre este e o rio Vouga, eram habitadas por um povo sem unidade étnica ou política²¹ a que os romanos chamaram *Interannienses* (ALARCÃO, 2002: 39 e 40) cuja capital viria a ser *Vissaium* (TENENTE, 2017: 21). Descendo a sul e atravessando o Mondego entrar-se-ia possivelmente na região dos *Tapori*, mais tarde integrados na *civitas* de Bobadela (*idem*).

São obscuros os moldes da conquista romana destes *populi*. Tesouros do período republicano registados no seu território, temo-los em: Calde, cerca de 15 km a norte de Viseu, possivelmente escondido entre os anos 78 e 45 a.C. (PEREIRA, 1974: 199)²², com 270 denário republicanos (HIPÓLITO, 1960 - 1961: 54 e 55); em Oiteiro (Côta, Viseu), pouco mais de 9 km a nordeste do primeiro, contendo 29 denários republicanos cujo ocultamento deve ter ocorrido no tempo de Augusto (VAZ, 1997: 132)²³; no Cabeço da Mogueira (Coíço, Penacova), junto ao Mondego, 5 km a jusante do território de Santa Comba Dão, com denários republicanos dos quais o mais recente consiste num exemplar de C. Annius Luscius, cunhado em 82 - 81 a. C. (RUIVO, 1998 - 2002). Estes achados, portanto, deixam patente uma instabilidade de segurança na primeira metade do século I a.C, concreta ou que se fazia sentir entre os habitantes do planalto Central.

A partir de 61 a. C. teria passado a ser frequente a movimentação das legiões romanas entre o Tejo e o Douro (ALARCÃO, 2002: 26), ou seja, a partir das campanhas de Júlio César nos Montes Hermínios, episódio no qual estaria na senda,

²¹ A falta de unidade étnica e política dos *Interannienses* foi depreendida, por Jorge Alarcão, do facto de ser aquele o único etnónimo latino entre os onze inscritos na ponte de Alcântara (ALARCÃO, 2002: 40).

²² Bibliografia referente a Calde publicada por Inês Vaz (VAZ, 1997: 125): FIGUEIREDO, 1953: 46; HIPÓLITO, 1961: 54 - 55; PEREIRA, 1974: 197 e 199; CENTENO, 1987: 195; ALARCÃO, 1988: 57.

²³ Bibliografia referente ao Oiteiro publicada por Inês Vaz: HIPÓLITO, 1979: 65 - 71; CENTENO, 1987: 211, nota 15; ALARCÃO, 1988: 57.

possivelmente, o acampamento militar da Lomba do Canho²⁴ (Arganil) (NUNES, FABIÃO e GUERRA, 1989: 412), 12 km para sudeste de Santa Comba Dão.

Consolidado o domínio romano, a partir dos meados do século I a.C. terá sido criado um “plano” para a ocupação e exploração efectiva das Beiras (CARVALHO, 2007: 88). Entretanto, a divisão do planalto Central entre as *civitates* de *Vissaium* e Bobadela não teria ocorrido antes dos finais deste século, ou mais precisamente, inícios do século seguinte, pois conforme afirmou J. Alarcão, os *termini augustalis* da zona entre Tejo e Douro se situam entre 4 e 5 d. C. (ALARCÃO, 2002: 35).

No que toca à fronteira entre aquelas, se do lado nascente suscitará discussões, a poente, o limite entre os seus *territoria* não levanta grandes questionamentos uma vez que está bem demarcado pelo *terminus augustalis*²⁵ do castro de Guardão, – também designado como “castro de São Bartolomeu” – 12,5 km a noroeste de Santa Comba Dão. Pouco divergiram Jorge Alarcão e João Inês Vaz acerca do seu traçado. Para o primeiro, partiria de Guardão (serra do Caramulo), seguindo para Nandufe, Beijós, Canas de Senhorim, Paranhos e São Romão (ALARCÃO, 1990: 378), não excluindo, mais recentemente, o Mondego como limite (ALARCÃO, 2002: 40). Já para Inês Vaz, o Mondego seria a barreira natural entre as duas *civitates* até às Caldas de Felgueira. Aqui deixava de ser fronteira e esta, no sentido poente, seguiria uma linha artificial que subia a Canas de Senhorim, castro de Lobão da Beira, castro de Nandufe e daqui ao castro de São Bartolomeu (VAZ, 1997: 325 - 326). Na opinião de Catarina Tente, o *territorium* de *Vissaium* se estenderia a sul até à margem direita do Mondego, em Mangualde, ou possivelmente em Fornos de Algodres (TENTE, 2017: 21), empurrando mais para norte a extrema das duas *civitates*.

A sul, do final da Serra do Caramulo – junto à Livraria do Mondego (Penacova) – ao Altar de Trevim, o limite de Bobadela talvez seguisse uma linha que, de noroeste a sudeste, afastar-se-ia da serra do Buçaco na zona de Penacova acompanhando a muralha

²⁴ Este acampamento serviria de apoio à exploração mineira. Não seria, portanto, pelas suas dimensões, um acampamento associado a campanhas de conquista militar. (NUNES, FABIÃO e GUERRA, 1989: 412 - 413).

²⁵ A designação desta epígrafe de *terminus augustalis* foi feita por Jorge Alarcão (ALARCÃO, 2002: 35). Inês Vaz publicou-a como uma “inscrição”, mas reconheceu o seu papel como “um dos extremos da *civitas* de Viseu” (VAZ, 1997: 114).

silúrica por onde passa o Mondego numa estreita garganta (MARTINS, 1940: 81), e seguiria por Vila Nova de Poiares até a Serra da Lousã (**Mapa - V**).

4.2. DA ÉPOCA ROMANA À ALTA IDADE MÉDIA

Na Antiguidade tardia *Vissaium* passou a sede episcopal²⁶ e o Baixo Dão foi inserido na sua circunscrição (*Viseo*), cujo território (**Mapa - VI**), a Ocidente, “certamente que deveria ter integrado o espaço da antiga *civitas* de Bobadela” (TENTE, De MAN, 2016: 385), esta, cuja capital tornou-se um “destacado centro religioso” (GOMES e DIAS, 1995: 95)²⁷ pelo menos no terceiro quartel do século VII (*idem*: 97).

Durante o domínio suevo sobre o norte da Lusitânia, à zona de Santa Comba Dão, em virtude da falta de fontes literárias e arqueológicas, mais não se refere para além de que pertencia à diocese metropolitana de Braga numa zona repartida entre dois bispados, o de *Viseo* e o de *Conimbria* (LOURENÇO, 2007: 24). Já para o seu desenrolo em época visigoda, contamos com os estudos acerca do *Provincial Visigótico*²⁸ realizados por Almeida Fernandes (FERNANDES, 1997). Guiado pela análise toponímica, este autor propôs a localização do lugar de *Borga* na actual Vila de Barba²⁹ (Couto do Mosteiro), aldeia localizada concretamente a 33,2 km para sudoeste do morro da Sé de Viseu e 32,7 km a nordeste da Alta de Coimbra, portanto, praticamente equidistante dos centros históricos destas duas sedes episcopais. *Borga* seria, em período Visigodo, um ponto em comum entre as dioceses de *Conimbria* (então ainda designada *Eminio* e *Iminio*, nomeadamente nas cunhegens monetárias visigodas) e de *Viseo*, um local fortificado de grande importância nesta região limítrofe (*ibidem*: 121).

Nesta época, o centro episcopal viseense teria uma capacidade de controlo limitado sobre a sua diocese, fazendo-se representar numa espécie de ilhas por meio da

²⁶ “É durante o reino suevo que se assiste ao aparecimento de um conjunto de bispados e paróquias de que a *Divisio Theodomiri* ou Paroquial Suévo, elaborado no último quartel do século VI, nos da conta.” (MARQUES e EUSÉBIO, 2007: 82).

²⁷ Um jarro litúrgico proveniente de Bobadela, utilizado como contentor de água lustra, enquadrado no reinado de Rescesvindo (642 – 672 d. C.), testemunha a importância desta zona como centro religioso (GOMES e DIAS, 1995), onde poderia estar situada, inclusive, uma paróquia.

²⁸ Documento datado dos meados da segunda metade do século VII (FERNANDES, 1997: 109).

²⁹ Afirmou o autor: “De *Borga* pode ter-se formado *Borba*, por assimilação, e, depois, *Barba*, por etimologia popular ou simples alteração do timbre da tónica” (FERNANDES, 1997: 121).

atuação de elites locais (TENETE, De MAN, 2016: 385). Seria *Borga* uma destas “ilhas”? Se sim, certamente estaria munida de uma estrutura política, fosse eclesiástica e/ou secular, com marcado papel de representação das comunidades romano-visigodas, pelo menos no entre Dão e Criz. Uma segunda referência de cariz toponímico para o período suevo-visigodo localiza-se na zona do Vimieiro, no centro do interflúvio Dão-Mondego. Aqui, o topónimo “Rojão” (povoações de Rojão Grande e Rojão Pequeno) (**Mapa - VII**), segundo P. Marinas, provém do antropónimo germânico *Ragulf* (PÉREZ MARINAS, 2016: 287).

Com a invasão muçulmana, a cidade de Viseu possivelmente capitulou a Muça b. Nuçair, onde se teria encontrado com Abd al-Aziz, vindo de Coimbra, cidade que ocupara em 715 (CATARINO, 2005: 199 - 200), não sendo de excluir que no caminho para Viseu tivessem os seus contingentes atravessado o Baixo Dão. Esta zona passou então a integrar a circunscrição da Marca Inferior cuja primeira capital foi Mérida, substituída depois por Badajoz (*ibidem*: 195).

O domínio muçulmano sobre as comunidades romano-visigodas da Beira Alta deve ter ocorrido em contornos reactivamente pacíficos. Não dispunha o invasor de efectivos suficientes nem para efectivar a conquista de vastos territórios, nem para administrar as terras que lhes eram vinculadas (FERNANDES, 2016: 49), pelo que, frequentemente, recorriam a pactos de capitulação para submeter pacificamente as comunidades autóctones. Desta forma, teriam capitulado, entre outros, os centros episcopais de Coimbra (REAL, 2014: 23) e Viseu (CATARINO, 2005: 200), e nas palavras de Helena Catarino, “se as cidades pactuaram com o invasor, mais facilmente a população autóctone dos meios rurais aí permaneceu, numa certa autonomia, arabizando-se culturalmente, mas mantendo-se cristã” (*ibidem*: 196). Também Paulo de Almeida Fernandes chamou atenção para esta prática largamente difundida aquando da conquista árabe, da celebração de acordos entre os invasores e os habitantes tanto de zonas urbanas quanto dos meios rurais (FERNANDES, 2016: 48).

Na linha deste autor, a celebração dos pactos de capitulação implicava a existência de comunidades cujo poder estivesse estruturado e hierarquizado, designadamente na cidade e no campo, respectivamente o episcopado e os agentes religiosos (*ibidem*: 50). Posto isto, e tendo em conta o que foi exposto mais acima, não consideramos ilegítimo que, nas paragens do Baixo Dão, tivesse sido *Borga* uma

comunidade rural ligada simultaneamente às dioceses de Viseu e Coimbra, estaria apta a negociar com o invasor em nome de um espaço cujos contornos não podem agora ser definidos. Todavia, em boa verdade, por mais que, em conformidade com a teoria de Almeida Fernandes, a conjugação dos factores geográfico e toponímico possa sustentar a localização de *Borga* na zona de Vila de Barba, não foram até ao momento identificados aqui vestígios arqueológicos capazes de comprovar tal dedução, estando o sítio com vestígios tardo-antigos mais próximos a mais de 1 km para sul, precisamente na zona do Couto do Mosteiro.

Se nos reportarmos aos registos históricos, o topónimo *Borga* ainda não foi encontrado nos diplomas medievais, e a própria povoação de Vila de Barba é referida pela primeira vez em 1347 (MORAIS, 2013: 21), sendo, portanto, das mais recentes na diplomática deste período, factor este que não deixa de levantar sérios questionamentos quanto à correspondência de *Borga* com a Vila de Barba. Por outro lado, tendo em conta a antiguidade da toponímia de Santa Comba Dão, é de se estranhar que uma zona com marcada importância em época suevo-visigoda passe a figurar apenas na diplomática da Baixa Idade Média.

Por fim, depois da conquista islâmica e, sobretudo, ao longo do período Emiral, os habitantes do baixo vale do Dão seriam predominantemente cristãos que teriam adoptado a cultura muçulmana (*moçárabes*) e, em menor escala, efectivamente alguns convertidos ao islão (*muladis*). Estas comunidades viveriam sempre numa “relativa independência frente à hegemonia de Córdova, ora apoiando os omíadas, ora os reis astur-leoneses” (CATARINO, 2005: 199), característica comum às populações da Marca Inferior (*idem*).

Para efeitos do que será exposto a seguir – e para nos eximir de entrar numa temática³⁰ cuja abordagem demandaria um certo desvio do objecto principal deste estudo – queda oportuno mencionar três citações que, de certa forma, se complementam, e acabam por resumir o modo como abordámos e compreendemos o povoamento no Baixo Dão entre os séculos VIII – IX d. C., entretanto direccionadas à vasta região das Beiras:

³⁰ Referimo-nos concretamente à problemática do “despovoamento” da região Central até às conquistas astur-leonesas. Para um maior aprofundamento neste assunto, sugere-se a consulta a: PÉREZ MARINAS, 2016: 27 - 96 e 143 - 374.

Não podemos continuar a pensar que tenha existido um drástico despovoamento entre os inícios do século VIII e o último quartel do século IX, quando se dá a reconquista de Afonso III de Leão (CATARINO, 2005: 196).

Estas acções foram, na verdade, empresas de colonização que sobrepuseram à população que se manteve no local aquela que procedia de outras regiões (MATTOSO, 1997: 406).

O despovoamento dos campos nesta região durante este período não pode ser proposto sem fundadas reservas (...) O problema poderá antes residir, portanto, na dificuldade em identificar os traços desse novo tempo. A hipótese de trabalho a considerar, parece-nos, deverá antes também centrar-se no surgimento de novas modalidades de povoamento que encerrem outras formas construtivas, ainda que provavelmente acompanhadas por uma menor densidade populacional (CARVALHO, 2016: 405).

4.3. DAS VILLAS ALTO-MEDIEVAIS À BAIXA IDADE MÉDIA

A reorganização administrativa de Afonso III das Astúrias colocou a zona do Baixo Dão na circunscrição do condado de Coimbra. Este território foi então palco de pouca – ou talvez nenhuma – algazarra militar face à alvoroçada trama política que grassou principalmente durante a crise da segunda metade do século X³¹.

Em 878³² começa com Hermenegildo Guterres a linhagem dos condes de Coimbra, representantes da autoridade régia a sul do Douro. Na primeira metade do século X, esta zona assume um protagonismo no reino de Leão consoante a transferência da sua capital para Viseu, durante os reinados de Ordonho II (914 – 924) e Ramiro II (931 – 951), e, conforme afirmou Maria Teresa Veloso, este episódio teria “impulsionado um fomento agrário no vale do Dão” (VELOSO, 2008 / 2009: 156). Coincidiu, ainda, com um período de clima quente e seco que grassou na Europa a partir do século VIII até a segunda metade do século XII, e que teria proporcionado um crescimento económico essencialmente agrícola (DUBY, 1993: 20 - 23), ou seja, conforme referiu Pérez Marinas, coincidiu com o início do Período Quente Medieval³³, que esteve relacionado com a prosperidade das comunidades aldeãs entre o Douro e o Sistema Central (PÉREZ MARINAS, 2016: 161).

³¹ Para a crise da monarquia de Leão, ver: MATTOSO, 1997: 474 - 477.

³² AZEVEDO, 1933: 20 e MATTOSO, 1987: 117.

³³ Livre tradução do autor.

José Mattoso, por sua vez, referiu o “duplo movimento colonizador” (MATTOSO, 1997: 406) caracterizado pela confluência de colonos vindos do norte e do sul para o actual Centro e Norte de Portugal, a partir das conquistas de Afonso III. A zona do Baixo Dão, em meados do século X, portanto, não poderia ter deixado de sentir os efeitos deste incremento agrário e populacional da região Beirã nos finais da Alta Idade Média, ou seja, teria assistido então ao início do delineamento de uma organização política local que não seria alheia a uma hierarquia paroquial incipiente, momento em que o culto a Santa Columba³⁴ poderia ter penetrado nestas paragens.

É do ano de 974 o registo³⁵ documental mais antigo de Santa Comba Dão, realizado por ocasião da doação do conde Oveco Garcia³⁶ de parte da sua *villa* de *Sancta Columba* ao mosteiro de Lorvão. Sete anos depois foi a vez do seu sogro, o conde Gonçalo Moniz, de beneficiar o cenóbio lorbanence com a doação da vila e mosteiro de *Traxede* (Treixedo) entre outras propriedades. Foi este um dos magnatas mais poderos do reino de Leão, engajou-se na crise do século X tomando parte activa contra o rei (MATTOSO, 1997: 446), sendo mesmo responsável pelo assassinato de Sancho I o Gordo, em 965 (MATTOSO, 1987: 124). Por último, em 985³⁷, Mónio Gonçalves – filho de Gonçalo Moniz – entregou àquela abadia a sua metade da *villa* de *Sancta Columba*, já que a outra fora doada onze anos antes.

Segundo José Orlandis, “as doações de igrejas e mosteiros às grandes abadias realizadas pelos seus proprietários laicos, foram muito numerosas ao longo dos séculos X e XI³⁸” (ORLANDIS ROVIRA, 1956: 35). Com efeito, não deixam de constar nas referidas doações os *monasterios* e *ecclesias* com todo o seu aparato e património económico. “Os donatários agiriam por impulso da sua piedade e com esperança de encontrar nas orações da comunidade favorecida uma poderosa ajuda à consecução da vida eterna”³⁹(*idem*). Respeitante às benéces em estudo, como observou Teresa Veloso, pelo menos o conde Gonçalo Moniz estaria à procura de absolvição pelo regicídio

³⁴ Para o aprofundamento desta temática, sugere-se consulta a VELOSO, 2008 / 2009.

³⁵ Doc. N.º 2 do Livro Preto da Sé de Coimbra (974 Julho, 22).

³⁶ Para consulta da árvore geneológica dos condes de Coimbra, ver: MATTOSO, 1997: 475.

³⁷ Doc. N.º 1 do Livro Preto da Sé de Coimbra (985, Julho, 22).

³⁸ Livre tradução do autor.

³⁹ Livre tradução do autor.

perpetrado (VELOSO, 2008/2009: 260), e não deixa de ser curioso ter sido feita a doação no seu último ano de vida.

Ao longo do século XI, as fontes literárias silenciam no que toca ao espaço em estudo. Nos inícios do século XII, o abade Eusébio, de Lorvão, concedeu carta de povoamento aos habitantes de *Sancte Columbe* e *Trexedis*⁴⁰, onde foram construídas fortificações – “*fortitudo in turrium*” – que respondiam à necessidade de proteger a linha do Dão, possivelmente, face ao avanço almorávida (NEVES, 2013: 7). À frente das obras esteve Mido Cidiz, *tenente* de Besteiros (*idem*), que acabou por entrar em conflito com o abade pelos direitos de povoamento sobre Santa Comba. O litígio ficou resolvido em 1103⁴¹ mediante sentença da cúria de Afonso VI, a ordenar o reconhecimento dos direitos de Mido Cidiz e do seu sobrinho João a metade do usufruto vitalício deste lugar.

Em Treixedo, não sabemos com segurança qual teria sido a relação entre a vila do século X e a fortificação do século XII; mais à frente, veremos como o registo arqueológico pode auxiliar nesta questão. Já o *castrum*⁴² de *Sancta Columba* teria sido construído a cerca de 2 km a sudeste da vila homónima, e, em 1295⁴³, esta povoação fortificada é já referida como *burgo* de *Sancta Coomba*. Desta forma, até 1137, quando D. Afonso Henriques confirmou o seu Couto ao Cabido da Sé de Coimbra (MORAIS, 2013: 42), portanto, o território das actuais vilas de Santa Comba Dão e Couto do Mosteiro esteve sujeito militarmente à *terra* de Besteiros, que, por sua vez, estaria sob o domínio do território de Viseu, onde mandava o governador Munio Veilaz (NEVES, 2013: 7 - 10).

O *burgo* de Santa Comba evoluiu para a vila de Santa Comba Dão⁴⁴ e, progressivamente, a zona da antiga *villa* alto-medieval de *Sancta Columba*, que em 1306 apareceu registada já como “*Couto do Mosteyro de Sancta Coomba*”⁴⁵, passou a ser chamada simplesmente “Couto do Mosteiro”, quer por serem terras coutadas ao

⁴⁰ Doc. Nº 68 do Livro Preto da Sé de Coimbra (1102, Outubro).

⁴¹ Doc. Nº 80 do Livro Preto da Sé de Coimbra (1103, Maio).

⁴² *Idem*.

⁴³ Diploma consultado em Morais, 2013, Vol. II (*Corpus Documental*): 56 e 57.

⁴⁴ A primeira referência documental à Santa Comba Dão (*Sancta Coomba Doom*) data de 1296 (MORAIS, 2013: 17).

⁴⁵ Diploma consultado em MORAIS, 2013, Vol. II, *Corpus Documental*: 76.

próprio mosteiro de Santa Columba, ou por reminiscência ao tempo em que eram estas terras coutadas ao mosteiro de Lorvão⁴⁶. Em 1320, a vila de Santa Comba Dão e a povoação de de São Joaninho estavam inseridas no arcediogo do Vouga (bispado de Coimbra), precisamente num dos seus limites leste, fazendo fronteira com a diocese de Viseu (JORGE, 2000: 168).

⁴⁶ Para um aprofundamento em relação à origem do topónimo “Couto do Mosteiro”, consultar: MORAIS, 2013: 21.

5. OS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS

5.1. O PATRIMÓNIO NÃO INVENTARIADO

Damos agora a conhecer 34 estações arqueológicas não inventariadas, ou seja, não inseridas na base de dados da DGPC quando começamos o nosso trabalho, cuja maioria, conforme podemos observar no **Mapa II**, localiza-se no interflúvio Dão - Criz, espaço onde menos incidiram estudos e praticamente nenhuma intervenção arqueológica. De fora do catálogo ficaram as azenhas, em função da sua extensa diacronia de utilização, tendo algumas permanecido funcionais até aproximadamente à contemporaneidade; no entanto, serão ocasionalmente referidas na eventualidade de uma possível associação ao povoamento medieval, de acordo com a informação documental.

Tendo sido a funcionalidade o critério de apresentação selecionado (*vide*: 3.4), procuramos manter, em segundo plano, uma ordem espacial dentro de cada classe de sítios, primeiro de norte a sul depois por freguesias, de forma a criar um “percurso” pelos sítios arqueológicos ao longo da sua descrição (**Mapas - VIII e IX**). O espólio material doravante referido será quase todo apresentado no próximo capítulo, excepto nos casos em que a baixa quantidade de peças recolhidas não tenha justificado uma abordagem separada da apresentação do respectivo sítio arqueológico. A informação que se segue encontra-se compilada na **Tabela I** em anexo.

5.1.1. ESPAÇOS FUNERÁRIOS

Ao grupo de monumentos funerários inventariados no Endovelico acrescenta-se agora 10 sepulturas: 8 sepulturas rupestres e, possivelmente, 2 sepulturas tardo-antigas. De referir que, respeitante à compreensão da Alta Idade Média em Santa Comba Dão, destacam-se as sepulturas da Amieira e o conjunto de duas sepulturas da Azenha, que passaram a testemunhar o referido período a norte do Dão, onde contava apenas a sepultura da Nossa Senhora da Assunção (Treixedo) face às 25 inventariadas na margem sul. Aqui, acrescenta-se também 5 sepulturas rupestres localizadas em São João de Areias e Vimieiro, perfazendo um total de trinta e seis exemplares actualmente identificados no concelho (**Mapa - X**), dos quais 9 encontram-se isolados, 7

distribuídos em conjuntos de 2/3 e 20 inseridos em três necrópoles. Na zona da necrópole do Patarinho os núcleos funerários encontram-se dispersos e num conjunto de 3 sepulturas. No entanto, a proximidade dos sepulcros e os indícios que apontam terem existido outros nesta zona, hoje destruídos, nos encorajam a compreendê-la como um único espaço de sepultamentos em época alto-medieval. Não obstante, para nos manter fieis ao registo já realizado, mais à frente neste capítulo, apresentaremos as sepulturas como estações distintas. Todavia, na tabela apresenta abaixo e na compilação e discussão dos dados, esta zona é abordada de acordo com a nossa interpretação.

Ao longo das pesquisas de campo, pareceu ficar patente a concordância entre sepulturas rupestres e *habitats*; contudo, numa frequência que não se justifica tomar como regra. Por exemplo, esta concordância foi documentada na encosta do Patarinho (Óvoa) e nas estações da freguesia de São João de Areias, excepto na zona de Silvares. Por outro lado, ao redor da sepultura do Mascote foram encontrados ímbrices e cerâmicas comuns (NEVES, 2014: 17). No entre Dão e Criz, registou-se três *habitats* sem sepulturas associadas, bem como três sepulcros em terrenos onde não se identificou quaisquer materiais. No entre Dão e Mondego, as estações de Lapa e Lapa I (Pinheiro de Ázere) não forneceram materiais arqueológicos, como também não o fizeram a zona da Igreja Matriz do Vimieiro nem as duas sepulturas de Silvares. Ou seja, das 15 estações de sepulturas rupestres, 7 aparecem associadas a zonas de habitação antiga. Por este padrão, julgamos mais apropriado, na zona em estudo, organizar agora apartadamente as sepulturas rupestres e os *habitats*, para mais tarde analisá-los em conjunto.

Sepulturas rupestres: características gerais dos sítios

Núcleos funerários	Tipo	Associação a <i>habitats</i> , <i>villas</i> alto-medievais e igrejas	Morfologia
Sepulturas da Azenha	conjunto de 2	não associado	I indeterminada / I não antropomórfica
Nossa Senhora da Assunção	isolada	igreja	antropomórfica
Sepultura da Amieira	isolada	não associado	não antropomórfica
Silvares	isolada	<i>villa</i> alto-medieval	antropomórfica
Silvares 2	isolada	<i>villa</i> alto-medieval	antropomórfica
Regueiras	necrópole (6 sepulturas)	<i>habitat</i> romano / tardo-antigo/ medieval	antropomórficas

Roda	isolada	<i>habitat romano / tardo-antigo / medieval</i>	antropomórfica
Coturo	conjunto de 2	<i>habitat romano / tardo-antigo / medieval</i>	1 antropomórfica / 1 não antropomórfica (de criança)
São João de Areias	necrópole (7 sepulturas)	<i>habitat romano / villa alto-medieval</i>	antropomórficas
Lavoura	conjunto de 3	<i>habitat romano / villa alto-medieval</i>	2 antropomórficas / 1 não antropomórfica
Mascote	isolada	<i>habitat tardo-antigo / alto-medieval</i>	antropomórfica
Vimieiro	isolada	igreja	indeterminada
Encosta do Patarinho	necrópole (mín. 5 sepulturas)	<i>habitat romano / tardo-antigo / alto-medieval</i>	3 antropomórficas / 1 não antropomórfica
Lapa	isolada	não associado	não antropomórfica
Lapa I	isolada	não associado	não antropomórfica

Conforme assinalado mais acima, para o registo das sepulturas escavadas na rocha, obedecemos as normas preconizadas por Mário Barroca (*vide*: 3.1), e seguimos o exemplo dos mais conceituados trabalhos de arqueologia alto-medieval realizados na região Beirã publicados nos últimos anos⁴⁷. Todavia, para reconstruir doravante o quadro de povoamento coevo, optamos por nos desvincular da análise pautada em critérios morfológicos, seguindo, para tal, a metodologia proposta por Iñaki Martín Viso (2012). Não pretendemos aqui rebater ou reformular a informação já publicada sobre a zona em estudo, antes pelo contrário, tencionamos dar o nosso contributo através de uma abordagem ligeiramente diferenciada, entretanto, tendo por base o modelo de povoamento alto-medieval estabelecido por Sandra Lourenço (LOURENÇO, 2007).

5.1.1.1. Sepulturas da Azenha (I)

Duas sepulturas rupestres implantadas a meia encosta voltada a este no vale da Ribeira do Cardissal (**CMP. V: 2 / Est. XVI: 3**). As sepulturas foram reutilizadas como lagares, para os quais foram abertos canais de escorrência nas laterais e zona dos pés.

⁴⁷ Em ordem cronológica: VALERA, (1990); MARQUES (1995); RIBEIRO e SILVA (1997); TENTE e LOURENÇO (1998); VIEIRA (2004); LOURENÇO (2007); TENTE (2007b); RAMOS (2012).

Aqui, encontram-se pios (*lacus*) escavados na rocha onde, outrora, estariam recipientes amovíveis responsáveis pela recolha do líquido (**Fig. III**).

Na Azenha 1 (**Fig. III: 2 e 4**), em função das fracturas na cavidade sepulcral quando da sua conversão em *calcatorium* – pia para pisa (TENTE, 2007a: 447) – não foi possível definir a morfologia nem o seu eixo de orientação. Talvez a largura (0,76 m) e profundidade (0,46 m) não tenham sido alteradas, ao contrário do comprimento, que aparece com 2,79 m.

A sepultura da Azenha 2 (**Fig. III: 3**), a três metros da primeira, mede 2,18 m de comprimento por 0,54 m de largura, com uma profundidade de 0,30 m. Neste caso, identifica-se o traçado de uma sepultura não-antropomórfica ovalada, orientada a sudoeste, portanto, em total desacordo com o eixo canónico.

Foram ainda adossadas aos sepulcros duas lagaretas circulares (diâmetro: 1,02 m na Sepultura da Azenha 1 e 0,83 m na Sepultura da Azenha 2) com menos de 0,05 m de profundidade, onde assentaria uma estrutura, provavelmente em madeira, destinada ao esmagamento do alimento por meio de uma pedra de lagar, sendo visíveis os *stipites* (buracos de poste) de sustentação. Na Azenha 1, da lagareta parte um canal que vai de encontro ao canal de escorrência na extremidade do *calcatorium* do lagar, já na Azenha 2, um orifício conecta lagareta e sepultura / lagar.

Em Santa Comba Dão, a transformação de sepulturas rupestres em lagares foi registada em contornos idênticos nas duas sepulturas da Lapa e Lapa I (Pinheiro de Ázere), nesta, “a 0,30 m do seu contorno direito se localiza uma pequena lagareta (...) com o respectivo canal de escorrência (...) a 0,15 m para sul da sepultura existe uma outra (...) com um pequeno entalhe para a saída do líquido, mas sem o canal de escorrência” (LOURENÇO, 2007: 46).

Segundo C. Tente, a transformação de sepulturas em lagares teria ocorrido num momento em que, não apenas aquelas estariam em desuso, como teria desaparecido qualquer relação sentimental com o espaço funerário (TENTE, 2007a: 359), desta forma, seria de desconsiderar, a princípio, a conversão ainda em época alto-medieval. Refere-se ainda que na zona em estudo as quatro sepulturas convertidas são de tipo não-antropomórfico, ao que podemos indagar se talvez estes monumentos, desprovidos de

contornos humanos, teriam sido os primeiros cuja funcionalidade original fora esquecida.

5.1.1.2. Lajes do Oregal (2)

Em 1944 a Gazeta de Coimbra (nº 4742 de 16 de setembro) noticiou a identificação de uma sepultura, então considerada de época romana, orientada no sentido nascente-poente com cerca de 1,80 m de comprimento e 0,50 / 0,60 m de profundidade. Era constituída por uma pedra em cada topo, pés e cabeceira, e por uma fiada de três outras pedras em cada lado, coberta por outras três ou quatro pedras. Dentro, estavam duas ossadas.

Segundo as informações orais, a sepultura foi encontrada entre duas eiras junto à estrada que ligava Vila Pouca à Gestosa e depois Treixedo (**CMP. VI: 2**).

5.1.1.3. Catraia (3)

O jornal "O Dão", em 1890 (nº 26 de 26 de janeiro), deu notícia de uma sepultura "*aberta em barro muito vermelho, com 1,74 m de comprimento por 0,45 m de largura (...) aparecem tapando as fendas, bocados de telha e tijolo muito grosso e bem conservados*". Dentro, havia uma "*ossada indubitavelmente de grande antiguidade, visto que se desfez ao menor contacto*".

Na altura, foi enquadrada no contexto das invasões francesas, quando por aqui passaram as tropas do Marechal André Massena antes da Batalha do Buçaco. A sepultura encontrava-se na vertente que desce para o ribeiro da Gestosa, perto da antiga Quinta da Catraia (**CMP. VI: 2**).

5.1.1.4. Sepultura da Amieira (4)

Sepultura rupestre isolada, não-antropomórfica, orientada a nordeste, implantada em zona de meia-encosta (**CMP. III: 1**). Cerca de 100 m a sul do sepulcro corre um pequeno ribeiro que desagua no Dão a 890 m para sudoeste do monumento.

De tipo ovalado, mede 2,20 m de comprimento máximo por 0,54 m de largura máxima. A profundidade atinge no mínimo 0,50 m medida da borda aos sedimentos

acumulados no fundo. Tanto a profundidade quanto o comprimento podem indiciar processos de reutilização.⁴⁸

5.1.1.5. Silvares 2 (5)

Sepultura rupestre isolada, antropomórfica, localizada a cerca de 625 m a sudoeste da sepultura de Silvares, do lado oposto de um vale por onde corre um ribeiro, aproximadamente a 330 m do monumento ora apresentado, que vai desaguar no Dão, pouco mais de 1 km a noroeste da sepultura de Silvares 2 (ou Sepultura do Cemitério de Silvares) (**CMP. V: 1**). Foi esta destruída, mas pelo desenho realizado por António Neves (**Est. XVII: 4**), sabemos que possuía uma cabeceira de arco em volta perfeita, e uma assimetria na zona dos pés em relação à posição da cabeceira. Media 1,80 m de comprimento por 0,45 m de largura máxima nos ombros, a uma profundidade de 0,35 m no leito (NEVES, 2014: 4).

A sepultura, que estava nas traseiras do cemitério de Silvares, foi destruída pela instalação de um estaleiro de apoio à ampliação do IC12. Encontrava-se a poucos metros da estrada que leva à povoação de Castelejo, a mesma estrada junto da qual foi documentada a sepultura de Silvares.

5.1.1.6. Sepultura da Roda (6)

Sepultura rupestre antropomórfica de simetria axial quase perfeita (**Fig. IV: 2; Fig. V: 1**), com um ligeiro alargamento abaixo do ombro esquerdo que, aparentemente, será devido a fractura posterior à abertura do sepulcro (**Est. XVII: 1**).

Possui uma cabeceira de arco em volta perfeita com 0,29 m de comprimento. Mede 1,96 m de comprimento máximo por 0,52 m de largura máxima, com uma profundidade máxima de 0,76 m. Na base da cabeceira há um pequeno orifício circular que estaria, possivelmente, ligado a um canal de escoamento para evitar o acúmulo de líquidos no interior da cavidade sepulcral.

⁴⁸ Conforme afirmou Sandra Lourenço, tendo em conta a média geral de 29 a 30 cm de profundidade das sepulturas rupestres, uma cavidade sepulcral com mais de 40 cm pode estar relacionada com uma dupla tumulação (LOURENÇO, 2007: 39).

5.1.1.7. Sepulturas do Coturo (7)

Conjunto de duas sepulturas rupestres, escavadas lado a lado, seguindo o eixo de orientação canónico (Fig. V: 2 - 4 / Est. XVII: 2). A sepultura do Coturo I é de tipo antropomórfico com cabeceira de arco em volta perfeita, atinge a largura máxima na zona dos ombros com 0,55 m. Como está fracturada na zona dos pés, não foi possível medir o seu comprimento.

Afastada 0,90 m da primeira está a sepultura do Coturo 2, de criança, não-antropomórfica de tipo ovalado. Mede 1,30 m de comprimento máximo por 0,40 m de largura máxima.

5.1.2. HABITATS, ESTRUTURAS DEFENSIVAS E ESPAÇOS RELIGIOSOS

Conforme observou Marina Afonso Vieira, os *habitats* constituem um grupo heterogéneo de cronologia indefinida (VIEIRA, 2004: 47), são muitas vezes marcados pela presença de materiais de construção de tradição romana, geralmente bastante fragmentados. Mas se estes são, quase sempre, o “único argumento” para considerar a existência de um *habitat* (*idem*), não representam, por si só, um indicador cronológico seguro.

A cronologia atribuída aos assentamentos caracterizados unicamente pela presença de cerâmicas de cobertura (*tegullae* e *imbrices*), de acordo com a autora supracitada, deve situar-se em qualquer momento entre os inícios da romanização e a Alta Idade Média (VIEIRA, 2004: 48). Também C. Tente, referindo-se aos “óbvios materiais romanos” (TENTE, 2007b: 52) destacou a longevidade na utilização das *tegullae*, quer por fabrico, quer por reutilização, até a Baixa Antiguidade e Alta Idade Média, e a sua consequente limitação como fósil director do período Clássico (*ibidem*: 117).

Da mesma forma, Pedro Carvalho advertiu a possibilidade das *tegullae* observadas junto às sepulturas rupestres denunciarem apenas um processo de reutilização destes materiais no período alto-medieval (CARVALHO, 2007: 44), em consonância com Sandra Lourenço, que também mencionou a chance do material de

construção tradicionalmente romano, encontrado nas imediações das sepulturas, resultar de produções ou de reutilizações naquele período (LOURENÇO, 2007: 31).

Com estas ressalvas em mente, durante as pesquisas de campo e no processamento dos dados, as nossas aproximações cronológicas aos *habitats* registados foi sempre embasada em vestígios relativamente datáveis⁴⁹, que conduzem a uma “*aproximación extensiva y rápida (...) que permite apreciar la ocupación del suelo de las distintas sociedades que se han sucedido en el mismo*” (GONZÁLEZ VILLAESCUSA, 1996: 234).

5.1.2.1. São Jorge (8)

O mosteiro de *Sancti Georgi* aparece registado na doação de Mónio Gonçalves a Lorvão, em 985 (Livro Preto da Sé de Coimbra, Doc. N° I, 985 Julho, 22). Admitimos ter aquele estado na zona da povoação homónima.

Encaixada num meandro do Criz, a pequena aldeia de São Jorge (**Fig. VI: I**) é hoje formada por pouco mais de uma dúzia de casas, sendo as mais antigas construídas inteiramente em xisto. Diz-se que quando o caudal do rio impossibilitava a travessia – em balsas ou poldras – os fiéis da margem direita assistiam a missa rezada no antigo templo a partir da encosta do Cabeço da Nave (Mortágua).

Ainda segundo a memória popular, muito bem documentada pelo Sr. Padre José de Leão Cordeiro, a igreja de São Jorge teria sido desmantelada em época desconhecida sendo parte da sua silharia remetida a Lorvão, e outra, reutilizada na Igreja Matriz de São Joaninho.

Uma tradição antiga afirmava que parte da pedra da actual igreja de S. Joaninho (...) teria vindo do mosteiro de São Jorge. Não muito longe da pequena povoação, existe uma casa de granito aparelhado, meio escondida na vereda. Será essa casa testemunho do tempo em que, abandonado o mosteiro, a respectiva igreja terá continuado a servir ao culto, sendo essa a residência de algum monge que celebrava os mistérios litúrgicos para os habitantes do pequeno lugar? Hoje serve de abrigo e curral de ovelhas (CORDEIRO, 2011, p. 64).

⁴⁹ Refere-se a elementos arquitectónicos, *sigillata* e cerâmicas comuns datáveis por associação através de características de fabrico e decoração, pois “*cada vez con mayor probabilidad de éxito podemos definir diversos grupos de cerámicas, aislar las formas que los caracterizan, estudiar su evolución y proponer el momento en que pudieron utilizarse*” (GUTIÉRREZ LLORET, 1996: 42).

Com efeito, a memória da localização do antigo mosteiro fora transmitida de geração em geração de forma a que, sem hesitar, os habitantes de São Jorge quando questionados acerca da sua existência apontam sempre ao mesmo terreno (**Fotografia Aérea I: I / CMP. I: I**), onde segundo o proprietário, determinadas zonas nunca se prestaram à lavra em função de “enormes pedregulhos” no subsolo. O terreno está limitado por lavouras a leste e oeste, por uma estrada antiga a sul e por um matagal a norte, encontrando-se ali cerâmica de construção muito rolada. O mosteiro, portanto, estaria a aproximadamente 65 m da margem esquerda do Criz.

5.1.2.2. Regada (9)

Mancha de ocupação na vertente voltada a leste do vale do ribeiro de Santa Comba. Os vestígios materiais (*sigillata*, cerâmicas comuns e de construção) estão dispersos por aproximadamente 3480 m², deixando de aparecer a cerca de 80 m do ribeiro (**Fotografia Aérea I: 2**). Sobre este, a pouco mais de 7 m da Rua Direita que liga Casal Bom a Vila Pouca (**CMP. II: I**), registou-se uma pequena ponte formada por uma laje pétreia, sobre a qual estavam blocos de granito a formar os parapeitos, entretanto destruídos. Sob a ponte foi construído um talha-mar triangular também em blocos de granito, em todo semelhante à ponte de Ceras (Tomar), estrutura possivelmente datada para a segunda metade do século XII (ROMÃO, 2012: 97 - 100).

Segundo os habitantes de Casal Bom, há algumas décadas, durante a lavra, recolhiam-se “enormes pedaços de barro” em grande quantidade, por uma área superior às dimensões acima mencionadas.

5.1.2.3. Couto do Mosteiro (10)

Depois do reconhecimento inicial desta zona (**CMP. II: 2**), fez-se necessária a sua compartimentação em sectores de prospecção, não tanto pelas suas dimensões, mas por se encontrar parcialmente urbanizada e em diferentes graus de afectação (**Fotografia Aérea II: I**). Conforme podemos observar na imagem abaixo, os sectores CM-I e CM-II foram separados pela estrada Couto do Mosteiro – Pregoinho, e a poente e nascente, respectivamente, delimitados pela estrada Santa Columba e pelo ribeiro homónimo. O sector CM-III correspondeu à povoação do Couto do Mosteiro onde os

achados estavam concentrados no quintal de um solar setecentista, popularmente conhecido como o “Solar dos Costas”.

A mancha de ocupação correspondente ao assentamento romano encontra-se nos sectores I e II, na base da encosta voltada a nordeste do morro do Couto do Mosteiro, com no mínimo 11000 m². No segundo foi encontrada uma base de coluna em granito de grão fino actualmente depositada no quintal do solar dos Costas (CM-III), onde foram encontradas, por ocasião de uma reforma, duas pedras de mó moventes (**Fig. VIII: 2 e 3**). Ali, para além de grandes quantidades de cerâmicas de construção muito roladas foram recolhidos poucos fragmentos de cerâmica comum possivelmente romanas, embora, de acordo com o proprietário, quando eram lavrados os terrenos, recolhera-se muitos fragmentos de *tegullae* em baixo grau de fragmentação. Ainda no solar dos Costas, identifica-se silharia também em granito de grão fino a compor os muros do que dantes fora o celeiro da propriedade, mas neste caso, não foi possível precisar a sua proveniência.

A maior concentração e diversidade de materiais foi registada ao lado da Igreja Matriz do Couto do Mosteiro (CM-I), precisamente, no terreno entre o parque de estacionamento e a casa paroquial. Neste local (**Fig. VI: 4**), os vestígios arqueológicos testemunham uma ocupação diacrónica dentro das nossas balizas cronológicas, portanto, desde a época romana – representada pelos elementos arquitectónicos (fustes, silhares aparelhados e *tegullae*) – até aos finais da Idade Média, período representado por um Ceitel provavelmente do século XV (**Fig. VIII: 1**).

Vestígios arqueológicos no Couto do Mosteiro



1 - (CM-1): tegulae e lateres; cerâmica comum tardo-antiga e medieval; moeda (ceitil); aparato arquitectónico; pedras de mó.

2 - (CM-2): cerâmicas de construção; cerâmicas comuns; base de coluna.

3 - (CM-3): cerâmicas comuns; silhares; pedras de mó.



Na casa paroquial, ao lado da igreja, encontra-se depositado um bloco de granito que ostenta um alto-relevo antropomórfico, parte de uma *jamba* ou do início de uma arquivolta de portal⁵⁰. Esta peça (**Fig. VI: 6**), até ao momento, é provavelmente o único vestígio do edifício românico da Igreja de Santa Columba, construído em 1150 (FERREIRA, 2005: 56). Na parede leste da plataforma da igreja, são visíveis os vestígios de estruturas colmatadas pelo adro. Regista-se ainda um forno comunitário de época moderna na lateral sul da igreja.

5.1.2.4. Igreja de Santa Maria (II)

Uma epígrafe do século XIV (BARROCA, 2000: n° 540, 1435-1438) cravada na capela-mor da Igreja de Santa Maria (Igreja Matriz de Santa Comba Dão) regista o deslocamento do altar da antiga igreja de Santa Maria do Burgo para o sítio onde se

⁵⁰ Agradecemos o contributo da Dra. Carla Fernandes na contextualização da peça.

encontra (**Fig. IX: 1**). Sua sacração foi então realizada pelo bispo de Coimbra, D. Raimundo I ou D. Raimundo II⁵¹, entre 1319 e 1333 (NEVES, 2013). Trata-se, segundo Marques e Eusebio (2007: 114), da “única inscrição medieval de todas as que se conhecem no distrito de Viseu que, à data da sua gravação, a paróquia integrava o Arcediago do Vouga da diocese de Coimbra e não a diocese de Viseu, como veio a suceder posteriormente”.

Na parede externa da igreja (**CMP. III: 1**) encontra-se uma cruz pátea (**Fig IX: 2**) esculpida numa pedra que, provavelmente, seria parte da silharia, quer da igreja do templo pleno-medieval do burgo de Santa Comba, quer da igreja do século XIV, portanto, contemporânea da epígrafe referida acima. A título de exemplo, imagem semelhante foi esculpida nas duas extremidades de um silhar que contém uma medida-padrão e uma epígrafe do século XIII, depositado actualmente na Igreja da Misericórdia do Sabugal (OSÓRIO, 2013: 83-86).

5.1.2.5. Quinta do Barão (12)

Na vertente sudeste do vale do Dão, junto à rua José Maria de Matos, localiza-se uma quinta com materiais arqueológicos (cerâmicas comuns e de construção) dispersos por aproximadamente 260 m² (**Fotografia Aérea III: 1 / CMP. III: 1**), com destaque para a grande quantidade de escórias de fundição. Nesta quinta, a construção dos socialcos e o cultivo da vinha até aos anos 70 do século passado, certamente afetaram o registo arqueológico e acarretaram o alto grau de fragmentação dos materiais.

5.1.2.6. Gestosinha (13)

No cimo do cabeço da Gestosinha (**Fig X: 1**) foram recolhidos, em grande quantidade, fragmentos de cerâmica comum⁵². Trata-se de uma zona de baixo potencial estratigráfico com muitos afloramentos rochosos onde segundo os proprietários existem cruces esculpidas, informação que não pudemos confirmar devido ao coberto vegetal. O cabeço está pouco mais de 600 m a noroeste do Dão, e no sopé, a poente, corre o ribeiro da Gestosa (**Fotografia Aérea II: 2 / CMP. VI:2**).

⁵¹ Conforme observou António Neves, uma fratura na epígrafe impossibilita definir qual dos dois seria o responsável.

⁵² Agradecemos ao Dr. Morais Branquinho a doação das peças.

Junto à concentração dos materiais identificamos uma fiada do que parece ser uma base de sustentação para uma qualquer estrutura semi-circular, construída em blocos de granito não-aparelhados, sem recurso a argamassas (**Fig X: 2**), destinada, talvez, a uma pequena estrutura de habitação ou vigia. Aqui, nota-se também a presença de cristais de quartzo em grande quantidade.

5.1.2.7. Castelejo (14)

Na aldeia de Castelejo⁵³ (**CMP. V: I / Fig XXIII: I**) foram identificados grandes blocos de granito aparelhados na fachada das casas mais antigas. A povoação encontra-se no topo de um cabeço com excelentes condições de defensibilidade dada a altitude e o grau de inclinação das encostas. Mantém amplo domínio visual sobre o vale do Dão, de onde seria avistado, em Plena e Baixa Idade Média, o *burgo* de Santa Comba e o cabeço da Gestosinha na vertente oposta. Admitimos a possibilidade de ter existido no local, um recinto fortificado.

Já em 1347 a povoação estava documentada – “*Castelejo que he do couto de Sam Nhoane d’Areias*”⁵⁴ – mas a sua existência remota pelo menos ao reinado de D. Afonso III⁵⁵, período em que, possivelmente, ainda havia memória da antiga estrutura defensiva. Assim, depreende-se ter aqui existido um pequeno castelo, fortim ou reduto amuralhado, talvez de origem alto-medieval, que conservou a designação “castelejo” nos séculos subsequentes. Sobre este aspecto, a título de exemplo, refira-se o caso do Castelo de Penela, onde o termo “Castelejo” foi atribuído à torre localizada no seu afloramento mais alto, estrutura remanescente da fortificação de D. Sesnando (BARROCA, 1990/91: 107 - 108).

5.1.2.8. Roda 2 (15)

Mancha de ocupação com cerâmicas comuns e de construção (**CMP. IV: 2**), localizada junto a uma vereda, cerca de 350 m para sudoeste da Sepultura da Roda,

⁵³ Topónimo que significa “castelo pequeno” (MACHADO, 1993: 370).

⁵⁴ 1347, Fevereiro, 17: Inquirição ao Bispo e Cabido da Sé de Viseu sobre a jurisdição do Couto de São João de Areias. Documento consultado em MORAIS, 2013, *Corpus Documental*: 209.

⁵⁵ Na inquirição supracitada, um morador de Parada recordou-se de um enforcamento no “*tempo que el Rei Dom Afonso padre del Rei Dom Dinis morreo*” (MORAIS, 2013, *Corpus Documental*: 150), levado a cabo num sobreiro “*a par de Castelejo*” (*idem*).

numa zona onde corre um regato tributário do ribeiro de Vila Dianteira (**Mapa XII**). Infelizmente, a exploração agrícola dos terrenos tornou impossível identificar os limites da mancha de ocupação; todavia, os vestígios arqueológicos não se estendem a nascente da vereda nem a norte para além do eucaliptal onde se encontram, pelo que a mancha, possivelmente, terá algo em torno de 100 – 150 m².

António Neves referiu também a presença de escórias de fundição e cristais de quartzo nos terrenos a leste da sepultura da Roda. Das primeiras não identificamos vestígios mas conseguimos verificar a existência dos segundos.

5.1.2.9. Coturo 2 (16)

Assentamento composto por duas manchas de ocupação separadas por menos de 200 m, sendo uma na zona das sepulturas do Coturo, com cerca de 5000 m², e outra mais a nordeste, com aproximadamente 2000 m² (NEVES, 2014: 10 - 12), junto da estrada que traça a fronteira com o município de Carregal do Sal (**CMP. IV: 2**). Assinalam o sítio fragmentos muito rolados de cerâmicas comuns e de construção.

5.1.2.10. Abadia 2 (17)

Mancha de ocupação que, de poente à nascente, começa na encosta do Patarinho e estende-se numa planura por cerca de 30000 m² (**Fotografia Aérea III: 2 / CMP. III: 2**). Esta zona, bastante irrigada, está a pouco mais de 1 km da margem esquerda do Dão, entre as povoações de Óvoa, Cagido, Venda do Sebo e Casal das Lameiras (**Fig. XII: 1**). A dispersão de materiais certamente continuará na direcção leste, para além do espaço prospectado, penetrando em terrenos vedados.

Este *habitat* e o sítio da Abadia (*vide*: 5.2.13) estão separados por uma zona onde não foram encontrados materiais à superfície, mas na nossa interpretação, poderiam fazer parte de uma grande *villa* romana, conforme será desenvolvido à frente. Doravante, no decorrer da apresentação dos materiais arqueológicos e na discussão que se segue, este conjunto de sítios – inclusive o sítio do Patarinho 3 (*vide*: 5.2.12) – será referido também como *villa* da Abadia, já que foi desta forma inventariado o sítio da Abadia, a sul da mancha de ocupação que acabamos de apresentar.

5.1.3. ESTRUTURAS ARTESANAIS E OUTRAS

Esta classe integra os monumentos cuja aproximação cronológica resultou praticamente impossível, tanto pela escassez de materiais associados quanto pela longa diacronia de utilização.

No que se refere aos lagares rupestres, conforme afirmaram Adolfo Marques e Maria Eusébio, ao apresentarem este tipo de monumentos identificados no distrito de Viseu (MARQUES e EUSÉBIO, 2007: 139), “embora não descartemos a possibilidade de algumas das lagaretas serem romanas, pensamos que a grande maioria terá sido elaborada na Idade Média, numa época em que o tipo de povoamento já estava estruturado de forma muito semelhante ao que temos hoje”. Para a classificação destes monumentos, será utilizada a tipologia proposta por Catarina Tente (TENTE, 2007a: 360 - 363).

5.1.3.1. Real (18)

Penedo granítico implantado no cimo de uma ravina junto à estrada São Joaninho – São Jorge (**CMP. I: I**), na encosta voltada a sul do vale do ribeiro do Prado. Possui dois degraus escavados e um orifício circular no topo com cerca de 0,15 m de diâmetro, que aparentemente deveria servir de base para um cruzeiro avistado dos terrenos no fundo do vale, zona muito irrigada de alto potencial agrícola. Um estreito trilho liga o penedo a uma plataforma onde fora escavado um buraco que poderia suportar uma pedra de lagar. Na berma da estrada foram recolhidos fragmentos de cerâmica comum.

Monumento semelhante foi identificado por C. Tente junto à necrópole do Risado, em Arcozelo da Serra, ao que a autora admitiu servir de sinalização para o local de sepultamento medieval (TENTE, 2007b: 75).

5.1.3.2. Lagar de Casal Maria (19)

Lagar de tipo sub-rectangular com canal de escorrência entre o *calcatorium* e *lacus* (**CMP. II: I / Fig. XIV: I**). Mede 1,95 m por 0,40 m, com uma profundidade máxima de 0,40 m. Não apresenta vestígios de mecanismos de prensa, ao que tudo indica, o esmagamento ocorreria por pisa, como é comum nesta tipologia de lagares (TENTE, 2007a: 362).

Ao longo dos anos tem sido interpretado como sepultura⁵⁶, todavia, atendendo aos padrões locais, a profundidade do *calcatorium* não suporta esta leitura. A 3,5 m do lagar encontra-se uma mó dormente com uma cavidade de 0,70 m de diâmetro.

Na aldeia de Casal Maria, cerca de 370 m a oeste, identifica-se alguns blocos de granito aparelhados na fachada das casas mais antigas, muitas das quais, arruinadas.

5.1.3.3. Lagar de Vila de Barba (20)

Lagar de tipo quadrangular com 2,87 m x 2,47 m (**CMP. II: 1 / Fig. XIV: 2**). Sobre plataforma central, ligeiramente elevada em relação ao rebordo, estaria montada uma estrutura de contenção dentro da qual haveria um mecanismo de prensa.

5.1.3.4. Lagar de Vila Dianteira (21)

Lagar de tipo quadrangular escavado na rocha com 2,60 x 2,0 m (**CMP. IV: 2 / Fig. XV: 1**). Possui um pio (*lacus*) com 0,46 m de profundidade e um canal de escorrência com 0,88 m de comprimento (**Fig. XV: 2**). Em lados opostos estão dois buracos de poste (*stipites*) sub-rectangulares. “A estes lagares estava associada uma estrutura de madeira que suportava a vara de lagar, *pedra de lagar*, os contra-pesos e etc.” (TENTE, 2007a: 362).

Estruturas semelhantes foram encontradas: em Vila Nova de Foz Côa, publicadas por António de Sá Coixão (COIXÃO, 1996); na zona do Alto Paiva, publicadas por Marina Afonso Vieira (VIEIRA, 2004); em Gouveia e Celorico da Beira publicados por Catarina Tente (TENTE, 2007b). Lagares de morfologia idêntica foram também registados: no adro da igreja da Correlhã (Ponte de Lima), escavado no penedo onde estão três sepulturas rupestres antropomórficas (BROCHADO, 2004: 15); em Sendim (Tabuaço), designadamente a Lagareta de Vale de Vila (MARQUES e EUSÉBIO, 2007: 138).

5.1.3.5. Alto do Santo (22)

Dois penedos com degraus escavados e cavidades semi-circulares no topo, implantados num cabeço na vertente voltada a noroeste do vale do Dão, a cerca 300 m

⁵⁶ Em artigo publicado pelo Diário de Coimbra, de 5 de novembro de 1999, o lagar é referido como “sepultura antropomórfica”.

da povoação de Castelejo, onde uma tradição antiga conta que ali seriam celebradas missas (**CMP. VI: I / Fig. XVI**). Possivelmente, estes monumentos serviriam de altares ou suporte para cruzeiros. O penedo mais a sul possui as seguintes medidas: 1ª degrau: 0,32 x 0,8 m e 0,54 m de altura; 2ª degrau: 0,4 x 1,06 m e 0,12 m de altura; cavidade: 0,16 x 0,24 m. O segundo, 8 metros a nordeste do primeiro, possui as medidas: 1ª degrau: 0,25 x 1,30 m e 0,40 m de altura; 2ª degrau: 0,34 x 1,27m e 0,20 m de altura; cavidade: 0,07 x 0,16 m.

Estes monumentos são semelhantes ao penedo de Real (*vide supra*: 4.1.3.1), contudo, não identificamos quaisquer vestígios materiais no cabeço do Alto do Santo. Na sua encosta oeste, o topónimo “Almoninhas” sinaliza a existência de leiras em épocas mais recuadas.

5.1.4. MARCOS TERRITORIAIS E VESTÍGIOS DE CAMINHOS ANTIGOS

Abordamos a seguir dois tipos de sítios que representam componentes incontornáveis à reconstrução do povoamento antigo, designadamente, a mobilidade e a delimitação de propriedades antigas a nível local. Como esta temática será depois desenvolvida em momento oportuno, referimos apenas, por ora, que os vestígios de caminhos antigos documentados são, ao fim e ao cabo, uma pequena amostra do que seria a verdadeira trama de estradas e carreiros que serviria no passado as comunidades campesinas. Como não poderia deixar de ser, muitos dos caminhos antigos evoluíram para eixos viários alcatroados ou foram deliberadamente destruídos com a expansão da malha urbana; entretanto, permaneceram aqueles cujo trajecto deixou de fazer sentido e o progressivo desuso levou ao abandono bem como à preservação.

No que diz respeito aos marcos, uma vez que o seu propósito seria o de delimitar um domínio territorial, é natural que estivessem localizados junto a zonas de passagem para facilitar a sua visualização, sendo portanto, eles mesmo, bons indicadores da antiguidade de determinados caminhos. Uma vez identificados, a sua documentação não oferece grandes dificuldades; entretanto, em todos os casos, a falta de materiais arqueológicos associados trouxe à tona o problema do enquadramento cronológico.

Nos documentos alto-medievais é frequentemente utilizado o termo “*arca*”, “*arcas*” ou “*archas*” associado ao traçado de uma extrema: “*illa arca que est in illo campo*”⁵⁷; “*que dividet per arcas cum*”; “*per montis et archas et terminos fortis*”⁵⁸. De acordo com Inês Vaz (1976: 354), este termo significava um marco divisório, não sendo de excluir, portanto, que poderiam estar representados em alguns dos monumentos apresentados abaixo. Em contrapartida, para Mário Barroca, este termo na diplomática medieval seria sinónimo de sepulturas rupestres, (BARROCA, 2010-2011: 146), das quais algumas, em Santa Comba Dão, estão notoriamente associadas a caminhos antigos – sepulturas da Encosta do Patarinho, de Silvares, e necrópole de São João de Areias – pelo que podiam ter sido utilizadas como pontos de referência na documentação medieval.

Outros termos associados a limites territoriais, como “*petras fictiles*” e “*petras sicilatas*”, podem também fazer alusão a elementos ainda hoje identificáveis na paisagem, como é o caso do Marco da Cavada (23). Para o primeiro, o entendimento de remeter a pedras deliberadamente fincadas – pedras fixas – no solo, para delimitar uma extrema, parece o mais lógico, embora sem nenhum tipo de comprovação. Para o segundo, poderia reportar pedras com siglas, sejam estas cruces, figuras ou outros caracteres gravados (CORDEIRO, 2011: 63). O termo “*sigillata*” nas actas alto-medievais, associado a “*villa*” – “*villa sigillata*” – poderia qualificar também os contornos de um assentamento antigo, nomeadamente derivado de uma *villa* romana (GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, 2014: 216). Mas, não é de se excluir que este mesmo qualificativo ao acompanhar o termo “*petras*” remetesse a determinada formação rochosa que, quer pela sua morfologia natural, quer por ter sofrido alterações antrópicas, estivesse carregado de simbolismo de reconhecida antiguidade entre as comunidades rurais alto-medievais, não muito diferente do que ocorre hoje com os chamados “penedos da moura”, “cova da moura” ou “altares”, que no campo, frequentemente consistem em zonas associadas a ocupações antigas.

⁵⁷ Doc. Nº 2 do Livro Preto da Sé de Coimbra (974 Julho, 22).

⁵⁸ Doc. Nº 1 do Livro Preto da Sé de Coimbra (985, Julho, 22).

5.1.4.1. Cavada (23)

Marco divisório de formato cilíndrico esculpido num penedo com 2,50 m de altura, onde foi gravada uma cruz (**Fig. XVII: 1**). Localiza-se no topo de um monte junto à divisa entre São Joaninho e Alvarim (Tondela) (**CMP. I: 1**). O seu topo fracturado e o acúmulo de rochas ao seu redor acaba por indicar que seria originariamente um monumento mais elevado do que o que se apresenta hoje.

5.1.4.2. Estrada de São Jorge (24)

Troço de estrada antiga, actualmente em desuso, localizada a sul de São Jorge (**Fotografia Aérea I: 1 / CMP. I: 1**). Pela análise da Carta Militar 209 de 1976, percebemos que o seu traçado seria responsável pela ligação entre São Jorge, Real e São Joaninho, posteriormente substituída pela CM1542. Outro caminho antigo poderia ter contornado a povoação de São Jorge pelo lado norte, onde uma fileira de lavouras parece acompanhar um antigo caminho ligado ao anterior, entre a aldeia e o rio, embora neste caso não haja comprovação material.

Próximo desta estrada antiga, numa bifurcação de dois caminhos vicinais, entre São Jorge e Póvoa do Lobo (Tondela), foi registado por L. Cordeiro (**CORDEIRO, 2011: 63**) um marco divisório morfológicamente semelhante ao marco da Cavada (*vide supra*), também com uma cruz gravada, embora para o citado autor tenha esta sido gravada em momento posterior à colocação do marco (*idem*). Infelizmente, não logramos relocalizar este monumento, entretanto, veremos posteriormente como a sua localização – e a do marco da Cavada – está dentro do traçado da extrema norte da *villa de Sancta Columba* no século X.

5.1.4.3. Penedo da Laje Grande (25)

Penedo facetado com 2,30 m de altura por 1,50 m de largura, com um nicho escavado ao centro, dentro do qual um pequeno orifício daria suporte a qualquer objecto de sustentação onde talvez estivesse uma imagem sagrada (**Fig. XVII: 3 e 4**). Implantado sobre uma laje num dos pontos mais altos de São Joaninho, seria perfeitamente avistável a partir da estrada que atravessa o vale do ribeiro de Santa Comba – onde está localizado o microtopónimo “Quartas” – entre aquela povoação e a aldeia de Vila Pouca (**CMP. I: 2**).

Monumento semelhante foi documentado no sítio do Castelo Velho de Santa Comba, em Vila Nova de Foz Côa que, segundo Sá Coixão, poderia estar associado a uma fortificação do Bronze Final (COIXÃO, 1996: 70).

5.1.4.4. Fraga (26)

Troço calçadado de estrada antiga, muito fragmentado. Localiza-se na vertente direita do Vale Cerejeira onde em tempos funcionava um incrementado complexo de moinhos (**CMP. I: 1**). Sua época de utilização mais intensa estaria associada ao funcionamento dessas estruturas, ainda que, segundo os habitantes de São Joaninho, se manteve em uso até meados do século passado. No fundo do vale junto ao estrangulado ribeiro, encontra-se uma mó dormente em perfeito estado de conservação, em contrapartida, as demais foram reutilizadas nos muros dos socalcos ao longo da encosta.

Mais a leste pelo caminho antigo, numa bifurcação, registou-se um penedo claramente facetado no topo e laterais que interpretamos como marco divisório (**Fig. XVII: 2**).

5.1.4.5. Ponte da Barroca de São Miguel (27)

Ponte em arco românico, localizada a cerca de 230 m da margem esquerda do Criz, sobre o ribeiro da Barroca de São Miguel (**CMP. II: 2**). Possui 2,87 m de comprimento por 2,20 m de largura a uma altura máxima de 1,67 m (**Fig. XVIII: 1**). Esteve, em momento incerto, associada a uma azenha que deveria ser utilizada pelos habitantes de Vila de Barba e Couto do Mosteiro.

Representa a única estrutura registada na zona xistosa do concelho. Pelo seu aparato arquitectónico – blocos de granito aparelhados que a muito custo foram transportados pelas acentuadas encostas do vale –, a sua construção antecipara uma intensa utilização, hoje perceptível no desgaste deixado pela passagem das carroças.

5.1.4.6. Calçada do Vimieiro (28)

Antigo caminho calçadado popularmente conhecido como “Calçada Romana” (**CMP. III: 1**). Até a construção da barragem da Aguieira, ligava, na margem esquerda do Dão, o Bairro da Estação (Vimieiro) à ponte velha.

A antiga calçada (**Fig. XVIII: 2**) está hoje destruída, mas num pequeno troço preservado junto à berma da estrada em alcatrão, foi possível identificar parte do seu aparelho construtivo. Era formada por um alinhamento de blocos de granito aparelhados que correspondia à linha central do pavimento, rodeados de pedra miúda e seixos rolados (**Fig. XVIII: 3**). Pelas fotografias antigas é possível perceber alinhamentos paralelos também em blocos de granito, por sua vez, perpendiculares à linha central, a formar o que Inês Vaz denominou “caixotões na transversal” (VAZ, 1997: 395), identificados em alguns troços de estradas que, segundo este autor, integrariam a rede viária da *civitas* de Viseu. Por outro lado, este aparato arquitectónico também iria ao encontro das calçadas medievais descritas por Gonzalo Menendez Pidal, segundo o qual, “*asentaban dos hileras enlosadas en los transversales, que reticulaban el camino; los huecos se rellenaban de cascajo.*” (MENENDEZ PIDAL, 1951: 40).

Ao nosso entender o sistema construtivo da calçada do Vimieiro denuncia a sua cronologia medieval, encaixando-se de todo no modelo de calçadas coevo descrito por João Maia Romão, isto é, com fiadas de “grandes blocos pétreos de forma retangular ou sub-retangular de dimensões similares” (ALMEIDA, 1968: 136, *apud* ROMÃO, 2012: 44) nas margens, e “fiadas de pedras transversais às fiadas que constituem as margens e que são geralmente de maiores dimensões do que as que constituem a calçada” (*idem*).

5.1.5. ABRIGOS

Nesta classe enquadram-se os abrigos naturais onde houve um aproveitamento da morfologia dos afloramentos rochosos, e as cavidades completamente escavadas na rocha. Destas, Mafalda Ramos apresentou quase meia centena localizadas no concelho de Cinfães (RAMOS, 2012: 44 - 68), onde pudémos encontrar marcadas semelhanças com algumas estruturas identificadas em Santa Comba Dão.

A utilização destas cavidades ou habitáculos (RAMOS, 2012) até a contemporaneidade como armazéns, currais, etc., teria apagado o registo arqueológico passível de datação, sobretudo nas cavidades artificiais, tornando arriscada qualquer aproximação cronológica. Em contrapartida, nos abrigos naturais alguns poucos vestígios remeteram a períodos latos de utilização.

5.1.5.1. Vale de Amieiro (29)

Abrigo escavado na encosta de um pequeno morro, na vertente oeste do Vale de Amieiro onde nasce o ribeiro de Santa Comba (**CMP. I: 2**). Segundo o proprietário, à entrada do abrigo existia um corredor construído em grandes lajes de granito. Desta estrutura queda visível o seu derrube (**Fig. XIX: 2**), sendo ainda perceptíveis alguns blocos rochosos facetados. O corredor, com cerca de 3,60 m de comprimento, conduzia à entrada do abrigo com 2,39 m de largura. Na câmara o piso foi nivelado e as paredes desbastadas, conferindo-lhe um formato semi-rectangular, com 2,78 m de altura máxima por 3,30 m de largura máxima e 2,90 m de profundidade. Da sua entrada é avistado o Vale de Amieiro I, a cerca de 120 m no lado oposto do vale.

5.1.5.2. Vale de Amieiro 2 (30)

Abrigo escavado na rocha (**Fig. XIX: 3**), na encosta voltada a leste do ribeiro Fonte do Salgueiro (ribeiro de Santa Comba). Está implantado na vertente oposta ao abrigo do Vale de Amieiro (**CMP. I: 2**), sendo ambos avistados mutuamente. Penetra 2 m no penedo com 1,14 m de altura por 1,29 m de largura. Pelas dimensões, seria provavelmente utilizado como estrutura de armazenagem ou talvez como santuário.

5.1.5.3. Aldrogão (31)

Abrigo natural localizado junto ao ribeiro do Prado, pouco mais de 230 m a sul de Real (**CMP. I: 1**). Segundo uma lenda popular, estariam bancos esculpidos no seu interior, onde os “antigos” se reuniam em orações. A sedimentação no seu interior não permitiu confirmar ou infirmar esta lenda, que todavia não deixa de ser um importante indicativo da sua funcionalidade original, pois conforme afirmaram Faro Carballa e García Jaurrieta (1996: 285), *“las leyendas acerca de los antiguos poblados medievales y de las ermitas, son más abundantes y fiables que las referidas a épocas anteriores, al estar más próximas en el tiempo”*.

Junto à entrada foi recolhido o bojo de um púcaro de cerâmica cinzenta medieval (**Fig. XIX: 4**), referido ainda no próximo capítulo.

5.1.5.4. Avessada (32)

Abrigo escavado na rocha com câmara em formato rectangular (**Fig. XX**). Possui uma entrada de 1,75 m de altura por 2,95 m de largura. Internamente mede 3,10 m de largura por 1,65 m de altura e 2,55 m de profundidade máxima. Contêm pequenos orifícios arredondados escavados nas paredes internas que, de acordo com os estudos de Mafalda Ramos na zona de Cinfães, corresponderiam a nichos que poderiam compor o “fruste mobiliário dos habitáculos” eventualmente destinados a receber luminárias (RAMOS, 2012: 49). Uma cavidade circular junto à entrada indica ter existido uma estrutura de fecho. O abrigo está implantado junto a um carreiro (**CMP. I: 2**) e a pouco mais de 50 m do ribeiro da Fonte do Salgueiro (ribeiro de Santa Comba).

Morfologicamente semelhantes, mencionamos os eremitérios rupestres da Sonsierra Riojana (Navarra), nomeadamente o de San Félix, La Balleta (associado a sepulturas do século IX - X) e de Arriaram, este último, também com um banco ao longo de toda a parede interna (VELILLA CÓRDOBA, 2006: 760 – 765).

5.1.5.5. Pocinhas (33)

Abrigo natural localizado junto ao ribeiro de Vila Dianteira, tendo sido aproveitadas as formações rochosas no sopé de um morro (**CMP. V: I**). No interior foram encontrados um raspador em seixo rolado e fragmentos de *tegullae* e ímbrices, material de construção que, provavelmente, fora reaproveitado das estruturas do assentamento das Regueiras a pouco mais de 200 m para oeste do abrigo, em época quando haveria ainda alguma facilidade em serem extraídos do seu contexto original. No “teto” foram identificadas manchas de combustão.

Até hoje, o espaço ao redor da nascente do ribeiro de Vila Dianteira está integrado em rota de transumância, pelo que o abrigo, em momento incerto, poderia ter servido de apoio aos pastores.

5.1.6. VESTÍGIO DESCONTEXTUALIZADO: Pedraires (34)

De momento, há apenas uma referência. Em 14 de Maio de 1933 o jornal Beira Dão noticiou a doação de seis moedas romanas, por parte do Sr. Suzarte de Almeida à biblioteca municipal Alves Mateus, tendo outrora o mesmo doado 30 moedas.

Este espólio monetário, actualmente extraviado, adveio das “cento e tantas daquelas moedas, achado que teve logar entre Pedraires e S. Joaquinho” (Beira Dão, nº 49 de 1933).

5.2. O PATRIMÓNIO INVENTARIADO E REVISITADO

Actualmente o município de Santa Comba Dão possui 20 sítios arqueológicos inventariados⁵⁹, 14 dos quais se integram nas balizas cronológicas em estudo. Detectamos um equívoco neste conjunto referente à inclusão da necrópole do Passal (CNS: 20435), sítio que na verdade está localizado em Seixo da Beira (Oliveira do Hospital).

Dos sítios mencionados abaixo, apenas o primeiro está implantado a norte do Dão, pois conforme referido anteriormente, a zona da margem direita fora apenas pontualmente estudada desde os anos setenta do século passado. As informações complementares podem ser observadas na **Tabela 2** em anexo.

Pelo menor número de estações, e por serem predominantemente espaços funerários, deixamos agora de lado a organização por funcionalidade para guiarmo-nos apenas pela lógica de implantação espacial já acima aplicada. A bibliografia referente a cada sítio de seguida apresentado, encontra-se disponível também na tabela acima mencionada.

5.2.1. Nossa Senhora da Assunção (35) – CNS: 15139

Sepultura rupestre antropomórfica com encaixe para a tampa, localizada cerca de 50 m para sul da Igreja da Nossa Senhora da Assunção (Igreja Matriz de Treixedo). Foi destruída há pelo menos duas décadas, e em conformidade com o registo, encontramos no terreno o acúmulo de pedras resultantes do seu desmanche.

Em prospecções desenvolvidas na campina entre a igreja e o sepulcro (**CMP. V: 2**), sobre terrenos com boas condições de visibilidade, não foram registados materiais arqueológicos. Também segundo os mais vetustos treixedenses, a referida sepultura seria caso único na vila.

⁵⁹ Consultados em: <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/>.

5.2.2. Santa Comba Dão (36) – CNS: 1558

Trata-se da descrição mais lacónica deste conjunto. Menciona apenas a existência de sepulturas escavadas na rocha e “entulho de material de construção romano” em zona concelhia não especificada, e mais não sabemos sobre este sítio nem sobre os motivos do seu registo. No presente trabalho, resumir-se-á ao que acabamos de escrever.

5.2.3. Silvares (37) – CNS: 20889

Sepultura rupestre antropomórfica (**Fig. XXII: 1**) implantada numa rechã da encosta voltada a sul entre Castelejo e o ribeiro vindo do Lameiro Grande (**CMP. V: 1**). Encontra-se junto à Rua Apeadeiro, 450 m a sul daquela aldeia, em terrenos de mata autóctone (sobreiral) onde não identificámos materiais arqueológicos. Mais a sul, na margem esquerda do vale, e também ao lado da Rua Apeadeiro, encontra-se a sepultura do Cemitério de Silvares (Silvares 2).

5.2.4. Regueiras (38) – CNS: 20890

Necrópole com seis sepulturas rupestres antropomórficas, uma delas, inacabada (**Fig. XXI: 1**). A necrópole está em ponto de destaque na paisagem, com amplo domínio visual sobre a planura por onde corre o ribeiro de Vila Dianteira (**CMP. V: 1**). Nos terrenos ao seu redor foi identificada cerâmica comum e de construção.

Pela organização da necrópole – quatro sepulturas distribuídas em dois pares e duas isoladas – Sandra Lourenço (2007: 35) levantou a hipótese de ter pertencido a um núcleo familiar alargado, ou a mais de um núcleo com laços de parentesco entre si.

5.2.5. São João de Areias (39) – CNS: 20891

Necrópole com, no mínimo, sete sepulturas rupestres colmatadas pelo adro da Igreja Matriz de São João de Areias (**CMP. IV: 2 / Fig. XXI: 2**). Aqui, à semelhança da *villa* do Couto do Mosteiro, foram identificados silhares aparelhados – também alguns com a cavidade para o encaixe do *forfex*⁶⁰ – reutilizados nos muros ao redor do templo,

⁶⁰ A semelhança deste caso agora apresentado, a capela de Santo Amaro (ou Santa Cristina) em Viseu, foi também construída com “pedras reaproveitadas dos edifícios romanos que ali se situavam, pois muitas delas apresentavam os sinais do *forfex*” (VAZ e CARVALHO, 2009: 39).

e fragmentos de cerâmicas comuns e de construção num terreno defronte à igreja. Por estar em zona urbanizada, não foi possível identificar mais vestígios arqueológicos, condicionante para o qual Sandra Lourenço já havia chamado atenção ao apresentar este sítio (LOURENÇO, 2007: 50).

5.2.6. Lavoura ou Alqueives (40) – CNS: 20892

Conjunto de três sepulturas rupestres (**Fig. XXI: 3**), duas antropomórficas canonicamente orientadas e uma de antropomorfismo incipiente, fora do eixo de orientação canónico. A morfologia desta última, a princípio, não indicaria um momento distinto para sua abertura, tendo em conta a possível ligação familiar com as outras duas.

As sepulturas estão a menos de 300 m para sudoeste da Igreja Matriz de S. João de Areias (**CMP. IV: 2**), sendo estes dois sítios separados por uma vinha onde foram encontrados os materiais arqueológicos acima mencionados (NEVES, 2014: 18 e 19), numa mancha de ocupação de dimensões indefinidas.

5.2.7. Quinta do Mascote (41) – CNS: 20894

Sepultura rupestre antropomórfica em elevado estado de degradação, isolada, implantada no vale do ribeiro de Vila Dianteira pouco mais de 1 km a oeste das sepulturas de Alqueives (**CMP. IV: 2**).

Próximo à sepultura, António Neves identificou fragmentos de ímbrices e cerâmicas comuns por uma área de 3000 m² (NEVES, 2014: 17), dentre os quais estão fragmentos decorados com motivos incisos ondulados, os quais serão abordados de seguida mais detalhadamente, e que, na zona desta sepultura, deverá estar associado a uma ocupação coeva do monumento funerário.

5.2.8. Vimieiro (42)

Na Igreja Matriz do Vimieiro (**CMP. III: 1**) estaria uma ou mais sepulturas rupestres, que conforme referido por Sandra Lourenço (2007: 33 e 48), se dispõe apenas da já mencionada (vide: 2.2) referência de Pinho Leal. Segundo este autor, aquela “*egreja matriz, muito antiga (...) que outr’ora foi povoado, pois ali se encontram ainda hoje sepulturas abertas na rocha e que datam pelo menos do tempo da ocupação árabe*” (LEAL, 1873 -1890: 1450). Note-se a louvável aproximação cronológica realizada por este autor.

O monumento não foi inventariado, entretanto, incluímo-lo neste grupo por estar já bem documentado e devidamente estudado.

5.2.9. Patarinho (43) – CNS: 4870

Conjunto de três sepulturas rupestres antropomórficas implantadas num afloramento junto à Rua Patarinho (**Fig. XXII: 3**), entre as aldeias de Óvoa e Cagido. Estão actualmente dentro de uma propriedade privada, portanto, inacessíveis para estudo (**Fotografia Aérea III: 2 / CMP. III: 2**).

5.2.10. Patarinho I (44) – CNS: 20895

Sepultura rupestre antropomórfica (**Fig. XXII: 2**) localizada cerca de 170 m para norte das três sepulturas do Patarinho e pouco mais de 100 m a noroeste da sepultura do Patarinho 2 (**Fotografia Aérea III: 2/ CMP. III: 2**). Está orientada a noroeste.

O sítio foi registado por Sandra Lourenço como um conjunto de três sepulturas, sendo que duas estariam escondidas na vegetação (LOURENÇO, 2007: 35 e 110). Não excluimos esta hipótese, mas ao visitarmos a estação julgamos improvável existirem outros monumentos, pelo menos não imediatamente ao lado da sepultura.

5.2.11. Patarinho 2 (45) – CNS: 20896

Sepultura rupestre não antropomórfica localizada na encosta do Patarinho, sendo a única do conjunto a leste da rua homónima (**Fotografia Aérea III: 2/ CMP. III: 2**), e igualmente a única de morfologia não antropomórfica. Ao visitarmos o sítio, constatamos que a sepultura foi destruída.

5.2.12. Patarinho 3 (46) – CNS: 33742

A escavação do sítio mais tarde registado como Patarinho 3, decorreu em 2010 por iniciativa de José Morais Branquinho, com a participação de um grupo de jovens que participavam numa actividade de ocupação de tempos livres.

De acordo com o seu registo, trata-se de um compartimento do qual foram identificadas duas paredes que se interceptam em ângulo reto, construídas com pedras de pequena e média dimensão. Para além do espólio cerâmico posteriormente

apresentado, foram aqui recolhidos pesos de tear (**Fig. XII: 3**), elementos metálicos (pregos e escórias de fundição) bem como uma grande quantidade de fragmentos de cerâmicas de construção e de cobertura, que possibilitaram inclusive a reconstituição integral de duas *tegullae* (**Fig. XIII: 3**) agora depositadas nas instalações da Junta de Freguesia da U. F. de Óvoa e Vimieiro. O sítio encontra-se 40 m a sudeste da sepultura do Patarinho I (**Fotografia Aérea III: 2/ CMP. III: 2**).

5.2.13. Abadia (47) – CNS: 14526

Estação classificada como *villa*, embora no seu registo, tenha sido admitida a possibilidade de pertencer a um povoado (**CMP. III: 2**). Para além do espólio registado, designadamente, fragmentos de talhas, pesos de tear e cerâmicas com engobe vermelho, talvez do século I d. C.⁶¹, e fragmentos de canalização em barro (**Fig. XIII: 2**), sabemos que foram aqui identificados também fragmentos de canalização em chumbo dos quais conseguimos ter acesso apenas a uma foto (**Fig. XII: 2**).

Este sítio foi registado por Maria do Céu Campos com os micro-topónimos Vinhais, Mareco e Raposeira, onde segundo informações que recolheu apareciam ainda fragmentos de aparato arquitectónico áulico (CAMPOS, 1984: 49).

5.2.14. Lapa (48) - CNS: 27155

Sepultura rupestre não antropomórfica, orientada a nordeste, tendencialmente em concordância com os preceitos canónicos. Foi reutilizada como lagareta em moldes semelhantes ao das sepulturas da Azenha (*vide*: 5.1.1.1). O coberto vegetal da zona não permitiu a realocização do monumento (**CMP. IV: I**).

5.2.15. Lapa I (49) - CNS: 27156

Sepultura rupestre não antropomórfica, localizada aproximadamente a 250 m para oeste da sepultura da Lapa. Assim como esta, também foi convertida em lagareta, tendo sido aberto um canal de escorrência na zona dos pés. Neste sítio, mais uma vez, o coberto vegetal impediu a sua realocização (**CMP. IV: I**).

⁶¹ Informação consultada no Portal do Arqueólogo, disponível em: (<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios.resultados&subsid=58655>).

6. ESTUDO DOS MATERIAIS

Nas palavras de Helena Catarino, “as cerâmicas são (...) os melhores e mais abundantes documentos registados pelo arqueólogo” (CATARINO, 1997/98: 751). Com efeito, o espólio cerâmico recolhido e analisado ao longo deste trabalho corresponde a sua mais fulcral fonte de informação cronológico-cultural, e se em alguns sítios quedaram as cerâmicas o único indicativo de povoamento antigo, noutros, permitiram ensaiar modelos de ocupações associados a monumentos funerários e edifícios religiosos. Por outro lado, a sua ausência revelou-se um entrave incontornável à aproximação cronológica de algumas estações, obrigando-nos, em prol da fidedignidade do que se escreve, a registá-las com cronologia indeterminada ainda que eventualmente apresentassem características aparentemente enquadráveis em determinado período histórico, como ocorreu, por exemplo, com os sítios de Lajes do Oregal (2) e Catraia (3).

Quase todo o conjunto artefactual aqui apresentado corresponde a achados de superfície, sendo que apenas no sítio do Patarinho 3 (46) o espólio adveio de escavações⁶² (vide: 5.2.12). Neste caso, a inexistência de informação estratigráfica poderia tê-lo igualado às peças de prospecção, não fosse a significativa quantidade e diversidade de exemplares exumados, cujo estudo demandou a aplicação de uma metodologia diferenciada, mas que nos permitiu realizar uma aproximação à sequência de ocupação, fundamentada nos quesitos básicos do estudo destes materiais, nomeadamente a cronologia, produção, procedência, função, distribuição, transporte e consumidores (BELTRÁN LLORIS, 1990: 15).

Para as demais estações a abordagem aos materiais arqueológicos consistiu, respectivamente: na lavagem e marcação; desenho de perfis e motivos decorativos, sempre que possível; registo em base de dados; registo fotográfico; procura por paralelos. A cada exemplar foi atribuída uma identificação de registo formada pela abreviatura do sítio, seguida do número de inventário ou, eventualmente, antes deste, da identificação do sector de prospecção onde foi recolhido. Às peças em posse de particulares foi atribuída uma identificação provisória para efeitos de registo neste trabalho.

⁶² Informação disponível no Portal do Arqueólogo (<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/>).

No que respeita à interpretação da cerâmica utilitária, procedemos como Ricardo Costeira da Silva (2015) e utilizámos na abordagem formal do repertório romano e tardo-antigo do Patarinho 3, a nomenclatura aplicada por J. Alarcão no estudo das cerâmicas comuns de *Conimbriga* (ALARCÃO, 1974: 32 - 35), e para a definição funcional, a tipologia utilizada por H. Catarino (1997/98: 761 - 808). Às peças inseridas no espólio de prospecção mantivemos esta mesma nomenclatura funcional, mas pelo baixo número de fragmentos e marcada homogeneidade formal, utilizamos a este nível uma designação genérica. A informação que se segue encontra-se compilada nas **Tabelas III e IV** do volume em anexo.

6.1. OS MATERIAIS DO PATARINHO 3

O espólio do Patarinho 3 fez dele, até ao momento, a única estação arqueológica do concelho onde a tipologia das peças nos indicou uma sequência de utilização enquadrada em balizas cronológicas, aparentemente, bem definidas. Mas não devemos esquecer que este arqueossítio está localizado num dos extremos da extensa mancha de ocupação correspondente à *villa* da Abadia (*vide*: 5.1.2.10) e, se por um lado, não pode ser desvalorizado o seu significado como amostra do potencial arqueológico e indício da sequência ocupacional deste assentamento, por outro, tem de ser entendido como a pequena parcela de uma opulenta propriedade rural que, provavelmente, terá evoluído em diferentes contornos de utilização dentro dos seus limites espaciais.

Foram lavados e catalogados ao todo 507 fragmentos, dos quais 85 se prestaram à identificação formal e desenho, e 23 ostentavam algum tipo de decoração. Tendo em conta este baixo número, bem como a sua desigual distribuição pelos fabricos, optamos por não adoptar a separação entre formas lisas e decoradas, como é recorrente em estudos de cerâmicas, não obstante termos realizado uma pormenorizada análise e descrição dos elementos decorativos. Para o estudo deste espólio, optamos por seguir a linha metodológica de Jorge Alarcão (ALARCÃO, 1974) adaptada às particularidades logísticas e científicas da coleção em análise, ou seja, dividimo-la em dois grupos principais: peças importadas e cerâmicas comuns. O primeiro corresponde, conforme o citado autor, a “peças destinadas não apenas ao consumo local mas a um comércio interprovincial” (*ibidem*: 30), que no Patarinho 3 é representado por um fragmento de vidro, um de cerâmica de tipo Ibérico e pelo conjunto de *terra sigillata hispânica* (TSH) e

um fragmento de *terra sigillata hispânica tardia* (TSHT). O segundo grupo é formado por recipientes comercializados à escala regional e peças de provável origem local (*ibidem*: 29-30).

As cerâmicas comuns ditas “regionais” apresentam tipologias de fabrico difundidas e, mais ou menos, recorrentes nas estações romanas da *Lusitania*, e o paralelismo estabelecido acaba por comprovar a inclusão da *villa* da Abadia nos circuitos comerciais regionais por onde teriam igualmente afluído as importações. Já a proveniência de algumas peças possivelmente fabricadas a nível local resulta agora inevitavelmente obscura. Com efeito, a própria designação “local” é insegura, pois não poderiam apenas estas ter acompanhado aquelas de origem mais longínqua, mas também porque não temos conhecimento de jazidas e olarias antigas na zona de Santa Comba Dão e arredores próximos.

A terem existido pequenos centros de produção voltados ao consumo local, ao nosso entender, poderiam estar, mais acertadamente, em duas zonas: próximo aos depósitos sedimentares localizados entre Óvoa e Pinheiro de Ázere, nos arredores das povoações de Casal de Lameiras e Rojão Pequeno, ou no vale do ribeiro de Pinheirinho (**Mapa - XVI**), onde um diploma do século XII faz referência a barreiros: “*inter Ragoi et Pinieiro veniendo ad illos barreiros, sicut spartit cum Ovola*” (L. P., Doc nº 64 de Junho, 1137); na zona do Vimieiro, onde encontram-se depósitos detríticos arcósico-argilosos (TEIXEIRA, *et. alii*, 1961: 9 e 10), “com calhaus rolados de quartzo que chegam a atingir 0,5 m (*ibidem*: 11).

Conforme exposto acima, alguns grupos de cerâmicas regionais apresentam fabricos bem documentados. Já para as peças de provável origem local optamos por um agrupamento pautado, antes de tudo, na tonalidade das pastas, pois de acordo com Inês Vaz Pinto, “é evidente que há um certo leque de tons típicos de cada tipo de fabrico, que sem serem exclusivos, são um bom indicador” (PINTO, 1999: 76). Não obstante, e na medida do possível, individualizamos dentro de cada grupo aquelas peças cujas características podem remeter a um mesmo centro produtor.

6.1.1. PEÇAS IMPORTADAS

I) Vidro

Foram identificados vários fragmentos de vidro, quase todos com dimensões demasiado reduzidas para a definição tipológica, embora aparentemente, partes de um mesmo recipiente. Ficou documentada uma base de garrafa do tipo *Isings 50*, forma que surge em meados do século I d. C. e perdura até ao século III e mais raramente ao século IV d. C. (ISINGS, 1957: 63 - 66), sendo os exemplares mais tardios fabricados num “vidro delgado e de fraca qualidade” (ALARCÃO, 1966: 90), o que não se aplica à peça ora apresentada.

Trata-se de um fragmento de base côncava com 0,5 cm de espessura, coloração verde-gelo, transparente, com superfície picada onde são visíveis alguns riscos (**Fig. XIII: I**). Ostenta uma roseta de seis ou oito pétalas das quais três são perceptíveis, não sendo possível identificar se estaria ou não inscrita num círculo. Motivos semelhantes em fundos de *Isings 50* foram registados em *Conimbriga* (*ibidem*: 94 - 96), onde destacamos, pela semelhança, um fragmento com “*une étoile à huit pointes ou une fleur à huit pétales*” (ALARCÃO e ETIENNE 1975: 168).

II) Cerâmica de tipo Ibérico

Tipologia representada pelo fragmento de um grande vaso de corpo tronco-cónico do tipo *Kalathos*⁶³ (**Fig. XXVI: I / Estampa II: I**), também chamado “*Sombrero de Copa*” (MATA PARREÑO e BONET ROSADO, 1992: 130 / GARCÍA CANO, 1996: 34), integrado no Subtipo 2 da tipologia para as Cerâmicas Ibéricas proposta por Mata Parreño e Bonet Rosado, enquadrado no século II a. C. (MATA PARREÑO e BONET ROSADO, 1992: 129 - 130). Foi “um dos poucos tipos ibéricos exportados fora do âmbito próprio da Cultura Ibérica e, também, um dos que mais perdurou depois da conquista romana”⁶⁴ (*ibidem*: 129). Estas peças consistem em grandes recipientes de armazenamento com formato aberto, cuja funcionalidade específica queda indefinida, embora se tenha admitido uma multifuncionalidade sobretudo em período romano

⁶³ Correspondem também à Forma 17 segundo a tipologia de Carmen Aranegui e Enrique Plá Ballester (ARANEGUI GASCO e PLÁ BALLESTER, 1981).

⁶⁴ Livre tradução do autor.

(idem), eventualmente utilizados para o armazenamento de cereais e outros sólidos (GARCÍA CANO, 1996: 35).

A peça encontrada no Patarinho 3, de cozedura oxidante e manufatura torneada, corresponde a um bordo de lábio extrovertido em aba plana horizontal, diretamente conectado ao bojo quase rectilíneo, discretamente arqueado. Possui 29,5 cm de diâmetro de abertura e paredes bastante finas tendo em conta o tamanho do recipiente, com apenas 0,4 cm de espessura. Apresenta superfícies alaranjadas cuidadosamente alisadas e pasta compacta bem depurada, de cerne laranja avermelhado, sendo perceptível apenas pequenos grãos de mica a análise macroscópica. Não foram identificados elementos decorativos, embora seja comum a decoração pintada neste tipo de peças (MATA PARREÑO e BONET ROSADO, 1992: 129).

A presença deste objecto no Patarinho 3 resulta algo misteriosa, possivelmente fora recolhido ou numa camada de entulho de época imperial, o que acabaria por explicar a sua associação física ao espólio deste período, ou num estrato abaixo da estrutura rectangular (vide: 4.2.12).

III) *Terra sigillata*

Pertencem ao conjunto analisado 48 fragmentos de *sigillata* hispânica (Fig. XXVI: 2) dos quais 15 se prestaram ao desenho e 2 apresentaram elementos decorativos. Seguindo a tipologia de Hans Dragendorff (1948) registamos, pelo menos: oito pratos do tipo Drag. 15/17 (Estampa II: 2 - 9), 3 tigelas Drag. 27⁶⁵ (Estampa III: 2, 5 e 7), duas Drag. 37 (Estampa III: 3 e 4) e uma taça Drag. 35 com barbotina no bordo (Estampa III: 1).

Conforme afirmaram Romero Carnicero e Ruiz Montez (2005: 189), os pratos Drag. 15/17 destacam-se entre as formas lisas de *sigillata* hispânica, fabricados desde inícios da sua produção nos ateliês de *Tritium Magallum* em meados do século I d. C. perdurando até ao século III, e nos ateliês de Jaén (Bética), os exemplares de perfil muito aberto, semelhante a peças agora apresentadas (Estampa II: 2 e 3), começaram a ser “fabricados em momento avançado no século I”⁶⁶ d. C. (FERNÁNDEZ GARCÍA e

⁶⁵ Pelo tamanho do fragmento representado na Estampa II: 6, não foi possível determinar se pertenceria, ou não, a um dos três recipientes apresentados.

⁶⁶ Livre tradução do autor.

RUIZ MONTES, 2005: 142). A este respeito, também Paz Peralta (1991: 59) já havia destacado o maior tamanho e as paredes mais abertas da forma em questão como uma característica dos fabricos mais tardios, tendo o citado autor referido que, em *Turiaso* (Tarazona, Saragoça), as Drag. 15/17 foram datadas até aos meados do terceiro quartel do século IV d. C. (PAZ PERALTA, 1991: 61).

As Drag. 15/17 de *Conimbriga* estão datadas para os séculos I e II d. C. (MAYET, 1975: 183-183 *apud* ESCRIVÁ TORRES, 1989: 155), e na zona do *forum* de *Aeminium*, foram recolhidos, pelo menos, quatro fragmentos em contexto de deposição secundária enquadrados reservadamente no século I ou segunda metade do século II e século III d. C. (SILVA, 2015: 147). Na Beira Alta, mencionamos o exemplo de Vilares (Trancoso) onde um fragmento foi encontrado num aglomerado populacional ou, possivelmente, um *vicus* do Baixo-Império (CURADO, FERREIRA E LOBÃO, 2013:30) com ocupação documentada já em época alto-imperial.

As taças ou tigelas Drag. 27 são igualmente peças de destaque entre as formas lisas nos fabricos de *Tritium Magallum* (ROMERO CARNICERO e RUIZ MONTEZ, 2005: 189), onde os exemplares de bordo com lábio destacado, semelhante à taça PAT. 82 (**Estampa III: 2**) do nosso estudo, remetem aos primeiros tempos da sua produção, não sendo de excluir aqui uma cronologia mais avançada, pois conforme observou Escrivá Torres (1989: 158), a partir da época flaviana aparecem em percentual semelhante peças “com lábio mais ou menos marcado”⁶⁷. Todavia, face à falta de perfis completos⁶⁸ não podemos agora nos valer da morfologia para maiores aproximações crono-tipológicas. Nas olarias de *Tritium Magallum* as Drag. 27 foram fabricadas até ao século III d. C. (ROMERO CARNICERO e RUIZ MONTEZ, 2005: 189). Na região Beirã, referimos como exemplos a possível *villa* ou centro urbano da Póvoa de Mileu (Guarda) onde peças deste tipo foram identificadas em contextos inseridos entre a segunda metade do século I d. C. e o último quartel do século II d. C. (PEREIRA, CAMEIJO e MARQUES, 2012: 72-76). Também no *forum* de *Aeminium* foi registado um exemplar enquadrado em meados do século I d. C. nos níveis superficiais do Fontanário (SILVA, 2015: 147).

⁶⁷ Livre tradução do autor.

⁶⁸ Nos exemplares mais antigos de Drag. 27, o quarto de círculo superior aparece menos desenvolvido que o inferior, e nas peças mais tardias, acaba por lhe igualar ou superar (Romero Carnicero e Ruiz Montez, 2005: 189).

O bordo de prato Drag. 35 corresponde a uma forma com protótipo na *sigillata gálica* (BELTRÁN LLORIS, 1990: 118) produzida a partir da época flaviana (*ibidem*: 90). O exemplar do Patarinho 3 apresenta folha de água em barbotina no bordo, como a “*la mayoría de los ejemplares de época Alto Imperial*” (PAZ PERALTA, 1991: 63), e corresponde a uma forma produzida nos ateliês de *Tritium Magallum* em inícios da época flaviana. Na região da Beirã têm uma presença bem documentada, por exemplo, em *Conimbriga* (MAYET, 1984: 27; CUNHA, 2009: 84), no *forum* de *Aeminium* (SILVA, 2015: 147) e na Póvoa de Mileu (PEREIRA, CAMEIJO e MARQUES, 2012: 71).

Os últimos dois fragmentos que referimos de TSH correspondem a bordos de duas tigelas Drag. 37, sendo quase certo que pertença a um destes recipientes o bojo decorado com círculos concêntricos intercalados por palmetas (**Fig. XXVI: 3**). As Drag. 37 representam uma das formas decoradas mais comuns de *sigillata hispânica*, ainda dependentes das produções gálicas (BELTRÁN LLORIS, 1990: 118). No *forum* de *Aeminium*, assim como as Drag. 15/17, foram identificadas em contexto de deposição secundária nos níveis posteriores ao século VI d. C. (SILVA, 2015: 146 - 147). Segundo P. Ciprés (1987: 17-24), as Drag. 37 foram utilizadas, sobretudo, entre finais do século I e inícios do século III d. C.

Finalmente, foi documentado um fragmento de TSHT (*sigillata hispânica tardia*). Este fabrico enquadra-se entre finais do século II e século III d. C. e o primeiro quartel do século VI d. C., com uma difusão realizada principalmente pelo vale do Ebro, mas também através do Douro, ainda que em menor escala (BELTRÁN LLORIS, 1990: 118).

A peça em questão corresponde a um bojo de verniz completamente desintegrado (**Fig. XXVI: 4**), a ostentar uma decoração a molde com motivos geométricos, designadamente círculos a roleta inacabados e triângulos, enquadrados no segundo estilo de decoração a molde das TSHT descrito por F. Mayet (1984: 258 e 259), comuns às Drag. 37 tardias⁶⁹ de *Conimbriga* (*ibidem*: 259), forma que “*caracteriza el período entre el siglo IV e VI d. C.*” (BELTRÁN LLORIS, 1990: 119). O segundo estilo fora oriundo tanto das olarias do vale do Ebro quanto da Meseta, em fabricos inseridos entre

⁶⁹ Para os sítios em Portugal com documentação de Drag. 37 tardias decoradas, consultar SILVA, 2007: 22.

a segunda metade do século IV e século V⁷⁰ (*idem*), sendo, “sem dúvida, o estilo mais representativo entre os utilizados para decorar os vasos de *sigillata* hispânia tardia”⁷¹ (PAZ PERALTA, 1991: 105).

Em Terronha de Pinhovel (Macedo de Cavaleiros, Bragança) os exemplares informes de TSHT com decoração a molde foram remetidos àquela forma, balizada entre os séculos III e V/VI d. C. (SILVA, 2007: 9), e nas olarias de *San Antón* (Burgos), as Drag. 37 tardias decoradas pela mesma técnica⁷² são predominantes entre as produções de tigelas (PÉREZ RODRÍGUEZ e DOMÍNGUEZ BOLAÑOS, 2005: 280).

6.1.2. CERÂMICA COMUM

I) Cerâmica Cinzenta Fina

Traduz-se num dos fabricos mais bem representados do Patarinho 3, onde poderia ter feito as vezes de cerâmica de mesa fina nos alvares da romanização. Representa uma produção amplamente documentada a nível regional e nacional⁷³ que “dispensa grandes apresentações” (SILVA, 2015: 122).

Integra 144 fragmentos dos quais 16 permitiram a identificação formal, 12 se prestaram ao desenho e 11 apresentaram decoração por polimento. Todos possuem pastas bem depuradas eventualmente com pequenos vacúolos, em tons de cinza, algumas em tonalidade mais clara e outras acastanhadas, com inclusões completamente invisíveis a observação macroscópica (**Fig. XXX: 5 - 7**). A maioria apresenta marcas do torno de oleiro, e nos exemplares em que estas não são perceptíveis, isto pode tanto indicar a manufactura por técnicas de modelação, quanto terem sido apagadas pelo cuidadoso alisamento das superfícies (ALARCÃO, 1974: 58), este, sempre presente. Em termos funcionais todas as peças pertencem a formas finas destinadas ao serviço de mesa.

⁷⁰ Seundo Juan Tovar (1997: 558), esta época correspondeu ao segundo período de evolução e expansão da TSHT, momento em que se percebe um certo crescimento das olarias riojanas.

⁷¹ Livre tradução do autor.

⁷² Conforme afirmado pelos autores, as decorações a molde são “*características de la fase de madurez de la producción de T.S.H.T*” (PÉREZ RODRÍGUEZ e DOMÍNGUEZ BOLAÑOS, 2005: 288).

⁷³ Conforme afirmaram Centeno, Morais e Soeiro (2014: 295), “será raro o sítio arqueológico de Entre-Douro-E-Minho com contextos alto-imperiais que não às tenha”.

Os fragmentos de cerâmicas cinzentas finas polidas⁷⁴ (**Fig. XXVII: 2**), todos informes, apresentam motivos já bem documentados nesta tipologia alto-imperial, ou seja, linhas em zigue-zague, faixas onduladas e faixas paralelas orientadas geralmente perpendicularmente a um traço polido. Estes motivos encontram-se registados em peças de *Conimbriga* de estratos da segunda metade do século I d. C. (ALARCÃO, 1974: 88) e nos níveis Augustanos e Claudianos do *forum* de *Aeminium* (SILVA, 2015: 124 - 129). Na região Norte, referimos como exemplo o Castro de Romariz (Santa Maria da Feira) onde foram encontradas em níveis do século I d. C. (CENTENO, MORAIS e SOEIRO, 2014); Monte Mózinho (Penafiel), enquadradas em épocas Júlio-Cláudia e Flaviana; e no Castro Padrão (Santo Tirso), registadas acima dos pisos de construções quadrangulares, em meio a materiais do último quartel do século I d. C. (SOEIRO, 1981/82).

Para os exemplares com forma, o enquadramento cronológico-cultural resulta mais problemático, uma vez que o alto grau de fragmentação não nos permitiu incluí-los seguramente nem no grupo acima descrito nem nas cerâmicas cinzentas de tradição indígena. Em termos formais, quatro bordos (**Estampa IV: 5 - 8**) de colo alto, em arco côncavo, em alguns casos (**Estampa IV: 6 e 7**), assemelham-se ao de potes e potinhos de cinzentas finas polidas de *Conimbriga* (ALARCÃO, 1974: 88 e 89) e do *forum* de *Aeminium* (SILVA, 2015: 129). Os restantes encontram semelhanças no grupo de cinzentas finas de tradição indígena de *Conimbriga* enquadradas entre os séculos II / I a. C. e primeira metade do século I d. C. (ALARCÃO, 1974: 58 - 71). Designadamente, as peças de IDs 59 e 61 (**Estampa IV: 2 e 3**) assemelham-se a pratéis, que teriam fundo raso (*ibidem*: 63), e o bordo de ID 36 (**Estampa IV: 1**), esvasado com lábio boleado, é semelhante a taças e tigelas com “copa sobre o bicónico” e “copa em calote esférica” (*ibidem*: 66 e 68).

Deste grupo foi ainda documentado um conjunto de asas (**Fig. XXVII: 1**), seis em fita, uma proto-bífida (**Estampa IV: 10**) e uma bífida (**Estampa IV: 9**), esta, idêntica a um fragmento de cerâmica cinzenta fina polida do Castro de Romariz (CENTENO, MORAIS e SOEIRO, 2014: 301); bem como oito fundos, quatro de base plana e quatro de base emoldurada na face externa (**Fig. XXVI: 6/ Estampa IV: 11 e 12**) pertencentes a peças de pequenas dimensões (púcaros e pucarinhos), muito

⁷⁴ Para a cronologia das cerâmicas cinzentas finas de tradição indígena e polidas, ver, entre outros: ALARCÃO, 1974: 58 - 63 e 87 - 88; CENTENO, MORAIS e SOEIRO, 2014: 291 - 296; SILVA, 2015: 122 - 123; SOEIRO, 1981/82: 98 - 108.

parecidos com os exemplares grafitados também das cerâmicas cinzentas finas polidas do Castro de Romariz (*ibidem*, 2014: 303). No povoado de Monte Mozinho, os fundos de cerâmicas cinzentas finas de base plana lisa e/ou emoldurada, foram enquadrados maioritariamente em época flávia e com menor expressão no período júlio-cláudio (SOEIRO, 1981/82: 99).

II) Alaranjada fina

Conjunto formado por peças finas manufaturadas a torno, de superfícies cuidadosamente alisadas deixando, eventualmente, escondidas as marcas do torno (**Fig. XXVII: 3**). Possui as pastas de melhor qualidade do grupo das cerâmicas comuns, bem depuradas, com cores que oscilam entre o laranja, laranja esbranquiçado e rosa-alaranjado, onde as inclusões são sobretudo de pequeno calibre ou mesmo imperceptíveis à observação macroscópica (**Fig. XXX: 8 - 12**).

Todos os exemplares pertencem a recipientes de mesa, designadamente tigelas, potinhos, púcaros e copa (**Estampa V: 2 - 8**). Trata-se de um fabrico diacrónico integrado entre o Alto Império e a Antiguidade Tardia. Em *Conimbriga*, as alaranjadas finas foram documentadas entre os séculos I e V d. C., e no *forum* de *Aeminium*, preponderantemente em níveis tardios (séculos IV e V d. C.) nas zonas do Fontanário e da antiga Igreja de São João (SILVA, 2015: 146 - 152).

Para uma aproximação cronológica sustentada na análise formal, em se tratando de um serviço de mesa fino inserido, talvez, em época imperial, resulta fiável identificar semelhanças com recipientes de fabricos relativamente datáveis, pois conforme observaram Ricardo Costeira da Silva, Fernández Fernández e Pedro Carvalho (2015: 244) ao analisar as cerâmicas alaranjadas finas do *forum* de *Aeminium*, “os exemplares recuperados acabam por apresentar cronologias das formas que imitam (ou das formas que se inspiram)”. Assim, as peças de bordo esvasado (**Estampa V: 2, 5, 6 e 7**) encontram paralelos nos púcaros e potinhos das alaranjadas finas de *Conimbriga* semelhantes a púcaros de cerâmicas cinzentas finas alto-imperiais, enquadrados possivelmente nos séculos II e III d. C. (ALARCÃO, 1974: 94). Também uma tigela (**Estampa V: 3**) apresenta perfil aparentemente influenciado pelas formas Drag. 37 de *sigillata hispânicas* ou Drag. 37 e Drag. 29/37 de *sigillata hispânica tardia*, e um bordo estrovertido com asa bífida (**Estampa V: 8**) encontra paralelos nas copas bitroncocónicas das cerâmicas alaranjadas finas de *Conimbriga* (*ibidem*: 96), sendo

idêntico a um jarro do século VI d. C., recentemente documentado no anfiteatro desta cidade (CERVEIRA, 2017: 208).

A decoração neste fabrico foi realizada por polimento e pintura⁷⁵. A primeira foi detectada em duas peças com motivos de linhas paralelas e perpendiculares (**Fig. XXIX: 1.1 e 1.2**). Em *Conimbriga* a cerâmica alaranjada fina polida foi integrada na mesma cronologia das alaranjadas finas (ALARCÃO, 1974: 93 - 99); já no *forum* de *Aeminium* foi registada em níveis de meados do século I. d. C. quando esta forma decorada prevalecia à lisa. Respeitante à cerâmica pintada, registamos um fragmento com linhas paralelas de cor vermelho-vinho (**Fig. XXIX: 3**), semelhante às cerâmicas romanas pintadas do sítio de Cáparra II, no norte da Extremadura espanhola, enquadradas na segunda metade do século I d. C. (BUSTAMANTE-ÁLVAREZ, 2016). Este motivo está presente, quer isoladamente, ou combinado com outros ornamentos, em sítios do ocidente peninsular desde finais da Idade do Ferro até ao Baixo Império (LUEZAS PASCUAL e MARTÍN-BUENO, 1995: 237). No *Municipium Augusta Bilbilis* (Saragoça), as cerâmicas com motivos geométricos pintados estão amplamente representadas, enquadradas no período áureo daquela cidade durante o século I d. C. (*ibidem*: 237 e 256).

III) Calcítica

Registamos apenas um fragmento de cerâmica calcítica que felizmente nos deu forma, designadamente, um pote de bordo redobrado sobre o ombro com lábio em gancho (**Fig. XXVII: 5 / Estampa V: I**). A pasta possui uma coloração cinzento-escuro no cerne e laranja avermelhada ao se aproximar da parede interna, coloração que a reveste completamente, já a externa apresenta uma tonalidade castanha escura no bordo e castanha avermelhada no ombro. Os ácidos solos graníticos do Baixo Dão terão desfeito os cristais de calcite, deixando vacúolos na parede interna e no bordo que lhes confere um aspeto de “queijo-suíço”.

No *forum Aeminium*, designadamente nos níveis de abandono do fontanário, as cerâmicas calcíticas foram enquadradas entre os séculos IV e V d. C. (SILVA *et alii.*, 2015:

⁷⁵ As cerâmicas alaranjadas finas representam um fabrico distinto das cerâmicas alaranjadas finas polidas, todavia, tendo em conta o seu elevado grau de fragmentação no Patarinho 3, não nos foi possível distinguir seguramente estes dois fabricos, pelo que incluímos essas peças, de forma genérica, num mesmo grupo.

243 e 244), e em *Conimbriga*, um pote fabricado na Ínsula do Vaso Fálco que foi identificado em contextos do século V d. C. (ALARCÃO, 1974: 111, peça nº 700 / ALARCÃO, 1975: 150), assemelha-se ao recipiente do Patarinho 3. Em *Conimbriga* este fabrico esteve presente desde o Alto Império até à Antiguidade Tardia (ALARCÃO, 1974: 110). Em sondagens recentes realizadas na zona do Anfiteatro desta cidade, as cerâmicas calcíticas apareceram em níveis enquadrados entre o período augustano e suevo-visigodo, ao que lhes foi atribuída uma cronologia de produção que se estende para além do século V d. C. (CERVEIRA, 2017: 49).

Mais do que um indicador cronológico, esta peça representa um fabrico regional, possivelmente dos arredores de *Conimbriga* (ALARCÃO, 1974: 43), e manifestará a afluência dos produtos desta região para a zona em estudo.

IV) Imitação de engobe vermelho pompeiano

Fabrico bem representado no Patarinho 3, mas em alto grau de fragmentação, pelo que foi possível reconstituir o perfil de apenas dois exemplares (**Fig. XXVII: 4 / Estampa VI**). São peças de manufatura torneada com pastas em tons de laranja acinzentado e laranja avermelhado, bem depuradas, compactas e algo granulosas, com inclusões de pequeno e médio calibre, neste caso com destaque para os grãos de mica (**Fig. XXXI: 11 e 12**). É certamente o tratamento de superfície o elemento agregador deste grupo, caracterizado por uma aguada de argila castanha avermelhada que lhes confere uma fina camada “esmaltada”, pouco aderente, por vezes completamente desgastada.

Está representado pelos pratos covos que imitam a Forma 6 da tipologia de Aguarod Otal (1991) para as cerâmicas de engobe vermelho pompeiano. São recipientes rasos e largos, de bordo introvertido e lábio arredondado, por vezes com discreto espessamento interno. As paredes são tendencialmente arqueadas, ou conforme referiu Jorge Alarcão, como “popa de barco” (1974: 55). Funcionalmente, todos os exemplares poderiam tanto ser destinados à cozinha quanto ao serviço de mesa (DIAS, 2014: 66), todavia, originariamente consiste numa peça utilizada na preparação das *patinae*, ou seja, guisados onde os ingredientes principais são esmigalhados e geralmente ligados com

ovos batidos para posterior cozimento em lume brando (AGUAROD OTAL, 2017: 36)⁷⁶.

Os fabricos de imitação predominam sobre os originais, principalmente em zonas afastadas do litoral (DIAS, 2014: 62), portanto, sem acesso direto aos produtos importados. Segundo Aguarod Otal (2017: 36) as imitações de engobe vermelho pompeiano difundem-se pelo império a partir do período claudiano, datando deste momento inicial até ao século II os recipientes que “*tratan de igualar el excelente engobe interno de las producciones campanas*”, em oposição aos mais tardios que dele carecem (*idem*). É também em época claudiana que se enquadram as imitações da Forma 6 documentadas no *forum* de Aeminiun (SILVA, 2015: 140), bem como um fragmento de bordo registado no anfiteatro de *Conimbriga* idêntico às peças do Patarinho 3 (CERVEIRA, 2017: 210). Produzida⁷⁷ e difundida à escala regional, representa mais uma prova da inserção da *villa* da Abadia em circuitos comerciais regionais ao longo do Alto Império.

V) Pastas e superfícies alaranjadas

Integra este grupo as cerâmicas alaranjadas (**Fig. XXVII: 6**) fabricadas a torno, algumas a torno lento, com pastas em tons de laranja que variam entre o amarelado, avermelhado e acinzentado, predominantemente compactas com abundantes desengordurantes de natureza mineral, sobretudo, de pequeno e médio calibre, e de grosso calibre nas cerâmicas mais grosseiras, eventualmente a sobressair pelas superfícies, ainda que tenham as mesmas levado um alisamento mais cuidado (**Fig. XXXI: I - 6**). Em contrapartida, nalgumas peças as pastas são tão compactas quanto nas alaranjadas finas, todavia, incluímo-las nesse grupo não apenas pela espessura mais larga das paredes, mas principalmente, pelo tamanho e frequência dos desengordurantes, pelo que nos pareceu manifestamente descabido atribuí-las a um serviço de mesa fino. Das formas identificadas são predominantes os recipientes destinados ao serviço de

⁷⁶ Segundo Carmen Aguarod Otal (2017: 36), o aparecimento desta forma entre as comunidades autóctones supõe “*una autentica aculturación y un gran cambio en sus costumbres culinarias.*”

⁷⁷ Segundo Manuel da Silva Dias (2014: 62 e 63), destacam-se como centros produtores no noroeste peninsular as cidades de Braga e Lugo, sobretudo a segunda em função das peças com marcas de oficinas desta zona.

mesa e contenção de líquidos, de maiores dimensões em comparação aos grupos das cerâmicas cinzentas finas e alaranjadas finas.

O único recipiente que talvez não fosse à mesa seria um alguidar de pasta pouco compacta com inclusões de grosso calibre, (**Estampa VII: 1**), os outros correspondem a bilhas, jarros, pratos e tigelas. Uma bilha de colo emoldurado (**Estampa VII: 7**) e uma tigela de bordo com espessamento interno e encaixe para a tampa (**Estampa VII: 4**) assemelham-se às cerâmicas alaranjadas de meados do século I d. C. do *forum* de *Aeminium* (SILVA, 2015: 127 - 130), e um prato largo e raso de bordo arqueado e lábio introvertido com forma de lua em quarto crescente (**Estampa VII: 2**), possui a mesma forma de pratos das cerâmicas alaranjadas de contextos tardios do mesmo sítio (*ibidem*: 143 e 144). Conforme apresentado *supra*, esta forma no Patarinho 3 encontra-se bem representada nas cerâmicas de imitação de engobe vermelho, enquadradas no século I d. C.

O fragmento com decoração polida, que provavelmente corresponderia a um pote, apresenta motivos reticulados, horizontal e vertical ou diagonal, já bastante desgastados (**Fig. XXIX: 1.3**).

Por fim, um pequeno conjunto de pasta e superfícies alaranjadas afasta-se dos grupos anteriores. Trata-se de fragmentos com decoração incisa, com motivos emoldurados de linhas ameandradas e onduladas, e reticulados, realizados por incisão simples ou a pente (**Estampa VII: 9**). Como paralelos para estas peças, mencionamos: as cerâmicas decoradas dos assentamentos visigodos no vale do rio Jarama (Madrid)⁷⁸; os recipientes de armazenamento e cozinha documentados em níveis do terceiro quartel do século V em *El Castellón* (Zamora) (SASTRE BLANCO, CATALÁN RAMOS e FUENTES MELGAR, 2014); o grupo dos grés argilosos de *Conimbriga* (ALARCÃO, 1974: 112 - 126). No assentamento de Dehesa de La Ventosa (Cáceres), com uma ocupação enquadrada em finais do período visigodo, este tipo de decoração foi documentado com bastante expressão, não apenas em cerâmicas comuns, mas em *tegullae* e *imbrex* (FERNÁNDEZ de La PEÑA, 2012-2013: 68-75), e, mais recentemente, em escavações levadas a cabo no sítio de *Santa María de Abajo* (Carranque, Toledo), um fragmento de

⁷⁸ Designadamente *Las Charcas* (RODRÍGUEZ CIFUENTES e DOMINGO PUERTAS, 2006: 441), *El Prado de los Galápagos* (SÁNCHEZ-MORENO, GALINO SAN JOSÉ, RACIO MARTIN, 2006: 457), *El Guijo* e *El Bajo Del Cercado* (REDONDO GÓMEZ *et alii.*, 2006: 486).

cerâmica comum tardo-antigo, com incisões de motivos ondulados, foi documentado no preenchimento de um silo que penetra os estratos alto-imperiais e níveis do século V d. C. (GARCÍA ENTERO *et. alii*, 2017: 163 - 166), e note-se que, neste mesmo estudo, as cerâmicas comuns de cozinha e mesa com motivos ondulados incisos foram quase todas registadas em contextos tardo-antigos (*ibidem*: 156).

De volta à região Beirã, no casal romano do Relengo (Sabugal), as cerâmicas com decorações incisas de motivos ondulados e ameandrados foram enquadradas no segundo momento de ocupação deste assentamento datado para os séculos IV e V d. C. (OSÓRIO *et alii*, 2008: 5). Em contrapartida, no *forum* de *Aeminium*, Ricardo Costeira da Silva registou cerâmicas de cozinha decoradas com ondulados incisos em níveis do século IX-X d. C. (SILVA, 2014: 81). Já no alto Mondego, foram os mesmos documentados em sítios enquadrados entre os séculos IX-XI d. C., designadamente São Gens e Soida (Celorico da Beira), onde predominam os recipientes cozidos em atmosfera oxidante, o que acaba por ir de encontro “com a ideia pré-concebida de que as sociedades alto-medievais cristãs produziram essencialmente cerâmicas escuras, resultantes de cozeduras redutoras” (TENTE, LANTES e PIETRO, 2014: 122).

Às decorações incisas com linhas onduladas e motivos reticulados, em cerâmicas comuns de cozedura oxidante podemos admitir uma utilização, grosso modo, enquadrada entre a Antiguidade Tardia e inícios da Alta Idade Média, abarcando os séculos V/VI aos séculos VIII/IX. Estas peças poderiam estar inseridas, portanto, num contexto de produção pós-romano que, segundo Adriaan De Man (2004: 460), em *Conimbriga*, seria caracterizado por uma “progressiva simplificação morfológica” dos recipientes, supostamente compensada por “determinadas soluções decorativas”, designadamente as linhas onduladas incisas num primeiro momento, culminando depois nos cordões plásticos digitados (*ibidem*), estes, até ao momento, ausentes nos recipientes do Patarinho 3.

VI) Pastas ocre-amareladas

Em termos de fabrico, representa o grupo mais homogéneo da coleção, manufacturadas a torno com provável origem local (**Fig. XXVII: 7**). Poderia facilmente ser incluído num tipo mais grosseiro das cerâmicas alaranjadas, mas a similaridade das peças nos encorajou a separá-las em fabrico próprio. As pastas, em alguns exemplares, mais compacta, e em outros, mais esponjosa, denunciam predominantemente

atmosferas de cozimento oxidante em fornos com apenas uma câmara, onde os recipientes deveriam estar expostos ao fumo, originando superfícies com manchas enegrecidas (**Fig. XXXI: 7 e 8**). Em outros exemplares houve claramente um arrefecimento redutor, patente nas pastas de tonalidade alaranjada que evoluem, de forma homogênea, para o cinzento ou cinza escuro em direcção à parede externa.

As inclusões de pequeno e médio calibre estão sempre presente, e as de grosso calibre predominam nos recipientes maiores, visíveis tanto no corte quanto nas superfícies, que na maioria dos casos foram apenas ligeiramente alisadas.

Integram este grupo os recipientes de armazenamento e cozinha, sendo a forma mais característica os potes ou panelas de bordo em aba horizontal (**Estampa VIII, 2 e 4**), que encontram paralelos formais em panelas de bordo horizontal e voltado para fora na *villa* de São Cucufate, onde são, possivelmente, uma forma típica do Alto Império (PINTO, 1999: 412 e 413). Estas formas, e os recipientes de bordo oblíquo (**Estampa VIII, 7**), encontram paralelos formais também na cerâmica aluvionar e nos grés cinzentos das cerâmicas torneadas de tradição indígena de *Conimbriga* (ALARCÃO, 1974: 53-58). Deste fabrico, também possuem semelhanças as talhas de argila de Pombal-Barracão (*ibidem*: 72) com uma talha do nosso conjunto, de bordo com um pequeno espessamento externo na junção com o ombro (**Estampa VIII: 1**).

VII) Pastas de núcleo cinzento e superfícies avermelhadas e alaranjadas

Grupo caracterizado, em termos funcionais, pelos recipientes de cozinha ou armazenamento (**Fig. XXVIII: 1**), de pastas mais ou menos enrugadas e granuladas, com inclusões de médio e grosso calibre, sendo neste caso predominantes os grãos de quartzo (**Fig. XXXI: 13 e 14**). A coloração das pastas resulta homogênea em todas as peças, o que remete a um processo de cozedura em comum, inicialmente em atmosfera redutora e posteriormente oxidante. Em alguns exemplares notamos que a oxidação teria ocorrido pouco depois do início da cozedura, deixando apenas uma estreita faixa cinzenta no cerne da pasta. O tratamento de superfície resume-se a um alisamento mal cuidado.

Entre os recipientes de armazenamento figuram dois *dolia* e duas talhas. Os primeiros possuem bordo introvertido, arredondado num exemplar (**Estampa XII: 3**) e com espessamento interno no outro (**Estampa XII: 2**), ambos com ressalto externo

na ligação entre o bordo e o arranque da pança. No tocante à forma e fabrico, encontram paralelos nos recipientes da zona do Baixo Sabor, onde este tipo de peça cozida em atmosfera redutora com pós-cozedura oxidante foi documentada principalmente em contextos alto-imperiais (BÁEZ, *et. alii*, 2014: 899). As duas talhas, de bordo horizontal dobrado sobre os ombros, apresentam marcadas diferenças ao nível da textura, sendo uma de pasta grosseira com abundantes inclusões de médio e grosso calibre (**Estampa X: 1**) e outra, de pasta mais compacta com inclusões de pequeno calibre e superfícies com alisamento mais cuidado (**Estampa X: 2**). Formalmente, estes dois recipientes encontram paralelos nas talhas dos séculos I - II d. C. da Quinta de Crestelos (Mogadouro, Bragança) (*ibidem*: 914) e nas talhas da argila de Pombal-Barracão de níveis augustanos e flavianos de *Conimbriga* (ALARCÃO, 1974: 71 - 73), sendo a primeira semelhante aos recipientes de pasta alaranjada grosseira de níveis alto-imperiais do *forum* de *Aeminium* (SILVA, 2015: 148). De fabrico idêntico e provavelmente oriundo do mesmo centro produtor da talha PAT. 103 (**Estampa X: 2**), seria um pote ou pequena talha de bordo em aba horizontal representado na **Estampa X: 3**.

VIII) Pastas castanho avermelhadas

À semelhança dos dois grupos anteriores, este pode ser caracterizado como uma cerâmica grosseira, de provável origem local, que integra recipientes de armazenamento e cozinha (**Fig. XXVII: 8**). As pastas, em tons avermelhados (**Fig. XXXI: 9 e 10**), revelam uma atmosfera de cozedura irregular tendencialmente oxidante, por vezes, com arrefecimento redutor, de textura pouco compacta com inclusões de pequeno, médio e grosso calibre.

Neste grupo, distingue-se claramente um conjunto de fragmentos com o mesmo fabrico, concretamente um *dolium* de bordo introvertido com espessamento interno (**Estampa XII: 1**), duas talhas de bordo horizontal (**Estampa IX: 6; Estampa XII: 6**) e um pote (**Estampa IX: 7**). Trata-se de peças cozidas em atmosfera regular, com pastas bem depuradas onde são poucas as inclusões de grosso calibre. As superfícies, com a mesma cor da pasta, ostentam as marcas do torno apesar do cuidado alisamento. Ao que tudo indica, são peças provenientes de um mesmo centro produtor.

IX) Pastas cinzentas escuras / negras

Representa um grupo multifuncional que inclui o maior conjunto de fragmentos com forma da coleção (**Fig. XXVIII: 2**). Trata-se de uma cerâmica grosseira com peças torneadas e manuais, cozidas em atmosfera redutora, ocasionalmente com pós-cozedura oxidante, originando pastas negras ou cinzentas que geralmente vão sendo mais claras até atingir tons de bege, alaranjado ou com menos frequência, laranja avermelhado na superfície, embora em alguns exemplares a tonalidade negra se mantenha do núcleo à superfície indicando uma cozedura redutora homogênea.

Em termos de textura ficou evidente alguma diversidade, e não obstante julgarmos tratar-se de uma cerâmica de produção local, a matéria prima teria sido obtida em diferentes jazigos independentemente da localização dos centros produtores, que agora ignoramos pese embora os indícios apresentados *supra* (*vide*: 6.1). No que se refere ao tratamento de superfície, não foi para além de um alisamento, ora mais cuidado, ora nitidamente destinado apenas a regularizar as paredes de forma a impedir o despontar das inclusões de grosso calibre. Apenas neste grupo a quantidade de fragmentos nos permitiu identificar três tipos de pastas distintos:

Tipo IX.1 – pasta negra caracterizada pelas inclusões de quartzo de médio e principalmente de grosso calibre (**Fig. XXXII: 1**). As superfícies são predominantemente negras ou cinzento-escuras, sendo alaranjada na parede interna apenas de um fragmento.

Tipo IX.2 – pasta com as mesmas tonalidades da anterior, mais compactas em alguns casos, distinguindo-se sobretudo pela ausência das inclusões de grosso calibre e de grãos de quartzo (**Fig. XXXII: 2**), razão pela qual incluímos, neste tipo, tigelas de perfis e tratamentos de superfície idênticos a exemplares pertencentes ao tipo anterior. Entretanto, neste caso, as semelhanças ao nível de fabrico e morfologia nos leva a crer num centro produtor em comum independentemente do jazigo onde fora obtida a argila. Um dos fragmentos de menor espessura, pertencente a uma tigela (**Estampa XI: 8**), possui a parede externa bem alisada e interna polida de cor vermelha alaranjado, sendo por conseguinte a peça de melhor fabrico do grupo.

Tipo IX.3 – as pastas aparecem com tonalidades mais claras que as anteriores, em tons de cinza quase alaranjados (**Fig. XXXII: 3**). A diferença principal reside na sua textura arenosa por vezes mantida do cerne à superfície. Os desengordurantes são de

pequeno e médio calibre e incluem grãos de quartzo. Os fragmentos deste tipo apresentam fabricos marcadamente semelhantes às peças pré-romanas do cabeço da Gestosinha. Os exemplares deste tipo não apresentaram forma.

Dentro dos fabricos IX.1 e IX.2 há tigelas, panelas e *dolia* com paralelos em *Conimbriga*. Refira-se, por exemplo, as tigelas de bordo em aba horizontal e bojo oval ou globular, cujo diâmetro não ultrapassa a aba do bordo (**Estampa XI: 4 e 6**), semelhantes a tigelinhas de cerâmica siltosa alto-imperial (ALARCÃO, 1974: 90 e 91, peças de n^{os} 489 e 494), pelo que poderiam, talvez, procurar os recipientes apresentados emular formas de um serviço de mesa fino. Uma panela de bordo muito revirado (**Estampa XI: 7**) do tipo IX.2 encontra forma semelhante na cerâmica aluvionar de tradição indígena daquela cidade (*ibidem*: 57, peça de n^o 140), utilizadas até ao século I. d. C. (*ibidem*: 51). Referimos ainda um bordo de *dolium*, introvertido com lábio arredondado e ressalto externo na junção com a pança (**Estampa XII: 4**), integrado no fabrico IX.1, com perfil semelhante aos *dolia* de cozedura redutora tardo-antigos do Baixo Sabor (BÁEZ, *et alli*, 2014: 905).

A este fabrico pertence, a única peça, de toda a coleção do Patarinho 3, com perfil completo, designadamente um prato de fundo plano com paredes discretamente arqueadas e bordo com espessamento interno (**Estampa XI: 16**) e encaixe para a tampa, uma forma de longa diacronia documentada em diversos fabricos, por exemplo no *forum* de *Aeminium* entre as cerâmicas alaranjadas de meados do século I. d. C. (SILVA, 2015: vol. II, Estampa V) e em *Conimbriga*, nos designados “pratos covos” desde o grés cinzento da cerâmica torneada de tradição indígena (ALARCÃO, 1974: 55, peça de n^o 102) às alaranjadas finas tardo-antigas (*ibidem*: 107, peça de n^o 639).

X) Lucerna

Por último, mencionamos um pequeno fragmento de lucerna (**Fig. XXIX: 4 / Estampa VI: 1**), no qual é possível identificar o contorno do disco e o arranque da orla. Possui uma pasta ocre esbranquiçada e verniz alaranjado com manchas negras. Pela sua pequena dimensão (2,6 x 1,7 cm) não podemos avançar com análises morfo-tipológicas, mas os tons da pasta e superfície são parecidos com os das cerâmicas de paredes finas produzidas em Mérida, cujos exemplares documentados em *Conimbriga* foram enquadrados na segunda metade do século I d. C. (BELTRÁN LLORIS, 1990: 173).

6.1.3. APANHADO FINAL

Da análise do espólio do Patarinho 3, pese embora a falta de informação estratigráfica, podemos tecer algumas observações que nos ajudam a descortinar, ou melhor, a começar a perceber a situação cronológica e social da *villa* da Abadia ao longo das épocas romana e tardo-antiga.

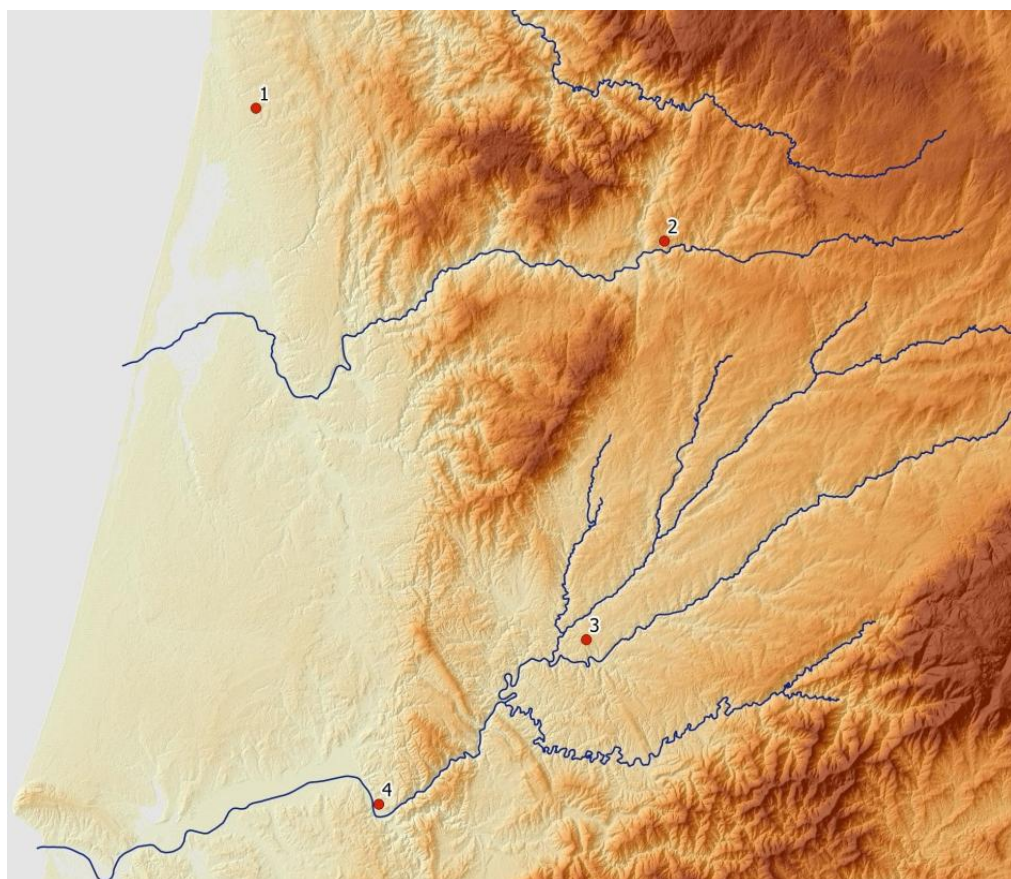
Não obstante uma ligação económica que certamente manteria com a sua capital de *civitas*, no tocante aos recipientes cerâmicos, depreendemos uma afluência para a *villa* da Abadia de peças regionais, mais provavelmente vindas do sul, através de uma rede de contactos explorada mais à frente. A ligação com as cidades de *Aeminium* e *Conimbriga* está comprovada pela cerâmica calcítica e fortemente sugerida pelos grupos das alaranjadas finas e cinzentas finas alto-imperiais. Por ali também poderia ter passado em época mais recuada a cerâmica ibérica, vinda do litoral antes de seguir para essas interiores regiões, então, em vias de romanização.

Em termos cronológicos, documenta-se com segurança a sua ocupação desde a época alto-imperial, ou, possivelmente, do período romano-republicano, talvez, indiciado pela presença do fragmento acima referido, não obstante a possibilidade de remeter ainda a um momento anterior. O período Imperial está bem representado nas peças de importação, designadamente o fragmento de vidro e os exemplares de TSH, assim como nas cerâmicas de fabricos regionais, como a cerâmica cinzenta fina polida e alaranjada fina polida.

A transição do período baixo-imperial para a Antiguidade Tardia (séc. V/VI) aparece representada, possivelmente, no pote de cerâmica calcítica e, seguramente, no fragmento de TSHT decorado (**Fig. XXVI: 4**). Esta tipologia que, conforme podemos observar no mapa abaixo, está ainda pouco documentada no Centro de Portugal, testemunha, neste período, não apenas a manutenção da *villa* da Abadia nas rotas comerciais de alcance regional, como, provavelmente, a manutenção do seu carácter de propriedade senhorial, de certa forma, fazendo lembrar a ocupação da *villa* do Rabaçal (Penela) onde “no século IV, V e VI ainda se banquetearam sobre o *triclinium* triabsidado (...) numa luxuosa sala de jantar com pavimentos de mosaicos (...) ou frequentavam as termas ali ao lado” (PESSOA, 2011: 186). Ainda sobre a TSHT como característica de determinado tipo de ocupação, Carneiro e Sepúlveda (2004: 437) afirmaram trata-se de

um “tipo de produção muito específico e dependente de vários factores, como sejam, logicamente, a cronologia de ocupação, os gostos do proprietário, a capacidade aquisitiva, mas também a proximidade às principais vias de circulação e aos mercados de abastecimento dos produtos”.

Achados de TSHT entre os rios Douro e Mondego



● Sítios do entre Douro e Mondego com TSHT
(desenvolvido com base no mapa de Carneiro e Sepúlveda (2004: 443))

- 1 - Sta. Maria da Feira
- 2 - S. Pedro do Sul
- 3 - Sta. Comba Dão (*villa* da Abadia)
- 4 - Coimbra



Avançando pela Antiguidade Tardia (sécs V-VIII), para além de alguns fragmentos de cerâmicas alaranjadas finas possivelmente enquadradas em inícios deste período, o pequeno conjunto de cerâmicas alaranjadas com paredes decoradas (**Fig. XXIX: 2 / Estampa VII: 9**) mostra um repertório com motivos comuns a cerâmicas utilitárias de contextos arqueológicos maioritariamente enquadrados entre o séculos V-VI, embora tenham sido registados também em sítios com ocupação enquadrada em finais da

Antiguidade Tardia e inícios da Alta Idade Média, ou mesmo em época pleno-medieval. Todavia, ao nosso entender, na encosta do Patarinho, este grupo de peças poderia estar associado ao seu momento final como zona de habitação, portanto, imediatamente anterior ou contemporâneo da sua conversão em espaço sepulcral. Em termos sócio-culturais, estas peças podem refletir, se não a imitação de estilos decorativos em centros produtores locais, a manutenção de alguma ligação comercial entre as olarias com produção de alcance regional e o assentamento pós-romano da Abadia.

Finalmente, percebemos que não apenas as cerâmicas importadas e regionais, mas também as cerâmicas comuns de provável origem local, pelas suas características de fabrico e funcionalidade, podem “contar a história” desta parcela da *villa* da Abadia, embora nesse caso, talvez, sem a precisão cronológica oferecida pelas peças acima apresentadas cujas tipologias enquadram-se em balizas cronológicas definidas.

No tocante à funcionalidade / fabrico, Fernández de la Peña (2012-2013: 80 e 81) observou que o predomínio das cerâmicas de cozinha elaboradas a mão ou torno lento, sobre as cerâmicas finas de mesa, acaba por ser uma característica comum aos assentamentos hispano-visigodos. Nesta linha, as cerâmicas do Patarinho 3 destinadas ao serviço de mesa em época imperial, estão representadas nos grupos das TSH, nas cerâmicas cinzentas finas e alaranjadas finas decoradas, nas cerâmicas com imitação de engobe vermelho pompeiano, em alguns recipientes das cerâmicas dos grupos V, VI e IX, bem como também em alguns recipientes do grupo diacrónico das cerâmicas alaranjadas finas. Em oposição, na cerâmica comum enquadrada em época tardo-antiga, os recipientes de mesa encontram-se apenas em alguns exemplares do grupo das cerâmicas cinzentas escuras / negras (grupo IX), alaranjadas (grupo V) e possivelmente, em alguns exemplares de alaranjadas finas (grupo II).

Conforme podemos observar na **Tabela V**, nas cerâmicas de possível origem local, designadamente nos fabricos de número V - IX predominam os recipientes de cozinha e armazenamento, em oposição à quase totalidade das cerâmicas regionais/importadas destinadas ao serviço fino de mesa, salvo o bordo de cerâmica calcítica, provavelmente, de época pós-romana. Para os serviços finos de mesa do Patarinho 3, apenas ao grupo de alaranjadas finas e ao fragmento de TSHT podemos admitir uma cronologia posterior à época imperial.

Vejamos ainda, a título de exemplo, o que ficou documentado em dois assentamentos rurais no centro da península ibérica, separados por cerca de 30 km, nomeadamente os já referidos sítios de La Genestosa, na Extremadura espanhola, e o casal romano do Relengo, na Beira Interior. Em Dehesa de La Genestosa (Salamanca), numa das estruturas escavadas ficou documentado um primeiro momento de ocupação enquadrado nos séculos I e II d. C. ao qual estariam, possivelmente, associadas cerâmicas finas de mesa, e uma reocupação com início em meados ou finais do século V, associada aos recipientes de cozinha e armazenamento, fabricados em pastas mais grosseiras, com acabamentos menos cuidados (MARTÍN VISO *et alii*, 2017: 16 - 19). Esta mesma situação foi documentada no casal do Relengo (Sabugal), onde o espólio cerâmico foi dividido em dois grupos: o primeiro, com peças de boa feitura, designadamente, cerâmicas finas de pastas alaranjadas bem depuradas enquadradas em finais do século I d. C., associadas a fragmentos de TSH e a um denário de 74 d. C.; o segundo, associado a um momento de reocupação entre os séculos IV-V d. C., conforma peças de fabrico local ou regional, com cerâmicas em pastas de má qualidade e abundantes desengordurantes, onde são predominantes os recipientes de armazenamento e cozinha (OSÓRIO *et alii*, 2008: 103 - 105).

Posto isto, para o espólio do Patarinho 3, não podemos deixar de referir uma aparente evolução temporal no sentido da predominância, em época imperial, das peças finas de mesa, com pastas bem depuradas, face à supremacia dos recipientes mais grosseiros – cerâmica calcítica e cerâmicas alaranjadas com decoração incisa – talvez alguns de fabrico manual, de cozinha e armazenamento, associados a um momento de ocupação enquadrado entre os séculos V –VIII d. C.

6.2. OS MATERIAIS DE PROSPECÇÕES

6.2.1. CERÂMICAS ROMANAS

A norte do Dão, foram encontrados materiais romanos nos *habitats* da Regada (9) e Couto do Mosteiro (10), e possivelmente pré-romanos no cabeço da Gestosinha (13). O primeiro foi seguramente a mancha de ocupação com maior concentração de rebordos de *tegullae* e cerâmicas de construção roladas; em contrapartida, poucos

foram os vestígios de cerâmica utilitária e pontuais aqueles cujo fabrico ou morfologia forneceram dados cronológicos. Registamos aqui apenas um fragmento informe de *sigillata* hispânica com grãos amarelos na pasta e verniz pouco aderente, de cor castanha-alaranjada.

No Couto do Mosteiro recolhemos, entre a cerâmica utilitária do sector CM-II, um fundo de base plana com pasta equivalente a das alaranjadas (fabrico V) mais grosseiras do Patarinho 3 (**Fig. XXX: 2**), e um bordo de pote com discreto espessamento externo (**Fig. XXX: I / Estampa I: I**) de pasta também equivalente a exemplares do mesmo fabrico, entretanto de melhor qualidade.

No cabeço da Gestosinha foi documentada cerâmica utilitária muito grosseira e nenhuma cerâmica de construção (**Fig. XXV: I**). O total do conjunto soma 175 fragmentos dos quais apenas 5 permitiram a identificação formal. As peças são todas de fabrico manual, de pastas esponjosas e arenosas em tons que oscilam entre o laranja avermelhado, bege e cinza, cozidas em atmosfera irregular salvo raras exceções onde foi conseguida uma oxidação completa, não implicando isto numa melhor qualidade de fabrico. Apenas em casos pontuais as superfícies levaram um breve alisamento, sempre insuficiente para ocultar as inclusões de médio e grosso calibre. Estas, de natureza mineral – quartzo, mica e feldspato – são abundantes e bem distribuídas, todavia é marcante a predominância dos grãos de quartzo nas inclusões de grosso calibre, o que nos leva a crer tratar-se de uma produção local onde a argila poderia ser obtida em jazigos nas proximidades da Gestosinha ou, provavelmente, na zona do Vimieiro (*vide*: 6.1).

Em termos de fabrico este conjunto faz lembrar, por exemplo, as cerâmicas da Idade do Ferro do Castro da Cerca do Castelo em Proença-a-Nova (DIOGO e CATARINO, 2006: 153 e 154), e dos fabricos manuais de cerâmicas vermelhas e grés argilosos de *Conimbriga* (ALARCÃO, 1974: 44 - 46). Os dois bordos documentados na Gestosinha correspondem a um jarro de colo côncavo arqueado e bordo esvasado com espessamento externo, e um pote de ombros retos e colo vertical (**Estampa I: 5 e 6**). O segundo apresenta um perfil semelhante a potes de fabrico manual da Idade do Ferro e cerâmicas torneadas de tradição indígena de *Conimbriga*, respectivamente de cerâmicas vermelhas e cerâmicas quartzo-micáceas (*ibidem*: 45, peça n° 24; 53, peça n° 79). Foram ainda registados dois fundos de base plana e duas asas de rolo, uma com estampilha.

Atravessando o Dão, na freguesia de São João de Areias, as cerâmicas de construção tradicionalmente romanas (tégulas, ímbreces e tijoleira) estão presentes nas estações das Regueiras (38) e nos *habitats* da Roda II (15) e Coturo II (16). Nas Regueiras, António Neves recolheu um conjunto de cerâmicas comuns, possivelmente romanas, dentro do qual referimos um pote ou taça de bordo oblíquo de cerâmica alaranjada (**Estampa I: 4**) com o mesmo fabrico do bordo acima mencionado documentado no Couto do Mosteiro, e respeitante às cerâmicas de construção, identificamos um fragmento de tijoleira, talvez parte do pavimento de uma habitação (**Fig. XXV: 2**). Essas cerâmicas alaranjadas de melhor qualidade, entretanto em peças demasiado fragmentadas, voltam a aparecer na Roda II e Coturo II, sítios que forneceram principalmente materiais que remetem ao período pós-romano, conforme exposto de seguida.

6.2.2. CERÂMICAS DA ANTIGUIDADE TARDIA E ALTA IDADE MÉDIA

No Couto do Mosteiro, ao lado da Igreja de Santa Columba (sector CM-I), documentamos um pequeno fragmento de pasta cinzenta e superfícies negras, de parede externa brunida onde ostenta uma decoração estampilhada de motivo em arco ou circular, sobre ou sob a carena onde foram incisas linhas diagonais paralelas (**Fig. XXXIII: 3.2 / Estampa XIV: I**). Para esta peça referimos alguns paralelos de fabrico (pasta e tratamento de superfície) e decoração encontrados: nas cerâmicas estampilhadas tardo-antigas–visigóticas de *Salvatierra de Tormes* (Salamanca) (CERRILLO MARTÍN, 1976), onde no sítio de *El Cortinal de San Juan*, por exemplo, a cerâmica estampilhada foi identificada como um dos grupos mais característicos do assentamento (PÉREZ DE DIOS e SOTO GARCÍA, 2015: 170), que poderia ser um centro de poder no período acima referido (*ibidem*: 171); nas cerâmicas de imitação de *sigillata* hispânica tardia de *El Castellón* (ZAMORA), enquadradas no século V (SASTRE, CATALÁN e FUENTES, 2014), bem como em outras estações do vale central do Douro referidas, entre outros, por Luis Carlos Juan Tovar (JUAN TOVAR, 2012: 106).

Trata-se de um fragmento muito pequeno, mas com muito a dizer, e se a sua pequenez não admite grandes deduções formais, a decoração estampilhada pode ser considerada uma característica comum a quase todas as produções tardo-antigas do

ocidente ibérico (*ibidem*: 98), bem como “uma das produções mais significativas de época visigoda”⁷⁹ (PÉREZ DE DIOS e SOTO GARCÍA, 2015: 164). Em Cabeza de Navasangil (Avila), “estas cerâmicas estampadas” foram enquadradas entre os séculos V e VII d. C. (C.E.V.P.P, 1987: 49), mas conforme avançaram os estudos, esta cronologia foi afinada para um período entre o segundo quartel do século V e meados do século VI d. C. (TEJEREZO GARCÍA e VIGIL-ESCALERA GUIRADO, 2017: 154), e no Castro Ventosa (Cacabelos), onde os materiais arqueológicos apontaram uma cronologia inserida entre a segunda metade do século IV e meados do século V, “el material estampillado centraría segundo esta cronología en las primeras décadas de la quinta centuria” (*ibidem*: 138).

Também para Portugal, em particular na região Beirã, segundo Catarina Tente e Adrian De Man, a cerâmica cinzenta e estampilhada, “por si só permite documentar uma ocupação dos séculos VI ou VII, mas também possibilita colocar o sítio na esfera dos espaços ocupados por elites”⁸⁰ (TENTE e DE MAN, 2016, p. 387), e na zona de Salamanca, no assentamento de Dehesa de la Genestosa, a cerâmica estampilhada foi considerada um “estándar de mayor calidad en los siglos V-VI, tras la desaparición de las sigillatas” (MARTÍN VISO *et alii*, 2017: 24), bem como relacionada a uma rede de distribuição supra-local (*ibidem*). Assim, estamos perante um fragmento cerâmico que nos ajuda a perceber a diacronia da ocupação na zona do Couto do Mosteiro na transição da época romana para a tardo-antiguidade, tal como um outro exemplar deste conjunto nos apresenta decoração, embora mais simples, de linhas incisadas perpendiculares, numa pasta e tratamento de superfície muito similar (**Fig. XXXIII: 3.1 / Estampa XIV: 2**).

Na Quinta do Barão (12) não foram identificados rebordos de *tegullae* e a cerâmica de construção apareceu extremamente fragmentada. Todavia, logramos recuperar dois bordos de cerâmica alaranjada, decorados por incisão com motivos simples, segundo a tipologia de Sónia Gutiérrez Lloret (1996: 156) – estilo já contextualizado mais acima (*vide*: 6.1.2 / V) –, um com linha em meandro emoldurada em friso contínuo e outro com “motivo simples múltiplo” (*idem*), designadamente duas

⁷⁹ Livre tradução do autor.

⁸⁰ Ao encontro do que fora referido pelos citados autores, refere-se que no assentamento de *El Cortinal de San Juan*, a cerâmica estampilhada de boa qualidade, somada às *pizarras* visigodas e aos fragmentos de esculturas em mármore, foi considerado um elemento indicador da presença de elites (PÉREZ DE DIOS e SOTO GARCÍA, 2015: 171).

linhas onduladas intercaladas, igualmente emolduradas, que pertenceria a um jarro com bico vertedor (**Fig. XXV: 5 / Estampa I: 2 e 3**). Para esta peça, não podemos excluir ainda a hipótese de pertencer já a um momento mais tardio, pois no *forum* de *Aeminium*, recipientes de mesa cuja morfologia e decoração se assemelham à peça agora apresentada, foram documentados em fossas detríticas alto-medievais dos séculos IX-X, que colmataram os estratos romanos (SILVA, 2014: 82 - 85).

Nas Regueiras, a presença de cerâmica comum romana e tardo-antiga foi já detectada por Sandra Lourenço, com destaque para um exemplar estampilhado com uma palmeta, motivo que a autora remeteu a imitação da *sigillata* paleocristã (LOURENÇO, 2007: 57).

Na Roda II António Neves recolheu o bojo de um recipiente de armazenamento, de cozedura oxidante, com um cordão plástico largo e decoração incisa de pouca profundidade, que combina pequenas incisões horizontais, motivos ameandrados e ondulados, e meandros em ziguezague, realizados a pente (**Fig. XXV: 3**), portanto, enquadrado no tipo B de decoração incisa de Gutiérrez Lloret (1996: 156). Esta técnica decorativa servia-se de “pentes de madeira, osso ou metal” (*idem*)⁸¹, que “*parecen ser uno de los instrumentos alfareros más extendidos, con tradición desde época tardorromana*” (*idem*). Conforme reiteradamente afirmado, este tipo de decoração documentada na zona em estudo é maioritariamente associado contextos tardo-antigos (*vide: supra* e 6.1.2. V), todavia não podemos deixar de reforçar a sua longa diacronia de utilização que, em determinados assentamentos, estende-se até à Plena Idade Média.

Relembramos que em Cáceres, nos sítios de Dehesa de la Ventosa (Malpartida de Plasencia), e também em Arroyo del Pedroso II (Valdelacasa de Tajo), os motivos ondulados por incisão a pente, em peças de cozedura oxidante (equivalente às alaranjadas do Patarinho 3) foram enquadrados na transição da Antiguidade Tardia para a Alta Idade Média (SÁNCHEZ GONZÁLEZ e SÁNCHEZ GONZÁLEZ, 2017: 680), e no assentamento de *El Cortinal de San Juan* (Salamanca), destacamos um bojo encontrado à superfície, marcadamente semelhante à peça decorada da Roda II, pela combinação de motivos ondulados incisos com um largo cordão plástico (PÉREZ DE DIOS e SOTO GARCÍA, 2015: 170). Já no Penedo dos Mouros (Gouveia), os motivos ondulados por incisão a pente estão em potes associados à Alta / Plena Idade Média, mas neste caso,

⁸¹ Livre tradução do autor.

predominantemente de cozedura redutora (TENTE, LANTES e PRIETO, 2014: 127 - 135). Posto isto, também não é de excluir uma possível ligação do fragmento em questão à ocupação associada aos monumentos funerários da Roda e Coturo.

No *habitat* do Coturo II, António Neves recolheu rebordos de *tegullae*, ímbrices e cerâmica utilitária (**Fig. XXV: 4**) de cronologia incerta, sendo de destacar a presença de grandes recipientes dentre os quais o bordo de um *dolium* de cocção redutora semelhante aos *dolia* tardo-antigos registados na zona do Baixo Sabor (BAÉZ *et. alii*, 2014: 905).

6.2.3. CERÂMICAS DA PLENA E BAIXA IDADE MÉDIA

E é das coisas desconsoladas verificar que não aparece nas feiras da região um barro colorido, uma canga entalhada, um avental bordado. Tudo é neutro como as pedras da serra, a que é preciso descobrir beleza na coesão dos átomos e na cerenidade com que assentam no chão (Miguel Torga, 2010: 59)

A cerâmica de Santa Comba Dão associada a sítios medievais mostra que, assim como foi observado em *Conimbriga*, há uma tendência, neste período, à regionalização da produção bem como à aceitação de formas e fabricos ao nível das comunidades locais (De MAN *et alii.*, 2014: 59). Já Alba Calzado e Gutiérrez Lloret (2008: 585) tinham chamado atenção para que, a partir dos séculos VII e VIII, houve uma regionalização das produções cerâmicas, “com o predomínio de certas formas em determinada zona geográfica, enquanto em outros lugares para o mesmo período proliferam formatos distintos de recipientes destinados ao mesmo uso”⁸². Também Ricardo C. da Silva referiu a “moderada variedade morfológica” das cerâmicas documentadas em estrados medievais do criptopórtico de *Aeminium* (SILVA, 2014: 87).

Com efeito, as características morfológicas quedaram marcadamente homogéneas em peças recolhidas de norte a sul do concelho, remetendo a sua origem a determinada zona de produção local que, por enquanto, permanece incerta. Predominam as cerâmicas de superfícies negras ou negro-acinzentadas e pasta cinzenta, enrugada, um pouco granulosas, com desengordurantes de natureza mineral de pequeno calibre e

⁸² Livre tradução do autor.

raramente de médio calibre, onde figuram principalmente as partículas de mica e são praticamente inexistentes os grãos de quartzo, tão evidentes em fabricos dos períodos anteriores. Os exemplares dessa cerâmica “cinzenta medieval” apresentados de seguida, foram todos, fabricados a torno, cozidos em atmosfera redutora tendencialmente regular e sempre com superfícies alisadas em diferentes graus de intensidade, eventualmente polidas, características encontradas também em algumas “cerâmicas polidas e/ou espatuladas externamente” (RODRIGUES, 1994: 41) na Torre do Baldoeiro (Moncorvo), assentamento enquadrado entre os séculos XI-XIII (*ibidem*: 37 e 38).

Embora inclinados a admitir a proveniência local destas peças, conforme fundamentado acima, não é de excluir a possibilidade de refletirem tendências e gostos regionais, assim, refere-se que, por exemplo, as cerâmicas alto-medievais de Cilhades (Torre de Moncorvo) apresentam fabricos (ROSSELLÓ MESQUITA *et. alii*, 2016: 49) – e formas – algo semelhantes às peças de Santa Comba Dão.

Esta cerâmica cinzenta medieval foi documentada em Real (17), num bordo de alguidar de lábio triangular recolhido (**Estampa XIII: 1**) na vala entre o penedo dos degraus e a estrada S. Jorge – S. Joaninho, que, como veremos, está sobre um caminho que remonta à Alta Idade Média. Cerca de 230 m para sul, voltamos a encontrá-lo no abrigo de Aldrogão (30), num potinho de bojo globular com uma linha incisa sob o arranque do bordo extrovertido (**Fig. XXXIII: 1**), com superfície mais escura que o anterior. Ainda em São Joaninho, na zona da *villa* da Regada (8), recolhemos um bordo de alguidar de pasta e superfície cinzenta, com a mesma forma da peça encontrada em Real, todavia com diâmetro de abertura ligeiramente menor (**Estampa XIII: 2**).

Descendo para o Couto do Mosteiro, documentou-se o espólio mais volumoso desse fabrico, com 19 peças propensas à interpretação morfológica (**Fig. XXXIII: 2**) sobretudo no conjunto recolhido ao lado da Igreja Matriz (sector CM-I). Em termos funcionais, os exemplares pertenciam a recipientes de cozinha e de mesa. Registamos aqui três alguidares: de bordo com inflexão interna sem ressalto e aba na parede externa (**Estampa XIV: 3**); de lábio com espessamento externo (**Estampa XIV: 4**); de bordo plano e lábio com espessamento externo (**Estampa XIV: 5**); de bordo com espessamento externo e interno (**Estampa XIV: 6**). Integram também este conjunto um jarro de colo arqueado côncavo e bordo com espessamento externo e lábio em duplo bisel ou proto-bíbido (**Estampa XIV: 7**), duas asas, uma horizontal de secção circular e outra vertical de secção aplanada, um fundo plano de base alargada (**Estampa**

XIV: 10) e dois bordos, provavelmente de alguidares, com tendência triangular (**Estampa XIV: 8 e 9**). Estas duas últimas peças, numa comparação formal, assemelham-se a um alguidar de cronologia emiral plena, documentados nos sítios do Cemitério dos Mouros e Laranjal (Cilhades, Torre de Moncorvo), embora neste caso com decoração incisa (*ibidem*: 51).

No solar dos Costa (sector CM-III), em meio a inúmeros fragmentos informes, contam um alguidar de bordo triangular (**Estampa XIII: 4**) e um bordo com espessamento externo em duplo bisel de lábio bífido (**Estampa XIII: 5**), semelhante ao jarro identificado no sector CM-I. Nos terrenos do sector CM-II registamos mais um alguidar de lábio triangular (**Estampa XIII: 3**).

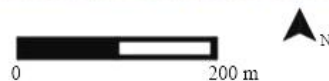
Do Couto do Mosteiro, rumo a nascente, chegamos ao cabeço da Gestosinha, onde predominam fragmentos de cerâmica pré-romana, mas onde também se registam escassos fragmentos de cerâmica cinzenta medieval, certamente partes de um mesmo recipiente, designadamente um púcaro de colo reto e bojo globular (**Fig. XXXIII: 4 / Estampa XV: 1**), onde são perceptíveis na pança algumas linhas polidas que poderiam ter servido de decoração, ou que fariam parte do tratamento de superfície já bastante desgastado. Forma semelhante foi registada por Jorge Alarcão no grupo da cerâmica aluvionar de *Conimbriga*, entretando de cronologia incerta (ALARCÃO, 1974: 137, peça n° 964), e mais recentemente, identificada em contextos alto-medievais do criptopórtico de *Aeminium*, num nível de aterro que assenta sobre a praça do fórum romano (SILVA, 2014: 92). Em termos formais, e mais ainda a nível de fabrico, o púcaro da Gestosinha assemelha-se aos púcaros medievais – séculos XI e XII (?) – de Santa Olaia recolhidos por Santos Rocha (NAZARÉ, 2013: 148 e 149).

A sul do Dão, os alguidares de bordo triangular foram recolhidos por A. Neves (2014: 9), junto à necrópole das Regueiras e a pouco mais de 100 m da sepultura da Roda (**Estampa XIV: 11 e 12**).

Vestígios arqueológicos na zona da *villa* da Abadia



- 1 - Abadia
- 2 - Patarinho
- 3 - Patarinho 1
- 4 - Patarinho 2
- 5 - Patarinho 3
- 6 - Abadia 2
- 7 - Zona com cerâmicas medievais



Na Abadia 2 (17), conforme podemos acompanhar pela figura acima, identificamos, junto a uma casa arruinada, o único conjunto de cinzentas medievais da mancha de ocupação que integra esta estação e a encosta do Patarinho (**Fotografia Aérea III: 2**), sendo alí distinguíveis duas formas, nomeadamente dois bordos, sendo um extrovertido emoldurado, de colo arqueado côncavo, e o outro de lábio boleado e colo troncocónico (**Fig. XXXIII: 5 / Estampa XV: 2 e 3**) que assemelha-se formalmente, por exemplo; a uma jarrinha de cerâmica vidrada dos séculos XI - XII registada na Rua dos Correeiros em Lisboa (BUGALHÃO e FOLGADO, 2001: 143), a jarrinhas dos séculos X - XIII associadas à ocupação islâmica do edifício do Convento de S. Francisco em Santarém (RAMALHO *et. alii*, 2001: 155), bem como a uma bilha registada em intervenções arqueológicas no Centro Histórico de Santarém, enquadrada entre o século XIII e inícios do século XV (MENDES, PIMENTA e VALONGO, 2002: 267).

Como paralelos para os alguidares de bordo triangular, na região Beirã, mencionamos algumas cerâmicas de cozinha dos séculos X-XII registados no Castelo de Arouca (SILVA e RIBEIRO, 2014: 179) e na Igreja Matriz de Midões (Tábua), também

integrados no mesmo período (LOURENÇO, 2007: 80-81), bem como algumas panelas exumadas junto ao *forum* de *Aeminium*, neste caso, enquadrados entre os séculos IX-XI (SILVA, 2014: 81-83). Nos já mencionados sítios de Cilhades, registou-se panelas de lábio triangular, que segundo os autores “são uma forma de longa diacronia, comuns à maior parte dos sítios com ocupação medieval” (ROSSELLÓ MESQUITA *et. alii*, 2016: 51). Já no sítio da Veiga de S. João (Campo do Gerês, Terras de Bouro), um jarro de bordo triangular de fabrico aparentado ao das cerâmicas cinzentas medievais de Santa Comba Dão – principalmente a nível de desengordurantes (NETO, 2016: 130) – foi enquadrado, possivelmente, “em produções calibradas entre os séculos XI a XIII” (*idem*). Neste sítio, à semelhança do que documentamos no terreno junto à Igreja de Santa Columba, foi registado nas camadas superficiais, um ceitel, talvez de D. Afonso V (NETO, 2016: 131), que em nossa opinião, reforça, pelo menos para essas cerâmicas medievais do Couto do Mosteiro, uma cronologia enquadrada entre a Plena e Baixa Idade Média.

Tendo em conta os locais de registo, para além do estabelecimento de paralelos, a aproximação cronológica a este fabrico torna-se ainda mais complicada. Foi documentado nas estações das Regueiras e Roda, portanto, zonas sem vestígios seguramente datáveis em momentos posteriores às sepulturas rupestres; a norte do Dão, foram encontrados em sítios com ocupação comprovada apenas em época alto-imperial (Regada) e noutros com vestígios enquadráveis entre a época romana e a modernidade (Couto do Mosteiro), estando ausentes junto às sepulturas da Amieira (4) e Azenha (1). De volta à margem sul, também não foram identificados na zona das sepulturas da Lapa (48 e 49) em Pinheiro de Ázere.

Por fim, como pudémos observar, de certa forma corroborando o que fora destacado inicialmente, a cerâmica comum medieval apareceu, em Santa Comba Dão, com marcada homogeneidade não apenas a nível de fabrico, mas também de morfologia e funcionalidade. Todavia, se é a homogeneidade uma característica local, a diversidade à escala regional acaba por tornar extremamente complicada a aproximação cronológica pautada no estabelecimento de paralelos, dificuldade esta com a qual já se debateu M. Rodrigues ao estudar as cerâmicas da zona de Moncorvo, e que deixou patente ao afirmar que “a cerâmica medieval é normalmente originária de produções de âmbito local (...) tornando pouco operativas as comparações tipológicas entre centros de produção distantes e dificultando o estabelecimento de cronologias finas” (RODRIGUES, 1994: 6). Desta forma, tanto pelos paralelos quanto pela possibilidade de

alguns exemplares estarem associados ocupações pouco posteriores às sepulturas rupestres, julgamos que, por ora, o mais correcto será enquadrar esta cerâmica cinzenta medieval num largo espectro cronológico inserido entre os séculos X-XV, portanto, entre finais da Alta Idade Média e a Baixa Idade Média.

É certo que todas estas observações serão sempre condicionadas pelas nuances das prospecções arqueológicas; mas, conforme afirmou Catarina Tente (2007b: 21), “resta então juntar as peças destes puzzle e ensaiar propostas, hipóteses de análise, numa tentativa exaustiva de aproximações aos ínfimos fragmentos do passado, que o tempo permitiu que fossem ainda recuperados”. Tal como tentaremos fazer no capítulo que se segue.

7. COMPILAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

7.1.A OCUPAÇÃO ROMANA: PADRÕES E PROPOSTAS.

Para ilustrar os parágrafos que se seguem resulta interessante, pensamos, ter presente uma passagem notadamente simples e clara de Georges Duby ao reconstruir, de forma generalista, o mundo rural romano. Afirmou o citado autor:

Os escritores do século VII fazem distinção entre a casa senhorial (*domus*) situada no centro duma grande propriedade, flanqueada pelas instalações de lavoura e casebres onde viviam os criados da casa (cada residência formava o núcleo duma concentração substancial de povoamento), e as casas dos camponeses (*casae*) espalhadas pelos campos e protegidas por cercas que continham igualmente construções provisórias onde se guardavam as vasilhas contendo provisões de reserva (DUBY, 1993: 32 e 33).

Da toponímia alto-medieval de Santa Comba Dão, apenas dois topónimos ficaram completamente perdidos: a igreja de São Paio, mencionada mais à frente, e a designação “*Aquilonis*”⁸³, que em finais do século X poderia ter evoluído de “*Aquiloni*” genitivo de “*Aquilonius*”.

Este nome, de aparente influência latina, pontua uma das extremas a norte de *Sancta Columba* na zona entre Alvarim⁸⁴ e São Jorge, onde estavam também “*arcas antiquas*”⁸⁵ a marcar o limite da *villa* alto-medieval. Já mais acima abordámos o significado do termo “*arca*” nos documentos medievais (*vide*: 5.1.4), que tanto pode ser atribuído a sepulturas rupestre quanto a marcos divisórios – bem como a sepulturas utilizadas como marcos – todavia, admitindo por enquanto a segunda opção, refere-se que, ante os casos em que é precedido por “*antiqua*”, Inês Vaz admitiu remotar a um período anterior, talvez romano, e questionou se não seriam marcos miliários reaproveitados para marcos de propriedade (VAZ, 1976: 354). É interessante reparar que, embora o termo “*arca*” ou “*arcam*” seja corriqueiro nos diplomas analisados, o qualificativo “*antiqua*” foi-lhe atribuído apenas na zona de *Aquilonis*.

⁸³ Doc. N.º 2 do Livro Preto da Sé de Coimbra (974 Julho, 22).

⁸⁴ Em Alvarim foi encontrado um vaso com denários (ALARCÃO, 1988: 64).

⁸⁵ *Idem*.

O vestígio romano mais próximo daqui deverá ser o tesouro de Pedraires (34) encontrado em local incerto, mas que não deveria estar distante do vale do ribeiro de Santa Comba, ao longo do qual estão as *villae* da Regada e Couto do Mosteiro, a princípio, ambas demasiadamente afastadas para estarem relacionadas com o lugar de *Aquilonis*, independente do tipo de sítio a que este possa corresponder. A respeito disso, esperamos que um achado epigráfico possa, futuramente, esclarecer essa questão.

O assentamento da Regada (9), com ocupação comprovada em época imperial (vide: 6.2.1), é o *habitat* mais a norte no território em estudo. Com base nas dimensões da sua mancha de ocupação (vide: 5.1.2.2), estaríamos aqui perante uma pequena unidade de exploração agrária familiar; uma pequena *villa* ou, mais acertadamente, um casal, tão comuns na zona de Celorico da Beira, onde segundo António Marques (2011: 44), alguns destes assentamentos não corresponderiam a estruturas habitacionais, mas de apoio. Na Regada, os seus habitantes, talvez, amansassem o vale do ribeiro de Santa Comba entre Casal Bom e Casal Maria, admitindo os cerca de 10 a 25 hectares que caberiam a uma média propriedade nesta região do país (ALARCÃO, 1998: 92). Com base na dispersão dos achados, haveria uma estrutura ou vivenda na meia-encosta voltada a leste, a cerca de 80 m da linha de água, não tendo sido encontrados vestígios materiais no espaço intermédio. Este e arredores da mancha de ocupação (**Fotografia Aérea I: 2**) deveriam ser áreas de cultivo ou criação de gado, pendendo mais à segunda em função dos lameiros e do topónimo “Prado”, que reporta uma tradição de actividade pastoril. Na margem esquerda, as ruínas de uma rede de canais – topónimo “Regada” – remetem a culturas de regadio (**CMP. II: 1**).

Continuando a jusante do ribeiro de Santa Comba chegamos ao Couto do Mosteiro, onde o tamanho da mancha de ocupação e o aparato arquitectónico podem subscrever a existência de uma *villa* com *domus* senhorial (vide: 5.1.2.3). Possivelmente estaria, esta, implantada no sector CM-2, portanto, na planura entre o ribeiro e a encosta leste/sudeste do morro onde está aquela povoação nos tempos actuais, encabeçando uma propriedade que, no mínimo, deveria explorar o vale entre Pesseguido e os Moinhos do Couto (**CMP. II: 2**). Há um lameiral junto da Igreja de Santa Columba e, mais adiante, uma levada puxa a água do ribeiro de forma a compensar o desvio no seu curso, deixando aqui terrenos propensos ao regadio ou pastoreiro. O sequeiro também teria lugar, conforme atestam os fragmentos de pedras-de-mó hoje depositados ao lado

da igreja e no quintal dos Costa (**Fig. VIII: 3**). Nesta zona (CM-III), infelizmente, não temos como confirmar a proveniência de boa parte do material arqueológico encontrado, já que, por exemplo, a silharia esquadriada pode ter tido a mesma origem da base de coluna aí depositada (**Fig. VIII: 2**), designadamente, os terrenos ao redor da igreja de Santa Columba (Sectores CM-I e CM-II), também conhecidos como “Passal”.

Seguindo para nascente, encontramos no cabeço da Gestosinha (13) o registo da ocupação mais antiga inserida nas balizas cronológicas deste estudo, com vestígios que podem estar enquadrados entre finais do período sidérico e tardo-republicano. Mantinha-se daqui um completo domínio visual sobre o vale do Dão, desde a zona de Castelejo até a curva entre Santa Comba Dão e Vimieiro (**Fig. XI**), podendo ser um sítio associado tanto à exploração mineira, nos alvares da romanização, quanto ao controle de um caminho e travessia do rio, conforme será exposto mais a frente.

Atravessando o Dão, na freguesia de São João de Areias, entre Casas Novas e Regueiras, uma *villa* (38) deveria explorar o vale do ribeiro de Vila Dianteira no espaço entre os topónimos Dégua, Pocinhas e Regueira (**CMP. V: 1**). A concentração de cerâmicas de construção numa planura a oeste do carreiro entre Dégua e Regueira testemunha a existência de uma vivenda próxima à necrópole de sepulturas rupestres. Mais a sul, ao redor da Igreja Matriz de São João de Areias (39) (**CMP. IV: 2**), dentro de uma área com 10000 m² (NEVES, 2014: 18) de mancha ocupacional, estaria uma *villa* que possivelmente amanhava, mais abaixo, a zona do ribeiro de São João de Areias.

Nos terrenos entre Óvoa e Cagido, os sítios da Abadia 2 (17) e Patarinho 3 (46) estão unidos numa mancha de ocupação com no mínimo 35000 m², que associada à Abadia (47), menos duas centenas de metros para sul, conformam uma área com mais de 5 hectares a que nos referimos como *villa* da Abadia. Não foram nesta zona encontrados vestígios de *urbana ornamenta* ou elementos arquitectónicos⁸⁶, todavia o seu espólio material (*vide*: 5.2.13) acusa a existência de uma abastada *villa* em época imperial, munida de edifícios anexos (*pars rustica*) e estruturas termas onde seriam desempenhadas, pelo menos, actividades de tecelagem e metalurgia.

⁸⁶ Segundo os habitantes da zona, algumas casas em Óvoa foram construídas com cantaria extraída da Abadia, ou possuem guardados elementos arquitectónicos deste sítio.

Não será este, certamente, o momento mais adequado à realização de propostas seguras acerca da dinâmica arquitectónica da *villa* da Abadia pois a informação não chega para tal, mas em resumo do que conhecemos, temos um sítio arqueológico na encosta do Patarinho (Patarinho 3) onde foi identificado um compartimento rectangular, com materiais enquadrados entre finais da Idade do Ferro / período romano-republicano e Antiguidade Tardia, inserido numa mancha de ocupação à qual designamos de Abadia 2 (17), com uma área de no mínimo 30000 m² e, aproximadamente 300 m a sul da encosta do Patarinho, um outro sítio com materiais do Alto Império e fragmentos de canalização em chumbo e em barro (*vide*: 5.2.13), inventariado como “Abadia” (47) (**Fotografia Aérea III: 2**). Assim, nos centrando nos sítios onde foram realizadas escavações (Patarinho 3 e Abadia), parece-nos que, uma hipótese a considerar, seja a de ter estado a *domus* neste segundo, e no primeiro estaria, possivelmente, ou um casal dependente da *villa*, ou as suas próprias estruturas de apoio (*pars rustica* e *pars frumentaria*), à semelhança do que se verifica, por exemplo, na *villa* do Rabaçal (Penela), onde a *domus*, balneário, *pars rustica* e *pars frumentaria* encontram-se repartidas num alinhamento rectangular pela zona da mancha de ocupação (PESSOA, 2011: 111 e 112).

Quanto à interpretação da extensa mancha de ocupação da Abadia 2, caímos aqui no mesmo problema para o qual já mais acima chamamos atenção (*vide*: 5.1.2), concretamente, a imprecisão dos vestígios de superfície como ferramenta para a datação de um arqueossítio. Visto que não foi, na Abadia 2, encontrado nenhum material seguramente romano, as cerâmicas de cobertura aqui espalhadas podem tanto estar associadas a estruturas integradas na *villa* romana quanto a núcleos habitacionais pós-romanos, ou mesmo contemporâneos das sepulturas rupestres da encosta do Patarinho, em contexto de reaproveitamento das cerâmicas de construção do antigo assentamento de época imperial.

A magnitude desta *villa* temos atribuído à sua localização privilegiada dentro da rede de comunicações regionais. Contudo, julgamos pertinente aventar outra vez uma possível associação à exploração mineira. Conforme já referido (*vide*: 2.1), cerca de 1 km para sudoeste da *villa* da Abadia, entre as aldeias de Cagido e Chamadouro,⁸⁷ está

⁸⁷ Segundo Almeida Fernandes (1996:44), este topónimo pode ser “criação vocabular portuguesa, de <<chamae>> + sufixo *douro*”, ou possuir uma origem latina, de *clamatorium*, portanto, um local relacionado com “precações penitenciárias”.

localizada a extremidade de um filão de quartzo. Sendo as mineralizações auríferas essencialmente de tipo filoniano (COUTO, 2014: 52), não podemos excluir a actividade mineira em época romana nestas paragens, próximas à foz do Dão, que a ser documentada, não lhe seria alheio o assentamento da Abadia. Sobre o referido filão, na zona de Cagido encontra-se ainda o micro-topónimo “Cova do Ouro” (CAMPOS, 1984: 35) e pouco mais de três quilómetros a nordeste, também o lugar com o sugestivo topónimo “Fonte do Ouro”, já documentado nas fontes históricas do século XII como “*Fontem Aureum*”⁸⁸.

7.2. ANTIGUIDADE TARDIA: VESTÍGIOS E CONTORNOS DE OCUPAÇÃO

A ocupação tardo-antiga de Santa Comba Dão está representada no repertório material de cinco estações arqueológicas, conforme apresentado no capítulo anterior, e possivelmente nos monumentos funerários da zona da Catraia (3), entre a vila de Santa Comba Dão e Gestosa, e em Lajes do Oregal (2), em Vila Pouca.

Atendendo à descrição da sepultura da Catraia, apresentaria esta características semelhantes aos sepulcros enquadrados por Mário Barroca possivelmente no “período de transição entre a Romanidade tardia e os alvares da Alta Idade Média, podendo-se incluir dentro da família paleocristã” (BARROCA, 1987: 59), sendo para isso interpretados como *lateres* de tradição romana os “*bocados de telha e tijolo muito grosso*” (O Dão, 1890: n.º 26) a preencher os espaços entre as lajes pétreas ao redor da sepultura. Na mesma linha teórica, a sepultura de Vila Pouca (Lajes do Oregal), delimitada apenas por lajes rochosas poderia remeter a um momento mais tardio quando teria esmorecido a reutilização de materiais de construção tradicionalmente romanos em contextos funerários, talvez entre finais do século VI e inícios do século VII (*idem*). Na necrópole tardo-antiga e visigótica da Pedreira (Abrantes), com onze sepulcos, o único onde foram identificados fragmentos de *tegulle* e *imbices* reutilizados foi também a única sepultura com espólio votivo, enquadrada em momento anterior a meados do século V, enquanto as restantes, delimitadas por placas rochosas, foram balizadas entre os séculos V - VII (FERREIRA, 1992). Em contrapartida, em escavações no sítio de Torre Velha 3

⁸⁸ Diploma de 1116, consultado em MORAIS, 2013, vol. II, *Corpus Documental*: 15.

(Serpa), as inumações tardo-antigas em “caixas cerâmicas ou pétreas” (ALVES *et. alli*, 2013: 1932) foram documentadas numa necrópole enquadrada ente os séculos V-VII d. C., onde segundo os autores, as diferentes categorias de enterramento não teriam significado cronológico (*ibidem*: 1932 e 1957). Dado que tivemos acesso apenas à descrição das sepulturas da Catraia e Lajes do Oregal, e por não terem sido identificados materiais arqueológicos nos seus arredores, não iremos nos aprofundar mais neste assunto, deixando patente a nossa opinião de que, pelo menos a primeira resulta, efectivamente, com contornos tardo-antigos.

De volta aos palpáveis indícios cerâmicos, seria arriscado ensaiar, agora, um modelo de ocupação pós-romana para a zona da *villa* do Couto do Mosteiro (10), com base apenas no pequeno fragmento de cerâmica estampilhada (*vide*: 6.2.2) que logramos recuperar no sector CM-I, mas também não parece correto excluir o seu enquadramento no estudo do sítio arqueológico, já que pode indiciar uma ocupação tardo-antiga – visigoda desenvolvida quer de forma continuada ou com hiato, tendo em conta, principalmente, as excelentes condições naturais dos terrenos⁸⁹ da antiga *villa*, pois casos há “*que lo que llevó a la reutilización de las villas no fueron tanto los edificios en sí, sino más bien el espacio agrícola que estaban a su alrededor*” (PIETRO BROGIOLO e CHAVARRÍA ARNAU 2008: 204). Com efeito, a cerâmica estampilhada bem como os fragmentos de recipientes pleno/baixo-medievais documentados nesta zona parecem corroborar esta citação, já que apareceram não no sector CM-II, onde fora recolhida a base de coluna (**Fig. VIII: 2**) e documentada a maior concentração de fragmentos de *tegullae*, mas a, no mínimo, 100 m para sul, junto à Igreja de Santa Columba, e também morro acima, no Solar dos Costa, portanto, nos terrenos da antiga *villa* mas, a princípio, não sobre as estruturas romanas.

Na Quinta do Barão (12) documentamos uma ocupação possivelmente associada à exploração metalúrgica, indiciada pela quantidade de escórias de fundição espalhadas pelo terreno, e, embora sem evidência precisa, pela memória popular, onde se mantêm de forma quase lendária a existência de uma rede de túneis entre o Largo do Balcão e a ponte antiga, portanto, sob o referido assentamento. Conforme apresentado no capítulo anterior, a cerâmica decorada deste sítio remete a uma ocupação inserida numa

⁸⁹ Conforme constatou Pinho Leal (1873 – 1890: 424), “*É terra fértil. Nos seus montes ha muita caça. Cria bastante gado e de toda a qualidade*”.

cronologia lata, entre a Antiguidade Tardia e Alta Idade Média, e pela semelhança de fabrico e decoração com as cerâmicas alaranjadas decoradas do Patarinho 3 (*vide*: 6.2.2), julgamos provável a sua contemporaneidade com a ocupação pós-romana deste sítio.

Na freguesia de São João de Areias foi documentada a concentração mais acentuada de estações com vestígios tardo-antigos. Só na zona de Vila Dianteira, ficaram registados três *habitats* estrategicamente implantados junto às nascentes dos dois principais ribeiros de São João de Areias (**Mapa - IX**). Deste conjunto, a *villa* das Regueiras manteve-se ocupada nessa época (*vide*: 6.2.2) e, para oriente, aproximadamente a 560 m, localizam-se os *habitats* da Roda 2 (15) e Coturo 2 (16). Estes dois últimos poderiam corresponder a antigas vivendas romanas, talvez, semelhantes ao casal posto a descoberto no Relengo (Sabugal), ocupado no Alto Império e Antiguidade Tardia (OSÓRIO, *et alii*, 2008), embora pareça-nos mais adequado, por enquanto, entendê-los simplesmente como *villae rusticae*⁹⁰. Mas, pela proximidade entre si, também não é de se de excluir que estivessem integrados num mesmo núcleo aldeão que estaria na génese da ocupação associada às sepulturas rupestres, ou até directamente associados aos sepulcros, conforme explorado *infra*. Face às condições de deposição do registo arqueológico e considerando a diversidade de tipos de assentamentos tardo-antigos, não podemos ir além do que acabámos de expor, pois conforme afirmou López Quiroga, há na Antiguidade Tardia, “*una realidad más compleja que la que nos ofrece un mundo rural romano (...) existen otras unidades de poblamiento intermedias (...) bien sean factorías, granjas, o pequeñas unidades familiares*” (LÓPEZ QUIROGA, 2009: 52).

Seguindo a sudoeste, para Óvoa, chegamos no Patarinho 3, única estação do concelho onde a sequência ocupacional foi descortinada pelo espólio material, deixando patente aqui um certo desvio naquilo que a investigação arqueológica tem demonstrado para o mundo rural romano e tardo-romano da região Beirã, concretamente, um abandono das estruturas romanas a partir de finais do Baixo Império. Em S. Gens (Celorico da Beira), segundo Catarina Tente (2013:19), os edifícios romanos foram abandonados no século IV e o espaço onde se encontram só voltaria a ser reocupado em finais do século IX ou inícios do século X. Conforme lembrou Pedro Carvalho (2016: 403), teriam sido também abandonadas, até à primeira metade do século V, por exemplo,

⁹⁰ Segundo Juan López Quiroga (2009: 88), a *villa rustica* seria “*un pequeño asentamiento rural tardo-romano*”.

a *villa* de Aljão (Gouveia), (TENTE, 2009: 141), a estação de muda da Raposeira, em Mangualde (CARVALHO no prelo, *apud* CARVALHO 2016) e, mais a sul, na Cova da Beira, o citado autor constatou que “a generalidade dos sítios romanos terá sido abandonada nos séculos IV e V d. C.” (CARVALHO, 2016: 403). Para o território de Viseu, Catarina Tente sugeriu uma possível “quebra, aparentemente precoce, na ocupação de sítios rurais que legitimariam as formas de propriedade e exploração tardo-romanas” (TENTE e De MAN, 2016: 381).

Pelo contrário, por motivos que dificilmente poderemos agora precisar, o Patarinho 3 indicia a continuação da *villa* da Abadia como propriedade senhorial durante o Baixo Império, mantendo-se como espaço de habitação ainda na Antiguidade Tardia e revelando, inclusivamente, materiais que podem já pertencer ao momento de transição para a Alta Idade Média (*vide*: 6.1.2 / V). Ao que tudo indica, a princípio, corrobora-se neste sítio que, nas palavras de Pietro Brogiolo e Chavarría Arnau (2008: 198), “*el final de las villas no significó el abandono definitivo de los edificios (y posiblemente tampoco de la explotación del fundus), pero no es posible sostener que existía una continuidad entre el lujoso sistema de vida de las villas en el siglo IV y la pobreza de materiales y recursos que se observa en los siglos sucesivos*”. No Sabugal, em escavações no casal do Relengo, inicialmente ocupado no século I d. C., constatou-se também um momento de “reocupação ou reabilitação em finais do Império Romano dos habitat outrora ocupados”, fazendo crer numa “recuperação ou manutenção” dos padrões de povoamento alto-imperiais em época tardo-romana (OSÓRIO *et alii*, 2008: 3).

Entrando pela Alta Idade Média, em algum momento entre o século VIII e inícios do século X, a conversão desta zona em espaço funerário poderá ter sido causa ou consequência da perda do caráter de vivenda das estruturas na encosta do Patarinho, parte delas identificadas no Patarinho 3 (*vide*: 5.2.12), trazendo à tona, possivelmente, um modelo de transformação das *villae* romanas lembrado por Arce Martínez e Ripoll López (2001: 34 e 35), ou seja, o espaço funerário a assinalar o deslocamento do antigo *habitat* romano.

7.3. ALTA IDADE MÉDIA: TOPÓNIMOS E VESTÍGIOS ARQUEOLÓGICOS

Observemos agora o povoamento alto-medieval de Santa Comba Dão, para o qual conhecemos três documentos escritos da segunda metade do século X (*vide*: 3.2), e já neste tópico, até que ponto esta informação histórica pode estar reflectida nos dados obtidos em campo. A começar por uma abordagem à escala local, percebemos que a *villa* de *Sancta Columba*, no século X, compreendia os actuais territórios das freguesias de São Joaninho, U. F. de Santa Comba Dão e Couto do Mosteiro e uma pequena parte da U. F. de Treixedo e Nagosela (**Mapa - I: 2**).

No diploma de 974 o seu espaço, cuja metade então passava ao mosteiro de Lorvão, foi assim delimitado:

Et dividet ipsa villa et ipsos villares, per illam arcam que est in illo campo, justa illo fontano inter Sancto Johanne et perget per lomba que dividet cum termino de Trexete, ubi est via antiqua, et ide per montes, per petras fictikes, usque dividet cum villa Genestosa, per lomba prope ecclesiam Sancti Pelagii, inpronante per termino forte, usque <in> rivulo Adon; et, de alia parte, contra Aquilonis, per montis ete per arcas antiquas et per petras sicilatas, que dividet cum villa Alvarim et inde inpronante ad irivulo Crinis; et concludet alio monasteriolo, nomine Sancti [] Georgii, et inde, per rivulo Crinis, usque in foce Adon. (Livro Preto da Sé de Coimbra, Doc. nº 2, 974 Julho, 22).

Segue o citado trecho traduzido por José de Leão Cordeiro (2011: 40 - 45):

O limite da referida *villa* e seus casais passa pela arca que está no campo junto ao ribeiro nos terrenos de São João e vai pela lomba que divide com o termo de Treixedo onde passa a via antiga; e depois pelos montes, pelas pedras *fictiles* que separam a *villa* da Gestosa pela lomba perto da igreja de São Paio, descendo em ladeira até ao rio Dão; e da outra parte para o lado norte pelos montes e arcas antigas e pedras *sicilatas* que delimitam a *villa* de Alvarim, e daí descendo em ladeira até ao Criz, e conclui no [outro] pequeno mosteiro de São Jorge, e daí pelo rio Criz até à foz no rio Dão.

O *fontano*⁹¹ em *Sancti Johanne* (São Joaninho) correspondia provavelmente à Fonte do Salgueiro⁹², como é chamado o ribeiro de Santa Comba na zona do Vale

⁹¹ Segundo Leão Cordeiro, traduz-se por “ribeiro” (CORDEIRO, 2011: 40).

Amieiro, onde nasce. A leste, o limite recuaria ao confinar com as *villas* de Treixedo (*Trexete*) e Gestosa (*Genestosa*), de onde seguia até ao Dão (*Adon*) a partir de uma *lomba* próxima à igreja de São Paio (*Sancti Pelagii*), cuja memória se perdeu completamente⁹³. A “*lomba*”, julgamos corresponder ao cabeço da Gestosinha (13) na vertente direita do vale do Dão, a pouco mais de 500 m do rio.

O limite sul seria o próprio Dão, e a poente, o Criz (*Crinis*) marcava a fronteira desde a sua foz (*foce rivulo Adon*) seguindo a monte até ao mosteiro São Jorge (*Sancti Georgii*). Neste sítio, a fronteira oeste entroncava com o limite norte – “*contra Aquilonis*” – e seguia uma linha artificial a nascente, possivelmente atravessando os marcos da estrada de São Jorge (24) e Cavada (23), extremas com Alvarim (*Alvarim*), continuando até São Joaninho (**Mapa - VII**). A *villa* de *Sancta Columba*, portanto, afigurava-se com cerca de “3000 hectares, enquanto as *villas* de Entre Douro e Minho seriam inferiores a 1000 hectares” (ALARCÃO, 1998: 115).

Em 981, é realizada a doação de Gonçalo Moniz. Constam no respectivo diploma (PMH – DC: CXX) as *villas* de: Gestosa (*Genestosa*), Treixedo (*Trexete*), Nagosela (*Nagosela*)⁹⁴, Papizios (*Papizinos*), Currelos (*Olibaria de Currelos*), Silvares (*Silvares*), São João de Areias (*Sancto Johanne de Teliada*) e Rojão Grande ou Rojão Pequeno (*Ragolfe*). Registados estão também a igreja de Treixedinho (*Traxedilina*) e os lugares de Mauraz (*Monte Mauraz*), Travanca (*Travanca*) e Parada (*Paradela*). Como podemos observar, esta doação comporta um património “mais vasto e substancial que o anterior” (MORAIS, 2013: 32), que além a *villa* de Treixedo (*Trexete*) incluiu ainda um conjunto de propriedades na margem esquerda do Dão (**Mapa - VII**). Por último, em 985, é doado ao cenóbio lorvanense o que cabia de *Sancta Columba* a Mónio Gonçalves (*vide*: 4.3).

⁹² Também na opinião de Carlos Morais, o *fontano* corresponderia ao ribeiro de Santa Comba, chamado “ribeiro da Avedada” um pouco mais a sul do Vale Amieiro (MORAIS, 2013: 30).

⁹³ É curiosa, aqui, a existência deste orago, já no século X, pois em Lervão a inclusão de São Paio no seu formulário passaria a ser constante apenas no século XII. Se, naquela época, alguns diplomas acrescentam S. Paio – o que se verifica no documento de 981 agora em estudo –, tal dever-se-ia a inclusões realizadas em cópias posteriores (ROCHA, 1730: 146 *apud* AZEVEDO, 1933: 23).

⁹⁴ Uma tradição popular conta que o nome “Nagosela” nasceu por ocasião de uma passagem do conde Gonçalo Moniz por essas paragens. Resa a lenda que o conde enviou uma serva para comprar ovos à mulher do caseiro, esta, sem os querer vender, respondeu não os ter. A serva ao voltar de mãos vazias respondeu ao amo: “ovos têm, mas *negos-ela*”, e assim o nome pegou. (FERREIRA, 2005: 63).

Desenhado este quadro administrativo local em momento avançado da Alta Idade Média, lancemos agora um olhar mais pormenorizado sobre algumas das terras e lugares acima referidos, a começar pela localização de *Sancta Columba*.

“Na Alta Idade Média, a *villa* tinha na igreja, paroquial ou não, o seu elemento integrador e demarcador. Os vizinhos reunidos em torno de uma igreja, isto é, numa *villa*, estavam unidos numa comunidade de nós que se opunha aos outros” (ALARCÃO, 1998: 114). Mas, a descrição da *villa* de *Sancta Columba* acaba por distorcer esta morfologia de *villa* lecionada por J. Alarcão, pois conforme o próprio observou, “tinha mais de uma igreja” (*idem*), aliás, fora doada com *suos villares cum suas ecclesias*⁹⁵. Haveria, portanto, no século X, um conjunto de casais (*villares*) cujas capelas estariam sob a égide de um núcleo aldeão organizado à volta do templo columbense, ou seria antes, esta *villa*, um grupo de povoações dispersas numa “vasta propriedade contínua de um rico senhor [neste caso, dois senhores], herdade demasiadamente ampla para ser designada por *hereditas*” (*idem*)?

Segundo os estudos de M. Fernandez Mier, os *villares* mencionados em documentos do século IX seriam núcleos de povoamento que, dispersos, consubstanciavam uma aldeia que posteriormente daria lugar à *villa* (FERNANDEZ MIER, 2013: 426). Quirós Castillo, por sua vez, referiu o desconhecimento de “lugares comuns” nas aldeias alto-medievais, bem como a sua morfologia menos compacta⁹⁶, consubstanciada por grupos de unidades domésticas, cada uma delas com as suas vivendas e estruturas anexas (QUIRÓS CASTILLO, 2007: 78). Nesta linha, a hipótese a considerar é de que *Sancta Columba*, até à segunda metade do século X, poderia ser uma espécie de “*villa/aldeia*”, caracterizada por um povoamento disperso cuja coesão espacial teria evoluído a partir da fundação da paróquia, provavelmente, ainda em meados do mesmo século (*vide*: 4.3), pois esta “como zona de exercício da sociabilidade se vai sobrepondo à aldeia, ampliando, sempre que não coincidem fisicamente de forma estrita, o marco de referência e de relações dos habitantes de mais de uma delas” (GARCIA DE CORTAZAR e RUIZ DE AGUIRRE, 1983: 134).

⁹⁵ Conforme mencionado no Doc. I do Livro Preto (985, Julho 22), ou “*villam de Sancta Columba, cum suis villares et suas ecclesias*” de acordo com o Doc. N° 2 do Livro Preto (974, Julho 22).

⁹⁶ Em comparação com os *vici* romanos e as aldeias pleno-medievais (QUIRÓS CASTILLO, 2007: 78).

Entretanto, face ao incerto modelo de povoamento da *villa* de *Sancta Columba*, mais nítida é a localização do seu centro religioso⁹⁷.

Em inícios do século XIV, existia um mosteiro dedicado a Santa Columba na zona do Couto do Mosteiro⁹⁸ (MORAIS, 2013) ao qual pertenceria a igreja românica edificada em meados do século XII, cuja reconstrução, no século XVII, conferiu-lhe os seus contornos actuais (**Fig. VI: 3**), e que desde sempre, teve como orago Santa Columba⁹⁹. Conforme já apresentado, as cerâmicas documentadas junto à igreja de Santa Columba são de cronologia tardo-antiga – visigoda e medieval, não tendo sido registados aqui vestígios de cerâmica utilitária de índole romana, pelo que as tégulas e colunatas depositadas à volta da igreja podem resultar, tanto do reaproveitamento em tempos pós-romanos dos materiais de construção obtidos nas estruturas dos terrenos mais a norte (sector CM-II), quanto da reutilização de eventuais estruturas anexas à *villa* romana do Couto do Mosteiro. Acreditamos, desta forma, que sob a Igreja Matriz do Couto do Mosteiro estarão os vestígios do primitivo templo de *Sancta Columba* do século X, fato que só poderá confirmar-se, ou não, perante escavações arqueológicas.

Em análise diacrónica retrospectiva, estaríamos perante um sítio onde um templo românico (vide: 5.1.2.3) fora construído sobre a antiga sede da paróquia alto-medieval da *villa* de *Sancta Columba*, numa zona com vestígios de ocupação tardo-antiga que, por sua vez, foram documentados junto ou sobre as estruturas de uma antiga *villa* romana.

Deste sítio para norte, seguindo a monte pelo vale do ribeiro epónimo, estariam os referidos “*villares cum suas ecclesias*”, sendo o último o de *Sancti Johanni* (São Joaquinho), então, uma pequena povoação na extrema norte da *villa* onde uma capela ou

⁹⁷ O diploma do século X não refere se seria de natureza regular ou secular, situação que acaba por reflectir a confusa organização eclesiástica alto-medieval em meios rurais. Conforme afirmou José Orlandis Rovira: “... *la distinción entre iglesias y monasterios de propiedad privada, difícil de establecer desde un principio, sigue sin precisarse en la Alta Edad Media y la ambigüedad terminológica aparece como el exponente de una más honda confusión institucional*” (ORLANDIS ROVIRA, 1956: 7).

⁹⁸ No século XIII regista-se um mosteiro cuja igreja era devota à Santa Columba, e em 1306, a primeira referência documental ao Couto do Mosteiro designa-o *Couto do Mosteyro de Sancta Coomba* (MORAIS, 2013: 42).

⁹⁹ É a única igreja do município que possui este orago.

altar dedicado a São João Baptista¹⁰⁰ teria dado o nome à terra. Os seus habitantes, provavelmente, estariam na dependência do “*monasteriolo*”¹⁰¹ de São Jorge (8), lar de uma pequena comunidade monástica particular¹⁰². Ainda dentro da circunscrição da *villa* de *Sancta Columba*, o topónimo “Vale Mosteiros”, junto ao Criz, na zona de Casal Maria, remete também à presença de comunidades cenobitas no passado, embora neste caso, sem comprovação material ou documental.

Treixedo possuía igualmente um mosteiro. Aqui sim, com uma evidente dependência entre cenóbio e povoado, depreendida do registo: “*Trexede cum suo monasterio discurrente ribulo adon prope opsius ripa ipso monasterio*”¹⁰³ (**Mapa - VII**), que deveria, portanto, estar localizado junto à margem direita do Dão, em conformidade com o registo histórico. Tanto em Treixedo quanto em S. Jorge e talvez na zona de Casal Maria, essas pequenas abadias encontravam-se às margens das redes hidrográficas principais (Dão e Criz), afastadas entre 1 e 2 km das povoações às quais estariam ligadas.

No que toca à actividade produtiva, pelo menos algumas azenhas poderiam corresponder aos referidos “*molinos*” ou “*sesigas molinarum*”¹⁰⁴ referidos nos diplomas medievais, mais acertadamente os Moinhos do Couto (**CMP. II: 2**), cerca de 380 m a leste da igreja de Santa Columba, e os moinhos do Vale Cerejeira (**CMP. I: 1**) no ribeiro da Fraga, ligados por caminhos antigos a São Jorge.

¹⁰⁰ “A imagem inicial do padroeiro S. João Baptista seria bastante pequena, pelo que, o povo começou a chamá-lo S. Joanhinho, nome que perdurou.” (FERREIRA, 2005: 87).

¹⁰¹ Ou seja, um “pequeno mosteiro” segundo a tradução de J. de Leão Cordeiro (CORDEIRO, 2011: 40 – 45).

¹⁰² Até a sua integração no património lorvanense, os mosteiros mencionados na documentação do século X seriam de pertença directa ou indirecta da família condal. A autoridade da nobreza sobre as instituições monásticas a partir do século IX, a norte do Douro, fora descrita por Ana Jorge: “a ascensão dos condes portugalenses determinou (...) a sua transformação em fundadores e protetores de mosteiros, cuja dispersão se confundia com as fronteiras das áreas de influência e de propriedade de cada família. Os mosteiros eminentemente de carácter familiar, onde o recrutamento dos monges se fazia, regra geral, no interior da família patronal e onde o carácter misto da sua composição era mantido” (JORGE, 2000: 207). Não há razões para crer num cenário diferente no condado de Coimbra.

¹⁰³ PMH – DC: CXX.

¹⁰⁴ Traduzidos como “moinhos” e “cursos de água para moinhos” (CORDEIRO, 2011: 40 - 45).

7.4. O POVOAMENTO E AS SEPULTURAS RUPESTRES

As sepulturas rupestres representam “*uno de los escasísimos restos materiales de época altomedieval documentado masivamente en buena parte de la Península Ibérica*” (MARTÍN VISO, 2012: 166), e também “*uno de los más evidentes fósiles directores del poblamiento rural post-romano*” (RUBIO DÍEZ, 2013: 270). A sua abordagem, sobretudo a partir dos trabalhos de Mário Barroca no Entre-Douro-E-Minho (BARROCA, 1987) passou a ser indissociável, em Portugal, de qualquer estudo que almeje compreender as dinâmicas de povoamento alto-medieval em determinada zona, pois não há, na paisagem ibérica, vestígio que mais aproxime o investigador da civilização estudada do que as sepulturas escavadas na rocha.

No nosso caso, essa aproximação consiste num processo abarrotado de questionamentos que acabariam por minar qualquer tentativa de enquadramento ocupacional e cronológico, fossem aqueles amiúde analisados ao longo da linha de raciocínio que se segue. Assim, tentaremos ser o mais sucinto possível com a plena consciência da fragilidade destas ideias – não do modelo teórico, mas da sua aplicação no território em estudo – provocada tão somente por camadas de terra entre as especulações embasadas em vestígios de superfície, e a realidade escondida sob o sítio arqueológico.

Os espaços funerários “*se asocian a las familias que entierran a sus difuntos y que les recuerdan*” (MARTÍN VISO, 2012: 169). De acordo com a metodologia para análise dos espaços funerários proposta por Iñaki Martín Viso (*ibidem*: 170 - 173), observamos que as sepulturas rupestres do território de Santa Comba Dão respondem ao Grupo I¹⁰⁵, ou seja, “*tumbas aisladas o formando pequeños grupos, inferiores a 10 tumbas*” (*ibidem*), cujos dois sub-grupos encontram-se igualmente representados.

O primeiro é caracterizado por estações formadas por uma sepultura, ou por um pequeno núcleo de 2-5 sepulturas. Segundo Martín Viso, estes sepulcros estavam associados a inumações de carácter familiar que, muito provavelmente, recorriam à

¹⁰⁵ O mais frequente na região entre a Beira Alta, Zamora e Salamanca (MARTÍN VISO, 2012: 170).

reutilização¹⁰⁶ (*ibidem*: 171). Nesta categoria enquadram-se as sepulturas da Azenha (1), Amieira (4), grupo de sepulturas da Lapa (48 e 49), Silvares (37), Silvares 2 (5), Vimieiro (42), Roda (6), sepulturas do Coturo (7), Alqueives (40) e Quinta do Mascote (41). Em conformidade com o citado autor (MARTÍN VISO, 2012), as cavidades sepulcrais mais profundas, portanto, mais propensas à reutilização, encontram-se precisamente nas sepulturas isoladas da Amieira, Silvares e Roda.

O segundo sub-grupo é caracterizado por estações com 6-10 sepulturas. Encontra-se representado nas sepulturas da encosta do Patarinho¹⁰⁷, que embora separadas, fariam parte de uma mesma necrópole¹⁰⁸ (LOURENÇO, 2007: 35), e nas necrópoles das Regueiras (38) e São João de Areias (39). Nos dois primeiros, Sandra Lourenço admitiu ter existido um maior número de sepulturas, entretanto desaparecidas (*ibidem*: 33 e 35). Com efeito, alguns monumentos no penedo das Regueiras podem ter sido destruídos pelos canteiros.

A ligação destas estações a manifestações de poder é praticamente indecifrável, não obstante, atendendo os indícios a serem verificados (MARTÍN VISO, 2012: 169), observa-se que tanto nas Regueiras¹⁰⁹ quanto em S. João de Areias foram escolhidos à partida, espaços destacados na paisagem, ao contrário da encosta do Patarinho, onde a concentração de sepulturas deveu-se mais a sua progressiva e aleatória utilização como espaço sepulcral do que a um planeamento antecipado. Naquelas duas, as sepulturas encontram-se canonicamente alinhadas e organizadas atendendo a critérios de laços familiares, características que transparecem a existência de uma “mão orientadora” na gestão do cemitério.

¹⁰⁶ Segundo M. Barroca, “do corpo anteriormente inumado apenas se costumava preservar como testemunho o crânio, sendo os restantes ossos removidos para dar lugar à nova tumulação” (BARROCA, 1987: 121).

¹⁰⁷ CNS do Patarinho, Patarinho I e 2, respectivamente: 4870, 20895 e 20896.

¹⁰⁸ Mais recentemente, também M. Viso chamou atenção para a possibilidade de estações com 6-10 sepulturas terem sido na verdade necrópoles mais extensas, eventualmente, enquadradas no Grupo 2 da sua tipologia (MARTÍN VISO, 2012: 170). Pelo menos na encosta do Patarinho, dificilmente este seria o caso, pois ao bater o terreno, verificamos não existirem tantos afloramentos rochosos quanto o necessário para uma necrópole com mais de 10 sepulturas. A terem existido aqui outros exemplares, não seriam tantos que justificasse a inclusão da necrópole no Grupo 2.

¹⁰⁹ Sandra Lourenço destacou a necrópole da Regueira como uma das poucas, do entre Dão e Mondego, implantadas em sítios proeminentes na paisagem envolvente (LOURENÇO, 2007: 44).

Tendo em atenção à vinculação com assentamentos de épocas anteriores, refere-se que estas três estações encontram-se junto ou sobre *habitats* com ocupação romana e, no caso do Patarinho e Regueiras, também com comprovada ocupação tardo-antiga. Conforme sugerido mais acima, na encosta do Patarinho, as sepulturas rupestres testemunham a transformação do extremo ocidental da *villa* romana da Abadia em zona de inumação nos inícios da Alta Idade Média. Talvez mantivessem estes antigos *habitats* romanos, “algum tipo de simbolismo na paisagem, normalmente de caráter prestigioso” (MARTÍN VISO, 2012: 173)¹¹⁰ que justificasse a implantação do espaço funerário.

Por último, a ligação física da necrópole de São João de Areias à Igreja Matriz desta vila, ao nosso entender, não reflete necessariamente uma relação de contemporaneidade entre o templo da *villa* do século X de *Sancto Johanne de Teliada* e a abertura/utilização do cemitério alto-medieval, caso contrário, como explicar a posterior marginalização social e religiosa das Regueiras, estação com as mesmas características espaciais e morfológicas? Tendo em conta que esta questão será explorada mais abaixo, referimos, por ora, que estamos de acordo com a proposta de Sandra Lourenço, designadamente, a posterior sacralização daquele cemitério (LOURENÇO, 2007: 48) pela construção da Igreja de São João Baptista, numa época em que o seu significado simbólico seria ainda conhecido.

Respeitante à demografia, o número e locais de implantação das sepulturas identificadas a norte do Dão parecem igualar o tipo de povoamento alto-medieval descrito por esta autora para o entre Dão e Mondego, ou seja, predominantemente disperso, “composto sobretudo por pequenos núcleos de casais rurais que escavavam as sepulturas nas imediações do seu *habitat*” (*ibidem*: 99). Já no lado sudeste do concelho, a disposição das sepulturas aconselha um olhar distinto sobre as dinâmicas de povoamento coevo, tendo em conta a possibilidade de existirem aldeias alto-medievais sem espaços centralizados de inumação (MARTÍN VISO, 2016a: 864).

Na zona de Vila Dianteria¹¹¹, nota-se um aparente padrão espacial entre as estações das Regueiras, Roda e Coturo, com a segunda praticamente equidistante das

¹¹⁰ Livre tradução do autor.

¹¹¹ A aldeia de Vila Dianteira aparece referida pela primeira vez num diploma de 1258 (Consultado em: Consultado em MORAIS, 2013, vol. II, *Corpus Documental*: 35 - 37) como “*Villa Deanteyra*”, designação que poderá ter evoluído de “*Villa de Anteyra*”, certamente por conta das “*antam*”. Segundo Mário Barroca, nos

outras duas. Desta forma, admitindo o raio de 1 km ao redor de cada núcleo funerário, dentro do qual, porventura, estarão os *habitats* associados (MARTÍN VISO, 2012: 173), verificamos que os respectivos espaços se cruzam entre os ribeiros de São João de Areias e Vila Dianteira, precisamente onde estão localizados os habitats da Roda 2 e Coturo 2, bem como o assentamento associado à necrópole das Regueiras (**Mapa - XI**).

Aqui, próximo aos ribeiros e regatos seus tributários¹¹², não resulta descabido admitir uma formação aldeã associada às sepulturas rupestres, onde, como refere Martín Viso (2017: 9), seriam inumadas “*personas con una especial relevancia*” para a comunidade, e “*cuya presencia en el paisaje servía para reforzar la identidad grupal*” (*idem*)¹¹³. Outra opção seria considerar, nesta zona, parcialmente envolvida pelos núcleos funerários, um grupo de habitações menos coesas ainda que interdependentes. Chamemo-las “granjas”, que, nas palavras de Alfonso Vigil-Escalera, seriam “um reduzido número de parcelas domésticas¹¹⁴ (de um a três) com tamanho insuficiente para garantir o desenvolvimento interno de formas de cooperação social complexas¹¹⁵” (VIGIL-ESCALERA, 2007: 258). Este mesmo quadro de povoamento, ou em contornos semelhantes, verificar-se-ia em São João de Areias associado ao conjunto de sepulturas da Igreja Matriz e às sepulturas da Lavoura, com espaços habitacionais localizados na planura entre os dois ribeiros acima mencionados (**Mapa - XII**).

diplomas medievais, este termo provavelmente faria referência a sepulturas rupestres (BARROCA, 2010-2011: 146).

¹¹² Rubio Díez, ao estudar o sudoeste de Salamanca, constatou que os grupos humanos tinham uma marcada preferência pelos locais junto a redes hidrográficas secundárias e terciárias, bem como uma clara vinculação aos espaços de maior potencial ganadeiro e, pontualmente, agrícola (RUBIO DÍEZ, 2013: 274).

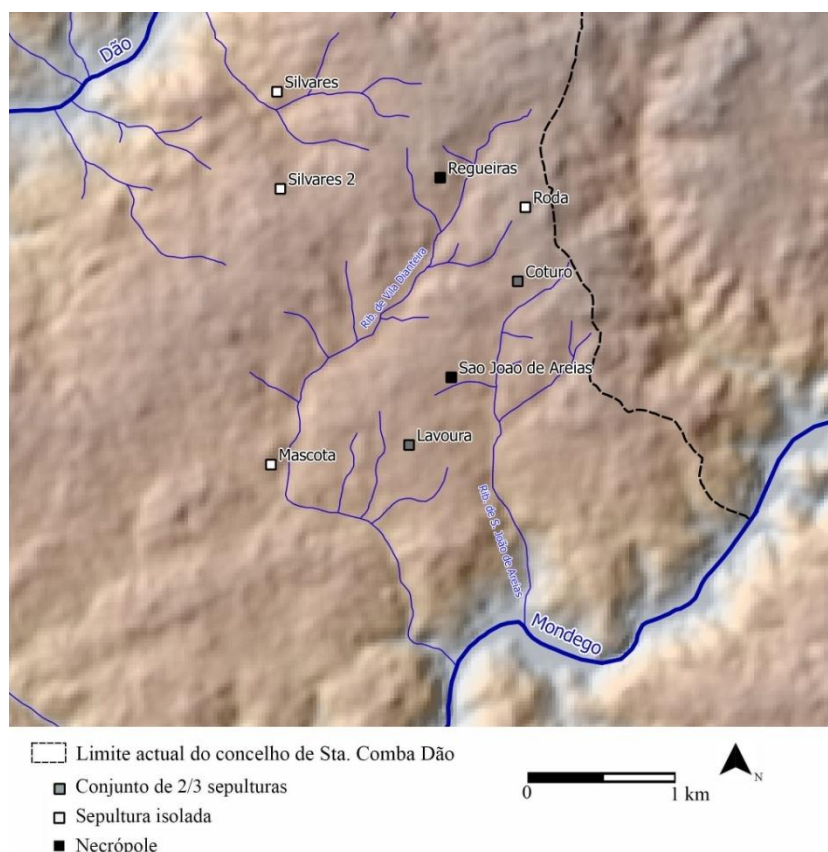
¹¹³ Para Rubio Díez, as sepulturas funcionariam como mecanismo de legitimação territorial e como símbolo da apropriação de um determinado espaço, através da vinculação ancestral de um grupo a determinado enclave, simbolizada na inumação dos seus antepassados em sepulturas rupestres. (RUBIO DÍEZ, 2013: 276).

¹¹⁴ Entenda-se por parcela doméstica o espaço da vivenda e de algumas estruturas a ela associadas (VIGIL-ESCALERA, 2013: 208). Em escavações na aldeia de Gózquez (S. Martín de la Vega), A. Vigil-Escalera identificou parcelas domésticas com 50-78 m de comprimento por 30-34 m de largura – podendo as mais largas chegar aos 48 m. Desta forma, cada parcela teria em média de 1500 a 2800 m² (*ibidem*: 209).

¹¹⁵ Livre tradução do autor.

Dependentes das referidas granjas ou núcleos aldeãos, deveriam estar alguns grupos familiares nas redondezas, associados a áreas de carácter marginal¹¹⁶, conforme indiciam as sepulturas isoladas de Silvares e Silvares 2, a aproximadamente 1 km a noroeste das Regueiras, e da Quinta do Mascote (vide: 5.2.7), menos de 1 km a oeste das sepulturas da Lavoura.

Sepulturas rupestres em Silvares, Vila Dianteira e S. João de Areias



Desenhado este incipiente quadro de povoamento, resta agora saber até que ponto a “civilização” das sepulturas rupestres pode estar associada à ocupação das *villas* alto-medievais documentadas em Santa Comba Dão. Reabrimos então uma questão já acima colocada: como explicar o abandono da povoação associada à necrópole das Regueiras e às sepulturas da Roda e Coturo, face ao posterior desenvolvimento de *Sancto Joanne de Teliada* (S. João de Areias)? Antes de responder a esta pergunta, vejamos em que contornos se teria desenrolado a transição do povoamento delineado por aldeias maioritariamente pouco coesas, para as primeiras *villas* com documentação histórica.

¹¹⁶ Consultar: FERNÁNDEZ MIER, 2010: 43.

Conforme observou Sánchez Pardo (2010: 158), teria ocorrido, a partir do século IX, uma paulatina mudança no carácter fundacional das igrejas rurais, que passaram a ser, “cada vez mas, un fenomeno controlado por las jerarquias eclesiasticas y dirigido al encuadramiento de las comunidades en la organizacion de la Iglesia”, fenómeno este que culminou na progressiva definição do território de cada igreja (SÁNCHEZ PARDO, 2010: 160). Enquadrando este processo na zona em estudo (vide: 4.3.), a hipótese a considerar seria de que, entre a conquista astur-leonêsa, em finais do século IX, e a crise do reino de Leão, na segunda metade do século X, uma reformulação e incremento no povoamento (vide: 4.3) teria acompanhado a organização do quadro paroquial, que, por sua vez, agora em carácter generalista, teria sido “contemporâneo do estabelecimento da aldeia como marco social e modelo de fixação dos homens” (JORGE, 2000: 141), processo que teria culminado no surgimento das *villas* e, de acordo com Martín Viso (2005-2006: 86), acabaria por marcar também o final do período de utilização das sepulturas rupestres.

A implantação do templo – “centro paroquial” – sobre a necrópole de São João de Areias teria levado, portanto, à consolidação do seu núcleo aldeão e, possivelmente, provocado o deslocamento dos grupos familiares a norte de Vila Dianteira para a *villa* de *Sancto Johanne de Teliada* ou, em menor escala, para a zona dos assentamentos associados às sepulturas de Silvares e Silvares 2, onde viria a surgir a *villa* homónima, hoje, desaparecida. Por explicar permanecerá a preferência por São João de Areias; talvez houvesse aqui uma maior coesão social, ou já então, conforme em outros locais, “um oratório isolado na orla do avanço arroteador” (GARCIA DE CORTAZAR e RUIZ DE AGUIRRE, 1983: 134), ou uma capela junto à necrópole rupestre¹¹⁷, sobre a qual fora construído o templo paroquial, ou talvez, ainda, o povoado estivesse em local privilegiado, junto a uma antiga via romana, conforme explorado mais abaixo, e eventualmente, nas proximidades de um ponto de travessia do Mondego.

Assim como no sítio das Regueiras, a ocupação associada às sepulturas da encosta do Patarinho não evoluiu para *villa* no século X, pelo contrário, encontra-se completamente apartada dos lugares mencionados nas cartas de doação, não sendo possível, aqui, o estabelecimento de qualquer ligação com o registo histórico alto-

¹¹⁷ Conforme afirmou Ana Jorge, muitas paróquias teriam surgido “a partir de igrejas monásticas, e mesmo de igrejas fundadas por agrupamentos de camponeses” (JORGE, 2000: 140).

medieval, situação análoga às sepulturas da Lapa (48) e Lapa I (49). Com efeito, o quadrante sudoeste do concelho, onde estão as freguesias de Pinheiro de Ázere e U. F. de Óvoa e Vimieiro, começa a figurar na documentação medieval apenas a partir do século XII (MORAIS, 2013: 22-24).

Atravessando o Dão para a margem norte, encontramos em Treixedo outra possível ligação entre sepultura e templo alto-medieval. A carta de doação desta *villa* menciona a igreja de *Traxedilina* onde estava uma sepultura: “*Ecclesia de traxedilina ubi est sepultura eius*” (PMH – DC,CXX, 981). Assim, cogita-se que a referida *ecclesia* estivesse na zona da actual Igreja Matriz de Treixedo, e a sepultura mencionada poderia ser a própria sepultura da Nossa Senhora da Assunção (35). Ainda no século X, o mosteiro de Treixedo, às margens do Dão – “*monasterio discurrante ribulo adon prope ipsus ripa ipso monastério*” (*idem*) – seria um importante centro religioso ligado à *villa*, função posteriormente transferida para a igreja de *Traxedilina*, possivelmente, quando da fortificação daquela *villa* nos inícios do século XII¹¹⁸.

Respeitante ao território da *villa* de *Sancta Columba*, aliada à sua já mencionada obscuridade em termos de configuração ocupacional, está a ausência de sepulturas rupestres. Se, por um lado, esta “inexistência”¹¹⁹ não reflete, necessariamente, uma desertificação¹²⁰ alto-medieval anterior à formação das *villas*, por outro, não nos deixa vislumbrar os traços da população autóctone posteriormente colocada sob a autoridade dos condes de Coimbra. Em Fontainhas, mais de 2 km a sul da Igreja de Santa Columba, o núcleo familiar associado à sepultura da Amieira não teria, a princípio, nenhuma ligação aparente com a *villa* do século X.

¹¹⁸ Não sabemos quando teria sido abandonado o mosteiro. A documentação de inícios do século XII, ao referir a vila de Treixedo (Livro Preto da Sé de Coimbra, Doc n° 68, 1102), já não menciona o seu antigo cenóbio.

¹¹⁹ Há sempre que considerar a possibilidade de existirem sepulturas por descobrir, quer fisicamente destruídas, embora “vivas” na memória popular, quer ocultas na vegetação, ou à semelhança de São João de Areias e Vimieiro, sob os adros das igrejas, ou simplesmente, nos campos, desconhecidas pela comunidade, a espera de serem encontradas.

¹²⁰ Conforme afirmaram Catarina Tente e Sandra Lourenço, as sepulturas rupestres conviveriam com outras modalidades de sepultamento, ou seja, não reflectem a real densidade populacional coeva, que seria, certamente, maior (TENTE; LOURENÇO, 1998: 211).

7.5. AS FORTIFICAÇÕES E O POVOAMENTO NA PLENA IDADE MÉDIA

Conforme já referido, nos inícios do século XII foram concedidas cartas de povoamento e construídas fortificações – “*fortitudo in turrium edificationes*”¹²¹ – nas vilas de Santa Comba e Treixedo (vide: 4.3). Se, para a primeira, os vestígios documentais e espaciais nos permitiram vislumbrar parte do seu traçado, infelizmente o mesmo não podemos dizer da segunda, muito embora resulte bastante credível que em campanhas de prospecção intensivas ao redor de Treixedo, bem como eventuais obras no seu edificado possam um dia descortinar a morfologia pleno-medieval desta vila¹²² fortificada.

Entre as duas povoações haveria ainda outra estrutura defensiva no cabeço da Gestosinha, onde está o microtopónimo “Monte Renho”, que de acordo com Morais Branquinho, corresponde ao “*Castrum Terrenium*” mencionado na carta de couto de Treixedo em 1133 (BRANQUINHO, 1984 *apud* NEVES, 2013). Tendo em conta a morfologia do cabeço, o *castrum* não deveria ser mais do que uma torre de atalaia roqueira, que poderia ter reaproveitado as estruturas do antigo assentamento pré-romano (NEVES, 2013).

Dentro dos limites em estudo, a mais impactante alteração no ordenamento territorial medieval decorreu, no século XII, da construção do *castrum* de Santa Comba e do subsequente *burgo*, sobre o qual encontra-se o núcleo antigo da actual vila de Santa Comba Dão. Aqui, alguns indícios nos permitem avançar com um exercício de arqueogeografia na análise da morfologia urbana, através do qual tentaremos identificar os traçados da primitiva povoação pleno-medieval.

Para Gérard Chouquer, a interpretação do ordenamento morfológico da vila medieval deve ser guiada pela associação entre uma “regra de identificação e uma regra hierárquica”¹²³ (CHOUQUER, 2012: 122). Seguindo esta metodologia, começámos por

¹²¹ Consultado em: MORAIS, 2013, vol II, *Corpus Documental*: 16.

¹²² A actual vila de Treixedo, por apresentar um espaço bem menos urbanizado do que Santa Comba Dão, oferece melhores condições de visibilidade do registo arqueológico. Infelizmente os meios e recursos ao nosso dispor, não nos permitiram levar a cabo campanhas de prospecções intensivas nos terrenos de maior potencial arqueológico, designadamente, os cerca de 70 hectares entre aquela vila e o Dão.

¹²³ Livre tradução do autor.

delimitar os quarteirões entre o ribeiro de Santa Comba e o largo do Rossio (**Fig. IX: 5**), deixando evidente uma ordenação urbana em forma de “meia-lua” (**Fotografia Aérea / Planta I**), orientada a partir de duas ruas principais na direcção noroeste-este: a primeira (RP-1), que mais a norte atravessa o Largo do Rossio, corresponde à Rua António da Costa; a segunda (RP-2), a sul, corresponde às ruas Alexandre Herculano e Dr. Tavares Festas, também chamada “Rua Direita” (**Fig. IX: 4**). Esta designação, generalizada a partir do século XIV (PINTO, 2014: 43), poderia tanto reportar um eixo estruturante quanto aludir a um itinerário, um percurso “directo” entre dois pontos (*idem*).

Passámos então ao segundo princípio morfológico, ou seja, a interpretação da regra hierárquica, por meio da qual identificámos três arruamentos principais, designadamente os dois referidos acima mais outro (RP-3) que parte do primeiro e atravessa o segundo no sentido noroeste-sudeste. Desce do Rossio na rua Gago Coutinho, faz um desvio em baioneta ao atravessar a RP-2 e segue no sentido sudeste pela Rua Nossa Senhora da Assunção.

No lado nascente, uma torre¹²⁴ vigiaria a encosta leste, a igreja e o acesso ao burgo, cuja entrada far-se-ia, ou em linha recta através da antiga Rua Direita, ou, mais provavelmente, pela esquina antigamente conhecida como “Entrada de São Simão”, a sudoeste do povoado (**Planta II**). Da torre seriam avistadas, na margem oposta do Dão, as povoações do Vimieiro e Castelejo (**Fig. XXIII**), sendo a primeira contemporânea do castro, e a segunda, com existência que remonta pelo menos a meados do século XIII.

É possível que na aldeia de Castelejo¹²⁵ houvesse uma estrutura defensiva (*vide*: 5.1.2.7); mas, o mutismo das fontes históricas não nos permite dar como certa a sua existência, nem aprofundarmo-nos no seu enquadramento cronológico. Tivesse aqui existido uma fortificação, ao nosso entender, a sua construção estaria associada à

¹²⁴ A localização desta torre advém de uma informação publicada por Américo Costa, da qual nos deu conta o Dr. António Neves: “um imóvel anexo às dependências do solar dos barões desta nobre vila (...) eram restos do referido castrum, ou que foi construído numa parte dele a que o povo chamava Torre. Este imóvel, precisando melhor, fica no ângulo formado pelas ruas de António da Costa e de Mouzinho de Albuquerque” (COSTA, 1948: 916 *apud* NEVES, 2013).

¹²⁵ Data de 1347 o registo mais antigo deste topónimo (MORAIS, 2013: 26).

proteção da *villa* de Silvares, sobretudo entre os avanços de Almançor nos finais do século X e a Reconquista de Coimbra por Fernando Magno, em 1064. Para o cimo do morro do Castelejo ter-se-iam transferido os habitantes de Silvares, podendo assim explicar-se o desaparecimento desta antiga *villa* alto-medieval, ainda que tenha sobrevivido o seu nome¹²⁶. Estamos aqui perante o que Michael Aston definiu como uma “vila desertificada”¹²⁷ (ASTON, 1989: 53-61), cujo desaparecimento não teria sido provocado por um golpe singular, mas por um conjunto de progressivas mudanças económicas e sociais não documentadas¹²⁸ (*ibidem*: 57).

A partir do século XII, portanto, o vale do Dão no trecho entre o morro do Castelejo e o Vimieiro esteve protegido por, pelo menos, quatro pontos de vigia (**Mapa - XV**), sendo aquele o mais a monte, na margem esquerda, e os outros a jusante na margem direita (Treixedo, Gestosinha e Santa Comba Dão).

7.6. CAMINHOS ANTIGOS: PROPOSTAS E TRAÇADOS

Qualquer tentativa de compreensão das dinâmicas de povoamento antigo não pode descurar da análise dos seus respectivos eixos viários. Nenhuma família ou povoado viveria completamente isolado, apartado dos seus pares e fechado nas suas próprias realidades. A mobilidade humana, independentemente da sua natureza, ao fim e ao cabo representa o principal factor dinamizador de uma sociedade. Se são as pessoas o mecanismo difusor das ideias, os caminhos, na sua mais extensiva concepção, representam as engrenagens dos motores da história.

¹²⁶ Em 1514, por Carta de Foral de D. Manuel, Silvares passou a Concelho, dentro do qual estava integrada a povoação de Parada, que actualmente pertence ao Carregal do Sal (FERREIRA, 2005: 93).

¹²⁷ Infelizmente, a metodologia proposta por Michael Aston para a identificação deste tipo de assentamentos, através da análise de fotografias aéreas (ASTON, 1989: 53-61), tão funcional para as pradarias britânicas, dificilmente conseguiremos aplicar na região beirã, em função dos padrões dispersos de povoamento, da cultura de exploração agrícola familiar e da própria densidade do coberto vegetal.

¹²⁸ Livre tradução do autor.

7.6.1. CAMINHOS ROMANOS

Nas palavras de Amorim Girão, “*por onde correm as águas dos rios (...) correm também quási sempre os homens, uma rêde fluvial torna-se muitas vezes rêde de vias de comunicação terrestre, e, por êsse motivo, de relações entre povos muito afastados, que assim põem em contacto*” (GIRÃO, 1941: 134).

Com efeito, Em época romana, face à hipotética passagem de eixos viários terrestres à escala regional pelo território de Santa Comba Dão¹²⁹, está a maior segurança na definição do Mondego como principal via de ligação entre esta zona e os centros de poder do sul. Até meados do século passado, este rio fora navegável, a montante, até a aldeia de Foz do Dão (LOURENÇO, 2007: 16), por meio de pequenas embarcações a que os povos ribeirinhos chamavam “barcas serranas” (MARTINS, 1940: 85). Alí, conforme documentou Pinho Leal, existia “*um caes muito importante e de muito movimento, antes da construcção da linha da Beira Alta*” (LEAL, 1873 - 1890: 1450).

Conforme afirmou Beltrán Lloris (1990: 28 e 29), a distribuição dos recipientes cerâmicos “*se hizo fundamentalmente a través de vias marítimas y fluviales*”. Nesta linha, acreditamos que em época romana, nas proximidades daquela extinta povoação na foz do Dão poderia ter existido uma espécie de “entrepasto” a partir de onde seriam escoados, por terra, os materiais de importação e os produtos oriundos de *Aeminium* e *Conimbriga*, talvez, destinados ao abastecimento desta vasta região encostada na Serra do Buçaco, nas periferias de *Vissaium* e *Bobadela*¹³⁰. Desta forma, estamos de acordo com Inês Vaz (1976: 355) que, sem aprofundar-se no assunto, admitiu a passagem de um eixo viário terrestre por Foz do Dão, o qual, supostamente, estaria conectado a uma estrada na zona da Gestosa, conforme apresentaremos mais abaixo. Cerca de 5 km a nordeste da foz do Dão, portanto, a *villa* da Abadia estaria estrategicamente implantada no trecho inicial (ou final) do referido percurso terrestre, localização que pode estar por traz da sua magnitude.

Centrando nos caminhos terrestres, conforme já afirmado, resulta improvável a integração de Santa Comba Dão numa rede viária principal¹³¹, já que não foram

¹²⁹ Consultar, entre outros, Inês Vaz, 1976, pp. 355 e 356.

¹³⁰ Refere-se, genericamente, aos actuais territórios dos Concelhos de Mortágua e Santa Comba Dão.

¹³¹ Definição de eixos viários principais por Inês Vaz (1997: 375 - 386).

documentados vestígios concretos de estradas potencialmente romanas no seu território. Inês Vaz chegou a admitir a passagem da via *Aeminium-Vissaium* pelo território em estudo, onde entre S. Joaninho e Gestosa poderia receber um ramal que a ligaria à referida estrada vinda de Foz do Dão (VAZ, 1976: 355). Se assim fosse, seguindo para norte, aquela via regional poderia passar pela zona do microtopónimo “Quartas”, situado entre Vila Pouca e S. Joaninho, continuando para as proximidades do castro de Nandufe no sentido de *Vissaium*¹³² (VAZ, 1997: 382 e 383). Não obstante, de acordo com o nosso estudo, acreditamos que outro caminho mais a oeste deveria servir os assentamentos entre São Joaninho e Couto do Mosteiro, como veremos já de seguida ao abordar a rede viária local. Para Vasco Mantas (1990: 227 e 231), provavelmente, uma estrada entre Bobadela e a via Lisboa – Braga, passaria por Santa Comba Dão, atravessando o “Mondego por Tábua, continuando depois por São João de Areias e Santa Comba Dão (vila) para passar a norte da serra do Buçaco e atingir a via *Olisipo-Bracara* na zona da Mealhada”.

Dentro do território em estudo, a principal linha de comunicação a norte do Dão acompanharia, grosso modo, a estrada M629 entre São Joaninho e Couto do Mosteiro. Seguiria praticamente paralela ao curso do ribeiro de Santa Comba na vertente direita do seu vale, de maneira a servir o assentamento da Regada (9) e a *villa* do Couto do Mosteiro (10). Na igreja de Santa Columba o caminho deveria cortar a nordeste, atravessando o vale rumo ao Pregoinho e depois à Gestosa, mais ou menos pelo traçado das ruas Cortinhais, Seixo e Ribeiro da Adrez. Na Gestosa, bifurcaria em dois caminhos antes do cabeço da Quinta do Chão do Monte, um deles continuaria a nordeste, possivelmente ao encontro do trajecto sugerido por Inês Vaz, e o outro desceria a sul em direcção ao Dão.

Do primeiro, um ramal poderia ainda continuar para Treixedo onde entroncaria na “*via antiqua*” registada na carta de doação desta vila, em 974¹³³. Segundo o autor supracitado, nos primeiros séculos da Idade Média o adjetivo “*antiqua*” atribuído a uma via, provavelmente indicava uma estrada romana (VAZ, 1976: 351), mas sendo o referido registo já de finais da Alta Idade Média, há que ter em conta a ressalva feita pelo

¹³² Este itinerário corresponde à Via VI da rede viária principal do período Romano, definida por Inês Vaz (VAZ, 1997: 375 - 386).

¹³³ Doc. N.º2, Livro Preto da Sé de Coimbra.

mesmo¹³⁴ e admitir a possibilidade de ser já uma estrada de época medieval (**Mapa - XIII**). Jorge Alarcão referiu esta mesma via destacando a incerteza da sua cronologia romana, dada a falta de comprovação arqueológica (ALARCÃO, 1988: 64).

O ramal a sul passaria no sopé do cabeço da Gestosinha (13) fazendo depois a travessia do Dão a poucos metros da foz do ribeiro da Gestosa, nas proximidades do Granjal, onde o rio seria facilmente transponível¹³⁵ até a construção da Barragem da Agueira. O assentamento da Gestosinha poderia estar associado ao controle desta travessia pelo menos no período da romanização.

Não estamos habilitados a propor a continuação do caminho na margem esquerda do Dão, mas deveria entroncar na estrada que, de acordo com o trajecto proposto por Sandra Lourenço (LOURENÇO, 2007: 104), teria um percurso entre a *villa* da Abadia e São João de Areias. Dalí, deveria seguir pelo Rojão Grande, Guarita, continuando para leste no sentido de Vila Dianteira, atravessando a zona dos *habitats* da Roda 2 e Coturo 2 e Regueiras. Desviaria então a sudeste para São João de Areias e continuaria até à travessia do Mondego, do qual na margem esquerda se encontra a estrada antiga da Pedra da Sé¹³⁶ (concelho de Tábua). O Mondego seria então atravessado a vau algures no trecho entre Póvoa dos Mosqueiros e São João de Areias (**Mapa - XIV**).

7.6.2. CAMINHOS MEDIEVAIS

Em período medieval, o Mondego continuava como uma das principais – se não, principal – linha de comunicação à escala regional. Conforme afirmou H. Monteiro, “a viagem fluvial era, geralmente, mais rápida, confortável e barata, podendo-se percorrer maiores distâncias e transportar um volume de carga maior” (MONTEIRO, 2012: 66).

Pela análise da ocupação actual no vale do Mondego, percebemos como os efeitos da sua utilização milenar como via de comunicação deixaram uma curiosa marca

¹³⁴ Inês Vaz chamou atenção para o facto de que uma estrada pode ser referida como “antiga” apenas se adquira ou faça uma nova (VAZ, 1976: 351).

¹³⁵ Conforme tivemos a oportunidade de testemunhar recentemente em função da rigorosa estiagem de 2017.

¹³⁶ Sítio arqueológico registado com o CNS 2759.

na paisagem humana. É que seguindo a montante pelo rio, a partir de Coimbra até a zona da antiga aldeia de Foz do Dão, contamos pelo menos dezoito povoações ribeirinhas¹³⁷ entre os concelhos de Coimbra, Penacova e Vila Nova de Poiares, mas depois daquele ponto escasseiam abruptamente. Em Santa Comba Dão, mesmo com a subida das águas após a construção da barragem da Aguieira, não há nenhuma povoação a menos de meio quilómetro da margem direita do Mondego, e também não voltam a aparecer na sua passagem pelos concelhos de Carregal do Sal, Tábua e Oliveira do Hospital. Apenas a partir de Caldas da Felgueira (Nelas), surgem algumas raras aldeias ribeirinhas.

Desta forma, a foz do Dão manter-se-ia, em época medieval, como ponto de mutação entre as vias hidrográfica e terrestre (*ibidem*: 67), talvez não com a mesma pujança que tivera em tempos romanos, dado o encolhimento dos circuitos comerciais, mas certamente como um importante embarcadouro do Mondego. A jusante, a zona do Porto da Raiva (Penacova) deve ter adquirido especial relevância em função do florescimento do mosteiro de Lorvão em período Astur-leonês (AZEVEDO, 1933: 22), o que teria resultado, talvez, numa intensificação da navegação no trecho entre Penacova e a foz do Dão, especialmente a partir da segunda metade do século X, com a expansão dos domínios deste cenóbio no Baixo Dão. Ainda no século XIV, a importância deste ponto de *mutatio* destacava-se a nível regional, já que delimitava uma das extremidades do limite leste do arcediogo do Vouga, da diocese de Coimbra (JORGE, 2000: 168). No que toca aos percursos terrestres a escala regional, de acordo com Helena Monteiro, um eixo viário que ligava Coimbra, Viseu e Lamego teria atravessado o território de Santa Comba Dão (MONTEIRO, 2012: 87 - 92).

A nível local, a configuração do povoamento pos-romano não teria provocado desvios significativos na rede de comunicação já instalada. São poucos os assentamentos seguramente medievais, fisicamente apartados de estações romanas e/ou tardo-antigas, resumindo-se concretamente a habitações associadas às sepulturas da Amieira, Silvares, Silvares 2, Lapa e Lapa I. Os vestígios arqueológicos remetem, portanto, à manutenção dos antigos caminhos romanos aos quais foram acrescentados, inevitavelmente, uma

¹³⁷ Designadamente: Terras do Mondego, Venda Nova, Casal de Misarela, Palheiras, Caneiro, Louredo, Rebordoça, Ronqueira, Carvoeira, Cheira, Azenha do Rio, Ponte, Riba de Baixo, Vila Nova, Porto da Raiva, Cunheda e Oliveira do Mondego.

trama de carreiros e veredas para atender ao novo quadro socio-económico pautado no minifúndio e na exploração agrícola familiar. A trama destes caminhos secundários num espaço pequeno e de cariz completamente rural resulta quase impossível de definir; mas, para arriscar esta aproximação, temos novamente que nos socorrer da toponímia alto-medieval, embora resultem as sepulturas rupestres um bom indicador da existência de uma estrada medieval, pois os caminhos vicinais próximo a sepulturas rupestres teriam, provavelmente, estabelecido a ligação entre os *habitats* coevos (LOURENÇO, 2007: 73).

No século X, uma estrada ligaria o mosteiro de São Jorge a São Joaninho, provavelmente seguindo o traçado da via actual, também chamada “Avenida Olival do Senhor”, que daquela povoação, passa por Real e segue para São Joaninho. Em Real, ainda na Alta Idade Média, a rua dos Aldrogãos¹³⁸ poderia corresponder já a um carreiro entre Real e a estrada Couto do Mosteiro – São Joaninho. Mais a sul, possivelmente fora rasgado um caminho que seria a continuação da estrada da Fraga (26) e que teria cruzado o vale do ribeiro de Santa Comba entre Pedraires, Casal Bom – onde recebe o nome de “Rua Direita” (*vide supra*: 7.5) – e Vila Pouca, passando pela ponte da Regada (*vide supra*: 5.1.2.2) na zona do antigo assentamento romano homónimo.

A ponte, a antiga estrada Couto do Mosteiro – Treixedo teria sido prolongada pelo menos até Nagosela¹³⁹, fazendo desta via transversal um dos principais eixos viários a partir da época condal, pois ligava de SW - NE as *villas* de Santa Columba (actual Couto do Mosteiro), Gestosa, Treixedo e Nagosela.

A alteração mais significativa na rede viária local teria ocorrido na primeira metade do século XII, com a construção do *castrum* de Santa Comba e a progressiva afirmação do trecho do Dão, junto desta povoação, como ponto de travessia. Estamos de acordo com A. Neves em integrar neste momento – ou pouco depois – a construção da ponte sobre o Dão¹⁴⁰ (NEVES, 2013) e, ao nosso entender, a calçada do Vimieiro¹⁴¹

¹³⁸ O topónimo “Aldrogão” poderia estar relacionado com a palavra de origem arábica “ár. *Dāqa*”, que significa “ser estreito” (MACHADO, 1993: 87).

¹³⁹ Este troço deverá remontar à época romana, mas pela não identificação de vestígios arqueológicos deste período entre Treixedo e Nagosela, inserimo-lo em época medieval.

¹⁴⁰ A estrutura contemporânea, aparentemente, não ostenta elementos arquitectónicos da ponte medieval.

(28), que a partir de então ligou esta aldeia à margem esquerda, portanto, à ponte sobre o Dão. Esta, restaurada no reinado de D. Fernando (MONTEIRO, 2012: 88), apresentava-se no século XVIII como uma “majestosa ponte de seis arcos” (MARTINS, 2014: 23) de “fermoza cantaria”¹⁴² (*ibidem*: 45). Na margem direita, a ligação da ponte ao burgo far-se-ia pela antiga Via Cova. Dali a norte, a estrada seguiria pela Rua da Catraia¹⁴³ até entroncar na estrada Couto do Mosteiro – Gestosa (**Mapa - XIII**).

No século XVIII, este percurso continuaria integrado num dos ramais da estrada Coimbra – Viseu. Atravessava integralmente o território desde Pinheiro de Ázere, passando por Santa Comba Dão e seguindo para a Fonte do Salgueiro (nascente do ribeiro de Santa Comba), ou seja, outra vez, na zona do topónimo “Quartas” (**Mapa - XIV**). Aqui entroncava na estrada vinda de *Brida* (Breda, Mortágua), que atravessava o Criz em “*São Miguel dos Moleiros*”¹⁴⁴, a qual não poderia ser outra a não ser a zona dos moinhos da Barroca de São Miguel, onde a ponte românica (27) atesta a utilização deste trajeto pelo menos a partir dos séculos XII-XIII, possivelmente, integrado no percurso da via Coimbra – Viseu referida por H. Monteiro (*vide supra*). Seguia então a norte pelo caminho romano / alto-medieval, passando por *Casal de Maria* (Casal Maria)¹⁴⁵ até ao referido entroncamento. Com a construção da ponte seiscentista sobre o Criz (BRANQUINHO, 2010: 34), o trecho entre a Barroca de São Miguel e Casal Maria deve

¹⁴¹ Embora popularmente conhecida como “Calçada Romana”, a calçada do Vimieiro deveria ser contemporânea da ponte sobre o Dão, contudo, não podemos desconsiderar, em época romana, a travessia neste trecho em períodos de baixo caudal.

¹⁴² Descrição atribuída às pontes do Dão e do Criz, mas para esta, não encontramos indícios documentais nem arqueológicos que comprovem um enquadramento em período medieval.

¹⁴³ Na publicação em que o jornal o Dão deu a conhecer a sepultura da Catraia (*vide*: 4.1.1.3), localizou este monumento junto a “*uma antiga estrada que canduzia a Tondella, da qual não existem vestígios porque se estende alli a magnifica quinta da Catraia (...) Comtudo vêm-se ainda um penedo que antigamente se chamava <<Pouso dos Loiceiros>> porque os vendedores de louça o utilizavam para descansar*” (O Dão, 26 /01/ 1890).

¹⁴⁴ *Mapa General del Reyno de Portugal*, consultado na Biblioteca Nacional de Portugal (Biblioteca Digital), disponível em : <http://purl.pt/26898/2/>.

¹⁴⁵ *Ibidem*.

ter sido abandonado em menos de um século¹⁴⁶, substituído pela estrada que entrava por Pedras Negras e seguia para o Couto do Mosteiro.

No que respeita ao antigo ponto de travessia do Dão, na zona do Granjal, não há razões para crer no seu abandono até praticamente a contemporaneidade. Continuando para sudeste, do eixo viário romano, certamente seguiria, a partir da Alta Idade Média, na zona de Silvares, um caminho que o ligava às povoações associadas às sepulturas de Silvares (37) e Silvares 2 (5) (**Mapa - XIV**), já que resulta plausível a associação entre os referidos monumentos funerários e a estrada vicinal que segue para Castelejo. Da mesma forma, na encosta do Patarinho, os três núcleos funerários que estão nas margens da estrada entre Cagido e Óvoa parecem indiciar a sua antiguidade. Com efeito, segundo informações recolhidas por Maria do Céu Campos junto aos habitantes de Cagido, existiria um troço de estrada romana junto à Rua Patarinho (CAMPOS, 1984: 49), e numa carta de foro de D. Afonso III, de 1273, está referido um “*Carril deinde quomodo dividit hereditatem de Patarino*”¹⁴⁷ que provavelmente corresponderá rua acima referida. Tendo em conta que o seu trajeto trespassa a mancha de ocupação da *villa* da Abadia, é provável corresponder a um caminho já de época medieval, portanto, posterior à reconfiguração deste assentamento em época pós-romana. O antigo caminho romano, que talvez passasse a sul da *villa* (**Mapa - XIV**), teria naquele período, portanto, sofrido um ligeiro deslocamento.

¹⁴⁶ As memórias paroquiais de Santa Comba Dão, em meados do século XVIII, já só referem as pontes sobre o Criz e Dão como vias de acesso à vila, levando a crer que o caminho pela Barroca de São Miguel estivesse já em desuso.

¹⁴⁷ Consultado em: MORAIS, 2013, vol II, *Corpus Documental*: 51.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

8.1. OBSERVAÇÕES CIENTÍFICAS

Relembramos agora os questionamentos referidos no início deste trabalho (*vide*: 3.1), para os quais julgamos ter conseguido algumas respostas que dão fundamento a um conjunto de apontamentos, os quais, por sua vez, sustentarão as nossas observações finais.

A começar pelo primeiro grupo de questionamentos, relacionado com as estratégias e padrões de ocupação, percebemos que, para o povoamento enquadrado entre o período romano e transição para a tardo-antiguidade, apesar de não ter sido documentado, em Santa Comba Dão, nenhum indício da existência do que Inês Vaz (1997: 403) designou de “aglomerados urbanos”, constatamos uma densidade de assentamentos dispersos semelhante à registada por este autor na zona do concelho de Tondela (VAZ, 1997), deixando perceptível uma certa homogeneidade ocupacional na periferia a poente do *limes* entre as *civitates* de *Vissaium* e Bobadela.

Centrados ainda nas mesmas balizas cronológicas, todavia à escala de análise territorial, percebemos que, a norte do Dão, tanto a *villa* ou casal da Regada quanto a *villa* do Couto do Mosteiro estavam implantados no vale do ribeiro de Santa Comba, nos baixios da sua encosta voltada a leste e sudeste, sendo que em ambos, os vestígios materiais aparecem a, no mínimo, 60 m de distância do ribeiro. Ainda na margem direita do Dão estão os *habitats* da Quinta do Barão e Gestosinha, tendo sido atribuído ao primeiro um curto momento de ocupação, entre a Antiguidade Tardia e Alta Idade Média, possivelmente associado à exploração mineira, e ao segundo, um ponto de vigia, inicialmente, em finais da Idade do Ferro ou período romano-republicano. Na margem esquerda, a sudoeste, destaca-se a grande *villa* da Abadia, que ocuparia um espaço com, no mínimo, 5 ha – considerando a área total, inserida entre a mancha de ocupação da Abadia 2 (*vide*: 5.1.2.10) e o sítio da Abadia (*vide*: 5.2.13) – numa planura com terrenos férteis bastante irrigados, junto a um eixo viário de alcance regional. A nascente, na freguesia de São João de Areias, documentou-se um conjunto de assentamentos de contornos indefinidos entre os ribeiros de Vila Dianteira e São João de Areias. Aqui, na zona das Regueiras, associados à *villa* homónima, estariam alguns pequenos núcleos

habitacionais nos arredores (vide: 7.1), concretamente nos sítios da Roda II e Coturo II. Também na zona da Igreja Matriz de São João de Areias deveria existir uma *villa*, mas a leitura do registo arqueológico resultou, aqui, completamente prejudicada pela urbanização.

Respeitante ao povoamento alto-medieval, através da análise toponímica percebemos que a localização das *villas* registadas na segunda metade do século X (**Mapa - VII**) teria, provavelmente, resultado de um ordenamento norteado pela organização paroquial, o que acaba por ir ao encontro das observações de Sánchez Pardo (2010: 158) para a região de Nendos (Galiza) na Alta Idade Média, ao referir, o citado autor, a “aquisição de uma posição central e articuladora da igreja em relação ao povoamento”¹⁴⁸, o que, de volta ao território em estudo, teria impulsionado a consolidação da identidade dos núcleos aldeãos já existentes, dos quais aos seus habitantes dever-se-ia a abertura das sepulturas rupestres. Como resultado, algumas aldeias e granjas dos inícios da Reconquista, aproximadamente no período dos reinados de Ordonho II e Ramiro II (vide: 4.3) poderiam ter-se deslocado para as proximidades dos seus centros paroquiais, de maneira a configurar as *villas* alto-medievais, provocando o abandono de determinados assentamentos com origens que remontam ao período romano e tardo-antigo, cujos exemplos mais patentes, no território em estudo, são os *habitats* da zona entre Casas Novas e Vila Dianteira, e da *villa* da Abadia.

Notamos, nestas zonas, portanto, a marginalização dos assentamentos rurais romanos e tardo-antigos, bem como de inícios da Alta Idade Média, neste caso, associados às sepulturas rupestres, face à organização do povoamento a partir de meados da época condal, situação para a qual Gutiérrez González (2010: 172) chamou atenção ao analisar os modelos de evolução do povoamento rural entre a Antiguidade Tardia e a Alta Idade Média no vale do Douro, com a particularidade, ainda, de ter mencionado que expressões como “*términos antiguos*” utilizadas na documentação alto-medieval como limites de propriedades, podem dizer respeito a locais ou estruturas associados ao povoamento antigo (GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, 2010: 172). Com efeito, nas três cartas de doação das terras de Santa Comba Dão a Lorvão (vide: 7.6.2), esta expressão – “*terminis antiquis*” ou “*terminos anticos*” – aparece associada às *villas* de *Sancta Columba* (974), *Trexede* (981) e *Silvares* (985). Dentro dos limites espaciais da

¹⁴⁸ Livre tradução do autor.

primeira, registamos dois assentamentos romanos – Regada e *villa* do Couto do Mosteiro – e, nas proximidades da última, encontram-se os *habitats* romanos e tardo-antigos do vale do ribeiro de Vila Dianteira, sendo a *villa* das Regueiras o assentamento mais próximo da zona de Silvaes (**Mapa - XI**).

Avançando pela Plena Idade Média, um esforço de fortificação da linha do Dão, em inícios do século XII, teria levado à construção do castro de Santa Comba e de estruturas defensivas na *villa* de Treixedo, bem como à reutilização do cabeço da Gestosinha como ponto de vigia. E se estão estes três recintos na margem direita, não excluimos que, na margem esquerda, houvesse também estruturas defensivas na aldeia de Castelejo (**Mapa - XVI**). Entretanto, a construção do castro de Santa Comba – futuro “burgo” – teria sido o factor de maior impacto no ordenamento territorial iniciado na organização das *villas* nos meados do século X, não apenas por ter assumido progressivamente uma posição central no quadro administrativo local, mas por ter consolidado a travessia do Dão entre Santa Comba Dão e Vimieiro até a actualidade¹⁴⁹.

Em análise conjunta destes apontamentos, bem como do conteúdo geral deste trabalho, para responder à questão inicial proposta no primeiro grupo de questionamentos, observamos que, entre o período romano e a Antiguidade tardia, pelo menos uma das premissas levadas em conta nas estratégias de ocupação local, fora, predominantemente, a proximidade à rede hidrográfica secundária face a um certo distanciamento da rede hidrográfica principal, exceptuando-se apenas os *habitats* da Quinta do Barão e da Gestosinha, e mesmo assim, nenhum destes, a menos de 230 m do rio Dão.

Essa característica, ao nosso entender, deveu-se principalmente à inaptidão dos rios à navegação na quase totalidade do território estudado. Com efeito, ao observarmos a implantação actual das povoações no vale do Mondego, percebemos que, predominantemente, apenas a jusante da foz do Dão, quando este passava a ser navegável, começam a aparecer povoações ribeirinhas nos baixios pegados ao rio. Outra explicação seria, claro, a preferência por zonas planálticas com solos irrigados e mais facilmente aráveis, em oposição às encostas dos vales, expostas às intemperies e com abundância de afloramentos rochosos. Entrando na Alta Idade Média, esta circunstância

¹⁴⁹ Sobre a antiga ponte, hoje submersa, passa o IP3, principal eixo viário entre Coimbra e Viseu.

começou a ser alterada, pontualmente, com a implantação de centros monásticos junto ao Criz e Dão, e já na Plena Idade Média, a implantação de povoações fortificadas junto à linha deste rio teria determinado a evolução de algumas vilas e aldeias nas proximidades da rede hidrográfica principal, cujo exemplo mais marcante fora a própria vila de Santa Comba Dão.

No que se refere aos padrões de ocupação, para os períodos romano e tardo-antigo, por tratar-se de um espaço de análise reduzido e com um pequeno número de amostras exemplificativas, resulta praticamente impossível, ou no mínimo completamente falível, qualquer ilação no sentido de perceber algum tipo de ordenamento administrativo de ocupação rural. Em contrapartida, na Alta Idade Média, e, nesse caso, transpondo ligeiramente os limites espaciais do nosso estudo, julgamos que, com base no que fora exposto, dificilmente a equidistância entre as *villas* – distantes em média 3 km umas das outras – registadas no cartolário lorbanense resulte mais de uma coincidência do que de um planeamento calculado (**Mapa - VII**).

Uma última referência aos padrões espaciais de ocupação, diz respeito à relação entre geomorfologia e povoamento. Ao abordar esta temática, Sandra Lourenço constatou que quase todos os sítios que registou, localizados entre os rios Dão e Alva, estão situados em zona granítica, “onde os solos são mais férteis para a agricultura” (LOURENÇO, 2007: 102). Confirma-se esta tendência ao território de Santa Comba Dão (**Mapa - XVI**), onde apenas quatro das 49 estações arqueológicas se encontram sobre as formações de xisto, sendo que daquelas, três correspondem a caminhos antigos (Barroca de São Miguel, Fraga e Estrada de S. Jorge), pelo que o sítio de São Jorge (8) representa o único *habitat* documentado na zona xistosa.

Passando ao segundo grupo de questionamentos, às observações acima referidas, acresce-se a abordagem cronológica da evolução dos assentamentos. Pela análise da continuidade de ocupação em termos temporais, a começar pelas manchas de ocupação com contornos aproximadamente definidos, refere-se que as *villae* romanas do Couto do Mosteiro, Abadia e Regueiras, apresentam, dentro dos seus limites, materiais de cronologia tardo-antiga e, no caso da segunda, possivelmente também de começos da Alta Idade Média, sendo que na Abadia e Regueiras a existência de sepulturas rupestres indica, provavelmente, uma ocupação ininterrupta do espaço entre o período romano e inícios da Alta Idade Média, podendo, por conseguinte, possuir ocupações enquadradas

no modelo continuista de Gutiérrez González (2014), em contornos que apenas por meio de escavações arqueológicas poderão ser descortinados.

Já na primeira, a inexistência – à partida – destes monumentos não autoriza o estabelecimento de uma ocupação contínua entre a *villa* romana e a *villa* alto-medieval onde fora construído o templo dedicado à *Sancta Columba*, não obstante, a conjunção dos indícios materiais e espaciais, acreditamos, indicar uma evolução precisamente neste sentido. No *habitat* da Regada, pelo contrário, de acordo com as cerâmicas recolhidas no sítio, pode ter ocorrido um longo período de abandono entre a ocupação romana e o período pleno e/ou baixo-medieval, o que, a princípio, integrá-lo-ia no modelo rupturista do autor supracitado (*idem*). Mesmo assim, não podemos excluir a chance de uma possível inobservância do registo pós-romano, pois conforme demonstrado nos exemplos do Couto do Mosteiro e Regueiras, por vezes, os materiais que remotam a este período resumem-se a pequenos fragmentos de cerâmica decorada nem sempre identificáveis à superfície.

Nos outros quatro *habitats* com vestígios romanos e tardo-antigos (Quinta do Barão, Roda II, Coturo II e São João de Areias), pela extensa diacronia das cerâmicas datáveis aliada às alterações antrópicas pós-deposicionais, não foi possível, como também se constatou em certas zonas da Galiza, “establecer puentes entre el poblamiento constatado” (SÁNCHEZ PARDO, 2011: 265). Todavia, o facto de, com excepção da *villa* de São João de Areias, terem todos fornecido cerâmicas pós-romanas, comprova, pelo menos, se não um breve período de ocupação entre a Antiguidade Tardia e a Alta Idade Média, o não abandono da maior parte dos assentamentos romanos depois da época imperial no território em estudo.

Em contornos mais conclusivos e em resposta à última questão deste segundo grupo de observações, refere-se que não foi detectada em Santa Comba Dão uma ligação directa do povoamento associado às sepulturas rupestres com as *villas* registadas no século X, excepto nas zonas das sepulturas de Silvares e na vila de São João de Areias, e com marcadas reservas, em Treixedo, onde conjuntos de núcleos habitacionais, ou mais precisamente, aldeias possivelmente conformadas entre a tardo-antiguidade e a Alta Idade Média¹⁵⁰ (séculos V-IX/X) teriam evoluído para *villas* em

¹⁵⁰ Conforme observou Quirós Castillo (2007: 78), as aldeias passaram a dominar a paisagem rural nas zonas de Madrid, Castela e Leão, a partir do século V, e na Galiza e Álava, a partir do século VII-VIII.

período Astur-leonês. Dos sete núcleos funerários implantados em zonas com assentamentos deste período, apenas na encosta do Patarinho foi possível perceber os contornos dessa evolução. Aqui, houve claramente, em inícios da Alta Idade Média, uma conversão em espaço funerário de uma zona que, até a Antiguidade Tardia, servira de vivenda.

Com base nos vestígios materiais, ficou mais evidente, no território de Santa Comba Dão, a relação de continuidade entre a “sociedade das sepulturas rupestres”, enquadrada possivelmente entre os séculos VIII e IX/X d. C., e a anterior ocupação pós-romana (**Mapa - XVII**). Arriscando-nos agora numa proposta de aproximação cronológica, a ser futuramente confirmada ou infirmada, sugere-se, em Santa Comba Dão, a possível associação das sepulturas rupestres com o período de colapso do Reino Visigodo segundo lecionado por Martín Viso (2016b), portanto, num momento de grande isolamento administrativo e religioso dessas comunidades rurais em relação às sedes de bispado, bem como da progressiva auto-suficiência dos núcleos de povoamento, no seio dos quais a pastorícia teria ganho preponderância face à agricultura, e onde as sepulturas rupestres poderiam estar vinculadas “*a la reclamación de derechos de pasto por parte de ciertas comunidades*” (MARTIN VISO, 2016b: 21).

A reorganização administrativa que teria ocorrido a partir dos meados do século X, conforme reiteradamente afirmado, provavelmente provocou o reagrupamento – norteado pelo estabelecimento do quadro paroquial – dos casais e aldeias de época visigoda e emiral, de forma a desenhar as bases da organização do povoamento que, em linhas gerais, se mantêm até hoje.

Referente aos caminhos antigos, acreditamos que, pelo menos em época alto e baixo imperial, a rede de trocas comerciais à escala regional servia-se fundamentalmente do Mondego, através do qual afluíam ao Baixo Dão as peças de importação. Da foz do Dão, os produtos seriam escoados por terra, destinados ao abastecimento das *villae* implantadas nessa zona periférica da *civitas* de Bobadela e, possivelmente de *Vissaium*, onde o primeiro ponto de passagem deveria ser, naturalmente, a *villa* da Abadia. Entrando pela época condal, o Mondego manter-se-ia como rede viária principal já que seria a conexão mais rápida e segura entre o Baixo Dão e Coimbra e, a partir de finais do século X, entre aquela zona e o mosteiro de Lorvão ao qual passou a pertencer. Possivelmente, apenas a partir do século XII uma via terrestre de alcance regional tenha

atravessado o território de Santa Comba Dão, todavia, a este respeito, os indícios não nos permitiram ir para além do campo das conjecturas.

7.2. BALANÇO DO IMPACTO SOCIAL

Finalmente, não podemos encerrar este trabalho sem lembrar a estreita colaboração que logramos estabelecer com os santacombadenses ao longo das pesquisas de campo, aos quais não ficaríamos alheios uma vez concluída esta estapa da investigação. Assim, lembramos agora os nossos objectivos específicos, para em jeito de “auto-avaliação”, perceber em que medida chegámos a atingí-los.

Respeitante à inventariação dos bens culturais, correspondeu, grosso modo, ao nosso trabalho inicial de pesquisa – capítulo 5 – a partir do qual se organizou uma das bases de sustentação sobre as quais desenvolvemos tudo o que fora exposto. Enquadrados nas nossas balizas cronológicas, foram registados ao todo 34 sítios não inventariados na base de dados da DGPC, dos quais 24 estavam inéditos até a presente data.

O georreferenciamento dos sítios foi realizado com sucesso, conforme podemos observar na cartografia apresentada em anexo, embora as circunstâncias ainda não tenham permitido facultar oficialmente esta informação à Autarquia Municipal, de forma a concluir completamente o estipulado no objetivo específico II.

Ao objectivo seguinte aplica-se o que foi referido em relação ao primeiro, uma vez que o tratamento do espólio material foi condição *sine qua non* ao seu estudo. Importa esclarecer que todo o espólio recolhido, catalogado e publicado no âmbito deste trabalho, excepto as peças que se encontravam e continuarão no Minimuseu de Óvoa¹⁵¹, serão entregues aos cuidados da Câmara Municipal de Santa Comba Dão. O que nos leva à avaliação do penúltimo objectivo, adiantando que até ao momento, como é natural, as circunstâncias ainda não permitiram pôr em marcha o processo de classificação dos bens culturais.

¹⁵¹ Por iniciativa da comunidade local, foi criado um espaço, chamado “Minimuseu”, localizado num edifício junto ao largo do pelourinho de Óvoa, onde encontram-se expostas algumas peças recolhidas no Patarinho 3 bem como artefactos de cariz etnográfico.

Os esforços necessários à consecução do objectivo V foram, em meados de 2017, consubstanciados na criação da Associação de Estudos do Baixo Dão, uma entidade sem fins lucrativos destinada à divulgação do património cultural concelhio bem como ao apoio a projectos de investigação que o abordam. A título de exemplo, com o apoio desta entidade realizamos, em 2017, na feira do livro municipal, uma apresentação do património histórico e arqueológico à comunidade santacombadense (**Fig. XXIV: 1**), e em outubro do mesmo ano, expusemos pela primeira vez à comunidade científica internacional, as sepulturas rupestres de Santa Comba Dão (**Fig. XXIV: 2**). Mais recentemente, esta associação promoveu três encontros com a comunidade concelhia, tendo sido o primeiro protagonizado pelos padres das paróquias de Santa Comba Dão, direccionado à apresentação do património histórico-cultural religioso, o segundo, direccionado à história da passagem das tropas francesas pelo território concelhio durante a 3ª Invasão Francesa (**Fig. XXIV: 3**), e o terceiro, centrado na importância dos Arquivos Municipais para a história do concelho (**Fig. XXIV: 4**).

Para finalizar, julgamos legítimo assumir que o presente trabalho teve um impacto positivo junto à comunidade santacombadense, não apenas a nível de identificação e inventariação de sítios arqueológicos, mas também na medida em que contribuiu para uma maior e progressiva aproximação entre os munícipes e o seu património cultural material, ao qual nunca foram alheios, mas pelo qual têm demonstrado cada vez mais afinco no que diz respeito à sua proteção e valorização.

BIBLIOGRAFIA

AGUAROD OTAL, C. (1991): *Cerámica romana importada de cocina en la Tarraconense*. Saragoça.

AGUAROD OTAL, C. (2017): “Cerámica común de mesa y de cocina en el valle del Ebro y producciones periféricas”. In.: *Manual de cerámica romana III* (Carmen Fernández Ochoa, Ángel Morillo y Mar Zarzalejos). Alcalá de Henares: Museo Arqueológico Regional; Madrid: Colegio Oficial de Doctores y Licenciados en Filosofía y Letras y en Ciencias, Sección de Arqueología. 1ª Edição.

ALARCÃO, Jorge de; ALARCÃO, Adília (1966): *Vidros Romanos de Conimbriga*. Museu Monográfico de Conímbriga.

ALARCÃO, Jorge de (1974): “Cerâmica Comum local e regional de Conimbriga”, In.: Supl. *Biblos*, 8. Coimbra.

ALARCÃO, Jorge de; ETIENNE, Robert (1975): *Fouilles de Conimbriga, Vol VI: Céramiques diverses et verres*. Edição Diffusion E. de Boccard Deposit. Paris.

ALARCÃO, Jorge de (1988): *Roman Portugal*. Vol II. Warminster. Aris and Phillips.

ALARCÃO, Jorge. de (1989): “Geografia política e religiosa da civitas de Viseu”. In.: *Actas do I Colóquio Arqueológico de Viseu*. Governo Civil do Distrito de Viseu.

ALARCÃO, Jorge de (1990): “O Domínio Romano”, In.: *Nova História de Portugal*. Direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques. Editorial Presença. Lisboa, pp. 345 - 489.

ALARCÃO, Jorge de (1998): “Paisagem rural romana e alto-medieval em Portugal”. In: *Conimbriga*, Nº 37, pp. 89 - 119.

ALARCÃO, Jorge de (2002): *O Domínio Romano em Portugal*. Publicações Europa-América 4ª Edição.

ALARCÃO, Jorge de (2002-2003): “ A Splendidissima Civitas de Bobadela (Lusitânia)” In.: *Anas*, 15-16, Museu Nacional de Arte Romano. Mérida, pp. 155 – 180.

ALBA CALZADO, M.; GUTIÉRREZ LLORET, S. (2008): “Las producciones de transición al Mundo Islámico: el problema de la cerámica paleoandalusí (siglos VIII y IX)”. In.: *Cerámicas Hispanorromanas. Un Estado de la Cuestión*. Ed. Universidade de Cadiz, pp. 585 - 616.

ALMEIDA, Miguel (2008): “Proteger apesar do Igespar, ip: a arqueologia portuguesa num instituto sem competências de arqueologia ... nem de património histórico”, In.: *Praxis Archaeologica*, 3, pp. 145 - 153.

ALVES, Catarina.; COSTEIRA, Catarina; ESTRELA, Susana; SERRA, Miguel; PORFÍRIO, Eduardo (2013): “Contextos funerários da Antiguidade Tardia do concelho de Serpa”. In.: *VI Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular*. Villafranca de los Barros, pp. 1929-1966.

ARANEGUI GASCO, C.; PLÁ BALLESTER, E (1981): “*La ceramica ibérica*”. In *La Baja Época de la Cultura Ibérica*. Assoc. Esp. Amigos de la Arqueología. Madrid, pp. 73-116.

ARCE MARTÍNEZ, J.; RIPOLL LÓPEZ, G. (2001): “Transformación y final de las villae en Occidente (siglos V-VIII): problemas y perspectivas”. In.: *Arqueología y Territorio Medieval*, 8. Jaén, pp. 21 - 54.

ASTON, Michael (1985): *Interpreting the Landscape: Landscape Archaeology in Local Studies*. B.T. Batsford. Londres.

AZEVEDO, Ruy de. (1933): “O Mosteiro de Lorvão na reconquista cristã.” Sep. *Arquivo Histórico de Portugal*. Lisboa.

BÁEZ, Beatriz; BATALHA, Luísa; CARVALHO, Liliana; GARCÍA VILLANUEVA, Isabel; LARRAZABAL, Javier; ROSSELLÓ, Miquel; SANTOS, Constança (2014) “Recipientes de armazenamento no vale do Baixo Sabor (Portugal), da época romana à antiguidade tardia. Ensaio cronotipológico.” In.: JÁRREGA, R; BERNI, P.: *Amphorae ex Hispania: paisajes de producción y consumo. Monografías Ex Officina Hispania III*. Tarragona, pp. 898 - 917.

BARROCA, Mário (1987): “Necrópoles e sepulturas medievais de Entre-Douro-e-Minho (Séc. V a XV).” Porto. Dissertação para Provas Públicas de Capacidade Científica, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Policopiado.

BARROCA, Mário (1989): “Sepulturas escavadas na rocha”. In: *Arqueologia*, nº 19, pp. 178 - 183.

BARROCA, Mário (1990-91): “Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (Séc. IX a XII)” In: *Portugalia*, Nova Série Vol. XI - XXI, Porto, pp. 86 - 136.

BARROCA, Mário (2000): *Epigrafia Medieval Portuguesa (862 – 1422)*, Tomo 2. Fundação Calouste Gulbenkian : Fundação para a Ciência e Tecnologia.

BARROCA, Mário (2010-2011): “Sepulturas escavadas na rocha de Entre Douro e Minho”. In.: *Portugalia, Nova Séria*, vol 31-32. Ed. DCTP – FLUP, Porto, pp. 115 - 182.

BELTRÁN LLORIS, M. (1990): *Guía de La Cerámica Romana*. Libros Pórtico. Zaragoza.

BICHO, Nuno (2006): *Manual de Arqueologia Pré-Histórica*. Edições 70. Lisboa.

BRANQUINHO, José Morais (1984): *Quatro freguesias do concelho de Santa Comba Dão – Subsídios para o seu levantamento arqueológico (Santa Comba Dão, Couto do Mosteiro, S. Joaninho e Treixedo)*. Trabalho curricular apresentado na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, nº 69. Policopiado.

BRANQUINHO, José Morais (2010): *Santa Comba Dão Na Época das Invasões Francesas*. Ed. Câmara Municipal de Santa Comba Dão.

BRITO, Raquel (1997): “Introdução Geográfica”. In.: *História de Portugal*, Vol. I, Antes de Portugal, direcção e coordenação de José Mattoso. Editora Estampa, pp. 29 - 78.

BROCHADO, Cláudio (2004): “A arqueologia de oito lagares cavados na rocha de entre Lima e Cávado”. In.: *Douro*, 18, pp. 13 - 31.

BUGALHÃO, Jacinta; FOLGADO, Deolinda (2001): “O arrabalde ocidental da Lisboa islâmica: urbanismo e produção oleira”. In.: *Arqueologia Medieval* 7. Ed. Afrontamento. Porto, pp. 111 - 146.

BUSTAMANTE-ÁLVAREZ, M. (2016): “La cerámica pintada romana de tradición indígena en el territorio de Extremadura”. In.: *SPAL*, 25, p.p. 183 - 207.

CAMPOS, Maria do Céu (1984): *Levantamento arqueológico do concelho de Santa Comba Dão*. Trabalho curricular apresentado na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, n.º 70. Policopiado.

CARNEIRO, André; SEPÚLVEDA, Eurico (2004): “Terra sigillata hispânica tardia do concelho de Fronteira: exemplares recolhidos entre 1999 e 2003”. In.: *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Vol. 7, número 2, Lisboa, pp. 435 - 458.

CARVALHO, Pedro (2007): *Cova da Beira. Ocupação e exploração do território na época romana (um território rural no interior da Lusitania)*. Edição: Câmara Municipal do Fundão e Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

CARVALHO, Pedro (2016): “O final do mundo romano: (des)continuidade e/ou (in)visibilidade do registo nas paisagens rurais do interior norte da Lusitânia”. In.: *A Lusitânia Entre Romanos e Bárbaros*. Coimbra / Mangualde, pp. 397 – 436.

CATARINO, Helena (1997-1998): *O Algarve Oriental durante a ocupação islâmica: povoamento rural e recintos fortificados*. Al’Ulyã, n.º 6, 3 vols., Loulé: Arquivo Histórico Municipal.

CATARINO, Helena (2005): “Notas sobre o período islâmico na Marca Inferior (Tagr al-Gharbí) e as escavações na Universidade de Coimbra”. In.: *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs VIII a XIII)*. Câmara Municipal de Palmela. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Palmeça, pp.195 - 214.

CENTENO, Rui (1987): *Circulação Monetária no Noroeste de Hispânia até 192*. Tese de doutoramento em Pré-história e Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Sociedade Portuguesa de Numismática, *Anexos Nummus*, I. Porto.

CENTENO, Rui; MORAIS, Rui; SOEIRO, Teresa (2014): “A propósito da cerâmica cinzenta fina polida do Castro de Romariz (Santa Maria da Feira - Portugal)”. In.: *As Produções cerâmicas de imitação na Hispania*, Vol. 2. Braga, pp. 291 - 308.

CERVEIRA, Ana Filipa (2017): *A Zona Norte de Conímbriga: A evolução das Cerâmicas Locais e Regionais. Resultados das Campanhas de 2013 e 2015-2016*. Relatório de Estágio do Mestrado em Arqueologia e Território. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Policopiado.

CERRILLO MARTÍN DE CÁCERES, E. (1976): “Cerâmicas Estampilladas de Salvatierra de Tormes (Salamanca). Contribución al Estudio de las Cerâmicas Tardorromanas del Valle del Duero”. In. *Zephyrus*, XXVI-XXVII (Universidade de Salamanca), pp. 456 - 471.

C.E.V.P.P (1991): “Cerâmicas de época visigoda en la Península Iberica: precedentes y perduraciones”. In.: *A cerâmica medieval no Mediterrâneo ocidental: Actas do IV Congresso Internacional (1987)*. Ed. Campo Arqueológico de Mértola. Lisboa, pp. 49 - 67.

CHOUQUER, Gérard (2012): *L'analyse de morphologie urbaine. L'exemple de Beja (Portugal)*. Ed. Centro de Estudos Arqueológicos das universidades de Coimbra e Porto.

CIPRÉS, Pilar. (1987): *Terra Sigillata Hispanica de Arcaya, Alava. Estudio de las Formas Lisas*, In.: *Anexo 3 de VELEIA*. Vitoria Instituto de Ciencias de la Antigüedad. Universidad del País Vasco.

COIXÃO, António (1996): *Carta arqueológica do concelho de Vila Nova de Foz Côa*. Ed. Vila Nova der Foz Côa.

CORDEIRO, José. (2011): *São Joaninho: História de Ontem e de Hoje*. Edição do autor.

COSTA, Américo (1948): *Diccionario Chorographico de Portugal Continental e Insular*, vol 10 e 11. Ed. Livraria Civilização. Porto.

COSTA, Avelino (1972): *Apontamentos de Epigrafia*, 2ª Edição. Coimbra.

COUTO, Helena (2014): “Ouro explorado pelos Romanos em Valongo: controlos das mineralizações auríferas”. In.: *1º Congresso Mineração Romana em Valongo*. Ed. Câmara Municipal de Valongo, pp. 48 - 57.

CUNHA, Cassilda (2009): *As cerâmicas sigillatae de Conimbriga: estudo de um conjunto inédito*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Policopiado.

CURADO, Fernando.; FERREIRA, M.; LOBÃO, J. (2013): “Vilares. Trancoso”. In.: *Aspectos da Romanização das Terras Beirãs entre Tejo e Douro*. Câmara Municipal de Celourico da Beira e ARA – Associação de Desenvolvimento, Estudo e Defesa do Património da Beira Interior, p. 30.

DE MAN, A.(2004): “Algumas considerações em torno da cerâmica comum tardia conimbrigense”. In.: *Revista Portuguesa de Arqueologia, Volume 7, Número 2*. Ed. Direcção Geral do Património Cultural, pp. 459 - 471.

DE MAN, A.; CORREIA, V. H.; LOVEGROVE, S.; ANDRADE, F. (2014): “Cerâmica Medieval de Conimbriga”. In.: DE MAN, A. e TENTE, C. (coord.) *Estudos de cerâmica medieval. O Norte e Centro e Portugal – séculos XI a XII*. Lisboa, Ed. IEM, pp. 57-68.

DIAS, Vítor (2014): “A cerâmica de «engobe vermelho pompeiano: imitações». O caso de São Salvador de Aramenha. A cidade de *Ammaia: Porta Sul*”. In.: *Monografias Ex Officina Hispana II, Tomo II*. Ed. MORAIS, R.; FERNÁNDEZ, A.; SOUSA, M. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 61 - 73.

DIOGO, A. M. D.; CATARINO, J. (2006): “Cerâmica da Idade do Ferro do Castro da Cerca do Castelo, Proença-a-Nova”. In.: *al-madan IIª Série (14)*, pp. 153 e 154.

DRAGENDORFF, W. H. (1948): *Arretinische reliefkeramik mit beschreibung der sammlung inTubingen*. (Nach des Verfassers Tode Ergantz und Herausgegeben von C. WATZINGER), Reutlingen.

DUBY, Georges (1993): *Guerreiros e Camponeses. Os Primórdios do Crescimento Económico Europeu, séc VII - XII*. Coleção Nova História. Ed. Estampa.

ESCRIVÁ TORRES, V. (1989): *La Cerámica Romana de Valentia. La Terra Sigillata Hispánica*. Serie Arqueológica Municipal. Ajuntamento de València.

FARO CARBALLA, J. A.; GARCÍA JAURRIETA, D. (1996): “Prospección arqueológica aplicada a la localización de despoblados medievales en el área suroriental

en la cuenca de Pamplona”. In.: *REV - Cuadernos de Arqueología de la Universidad de Navarra*, nº 4, pp. 281-305.

FERNANDES, A. de Almeida (1996): “A toponímia da Beira Alta no Dicionário Onomástico Etimológico de José Pedro Machado”. In.: *Beira Alta*, vol. LV, fascículos I e 2. Ed. Assembleia Distrital de Viseu, pp. 3 - 46.

FERNANDES, A. de Almeida (1997): *Paróquias suevas e dioceses visigóticas*. Ed. Arouca.

FERNANDES, Luis; CARVALHO, Pedro; FIGUEIRA, Nádia (2009): “Divindades indígenas numa ara inédita de Viseu”. In.: *Actas do X Colóquio Internacional sobre Línguas e Cultura Paleo-Hispânica*. Ed. Fernando El Catolico. Saragoça, pp. 143 - 155.

FERNANDES, Paulo (2016): *Matéria das Astúrias. Ritmos e realizações da expansão asturiano-leonesa no actual centro de Portugal, séculos VIII – X*. Tese de doutoramento em História da Arte. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Policopiado.

FERNÁNDEZ GARCÍA, M. A.; RUIZ MONTES, P. (2005): “Sigillata Hispánica de Origen Bético”. In.: *Introducción al estudio de la cerámica romana. Una breve guía de referencia*. Monográfico nº I de CVDAS, revista de Arqueología e Historia. Universidade de Málaga, pp. 139 – 182.

FERNÁNDEZ MIER, M. (2010): “Campos de cultivo en la Cordillera Cantábrica. La agricultura en zonas de montaña”. In.: *Por una Arqueología Agrária. Perspectivas de Investigación Sobre Espacios de Cultivo en las Sociedades Medievales Hispánicas*. Ed. KIRCHNER, H, BAR *International Series* 2062, pp. 41 - 59.

FERNANDEZ MIER, M. (2013): “Arqueología agrária del Norte Peninsular: líneas de investigación sobre un paisaje multifuncional. El ejemplo de Asturias”. In.: *Nakla*, 15. Ed. Alberto García Porras, pp. 417 - 442.

FERREIRA, Carlos (1992): “A necrópole tardo-romana e visigótica da Pedreira. Rio de Moinhos - Abrantes”. In.: *Arqueologia Medieval I*. Ed. Afrontamento. Porto, pp. 91 - 110.

FERREIRA, Francisco (2005): *Santa Comba Dão - Uma Monografia*. Ed. Câmara Municipal de Santa Comba Dão.

FIGUEIREDO, Moreira (1953): “Subsídios para o estudo da viação romana das Beiras”. In.: *Beira Alta* (separata).

GARCÍA CANO, J. M. (1996): “Los kalathoi de cuello estrangulado de las necropolis ibéricas de Coimbra Del Barranco Ancho (Jumilla, Murcia) ”. In.: AAC 7. Universidade de Córdoba, pp. 33 - 44.

GARCIA DE CORTAZAR, J. A.; RUIZ DE AGUIRRE, Y. (1983): *História Rural Medieval*. Lisboa, Editora Estampa.

GARCÍA ENTERO, V.; PEÑA CERVANTES, Y.; ZARCO MARTÍNEZ, E.; ARANDA GONZÁLEZ, R. (2017): “Contextos cerámicos tardoantiguos procedentes del edificio palacial de Santa María de Abajo de Carranque (Toledo)”. In.: *Zephyrus*, LXXX. Ed. Universidade de Salamanca, pp. 147 – 172.

GIRÃO, Amorim (1941): *Geografia de Portugal*. Portucalense Editora. Porto.

GOMES, Mario.; DIAS, Maria (1995): “Jarro litúrgico, visigótico, de Bobadela (Coimbra)”. In.: *IV Reunió d' Arqueologia Cristiana Hispànica*. Lisboa-Barcelona, pp. 91 - 98.

GONZÁLEZ VILLAESCUSA, R. (1996): “Arqueología del paisaje e historia agraria: algunas cuestiones de método”. In.: *Revista d'Historia Medieval* 7. Universidade de València, pp. 223 -242.

GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, J. A. (2010): “La disgregación del mundo tardoantiguo y los nuevos espacios de ocupación”. In.: *Patrimonio Cultural y Territorio en el Valle del Duero. Actas Coloqui Internacional*. Ed. Documentos Páhis. Junta de Castilla y León. Consejería de Cultura y Turismo, pp. 167 - 179.

GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, J. A. (2014): “Modelos de transformación del paisaje antiguo y configuración de los nuevos espacios de ocupación en el norte peninsular”. In.: *Hidacio da Limia e o seu tempo: a Gallaecia sueva : a Limia na época medieval*. Concello de Xinzo de Limia (Biblioteca Arqueolóxica de Limiá, Serie Cursos e Congresos, nº 5), Xinzo de Limia, pp. 209 - 235.

GUTIÉRREZ LLORET, S. (1996): *La cora de Tudmir : de la antigüedad tardía al mundo islámico : poblamiento y cultura material*. Pub. de la Casa de Velázquez. Madrid

HIPÓLIO, M. de Castro (1960 - 1961): “Dois tesouros de moedas romanas descobertos em Portugal. In.: *Conimbriga*, 2-3. Coimbra, pp. 1-166.

HIPÓLIO, M. de Castro (1979): “Tesouro monetário romano da Quinta da Madeira (Ferro, Covilhã)”. In.: *Nummus*, 2ª série, pp- 65 - 71.

ISINGS, C. (1957): *Roman glass form dated finds*. Croningen: Academiae Rheno-traiectinae Instituto Archaeologico.

JORGE, Ana (2000): “As instituições e o elemento humano”. In.: *História Religiosa de Portugal, Vol I. Formação e Limites da Cristandade*. Ed. Círculo de Leitores. Rio de Mouro, pp. 203-260.

JUAN TOVAR, L. C. (1997): “Las industrias cerámicas hispanas en el Bajo Imperio. Hacia una sistematización de la sigillata hispánica tardía” In.: *Congreso Internacional La Hispania de Teodosio (Actas)*, Vol. 2. Segovia, pp. 543 - 568.

JUAN TOVAR, L. C. (2012): “Las cerámicas imitación de sigillata en el occidente de la Península Ibérica durante el siglo V d. C.”. In.: BERNAL CASASOLA, D. e RIBERA I LACOMBA, A.: *Cerámicas hispanorromanas II Producciones regionales. Monografías Historia y Arte*. Universidade de Cadíz, pp. 97 - 129.

LEAL, Pinho (1873 – 1890): *Portugal Antigo e Moderno: Dicionario Geographico, Estatistico, Chorographico, Heraldico, Archeologico, Historico, Biographico, e Etymologico de Todas as Cidades, Villas e Freguezias de Portugal*, Vol. XII. Livraria – Editora Mattos Moreira. Lisboa.

Livro Preto: Cartolário da Sé de Coimbra (1999). Direcção: Manuel Augusto Rodrigues; Avelino de Jesus da Costa. COIMBRA: Arquivo da Universidade.

LOPES, M. da Conceição (2003): *A Cidade Romana de Beja. Percursos e debates acerca da “civitas” de Pax Ivlia. Conimbriga / Anexos 3*. Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

LÓPEZ QUIROGA, J. (2009): *Arqueología del hábitat rural en la Península Ibérica (siglos V - X)*. La Ergastula, Colección Biblioteca Básica, nº 2.

LOURENÇO, Sandra. (2007): “O Povoamento Alto Medieval entre os rios Dão e Alva”. In.: *Trabalhos de Arqueologia*, 50. Instituto Português de Arqueologia, Lisboa.

LUEZAS PASCUAL, R. A.; MARTÍN-BUENO, M. (1995): “Cerámica pintada romana de tradición indígena procedente de Bilbilis (Calatayud, Zaragoza)”. In.: *Espacio, Tiempo y Forma, Serie I, Prehistoria y Arqueología*, Tomo 8, pp. 235 - 238.

MACHADO, José Pedro (1993): *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*. Vol. I. Livros Horizonte / Confluência. Lisboa.

MANTAS, Vasco Gil (1990): “A rede viaria do convento Escalabitano”. In.: *Separata de las Actas del Simposio Sobre la Red Viaria en la Hispania Romana*. Saragoça, 219 - 239.

MARQUES, António (2011): *A ocupação romana na Bacia de Celorico*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia e Território, área de especialização em Arqueologia Romana. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Policopiado.

MARQUES, Jorge (1995): *Sepulturas Escavadas na Rocha na Região de Viseu*. Viseu.

MARQUES, Jorge; EUSÉBIO, Maria (2007): *Distrito de Viseu. Tesouros de Arte e Arqueologia*. Ed. Governo Civil do Distrito de Viseu.

MARTÍN VISO, I. (2005-2006): “Elementos para el análisis de las necrópolis de tumbas excavadas en la roca: el caso de Riba Côa”. In.: *CuPAUAM 31-32*. Universidade de Madrid, pp. 83-102.

MARTÍN VISO, I. (2012): “Enterramientos, memoria social y paisaje en la Alta Edad Media: propuestas para un análisis de las tumbas excavadas en roca en el Centro-Oeste de la Península Ibérica”. In. *Zephyrus, LXIX*. Universidade de Salamanca, pp. 165 - 187.

MARTÍN VISO, I. (2016a): “Comunidades locais, lugares centrais e espaços funerários na Extremadura do Duero altomedieval: as necrópolis de tumbas excavadas na roca alinhadas”. In.: *Anuario de Estudios Medievales*, 46/2. Barcelona, pp. 859 – 897.

MARTÍN VISO, I.; RUBIO DÍEZ, R.; LÓPEZ SÁEZ, J.; RUIZ ALONSO, M.; PÉREZ DÍAZ, S. (2017): “La formación de un nuevo paisaje en el centro de la península ibérica en el periodo posromano: el yacimiento de La Genestosa (Casillas de Flores, Salamanca).” In.: *Archivo Español de Arqueología*, 90. Ed. Concejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC). Madrid, pp. 07 - 28.

MARTINS, Alfredo. (1940): *O esforço do homem na bacia do Mondego*. Tese de licenciatura em Ciências Geográficas. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

MARTINS, Maria (2014): *Santa Comba Dão. Memórias Paroquiais*. Ed. Associação de Desenvolvimento Local (ADICES) e Câmara Municipal de Santa Comba Dão.

MATA PARREÑO, C.; BONET ROSADO, H. (1992): “La cerámica ibérica: ensayo de tipología”. In.: *Estudios de Arqueología Ibérica y Romana. Homenaje a Enrique Pla Ballester. Servicio de Investigación Prehistórica 9*. Valencia, pp. 117 - 173.

MATTOSO, José (1987): *A nobreza medieval portuguesa. A família e o poder*. Editorial Estampa, 2ª edição revista. Lisboa.

MATTOSO, José (1997): “Portugal no Reino Asturiano-Leonês”. In.: *História de Portugal. Antes de Portugal, Vol. I*, direcção de José Mattoso. Editorial Estampa, pp. 393 - 496.

MAYET, Françoise (1984): *Les ceramiques sigillees hispaniques. Contribution à l'histoire économique de la Péninsule Ibérique sous l'Empire Romain*. Publications du Centre Pierre Paris ; 12 : Collection de la Maison des Pays Ibériques 21.

MENDES, Henrique; PIMENTA, João; VALONGO, António (2002): “Cerâmicas medievais provenientes da escavação da Travessa da Lameira nº 21. Centro Histórico de Santarém”. In.: *Revista Portuguesa de Arqueologia, Volume 5, Número 1*. Ed. Direcção Geral do Património Cultural, pp. 259 - 276.

MENENDEZ PIDAL, G. (1951): *Los caminos en la historia de España*. Ed. Cultura Hispánica. Madrid.

MONTEIRO, Helena (2012): *A Estrada da Beira: Reconstituição de um Traçado Medieval*. Dissertação de mestrado em História, especialização em História Medieval. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Repositório da Universidade Nova de Lisboa.

MORAIS, Carlos (2013): *Santa Comba Dão na Idade Média: uma Multiplicidade de Espaços e Poderes*. Dissertação de Mestrado em História. Departamento de História, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Policopiado.

NAZARÉ, Maria João (2013): *Cerâmicas Medievais de Santa Olaia (Figueira da Foz) Depositadas no Museu Municipal Dr. Santos Rocha*. Relatório de Estágio do Mestrado em Arqueologia e Território. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Policopiado.

NETO, José (2016): “A igreja de S. João, Campo do Gerês”. In.: *Arqueologia Medieval*, 13. Edições Apontamento. Mértola, pp. 127 - 155.

NUNES, João; FABIÃO, Carlos; GUERRA, Amílcar (1989): “O acampamento militar da Lomba do Canho (Arganil): ponto de situação”. In.: *Actas do Primeiro Colóquio Arqueológico de Viseu*, nº 2. Ed. Governo Civil do Distrito de Viseu, pp. 403 - 424.

ORLANDIS ROVIRA, J. (1956): “Los monasterios familiares en Espana”. In.: *Anuario de historia del derecho español*, nº 26. Ed. Ministerio de Justicia; Boletín Oficial del Estado, pp. 5 - 46.

OSÓRIO, Marcos; SILVA, Ricardo Costeira da; NEVES, Dário; PERNADAS, Paulo (2008): “ O casal romano do Relengo (Barragem do Sabugal). Elementos para o estudo do povoamento romano e tardo-romano no Vale do Côa”. In.: *Actas do Forum Valorização e Promoção do Património Regional, Vol 3. Do Paleolítico à Contemporaneidade. Estudos Sobre a História da Ocupação Humana*. Ed. Associação Cultural Desportiva e Recreativa de Freixo de Numão, pp. 98 - 115.

OSÓRIO, Marcos (2013): “Pedras singulares: alguns achados arqueológicos enigmáticos no concelho do Sabugal”. In.: *SABUCALE – Revista do Museu do Sabugal*, 5, pp. 75 - 90.

PAZ PERALTA, J. (1991): *Cerámica de Mesa Romana de los Siglos III AL VI d. C. Em La Provincia de Zaragoza*. Ed. Institución Fernando El Católico. Zaragoza.

PEREIRA, Ana (2015): *Inventário e Georreferenciação do Mundo Funerário Rupestre Medieval no Centro de Portugal*. Relatório de Estágio para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Arqueologia, apresentado à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova Lisboa (RUN). Lisboa. Policopiado.

PEREIRA, Isabel; BOST, J. P.; HIERNARD, J. (1974): *Fouilles de Conímbriga – III. Mission Archéologique Française au Portugal : Musée Monographique de Conímbriga*. Paris.

PEREIRA, Vitor; CAMEIJO, Alcina; MARQUES, António (2015): “Contextos e materiais arqueológicos do sítio romano da Póvoa do Mileu (Guarda)”. In.: *Contextos estratigráficos na Lusitânia. Do Alto Império à Antiguidade Tardia. AAP Monografias I*. Lisboa, pp. 69 - 84.

PÉREZ DE DIOS, V.; SOTO GARCÍA, M. (2015): “Las producciones cerámicas de El Cortinal de San Juan (Salvatierra de Tormes, Salamanca) como ejemplo de transición entre la época tardorromana y visigoda”. In.: *Gallaecia, Vol. 34*. Ed. Universidade de Santiago de Compostela, pp. 159 - 174.

PÉREZ MARINAS, D. I. (2016): *Tierra de nadie. Sociedad y poblamiento entre el Duero y el Sistema Central (Siglos VIII – XI)*. Tese de doutoramento. Departamento de Historia Antigua, Historia Medieval, Paleografía y Diplomática. Biblioteca da Universidade Nova de Madrid. Policopiado.

PÉREZ RODRÍGUEZ, F.; DOMÍNGUEZ BOLAÑOS, A. (2005): “Terra sigillata hispánica tardía del alfar de San Antón, en Lerma (Burgos)”. In.: *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología (BSAA), LXXI, Arqueología*. Universidade de Valladolid, pp. 275 - 298.

PESSOA, Miguel (2011): *Villa Romana do Rabaçal, Penela, Portugal. Um Centro na Periferia do Império e do Território da Civitas de Conímbriga. Estudo de Mosaicos*. Tese de Doutorado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, (URI): <http://hdl.handle.net/10362/7879>.

PIETRO BROGIOLO, G.; CHAVARRÍA ARNAU, A. (2008): “El final de las villas y las transformaciones del territorio rural en el Occidente (siglos V-VIII)”. In.: *Las "villae" Tardorromanas en el Occidente del Imperio. Arquitectura y función: IV Coloquio Internacional de Arqueología en Gijón*. Trea, pp. 193 - 214.

PINTO, Inês Vaz (1999): *A cerâmica comum de São Cucufate (Beja)*. Tese de doutorado apresentada à Universidade de Coimbra. Policopiado.

PINTO, Sandra (2014): “A «rua direita» portuguesa: elemento estruturador ou designação toponímica?” In.: *Revista de Morfologia Urbana*, Vol. 2, nº 1. Universidade do Porto, pp. 42 e 43.

PMH – *Portvgaliae Monvmenta Historica, a saecvlo octavo post christvm vsqve adqvintvmdecimvm. Diplomata et chartae. Vol. I, fascs. I-II. Leges et Consuetvdines. Vol. I, fasc. III. Scriptores. Vol. I, fasc. I.* HERCULANO, A. dir. (1856-1869). Lisboa: *Ivssv academiae scientarvm olisiponensis*

QUIRÓS CASTILLO, J. A. (2007): “Las aldeas de los historiadores y de los arqueólogos en la Alta Edad Media del norte peninsular”. In.: *Territorio, sociedad y poder*. Ed. Trea. Univerdidade de Oviedo, pp. 65 - 86.

RAMALHO, Maria; LOPES, Carla; CUSTÓDIO, Jorge; VALENTE, João (2001): “Vestígios da Santarém Islâmica. Um silo no convento de S. Francisco”. In.: *Arqueologia Medieval* 7. Ed. Afrontamento. Porto, pp. 147 - 184.

RAMOS, Mafalda (2012): Para o estudo de Montemuro na Idade Média (Sécs V – XII): Entre a Serra e o Curso Médio do *Bestança*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia e Território. Departamento de História, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Policopiado.

REAL, Manuel (2014): “A dinâmica cultural em *Portucale* e *Colimbrie* nos séculos VIII - XI.” In.: DE MAN, A. e TENETE, C. (coord.) *Estudos de cerâmica medieval. O Norte e Centro e Portugal – séculos XI a XII*. Instituto de Estudos Medievais (IEM). Lisboa, pp. 13 - 56.

REDONDO GÓMEZ, E.; DUMAS PEÑUELAS, M. R.; SÁNCHEZ-MORENO, V. M. S; GALINO SAN JOSÉ, L (2006): “El Guijo y El Bajo Cercado, un ejemplo de la ocupación visigoda en la Vega del Jaramara (Madrid)” In.: *La Investigación Arqueológica de la Época Visigoda en la Comunidad de Madrid*, Número 8, Fascículo, 2. Dedicado a: *La investigación arqueológica de la época visigoda en la Comunidad de Madrid*. Ed. Zona Arqueológica, pp. 479 - 492.

RENFREW, Colin.; BAHN, Paul. (1993): *Arqueología; Teorías, Métodos y Prácticas*. Ed. Akal. Madrid.

RIBEIRO, Flávio; SILVA, Maria (1997): “Sepulturas escavadas na rocha do concelho de Seia”. In: *Actas do II Colóquio Arqueológico de Viseu*. Viseu, pp. 127 - 142.

ROCHA, Manuel (1730): *Portugal Renascido* [...]. Ed. Lisboa Occidental: na Officina de Joseph Antonio da Sylva, impressor da Academia Real. Lisboa.

RODRIGUES, Miguel (1994): *Cerâmicas Medievais da Região de Moncorvo (sécs. XII-XIII)*. Tese de Mestrado em Arqueologia. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Policopiado.

RODRÍGUEZ CIFUENTES, M.; DOMINGO PUERTAS, L. A. (2006): “Las Charcas, un asentamiento rural visigodo en la vega del Jamara”. In.: *La investigación arqueológica de la época visigoda en la Comunidad de Madrid, Número 8, Fascículo 2. Dedicado a: La investigación arqueológica de la época visigoda en la Comunidad de Madrid*. Zona Arqueológica, pp. 433 - 446.

ROMÃO, João (2012): *No encaço do passo do Homem medieval: as vias de comunicação do antigo termo e atual concelho de Tomar*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia. Fac. Ciências Sociais e Humanas. Universidade Nova de Lisboa. Policopiado.

ROMERO CARNICERO, M. V.; RUIZ MONTEZ, P. (2005): “Los centros de producción de T. H. S. En la zona septentrional de la Península Ibérica”. In.: *Introducción al estudio de la cerámica romana. Una breve guía de referencia*. Monográfico nº I de CVDAS, revista de Arqueología e Historia, pp. 183 - 224.

ROSSELLÓ MESQUIDA, M; SANTOS, C.; CARVALHO, L.; SANTOS, F. (2016): “Contributos para o conhecimento das ocupações tardo-antiga e alto-medievais do Vale do Sabor. O caso de Cilhades (Felgar, Torre de Moncorvo), a luz do estudo da sua componente cerâmica”. In.: *Arqueologia Medieval, 13*. Ed. Afrontamento, Porto, pp. 35 - 63.

RUBIO DÍEZ, R. (2013): “Tumbas excavadas en roca y poblamiento rural post-romano al suroeste del Duero”. In.: *Arqueología en el valle del Duero. Del Neolítico a la Antigüedad Tardía: nuevas perspectivas*. Universidade de Salamanca, pp. 269 - 280.

RUIVO, José (1998 – 2002): “O Tesouro do Coiço (concelho de Penacova, distrito de Coimbra)”, In.: *Nummus*. 2ª, XXI / XXV. Porto, pp. 145 - 156.

SÁNCHEZ GONZÁLEZ, L. M.; SÁNCHEZ GONZÁLEZ, J. J. (2017): “Entre visigodos y musulmanes: cerâmica de transición tardoantigua-paleoandalusí en Villafranca de los Barros (Badajoz)”. In.: *Revista de Estudios Extremeños*, Tomo LXXIII, N.º I, pp. 655 - 692.

SÁNCHEZ-MORENO V. M. S; GALINO SAN JOSÉ, L.; RACIO MARTIN, R. C. (2006): “Trabajos arqueológicos en el yacimiento El Prado de los Galápagos”. In.: *La investigación arqueológica de la época visigoda en la Comunidad de Madrid, Número 8, Fascículo 2. Dedicado a: La investigación arqueológica de la época visigoda en la Comunidad de Madrid. Zona Arqueológica*, pp. 447 - 470.

SÁNCHEZ PARDO, J. C. (2006): “Análisis espacial de un território altomedieval: Nendos (La Coruña)”. In.: *AyTM 13.1*. Ed. Universidade de Jaén, pp. 7 - 48.

SÁNCHEZ PARDO, J. C. (2010): “Las iglesias rurales y su papel en La articulación territorial de la Galicia medieval (ss. VI-XIII). Un caso de estudio”. In.: Ed. *Mélanges de la Casa de Velázquez, Nouvelle série, 40 (1)*, pp. 149 - 170.

SÁNCHEZ PARDO, J. C. (2011): “Poblamiento en Galicia entre la Antigüedad y la Edad Media. Reflexiones y propuestas sobre la diacronía y diferente naturaleza de los datos espaciales”. In.: MAYORAL HERRERA, V.; CELESTINO PÉREZ, S. (Eds), *Tecnologías de Información Geográfica y Análisis Arqueológico del Território. Actas del V Simposio Internacional de Arqueología de Mérida. Anejos de Archivo Español de Arqueología, LIX*, pp. 263 - 278.

SASTRE BLANCO, J. C.; CATALÁN RAMOS, R.; FUENTES MELGAR, P. (2014): “El conjunto cerámico de El Castellón (Zamora) y las cerámicas de imitación de Sigillata en el contexto del Siglo V”. In.: MORAIS, R.; FERNÁNDEZ, A.; SOUSA, M.J.: *As produções cerâmicas de imitação na Hispania. EX OFFICINA HISPANA II, Tomo I*, pp. 537 - 547.

SILVA, Ana (2007): “A Terra Sigillata Hiapânica Tardia de Terronha de Pinhovel: o comércio e o povoamento”. In.: *Cadernos Terras Quentes, 4*. Associação Terras Quentes. Macedo de Cavaleiros, pp. 6 - 50.

SILVA, António; RIBEIRO, Manuela (2014): “Cerâmica do período da reconquista no Vale do Arda: Castelo de Arouca e Casal da Malafia”. In.: DE MAN, A. e TENTE, C.

(coord.) *Estudos de cerâmica medieval. O Norte e Centro e Portugal – séculos XI a XII*. Instituto de Estudos Medievais (IEM). Lisboa, pp. 161 - 182.

SILVA, Ricardo Costeira da (2014): “A cerâmica dos níveis alto-medievais do Fórum de Aeminium (MNMC, Coimbra).” In.: DE MAN, A. e TENETE, C. (coord.) *Estudos de cerâmica medieval. O Norte e Centro e Portugal – séculos XI a XII*. Instituto de Estudos Medievais (IEM). Lisboa, pp. 79 - 96.

SILVA, Ricardo Costeira da (2015): “O Museu Nacional de Machado de Castro – Um Ensaio de Arqueologia Urbana em Coimbra: do Fórum Augustano ao Paço Episcopal de Afonso de Castelo Branco.” Tese de doutoramento em Arqueologia, departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Policopiado.

SILVA, Ricardo Costeira da; FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, A.; CARVALHO, Pedro (2015): “Contextos e cerâmicas tardo-antigas do fórum de Aeminium (Coimbra)”. In.: *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Vol. 18. Ed. Direcção Geral do Património Cultural. Lisboa, pp. 237 - 256.

SILVA, Rui Miguel (2014): *Bobadela em Época Romana: Cidade e Território Periurbano*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia e Território apresentada ao Departamento de História, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. *Uniform Resource Identifier (URI)*: <http://hdl.handle.net/10316/35230>.

SOEIRO, Teresa (1981/1982): “Monte Mozinho: cerâmica cinzenta fina”. In.: *Portugalia*, Vol. III/III. Porto, pp. 98 - 124.

TEIXEIRA, Carlos; CARVALHO, L. H.; BARROS, R. F.; MARTINS, J.; HAAS, W. E. L. (1961): *Carta Geológica de Portugal na escala 1: 50000; notícia explicativa da Folha 17-C, Santa Comba Dão*. Serviços Geológicos de Portugal. Lisboa.

TENETE, Catarina; LOURENÇO, Sandra (1998): “Sepulturas medievais escavadas na rocha dos concelhos de Carregal do Sal e Gouveia: estudo comparativo”. In.: *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 1, número 2. Lisboa, pp. 191 - 218.

TENTE, Catarina (2007a): “Lagares, lagaretas ou lagariças rupestres da vertente noroeste da Serra da Estrela”. In: *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Vol. 10, nº 1. Lisboa, pp. 345 - 366.

TENTE, Catarina (2007b): “A ocupação alto-medieval da encosta noroeste da Serra da Estrela”. In: *Trabalhos de Arqueologia* 47; Instituto Português de Arqueologia, Lisboa.

TENTE, Catarina (2009): “Viver em autarcia. A organização do território do alto Mondego (Portugal) entre os séculos V a X”. In.: *Tiempos Oscuros – Territorio y sociedad en el centro de la Península Ibérica (siglos VI a X)*. Salamanca, pp. 137 - 157.

TENTE, Catarina (2013): *S. Gens ao longo do tempo e da História*. Câmara Municipal de Celourico da Beira e Junta de Freguesia de Santa Maria.

TENTE, Catarina; LANTES, O.; PRIETO, P. (2014): “A produção cerâmica dos séculos IX a XI na região do Alto Mondego (Portugal)”. In.: DE MAN, A. e TENTE, C. (coord.) *Estudos de cerâmica medieval. O Norte e Centro e Portugal – séculos XI a XII*. Instituto de Estudos Medievais (IEM). Lisboa, pp. 109 - 140.

TENTE, Catarina; De MAN, Adrian (2016): “O fim da Lusitânia: fragmentação e emergência de poderes no território de Viseu”. In.: *A Lusitânia Entre Romanos e Bárbaros*. Coimbra / Mangualde, pp. 375 - 396.

TENTE, Catarina (2017): “Entre o fim do império e o início da Idade Média: as mudanças na estrutura do povoamento na região noroeste da Serra da Estrela (centro de Portugal)”. In.: TEIXEIRA, C.; CARNEIRO, A.: *Arqueologia de Transição: Entre o Mundo Romano e a Idade Média*. Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 19 - 38.

TEJERIZO GARCÍA, C.; VIGIL-ESCALERA GUIRADO, A. (2017): “Castro Ventosa and La Cabeza de Navasangil: reviewing their occupational sequences and the phenomenon of early medieval hill-forts”. In.: *NAILOS, Estudios Interdisciplinares de Arqueología*, nº 4. Oviedo, pp. 129 - 161.

TORGA, Miguel (2010): “Portugal”. Publicações Dom Quixote. Lisboa.

VALERA, António Carlos (1990): “Sepulturas escavadas na rocha no Concelho de Fornos de Algodres”. In.: *GAFAL*, 33 [8]. Fornos de Algodres, pp. 1 - 33.

VALERA, António Carlos (1994): “Notícias das sondagens de emergência no sítio de Linhares (Santa Comba Dão)”. In: *Trabalhos de Arqueologia da EAM*, 2. Edições Colibri, Lisboa, pp. 249 - 251.

VALERA, António Carlos (1999): “O habitat pré-histórico de Linhares (Santa Comba Dão)”. In: *Trabalhos de Arqueologia da EAM*, 5. Edições Colibri, Lisboa, pp. 51 - 62.

VAZ, João L. Inês (1976): “Breves notas para o estudo da viação antiga das Beiras”. In: *Beira Alta*, XXXV. Viseu, pp. 349 - 363.

VAZ, João L. Inês (1997): “A civitas de Viseu. Espaço e sociedade”. Comissão de Coordenação da Região de Viseu. Viseu.

VAZ, João L. Inês; CARVALHO, Pedro (2009): “Viseu – a construção de um espaço urbano: do castro proto-histórico à cidade romana”. In.: *Viseu – Cidade de Afonso Henriques*. Viseu, pp. 31 - 47.

VELILLA CÓRDOBA, S. (2006): “Cuevas y eremitorios en la Sonsierra Riojana”. In.: *Antigüedad y Cristianismo XXIII*. Murcia, pp. 753 - 783.

VELOSO, Maria (2008 - 2009): “O culto de Santa Comba e o (re)povoamento do vale do Dão (sécs. X – XI)”. In: *Revista Portuguesa de História*, t. XL. Coimbra, pp. 251 - 271.

VIEIRA, Marina (2004): “Alto Paiva: povoamento nas épocas romana e alto-medieval”. In: *Trabalhos de Arqueologia* 36. Lisboa, pp. 65 - 158.

VIGIL-ESCALERA, A. G. (2007): “Granjas y aldeas altomedievales al Norte de Toledo (450 – 800 d.C.)”. In.: *Archivo Español de Arqueología*. SCIC, Madrid, pp. 239 - 284.

VIGIL-ESCALERA, A. G. (2013): “Espacio social y espacio doméstico en los asentamientos campesinos del Centro y Norte Peninsular (siglos V-IX D.C.)”. In.: GUTIÉRREZ LLORET, S.; GRAU MIRA, I.: *De La Estructura Doméstica al Espacio Social. Lecturas Arqueológicas del Uso Social del Espacio*. Universidade de Alicante, pp. 207 - 222.

CARTOGRAFIA CONSULTADA

Instituto Geográfico do Exército (1945): Carta Militar de Portugal na Escala 1:25000, Folha 210, Santa Comba Dão.

Instituto Geográfico do Exército (1946): Carta Militar de Portugal na Escala 1:25000, Folha 221, Tábua.

Instituto Geográfico do Exército (1947): Carta Militar de Portugal na Escala 1:25000, Folha 220, Marmeleira (Mortágua).

Instituto Geográfico do Exército (1976): Carta Militar de Portugal na Escala 1:25000, Folha 209, Mortágua.

Serviços Geológicos de Portugal (1961): Carta Geológica de Portugal na escala 1:50000, Folha 17-C, Santa Comba Dão.

RECURSOS ON LINE

BNP (Biblioteca Nacional de Portugal): Mapa geral *del Reyno* de Portugal. Disponível em <http://purl.pt/26898/2/> .

Diário da República Eletrónico, disponível em: <https://dre.pt/pesquisa/-/search/629790/details/maximized> .

Direcção Geral do Património Cultural (ficha de sítios). Disponível em http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/recursos/formularios/fichasitiiodgpc_distributed.pdf .

FERNÁNDEZ de la PEÑA, F. (2012-2013): “Dehesa de la Ventosa (Malpartida de Plasencia, Cáceres). Un asentamiento rural de época visigoda”. In.: *Arqueoweb. Revista sobre Arqueología en Internet* 14, pp. 53 - 85.

Mapa General del Reyno de Portugal, consultado na Biblioteca Nacional de Portugal (Biblioteca Digital), disponível em : <http://purl.pt/26898/2/>.

MARTÍN VISO, I. (2016b): “Colapso político y sociedades locales: el Noroeste de la península ibérica (siglos VIII – IX)”. In: *Rati Medievali*, 17,2, pp. 1 – 29. Disponível em: <http://www.rmojs.unina.it/index.php/rm/article/view/5009/5585>.

NEVES, António (2013): “A origem de Santa Comba Dão”. Disponível em *Academia Edu* (https://www.academia.edu/3434839/Origem_de_Santa_Comba_e_de_Santa_Comba_D%C3%A3o).

NEVES, António (2014): “Vestígios Arqueológicos e o povoamento da freguesia de S. João de Areias (concelho de Santa Comba Dão)”. Disponível em *Academia Edu* (<https://escolasecundriadetbua.academia.edu/Ant%C3%B3nioNeves>).

OSÓRIO, Marcos (2007): “Um sistema de informação geográfica aplicado na arqueologia no município do Sabugal”. In.: *Praxis Archaeologica*, 2. Ed. Associação Profissional de Arqueólogos (APA), pp. 9 - 22. Disponível em: *ARCHPORT* (<http://www.praxisarchaeologica.org>).

Portal do Arqueólogo: <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/>.

SunEarthToolcom: <https://www.sunearthtools.com/pt/index.php>.

Visualizador de Mapas do Geoportal do LNEG (Laboratório Nacional de Energia e Geologia). Disponível em <http://geoportal.lneg.pt/geoportal/mapas/index.html>.

ANEXOS

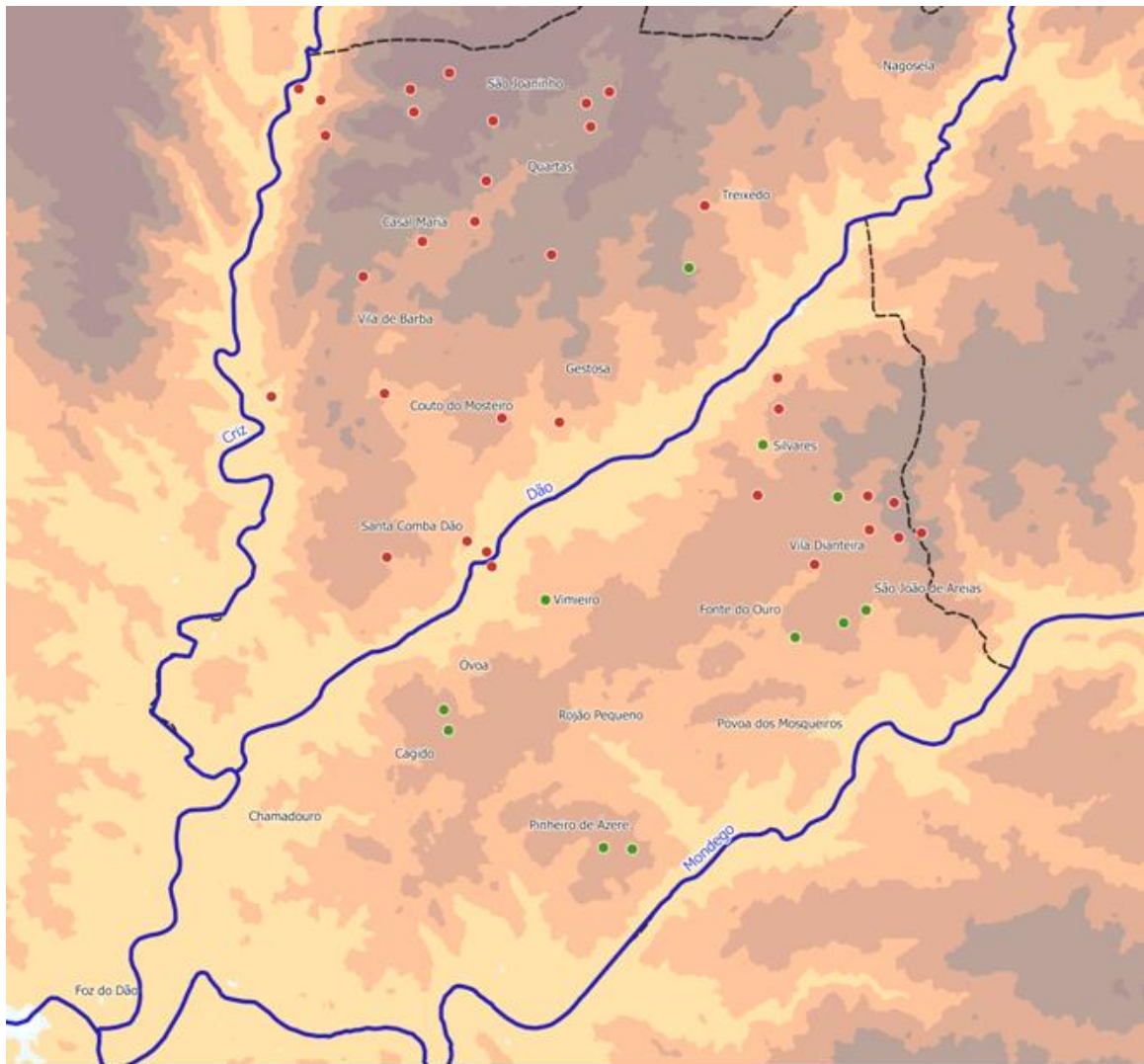
ÍNDICE

Anexo 1	Mapas e fotografias aéreas	149
	Mapas	150
	Fotografias Aéreas	167
	Cartas Militares	172
Anexo 2	Figuras	178
Anexo 3	Estampas	212
Anexo 4	Tabelas	230

ANEXO I:
MAPAS E FOTOGRAFIAS AÉREAS



Mapa I: 1) Enquadramento geopolítico; 2) Freguesias do município de Santa Comba Dão

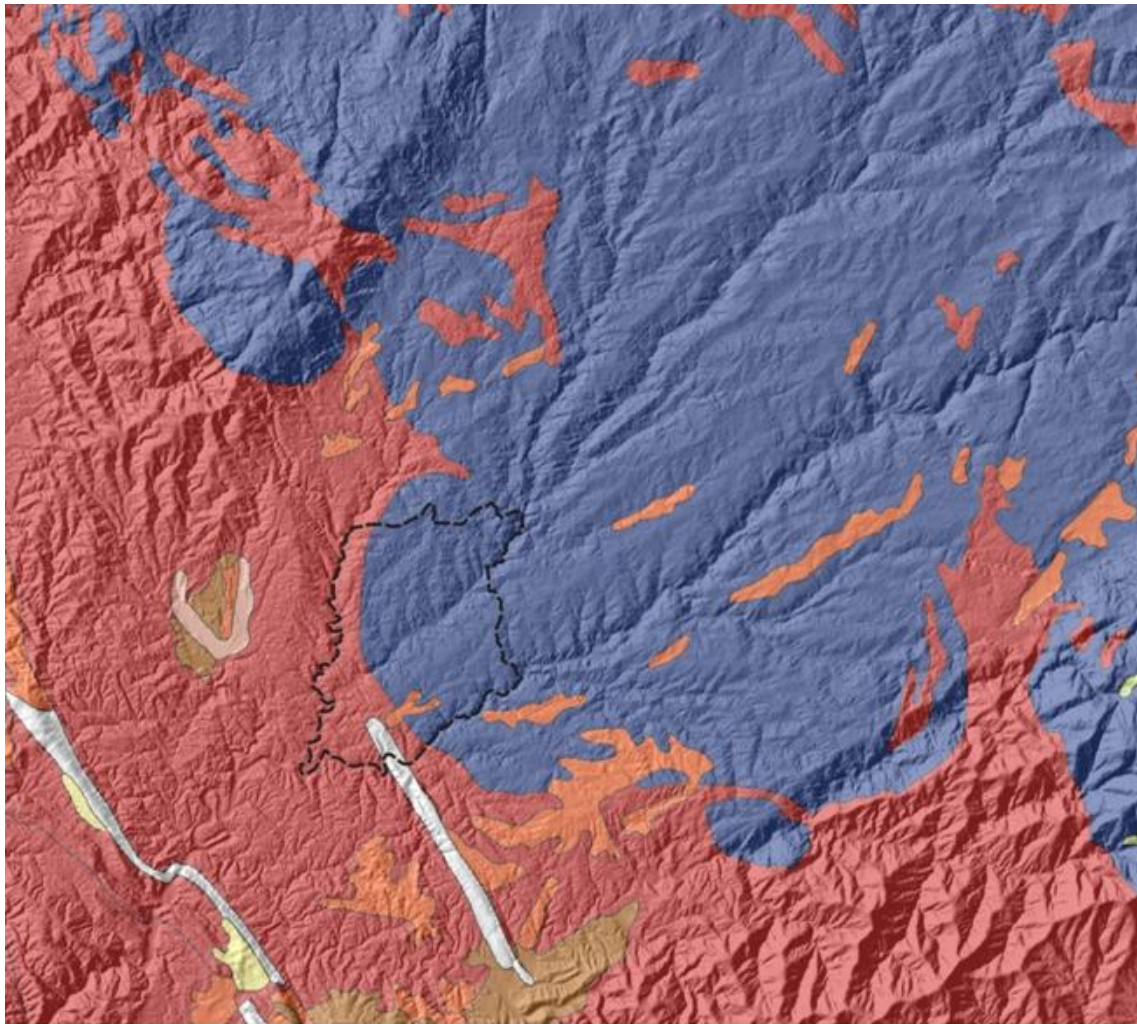


— Limite actual do concelho de Sta. Comba Dão

- Sítios registados no presente trabalho
- Sítios inventariados



Mapa II: sítios arqueológicos.



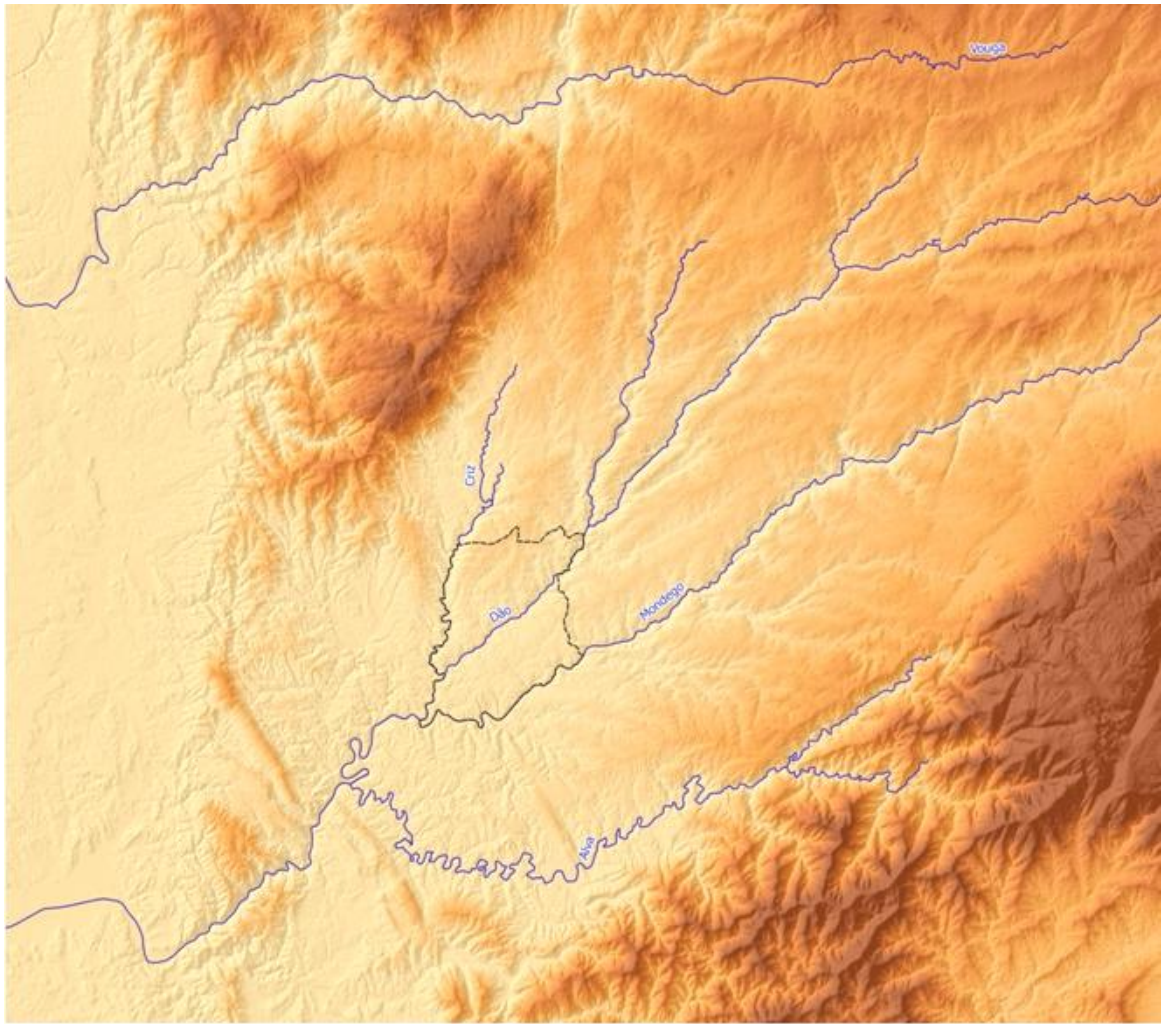
☐ Limite do concelho de Santa Comba Dão

Formação geológica

- Areias, calhaus rolados, arenitos pouco consolidados, argilas
- Cascalheiras de planalto, arcoses da Beira Baixa, arenitos, calcários
- Depósitos glaciares
- Granitos e rochas afins
- Quartzitos
- Xistos, quartzitos, anfíbolitos



Mapa III: formação geológica (mapa construído com recurso ao LNEG: <http://geoportal.lneg.pt/geoportal/mapas/index.html>).



Concelho de Sta. Comba Dão

Altimetria

242 m

485 m

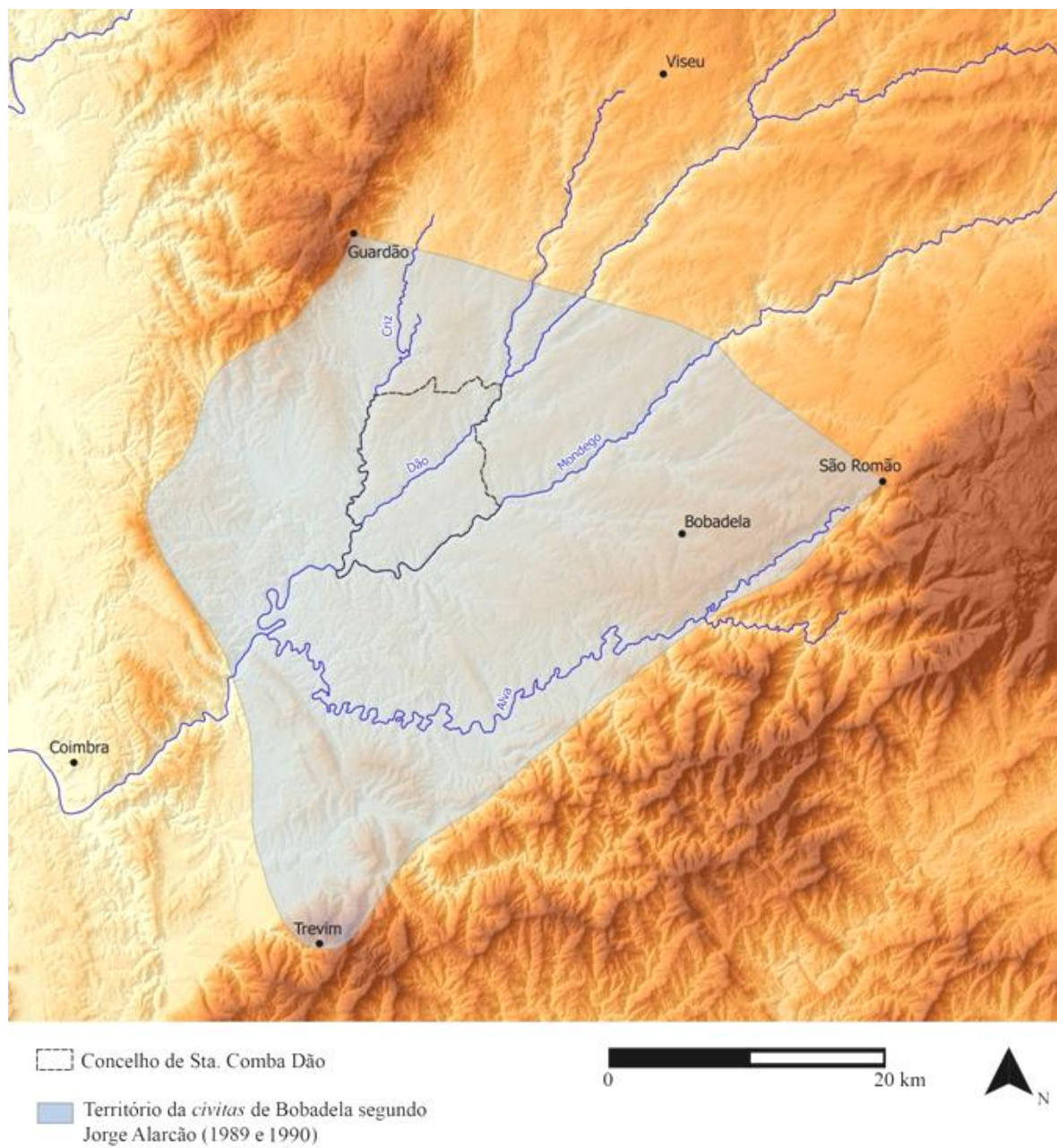
728 m

971 m

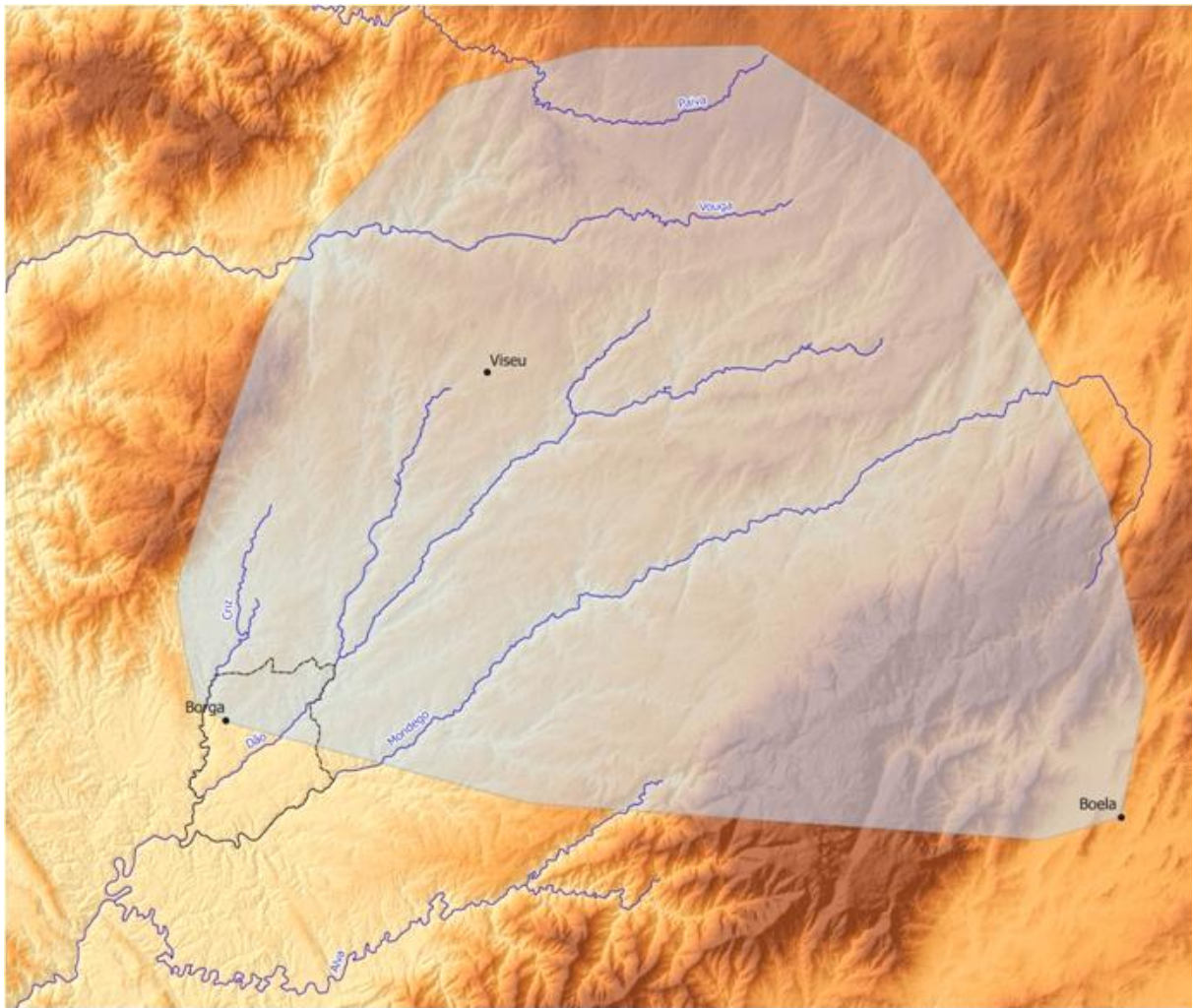
0 20 km



Mapa IV: localização geográfica e rede hidrográfica.



Mapa V: território hipotético da *civitas* de Bobadela.

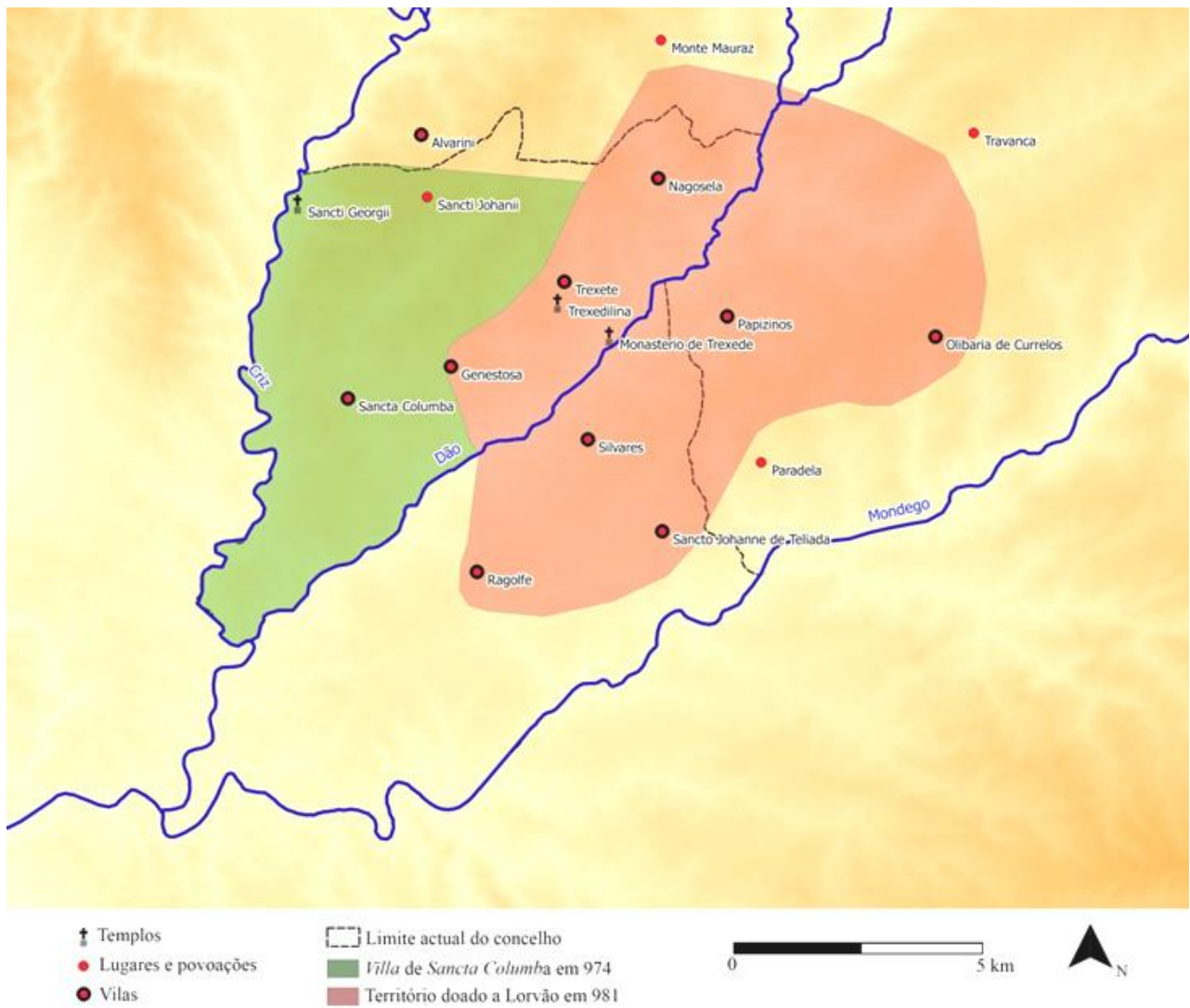


Concelho de Sta. Comba Dão

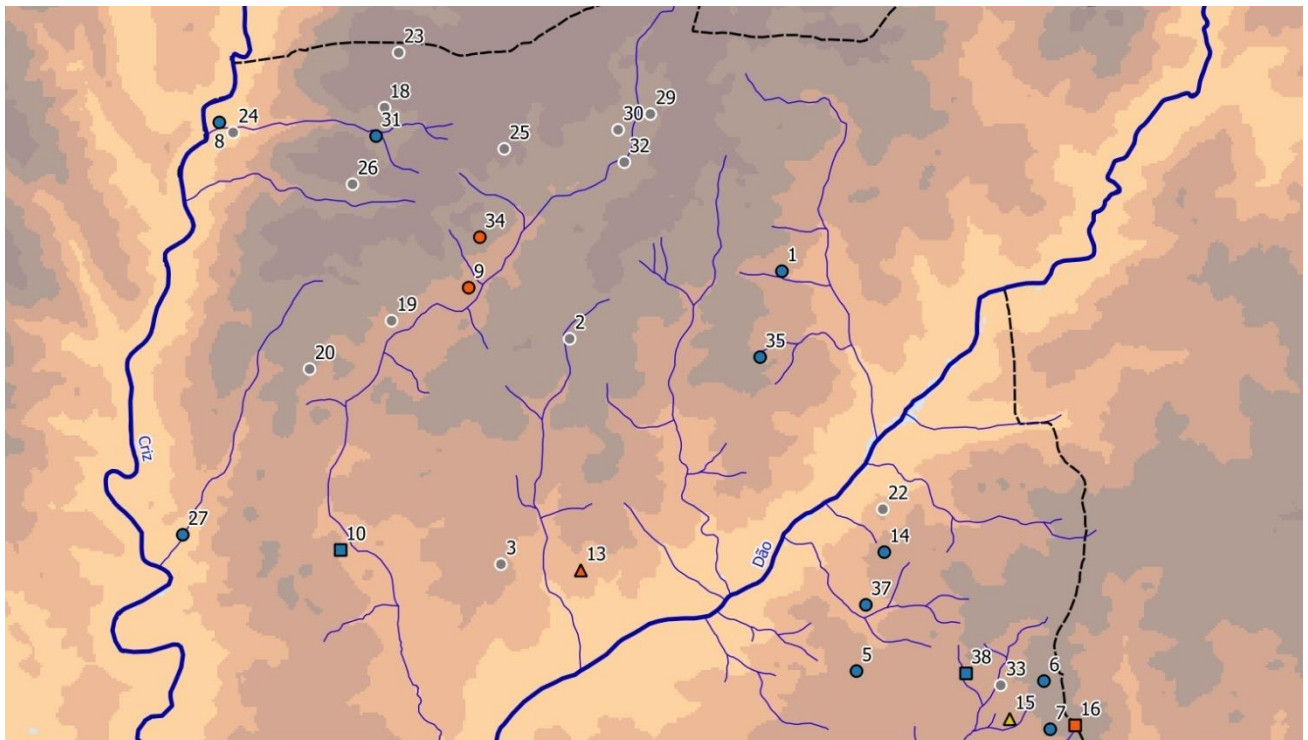
Diocese de Viseu em período visigodo,
segundo Almeida Fernandes (1997)



Mapa VI: território hipotético da diocese de Viseu, em período visigodo.



Mapa VII: ocupação alto-medieval (segunda metade do século X) do actual território de Santa Comba Dão e arredores.



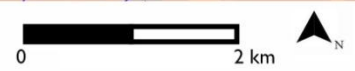
— Limite actual do concelho

- Cronologia Indefinida
- Medieval
- Romano
- ▲ Romano / medieval
- Romano / tardoantigo
- Romano / tardoantigo / medieval
- ▲ Tardoantigo

Altimetria em metros

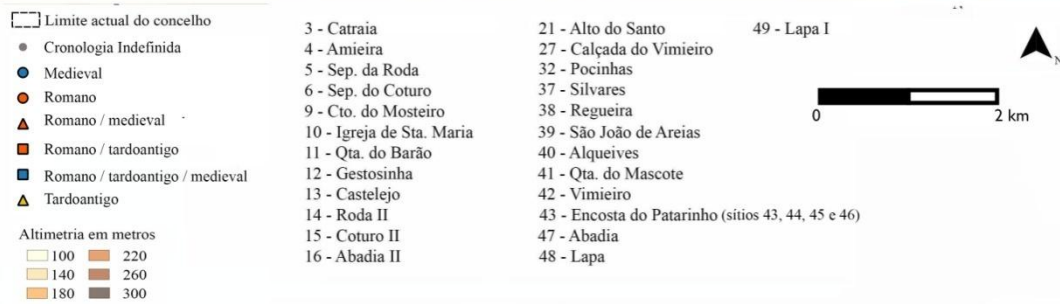
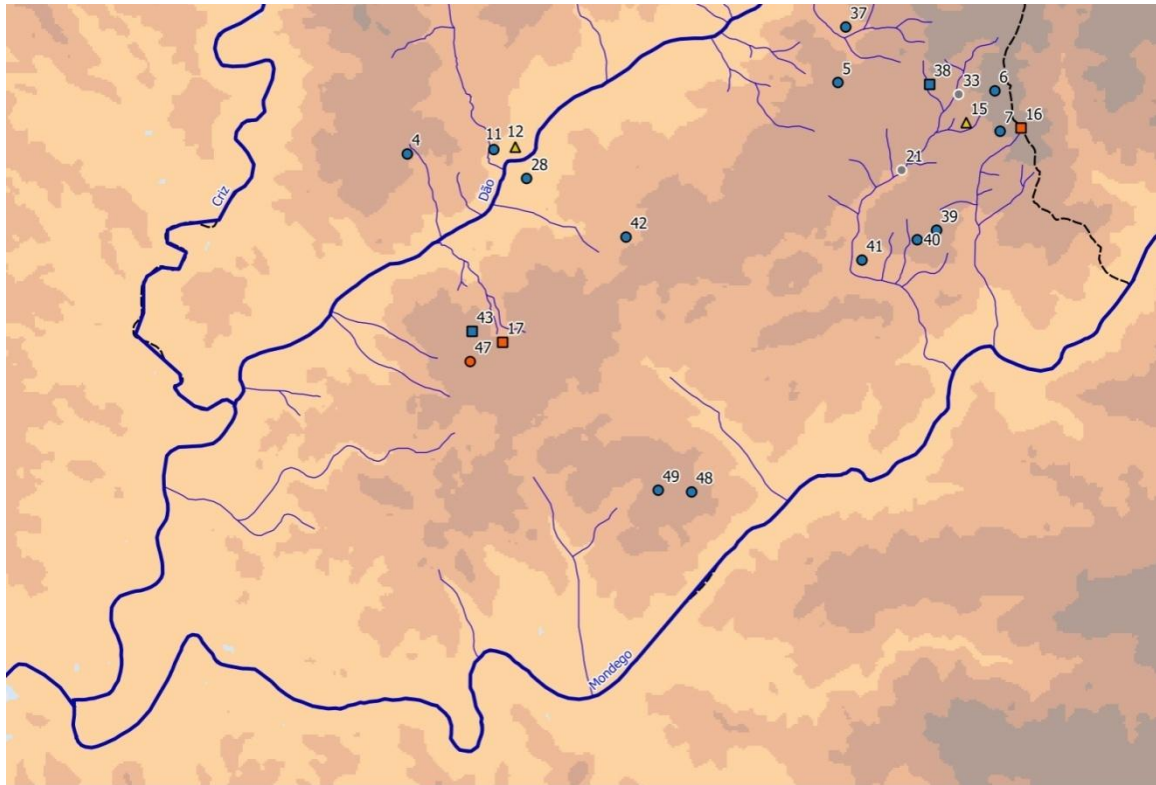
- | | |
|-----|-----|
| 100 | 220 |
| 140 | 260 |
| 180 | 300 |

- | | |
|---------------------------|----------------------------------|
| 1 - Azenha | 15 - Coturo II |
| 2 - Lages do Arejal | 17 - Real |
| 3 - Catraia | 18 - Lagar de Casal Maria |
| 4 - Amieira | 19 - Lagar de Vila de Barba |
| 5 - Sep. da Roda | 20 - Lagarinho de Vila Dianteira |
| 6 - Sep. do Coturo | 21 - Alto do Santo |
| 7 - São Jorge | 22 - Cavada |
| 8 - Regada | 23 - Estrada de São Jorge |
| 9 - Couto do Mosteiro | 24 - Penedo da Lage Grande |
| 10 - Igreja de Sta. Maria | 25 - Fraga |
| 11 - Qta. do Barão | 26 - S. Miguel |
| 12 - Gestosinha | 27 - Calçada do Vimieiro |
| 13 - Castelejo | 28 - Vale de Amieiro |
| 14 - Roda II | |

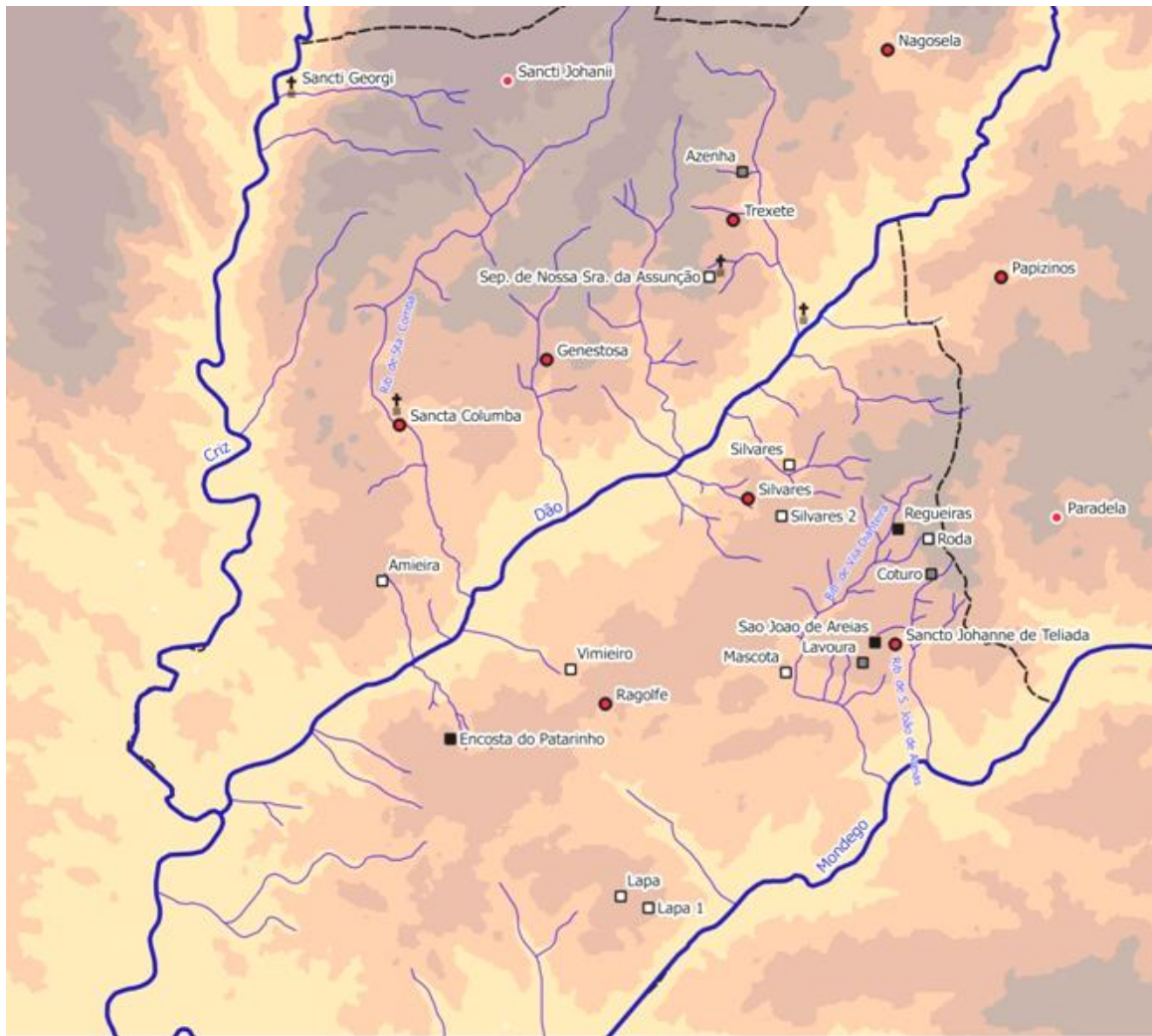


- | |
|----------------------------|
| 29 - Vale de Amieiro 2 |
| 30 - Aldrogão |
| 31 - A vessada |
| 32 - Pocinhas |
| 33 - Pedraires |
| 35 - Nsa. Sra. da Assunção |
| 37 - Silvares |
| 38 - Regueira |

Mapa VIII: sítios arqueológicos I.



Mapa IX: sítios arqueológicos 2.



□ Limite actual do concelho de Sta. Comba Dão

- † Templos
- Lugares e povoações
- Vilas
- Conjunto de 2/3 sepulturas
- Sepultura isolada
- Necrópole

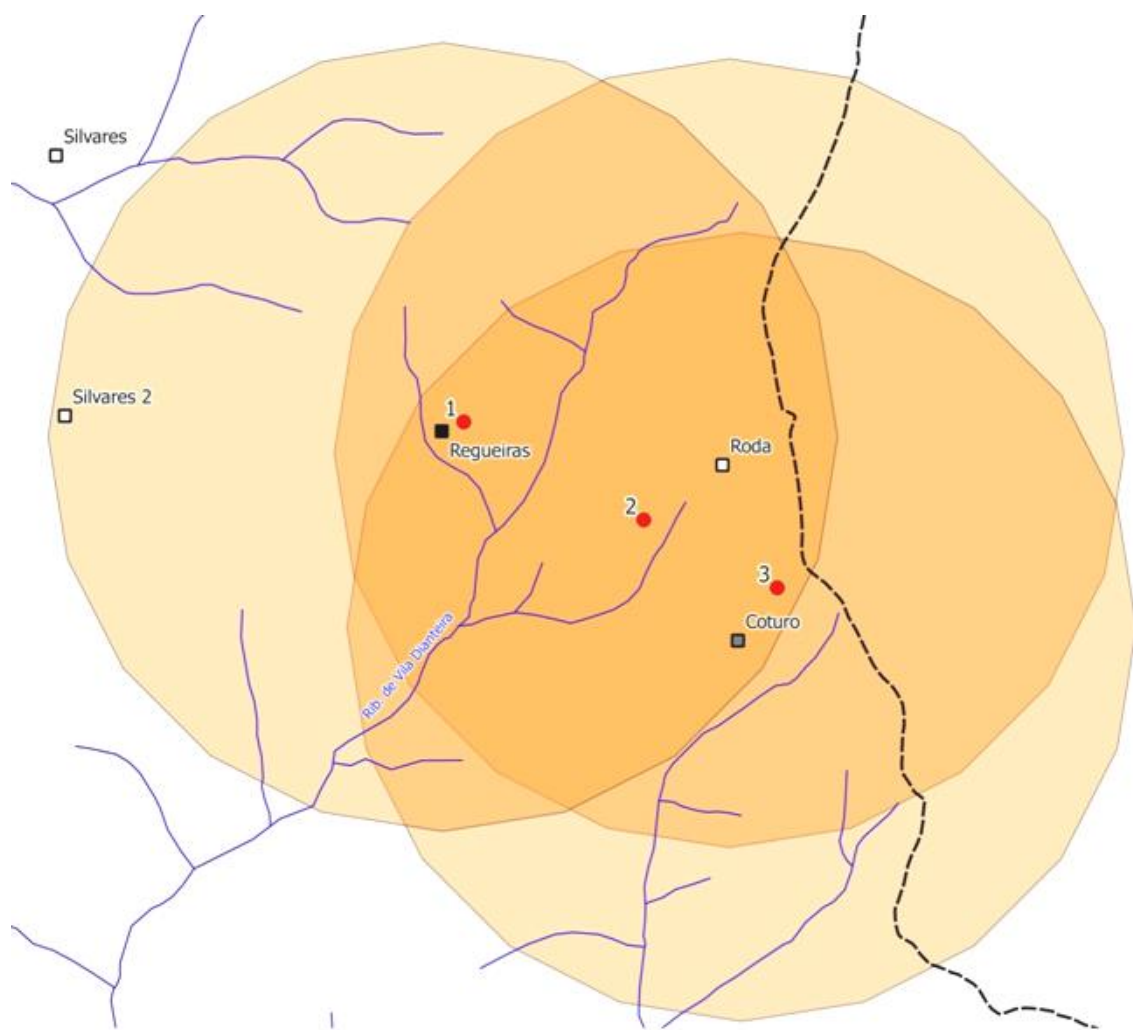
Altimetria em metros

- 180
- 220
- 260
- 300
- 800

0 2 km



Mapa X: sepulturas rupestres e povoações do século X.



▭ Limite actual do concelho de Sta. Comba Dão

○ Raio de influência para a localização de *habitats*: 1km à volta das sepulturas, de acordo com Martin Viso (2012).

■ Conjunto de 2/3 sepulturas

□ Sepultura isolada

■ Necrópole

● *Habitats* documentados

1 - Regueiras

2 - Roda 2

3 - Coturo 2



Mapa XI: sepulturas rupestres em Vila Dianteira.



□ Limite actual do concelho de Sta. Comba Dão

■ Raio de influência para a localização de *habitats*: 1km à volta das sepulturas, de acordo com Martín Viso (2012).

■ Conjunto de 2/3 sepulturas

□ Sepultura isolada

■ Necrópole

● *Habitats* documentados

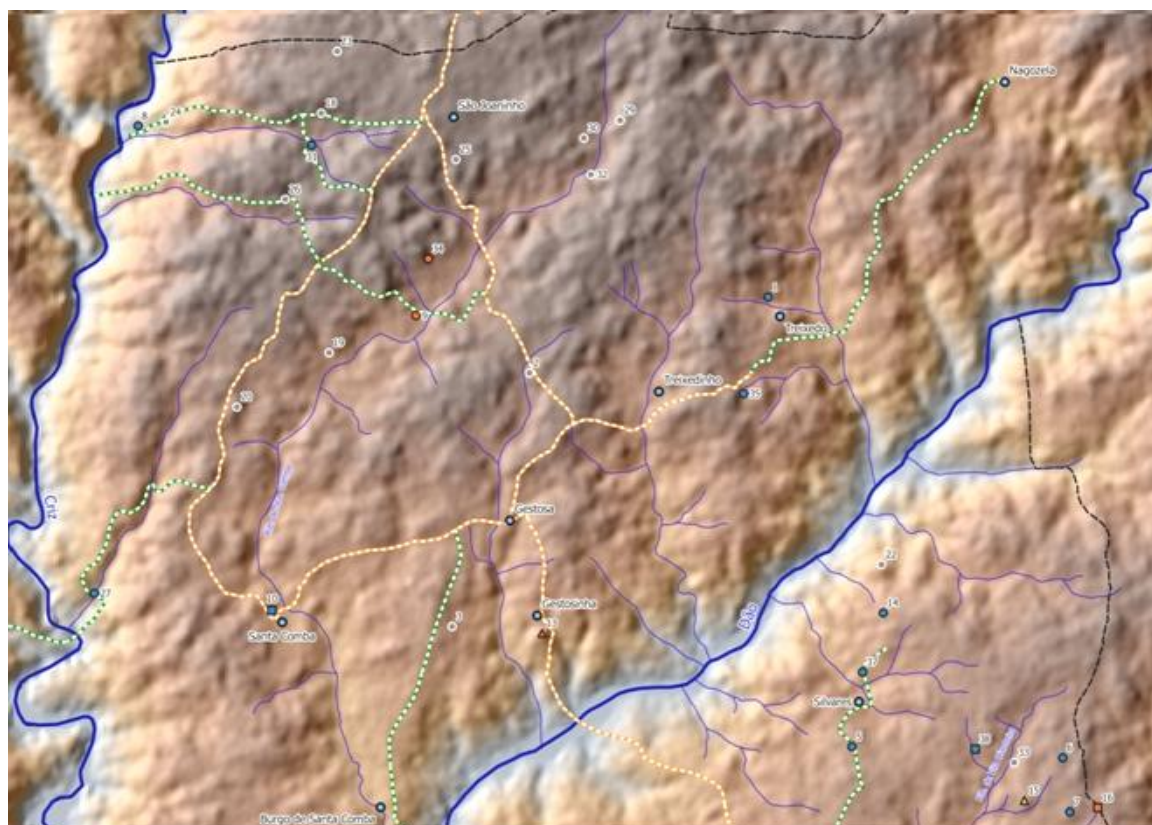
4 - Quinta do Mascote

5 - *Villa* de S. João de Areias

0 500 m



Mapa XII: Sepulturas em São João de Areias.

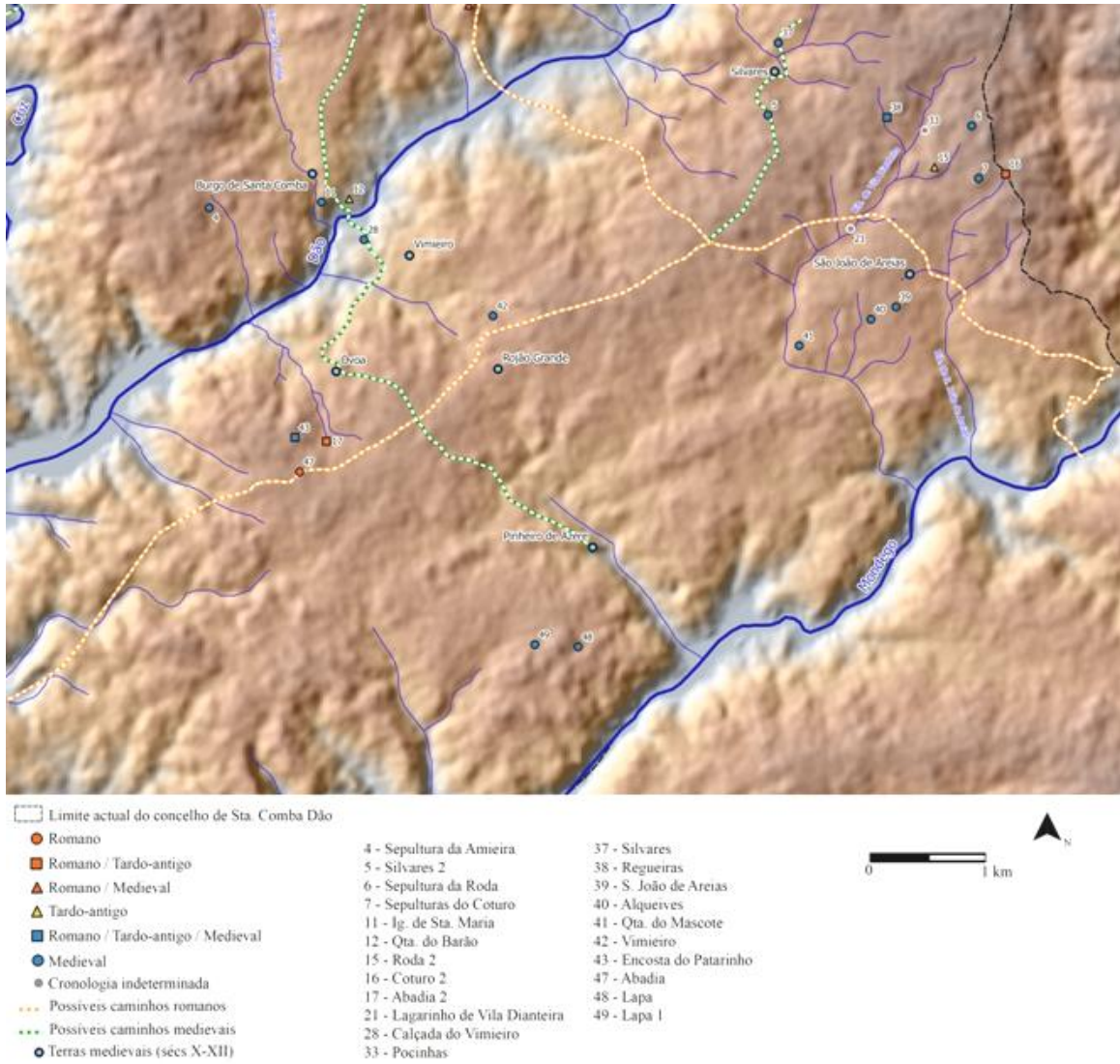


□ Limite actual do concelho de Sta. Comba Dão

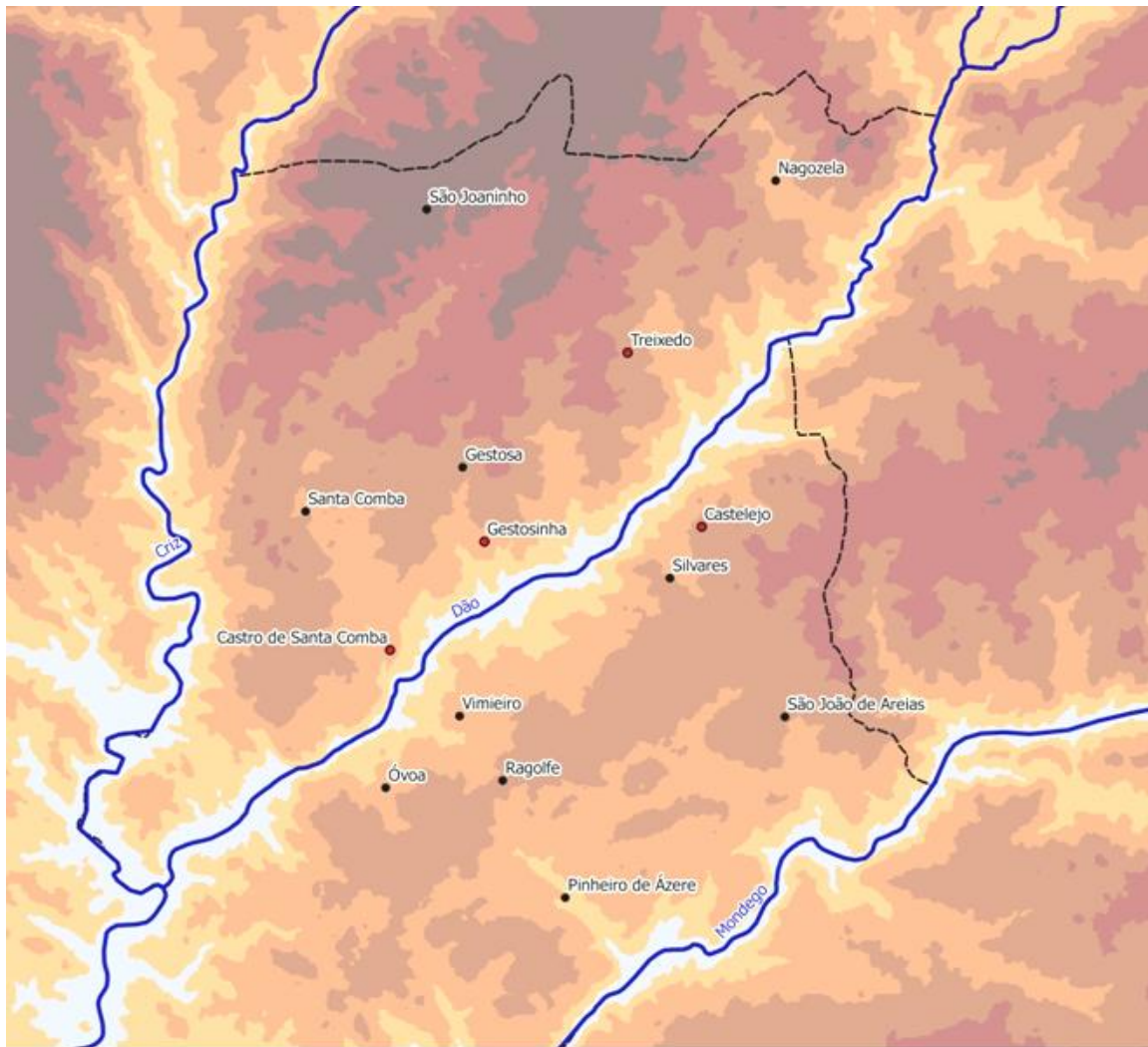
- | | | |
|------------------------------------|-----------------------|-----------------------------|
| ● Romano | 1 - Seps da Azenha | 16 - Coturo 2 |
| ■ Romano / Tardo-antigo | 2 - Lajes do Oregal | 18 - Real |
| ▲ Romano / Medieval | 3 - Catraia | 19 - Lagar de Casal Maria |
| ▲ Tardo-antigo | 5 - Silvares 2 | 20 - Lagar de Vila de Barba |
| ■ Romano / Tardo-antigo / Medieval | 6 - Sep. da Roda | 22 - Alto do Santo |
| ● Medieval | 7 - Sep. do Coturo | 23 - Cavada |
| ● Cronologia indeterminada | 8 - São Jorge | 24 - Estrada de S. Jorge |
| --- Possíveis caminhos romanos | 9 - Regada | 25 - Penedo da Laje Grande |
| - - - Possíveis caminhos medievais | 10 - Cto. do Mosteiro | 26 - Fraga |
| ● Terras medievais (sécs X-XII) | 13 - Gestosinha | 27 - Barroca de S. Miguel |
| | 14 - Castelejo | 29 - Vale de Ameiro |
| | 15 - Roda 2 | 30 - Vale de Ameiro 2 |
| | | 31 - Aldroglão |
| | | 32 - Avessada |
| | | 33 - Pocinhas |
| | | 34 - Pedraires |
| | | 35 - Nossa Sra. da Assunção |
| | | 37 - Silvares |



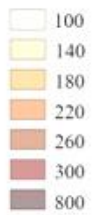
Mapa XIII: caminhos antigos (norte).



Mapa XIV: caminhos antigos 2 (sul).



Altimetria em metros



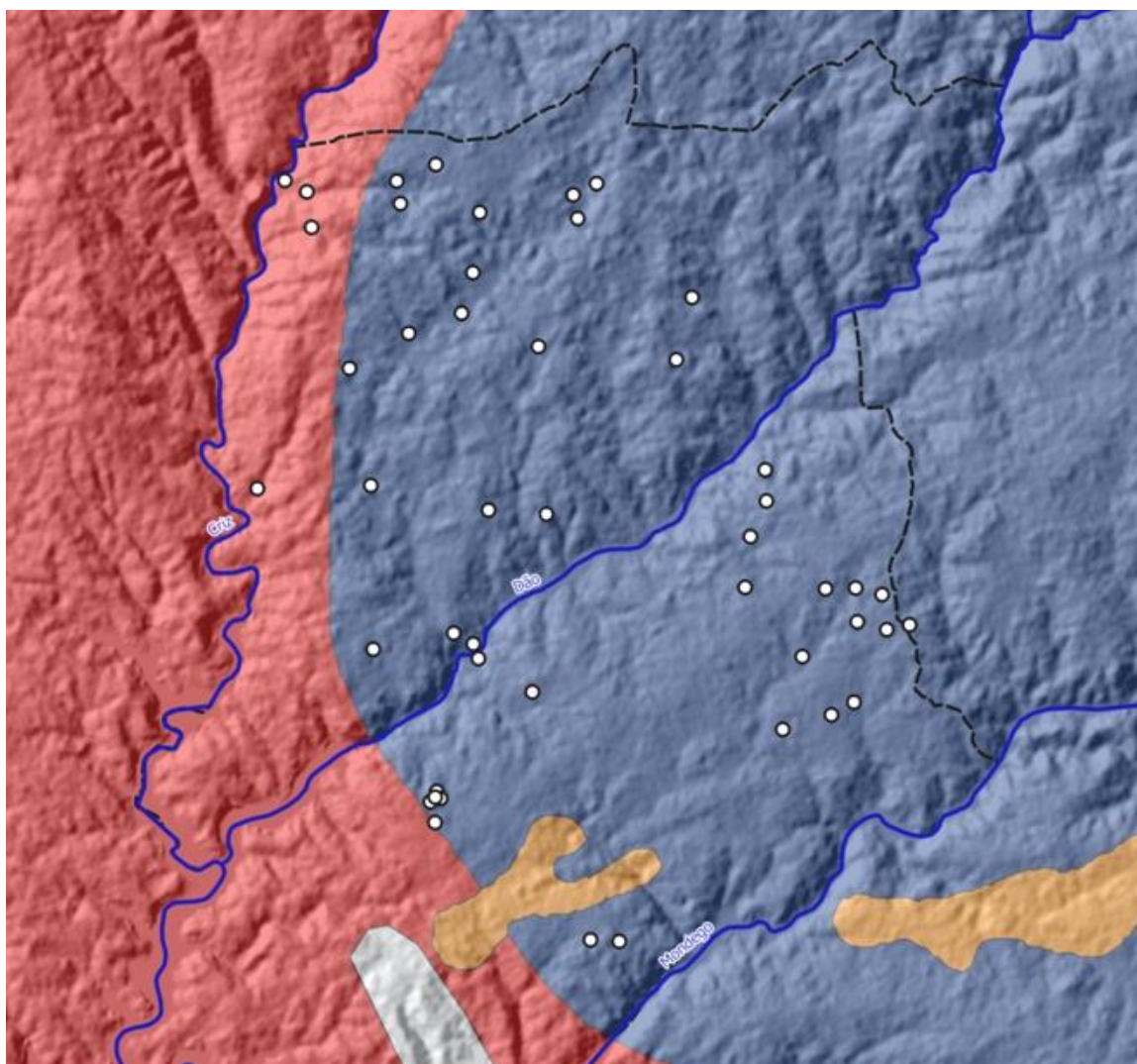
☐ Limite do concelho de Santa Comba Dão







• Villas, lugares e povoações

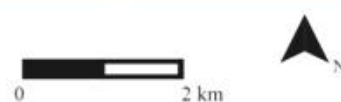
● Lugares fortificados



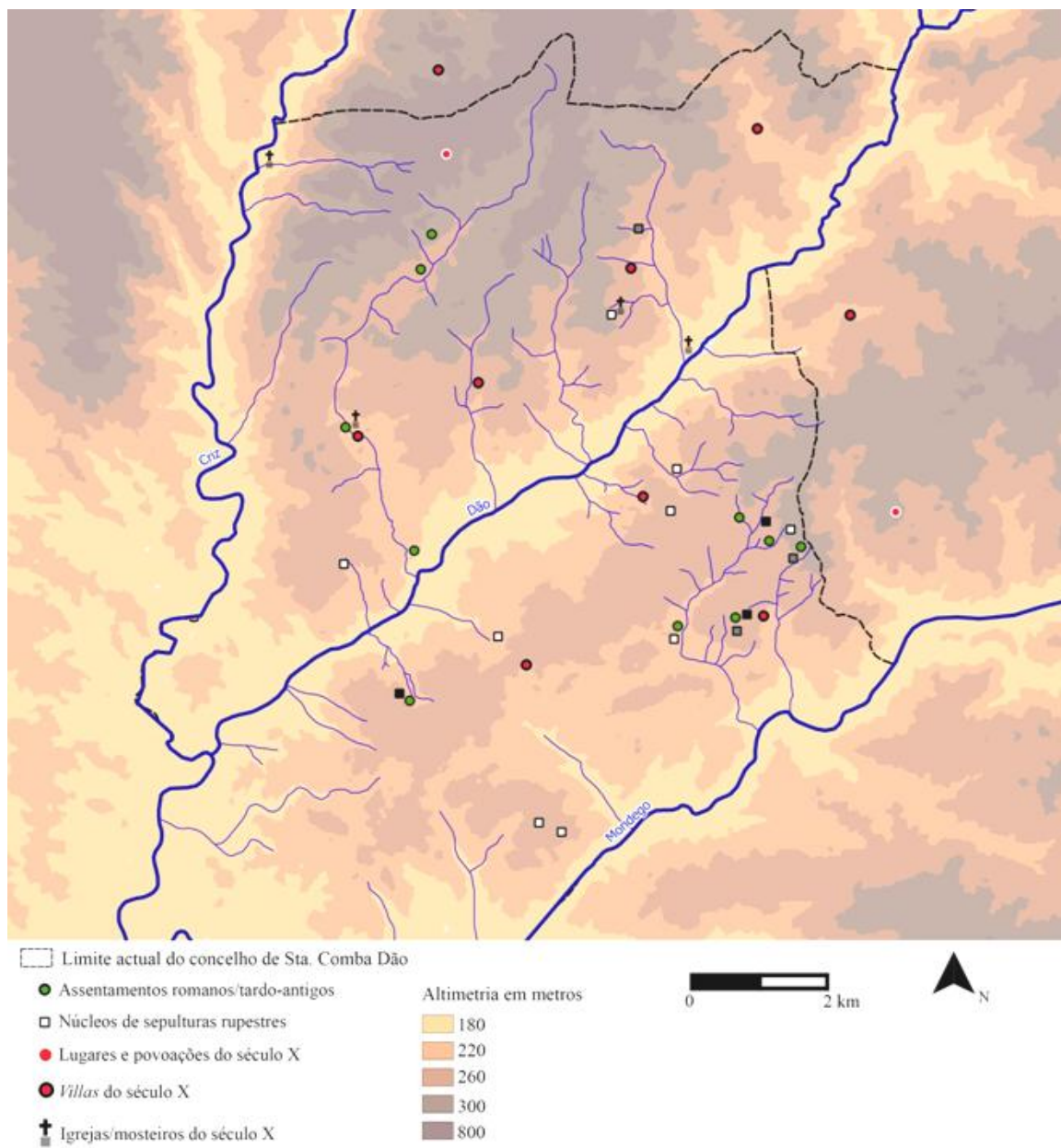
Mapa XV: povoamento no século XII.



-  Limite actual do concelho de Sta. Comba Dão
-  Sítios arqueológicos
-  Casalheiras de planalto, arcoses, arenitos e cascalhos
-  Granitos e rochas afinas
-  Quartzitos
-  Xistos



Mapa XVI: estações arqueológicas e geomorfologia.



Mapa XVII: ocupação romana/tardo-antiga – alto-medieval.



■ Possível espaço de exploração antigo
 8 - São Jorge
 24 - Estrada de São Jorge



1



■ Mancha de ocupação da villa da Regada



2

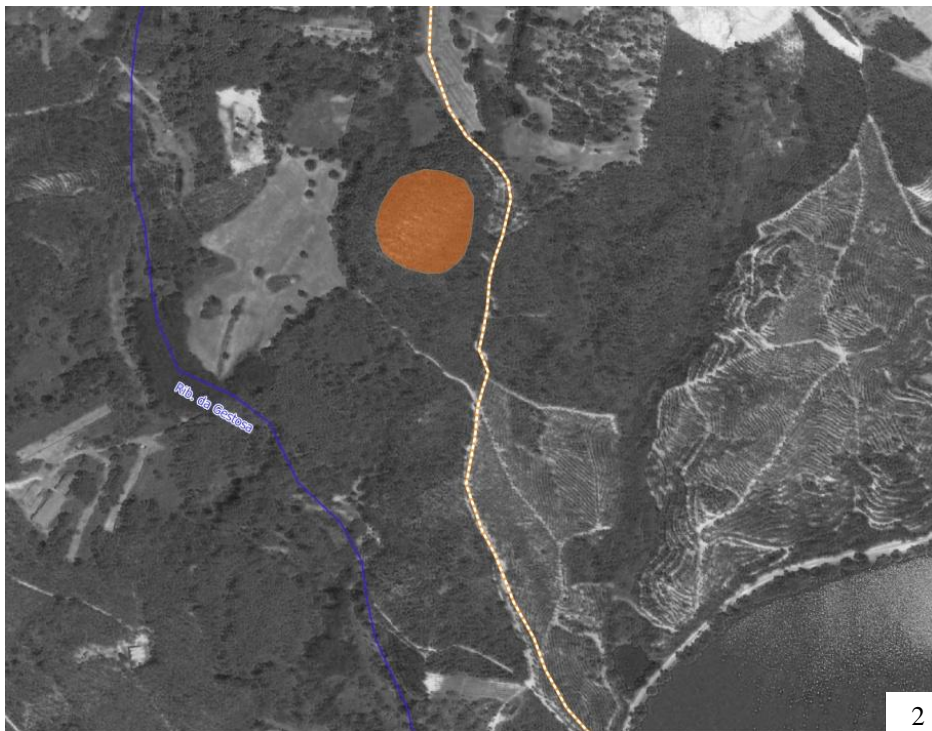
Fotografias aéreas I: 1) São Jorge; 2) villa da Regada.



† Igreja de Santa Columba

■ Sectores de Prospeção

0 150 m



■ Vestígios arqueológicos no cabeço da Gestosinha

--- Caminho romano

0 200 m



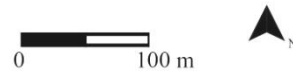
Fotografias aéreas II: 1) Couto do Mosteiro; 2) Gestosinha.



■ Mancha de ocupação da Qta. do Barão
- - - Via Cova



■ Mancha de ocupação da Abadia II
 43 - Patarinho 46 - Patarinho III
 44 - Patarinho I 47 - Abadia
 45 - Patarinho II



Fotografias aéreas III: 1) Qta. do Barão; 2) Abadia.

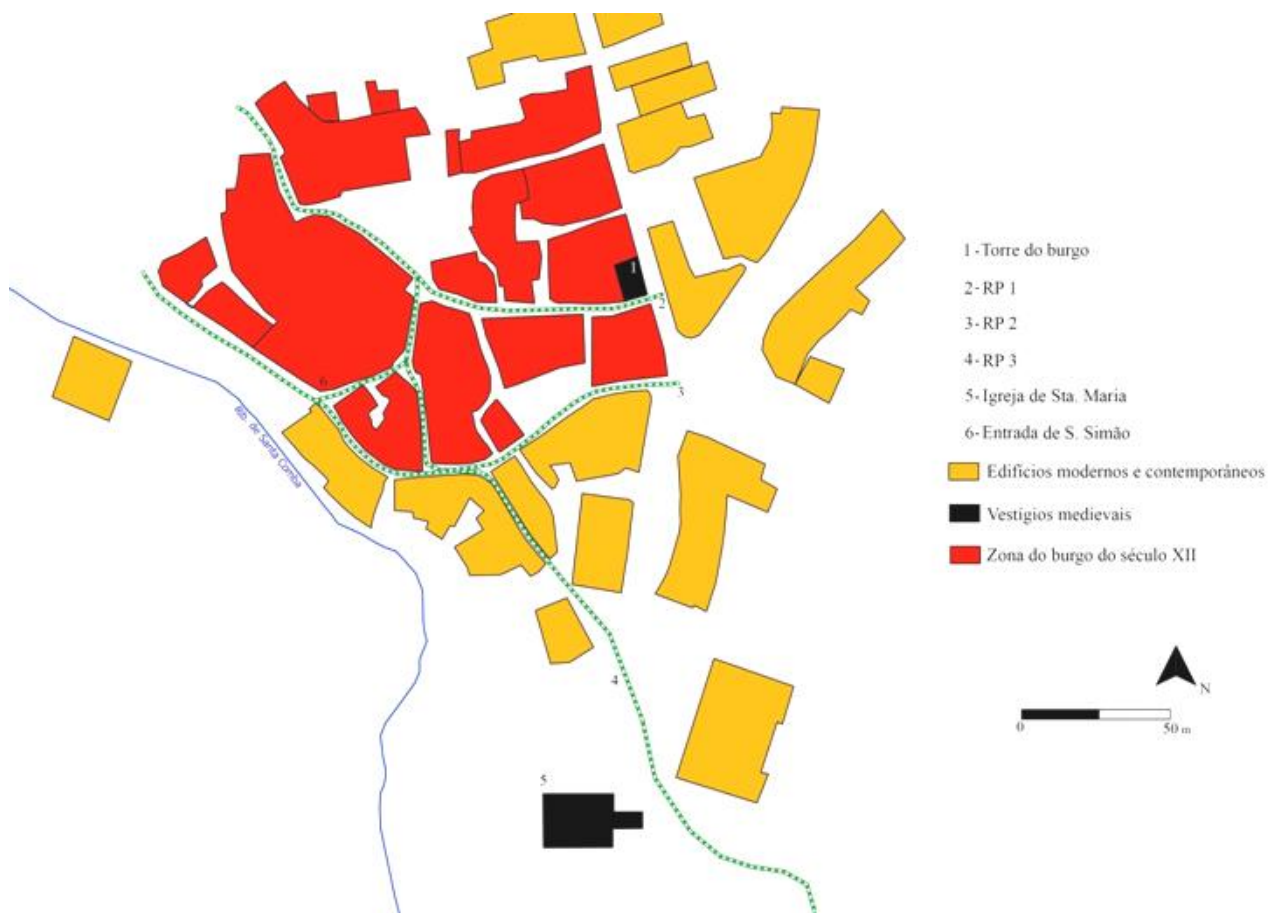


- Edifícios modernos e contemporâneos
- Vestígios medievais
- Zona do burgo pleno-medieval
- Caminho medieval (Via Cova)

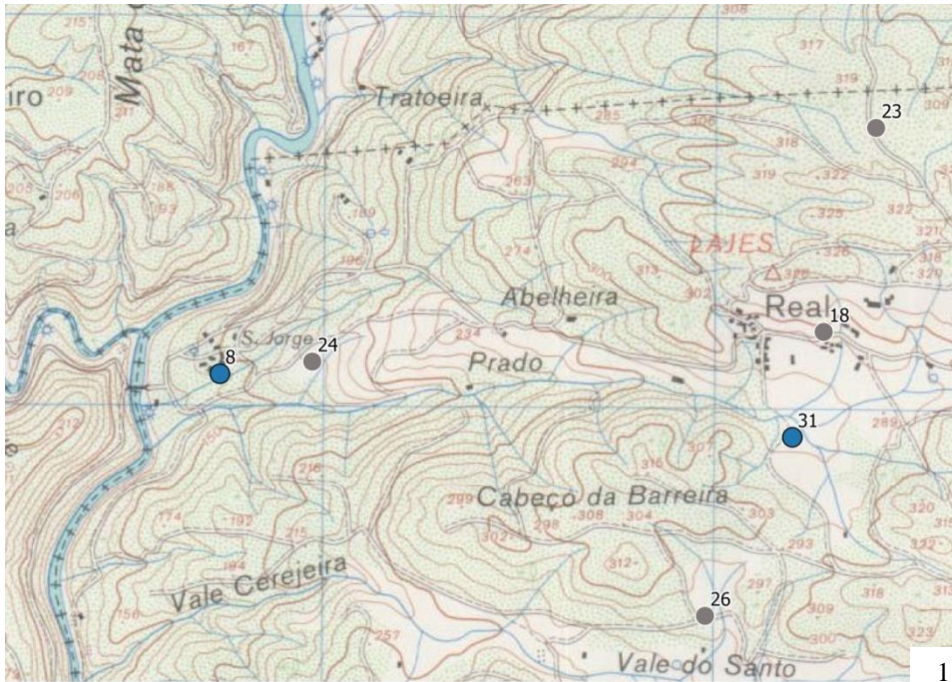
0 150 m



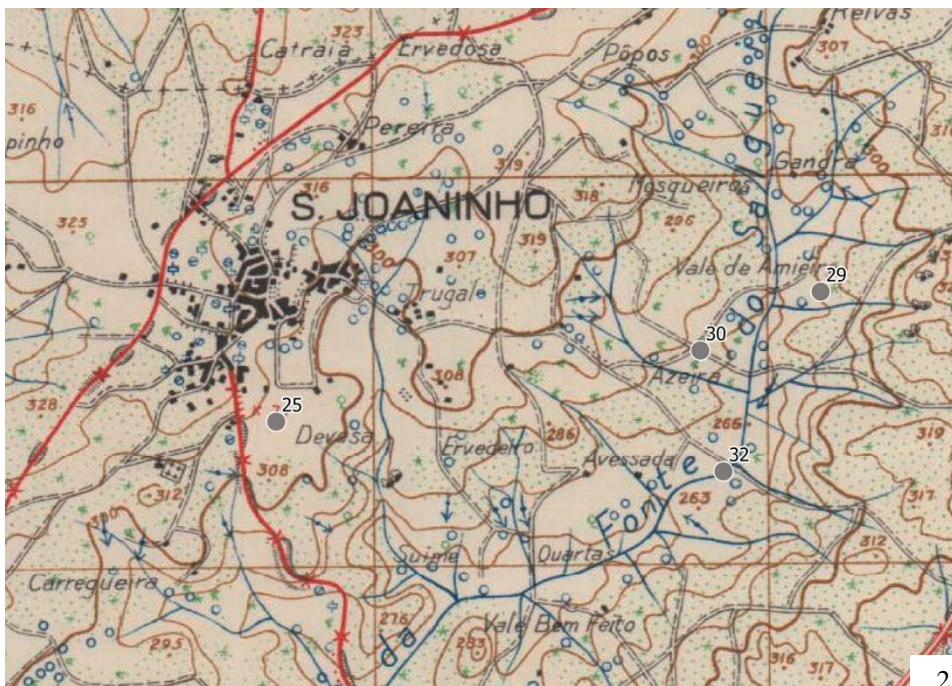
Fotografia aérea / Planta I: Burgo pleno-medieval (análise arqueo-geográfica) 1.



Planta II: Burgo pleno-medieval (análise arqueo-geográfica) 2.

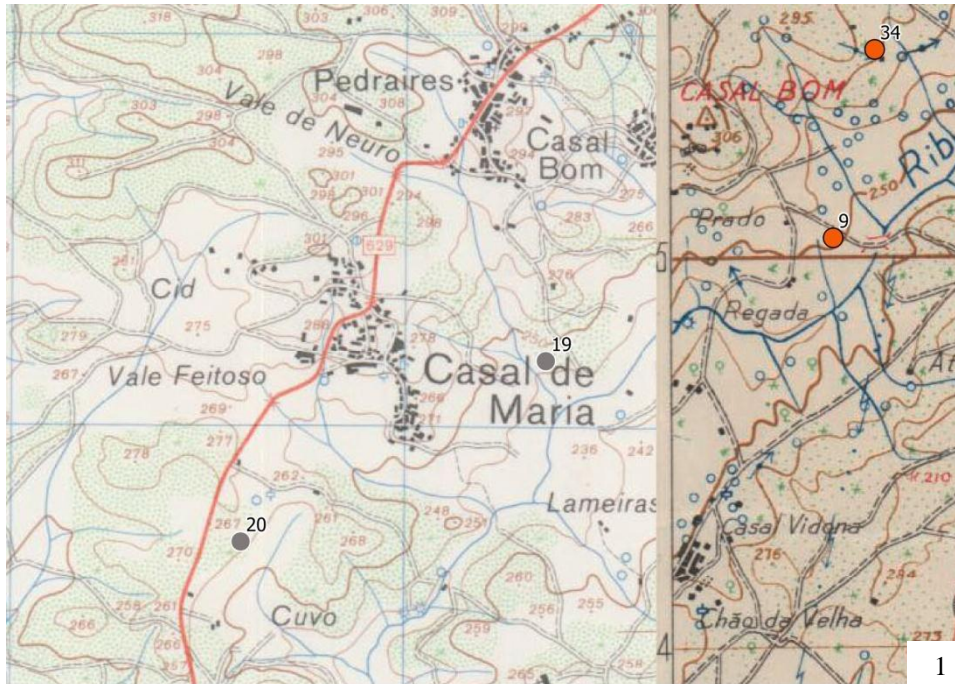


- 8 - São Jorge
- 18 - Real
- 23 - Cavada
- 24 - Estrada de S. Jorge
- 26 - Fraga
- 31 - Aldrogão



- 25 - Penedo da Laje Grande
- 29 - Vale de Amieiro
- 30 - Vale de Amieiro 2
- 32 - Avessada

Cartas Militares I

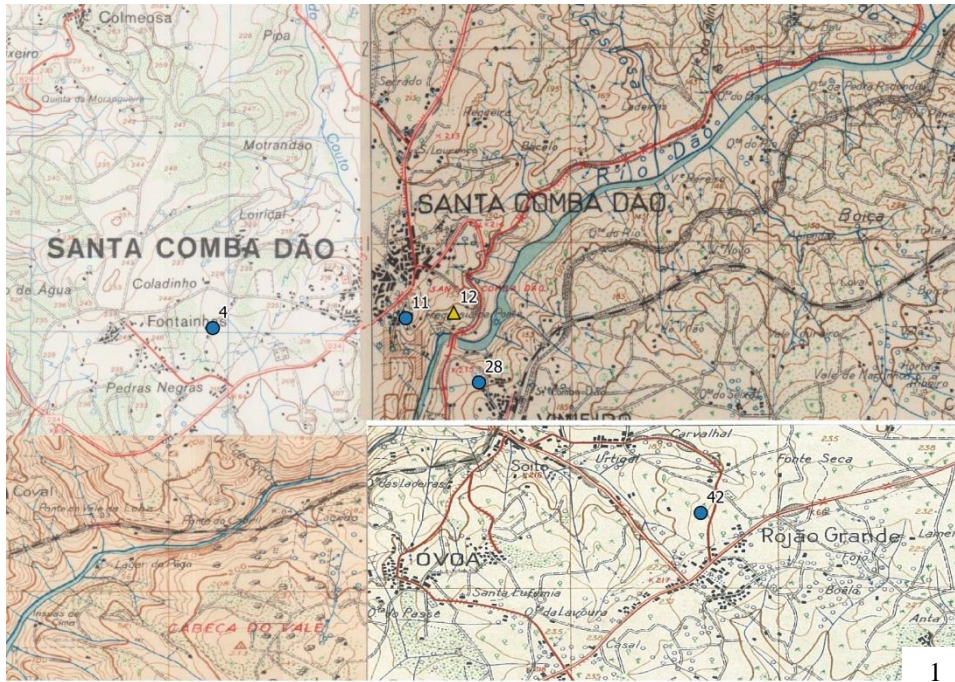


- 9 - Regada
- 19 - Lagar de Casal Maria
- 20 - Lagar de Vila de Barba
- 34 - Pedrares

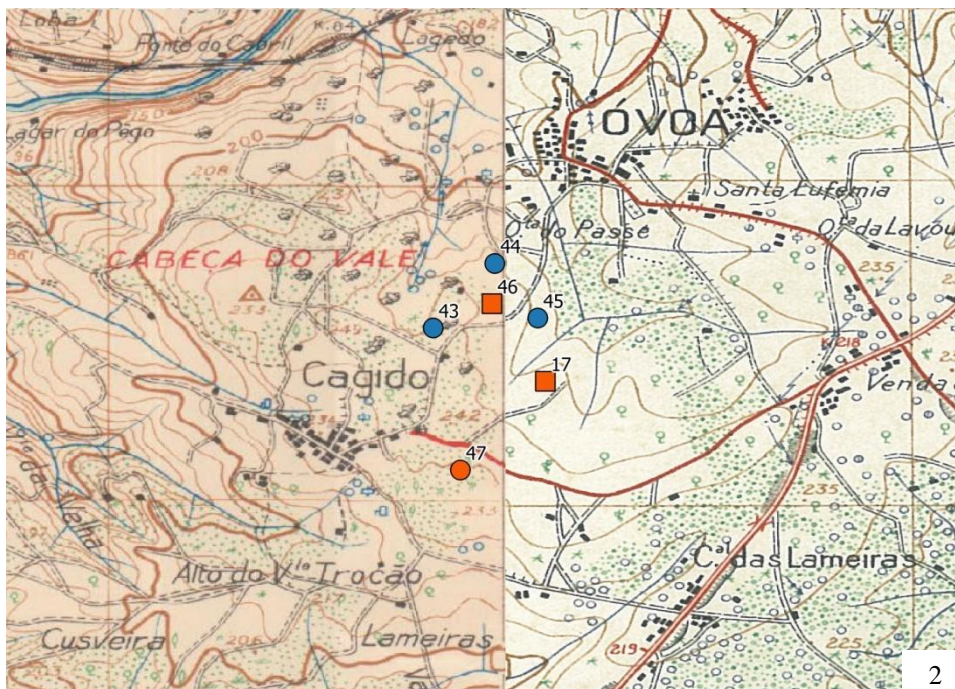


- 10 - Couto do Mosteiro
- 27 - Barroca de São Miguel

Cartas Militares II

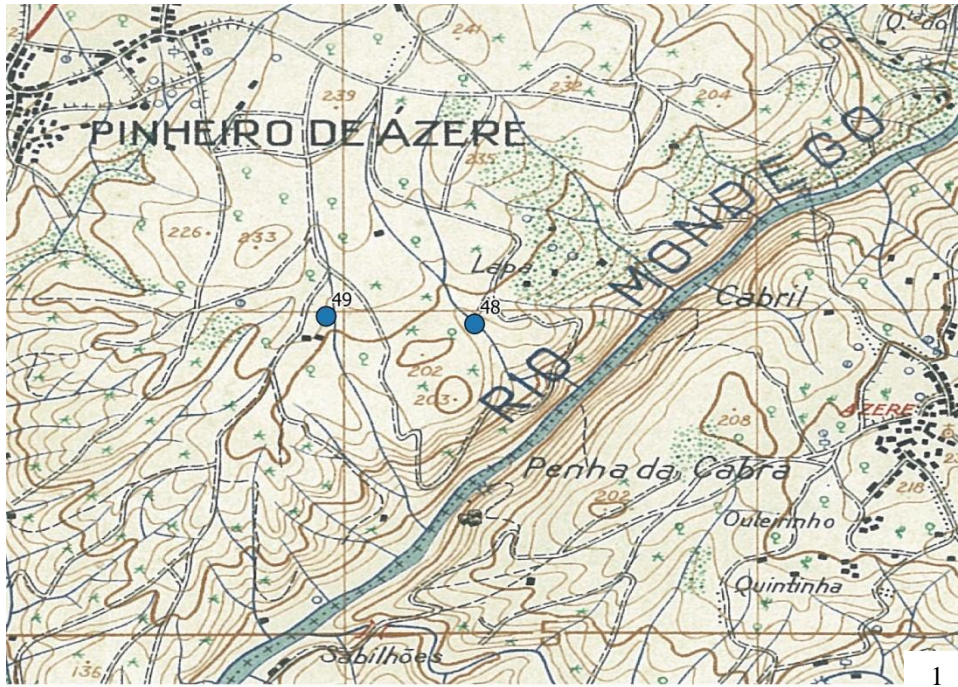


- 4 - Amieira
- 11 - Ig. de Santa Maria
- 12 - Quinta do Barão
- 28 - Calçada do Vimieiro
- 42 - Vimieiro

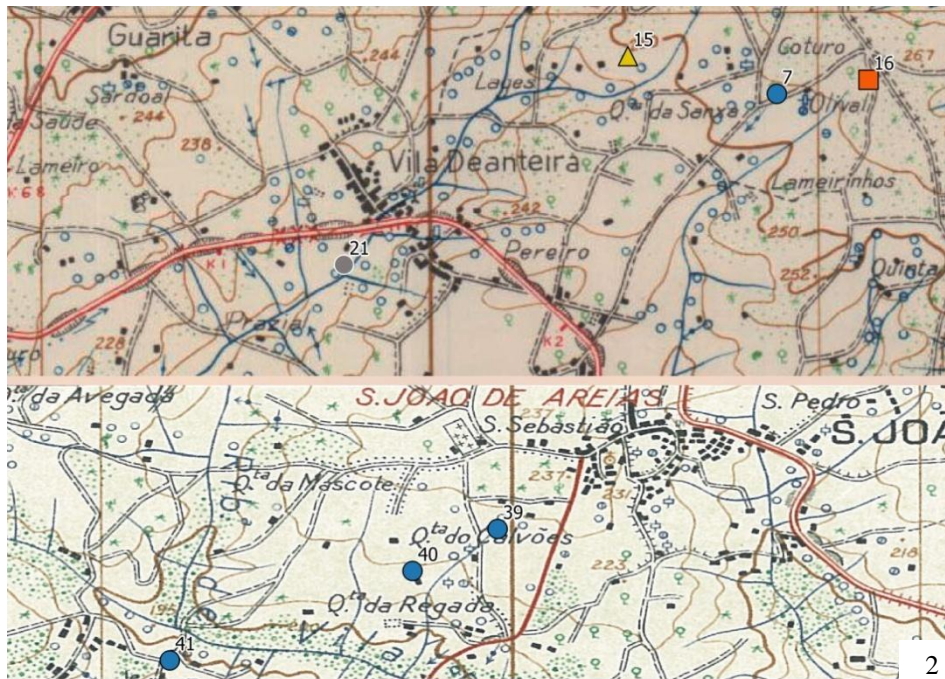


- 17 - Abadia 2
- 43 - Patarinho
- 44 - Patarinho 1
- 45 - Patarinho 2
- 46 - Patarinho 3
- 47 - Abadia

Cartas Militares III

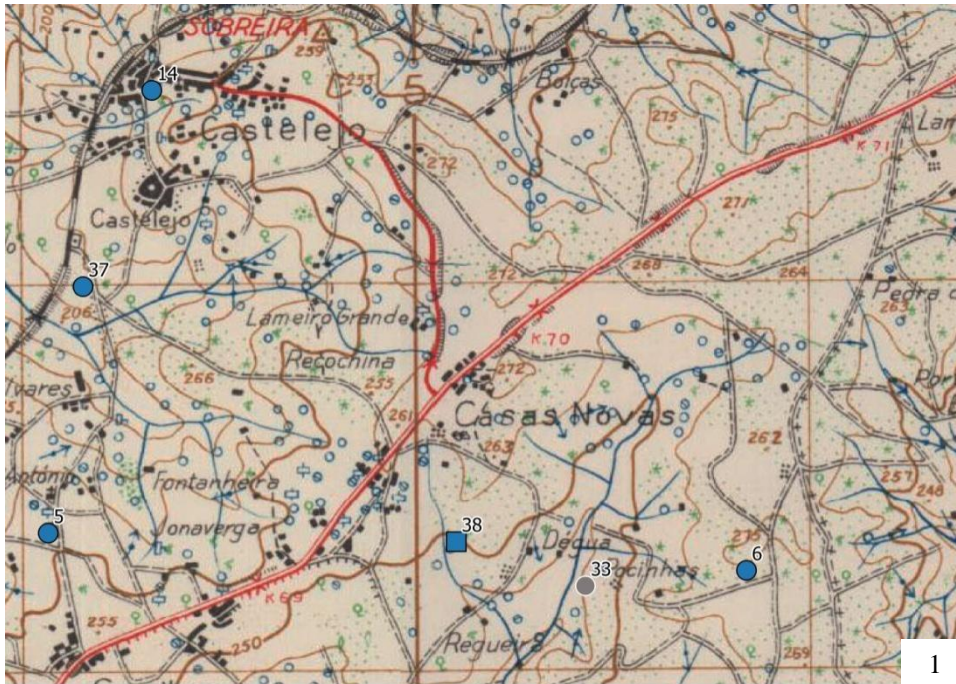


48 - Lapa
49 - Lapa 1

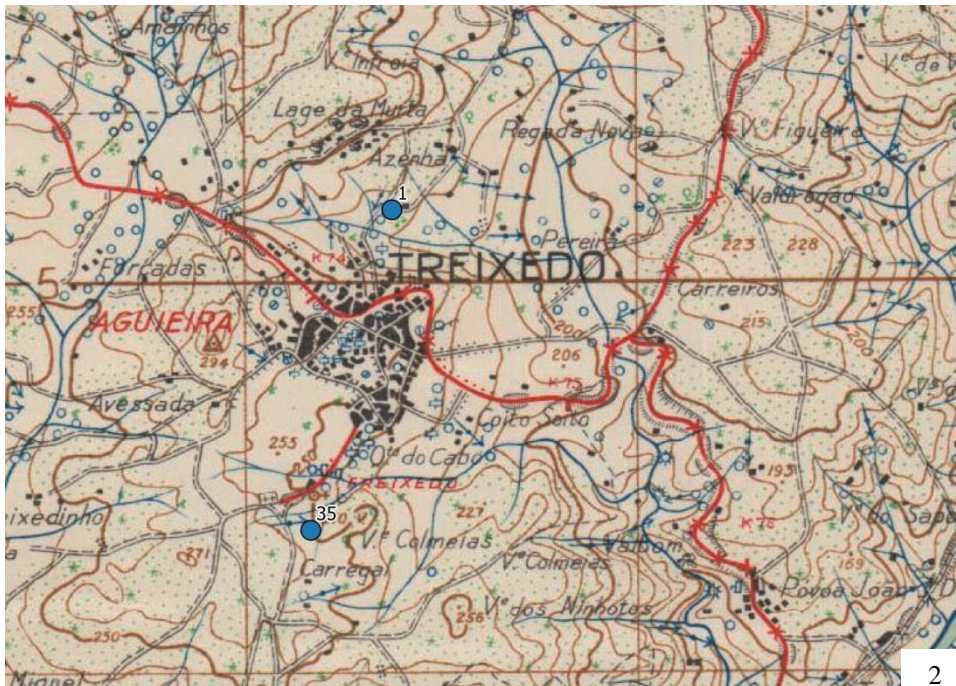


7 - Sepulturas do Coturo
15 - Roda 2
16 - Coturo 2
21 - Lagar de Vila
39 - São João de Areias
40 - Alqueives
41 - Quinta do Mascote

Cartas Militares IV

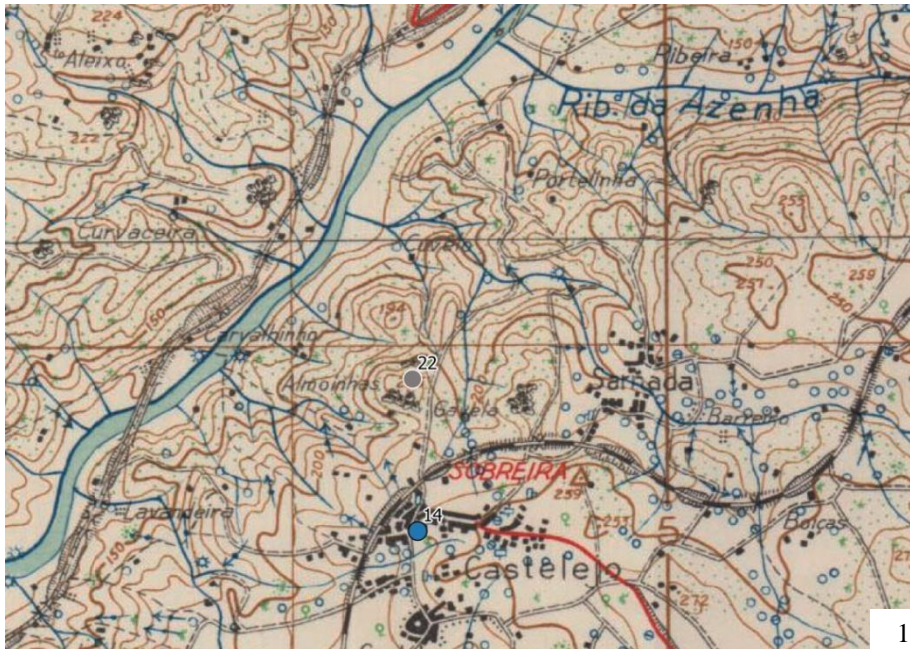


- 5 - Silvares 2
- 6 - Sepultura da Roda
- 14 - Castelejo
- 33 - Pocinhas
- 37 - Silvares
- 38 - Regueiras



- 1 - Azenha
- 35 - Nossa Senhora da Assunção

Cartas Militares V



14 - Castelejo
22 - Alto do Santo

1



1 - Sepulturas da Azenha
2 - Lajes do Oregal
3 - Catraia
9 - Regada
10 - Couto do Mosteiro
13 - Gestosinha
19 - Lagar de Casal Maria
34 - Pedraires
35 - Nossa Senhora da Assunção

2

Cartas Militares VI

ANEXO 2:

FIGURAS



1

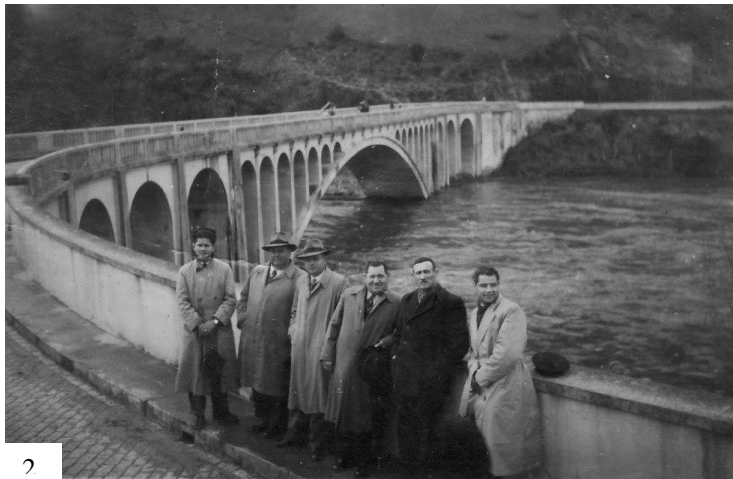


2

Figura I: 1) vila de Santa Comba Dão; 2) ribeiro de Santa Comba



1



2



3

Figura II (fotos cedidas por Francisco Matos): **1)** Aldeia de Foz do Dão e Ponte Salazar; **2)** Ponte Salazar; **3)** Casas e capela de Foz do Dão.



Figura III: 1) Sepulturas / Lagares da Azenha; 2) Sepultura da Azenha 1; 3) Sepultura da Azenha 2; 4) lagareta circular, pio e canal de escorrência.



1



2

Figura IV: 1) Sepultura da Amieira; 2) Sepultura da Roda.



Figura V: 1) Sepultura da Roda (cabeceira); **2)** Sepulturas do Coturo; **3)** Sepultura do Coturo 1; **4)** Sepultura do Coturo 2.



1



2



3



4



5



6

Figura VI: 1) Aldeia de S. Jorge; 2) Cto. do Mosteiro; 3) Igreja de Santa Columba (Cto. do Mosteiro); 4) mancha de ocupação; 5) Silhar com *forcept* I; 6) Silhar com alto-relevo da Igreja de Santa Columba



1



2



3

Figura VII: Fustes na Igreja de Santa Columba.



Figura VIII: 1) Ceitil encontrado na Igreja de Santa Columba; **2)** Base de coluna no (Solar dos Costa); **3)** Pedras de mó no (Solar dos Costa); **4)** Silhar aparelhado (Solar dos Costa).

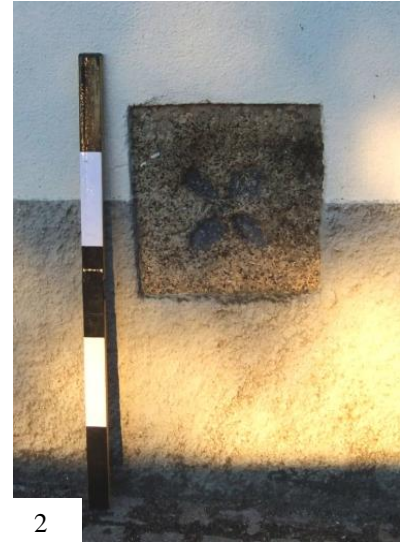


Figura IX: 1-3) Igreja Matriz de Santa Comba Dão; 2) quadrifolio na fachada externa; 3) Epígrafe do século XIV; 4-5) Santa Comba Dão; 4) Rua Direita; 5) Largo do Rossio.



Figura X: 1) Cabeço da Gestosinha (vertente ocidental); **2)** Estrutura no topo do cabeço



Figura XI: 1) Cabeço da Gestosinha avistado do Vimieiro;
2) Vimieiro e Sta. Comba Dão avistados da Gestosinha.



**Figura XII: 1) Terrenos da Abadia 2; 2) Canalização em chumbo da Abadia
3) Peso de tear da Abadia**



Figura XIII: 1) Fundo de garrafa *Isings 50* do Patarinho 3; **2)** Canalização em barro, da Abadia;
3) *Tegullae* do Patarinho 3



Figura XIV: 1) Lagar de Casal Maria; 2) Lagar de Vila de Barba.



Figura XV: 1) lagar de Vila Dianteira; 2) Lagar de Vila Dianteira (canal de escorrência)



Figura XVI: Penedos do Alto do Santo.



1



2



3



4

Figura XVII: 1) Marco da Cavada; 2) Marco da Fraga; 3 e 4) Penedo da Laje Grande.



Figura XVIII: 1) Ponte da Barroca de S. Miguel; 2) Calçada antiga do Vimieiro (foto cedida por António Matos); 3) Troço da calçada antiga do Vimieiro; 4) Ponte velha de Santa Comba Dão



Figura XIX: 1) Abrigo do Vale Amieiro (vista externa); **2)** Abrigo do Vale Amieiro (vista interna);
3) Abrigo do Vale Amieiro 2; **4)** Abrigo de Aldrogão



Figura XX: Abrigo da Avesada



Figura XXI: 1) Necrópole das Regueiras; 2) Necrópole de S. João de Areias (foto cedida por António Neves); 3) Sepulturas de Alqueives (foto cedida por António Neves).



1



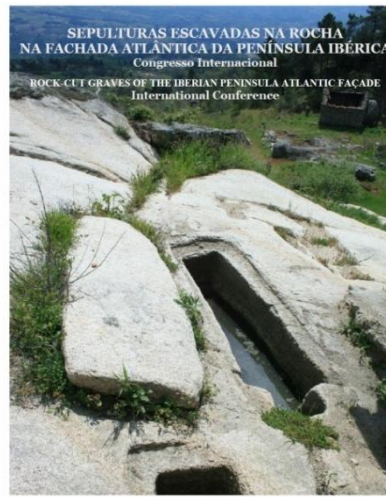
**Figura XXII: 1) Silvares; 2) Patarinho I;
3) Patarinho (foto cedida por António Matos)**



Figura XXIII (domínio visual a partir da torre do burgo de Santa Columba):
1) Castelejo; 2) Vimieiro



1



Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 19-20 outubro 2017
Faculty of Arts, University of Porto, 19-20 October 2017
CITCEM / FLUP - DCTP

2



ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS DO BAIXO DÃO
"UM CAFÉ E UMA BOA CONVERSA"
O Património Cultural Religioso de Santa Comba Dão

12 de Maio de 2018, Sábado, 15h, restaurante "Já se Comia", nas piscinas municipais de Santa Comba Dão.

Convidamos todos os interessados a conhecer um pouco mais a respeito da cultura religiosa de Santa Comba Dão, a tomar um café connosco e a ouvir os Senhores Padres Carlos Casal, Pedro Leitão e Vírgilio Marques, numa conversa informal, contarem histórias e falar sobre o património cultural das nossas paróquias.

3

ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS DO BAIXO DÃO
"UM CAFÉ E UMA BOA CONVERSA"
SANTA COMBA DÃO NAS INVASÕES FRANCESAS
PARTICIPAÇÃO DO DR. JOSÉ MORAIS BRANQUINHO

FOI ESTA PONTE, CORTADA PELA INVASÃO FRANCESA EM 1810, QUE FOI REEDIFICADA EM 1826.

17 DE AGOSTO DE 2018 (SEXTA-FEIRA) | 21H | LOCAL: SOLAR DAS COSTAS - COUTO DO MOSTEIRO

VENHAM TOMAR UM CAFÉ CONNOSCO DEPOIS DO JANTAR E CONVERSAR SOBRE O IMPACTO DAS INVASÕES FRANCESAS NA NOSSA REGIÃO. TRAGA A HISTÓRIA QUE LHE FOI CONTADA E A HISTÓRIA QUE OUVIU AOS SEUS PAIS, AOS SEUS AVÓS E QUE ANDA NA MEMÓRIA DA SUA FAMÍLIA E PARTILHE-A!

AGRADECIMENTOS: DR. PEDRO COSTA - APOIO: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA COMBA DÃO

ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS DO BAIXO DÃO
"UM CAFÉ E UMA BOA CONVERSA"
O ARQUIVO MUNICIPAL DE SANTA COMBA DÃO
PARTICIPAÇÃO DA DRA. SUSANA BÓTO MARTINS

22 DE SETEMBRO DE 2018 (SABADO), ÀS 16H. NA CASA DA CULTURA

Venham tomar um café connosco e conhecer as verdadeiras reliquias do concelho guardadas no Arquivo Municipal de Santa Comba Dão. Os arquivos, municipais e paróquias, são importantes agentes da preservação da memória concelhial!

APOIO: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA COMBA DÃO

Figura XXIV: 1) Feira do Livro de Santa Comba Dão (Junho de 2017); 2) Cartaz do congresso internacional "Sepulturas Escavadas na Rocha na Fachada Atlântica da Península Ibérica"; 3) Eventos promovidos pela AEBD (Maio - Setembro de 2018)



Figura XXV: 1) Cerâmicas pré-romanas do cabeço da Gestosinha; 2) Fragmento de pavimento das Regueiras 3) Cerâmica decorada da Roda 2 (espólio de António Neves); 4) Recipientes de armazenamento do Coturo 2 (espólio de António Neves); 5) Cerâmicas decoradas da Qta. do Barão



Figura XXVI: 1) Cerâmica Ibérica (Kalathos); 2) Sigillata hispânica (fundos) 3) Sigillata hispânica decorada; 4) Sigillata hispânica tardia decorada; 5) Cinzenta fina (bordos); 6) Cinzenta fina (fundos)



1



2



3



4



5



6



7



8

Figura XXVII: 1) Cinzenta fina (asas); 2) Cinzenta fina polida; 3) Alaranjada fina (bordos); 4) Imitação de Engobe Vermelho; 5) Calcítica; 6) Alaranjada; 7) Ocre amareladas; 8) Castanho avermelhadas



Figura XXVIII: 1) Núcleo cinzento e superfície avermelhada e alaranjada; 2) Cinzento escuras / negras



1



2



3



4

Figura XXIX: 1) 1.1 e 1.2) Alaranjada fina polida; 1.3) Alaranjada polida **2)** Alaranjada com decoração incisa; **3)** Alaranjada fina pintada **4)** Paredes finas

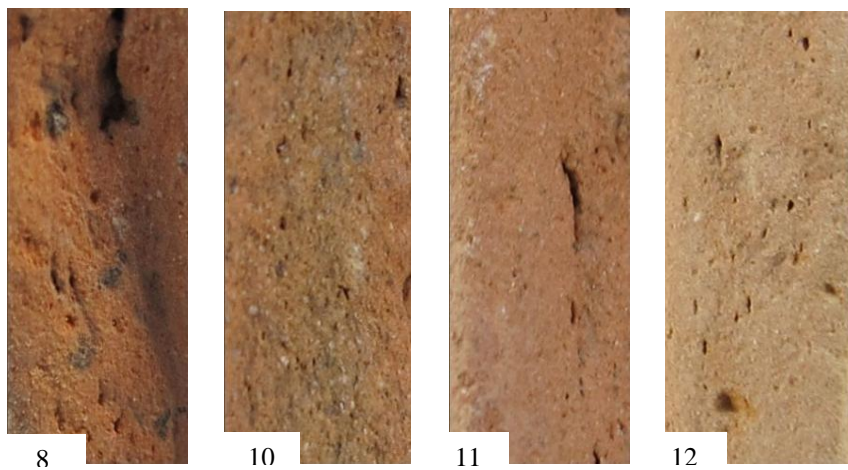
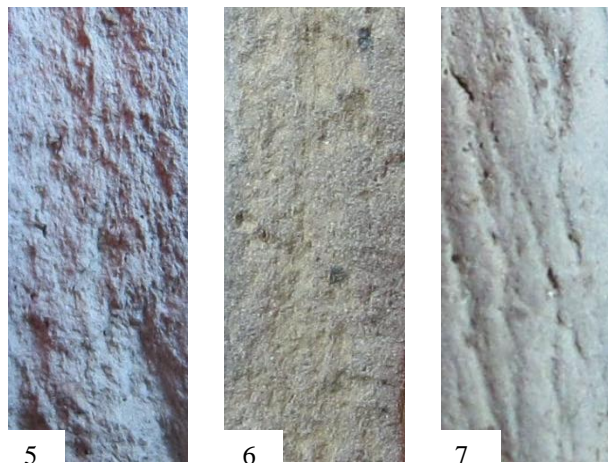
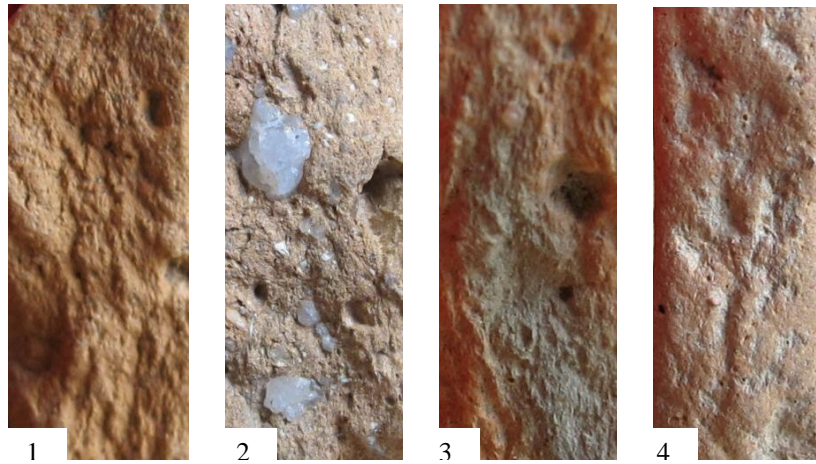


Figura XXX: 1 e 2) Alaranjada do Cto. do Mosteiro (CM_II); 3 e 4) Alaranjada da Qta. do Barão; 5-7) Cinzenta fina do Patarinho 3; 8-12) Alaranjada fina do Patarinho 3

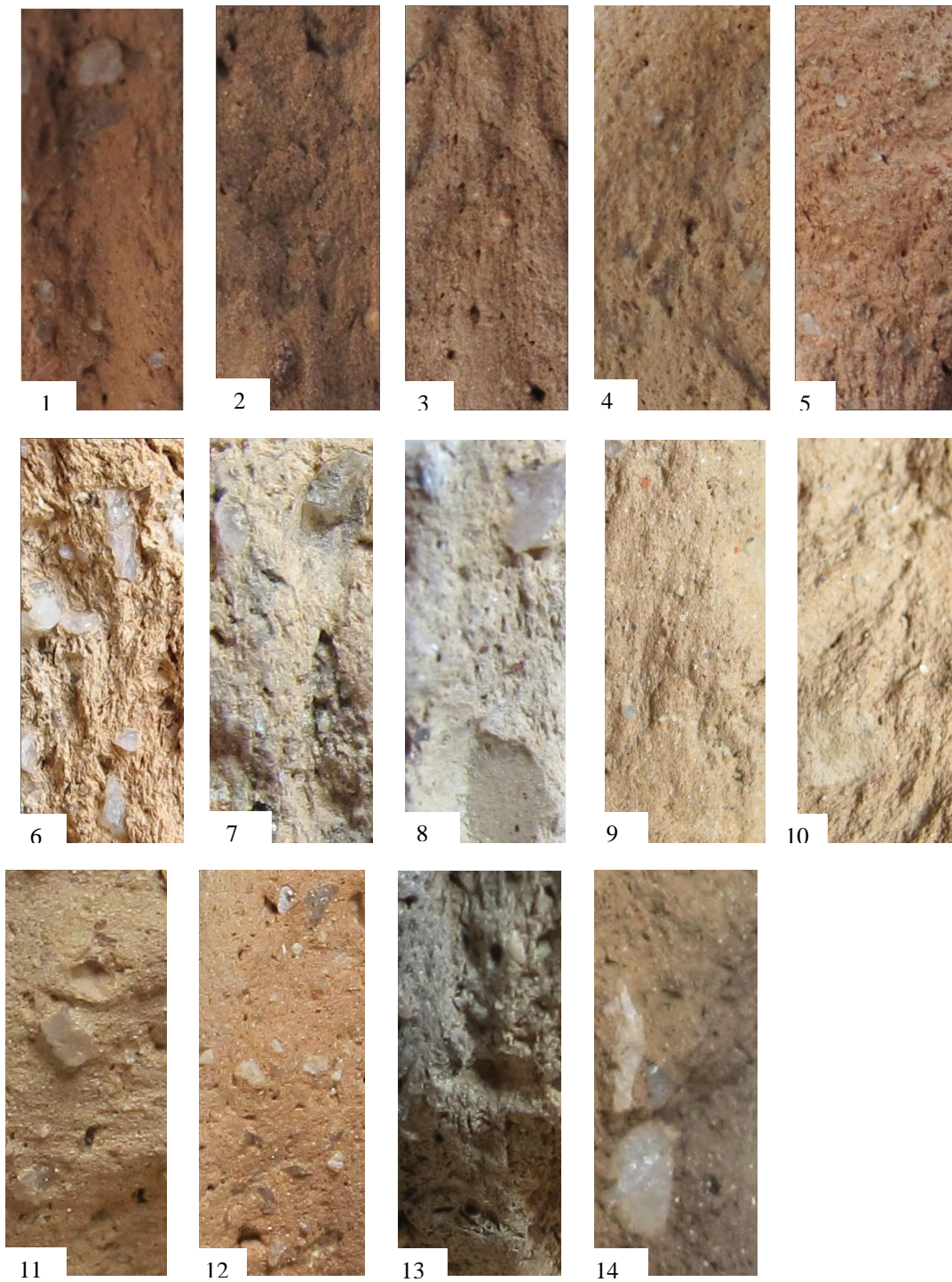


Figura XXXI: 1 - 6) alaranjada do Patarinho 3; 7 e 8) ocre amarelada do Patarinho 3; 9 e 10) castanho avermelhado do Patarinho 3; 11-12) imitação de engobe vermelho do Patarinho 3; 13 e 14) núcleo cinzento e sup. avermelhada e alaranjada do Patarinho 3;

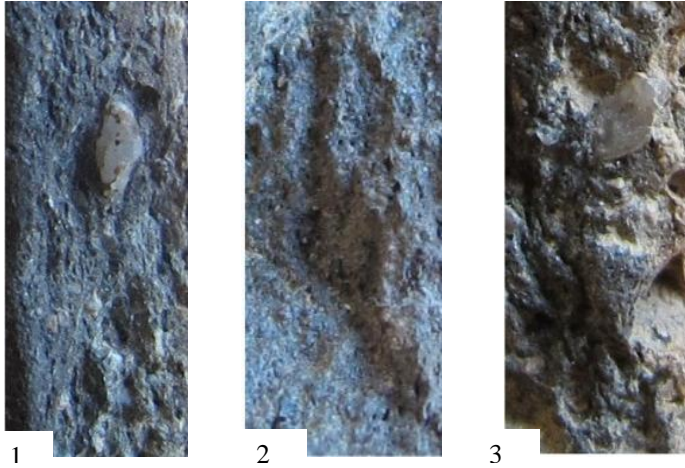


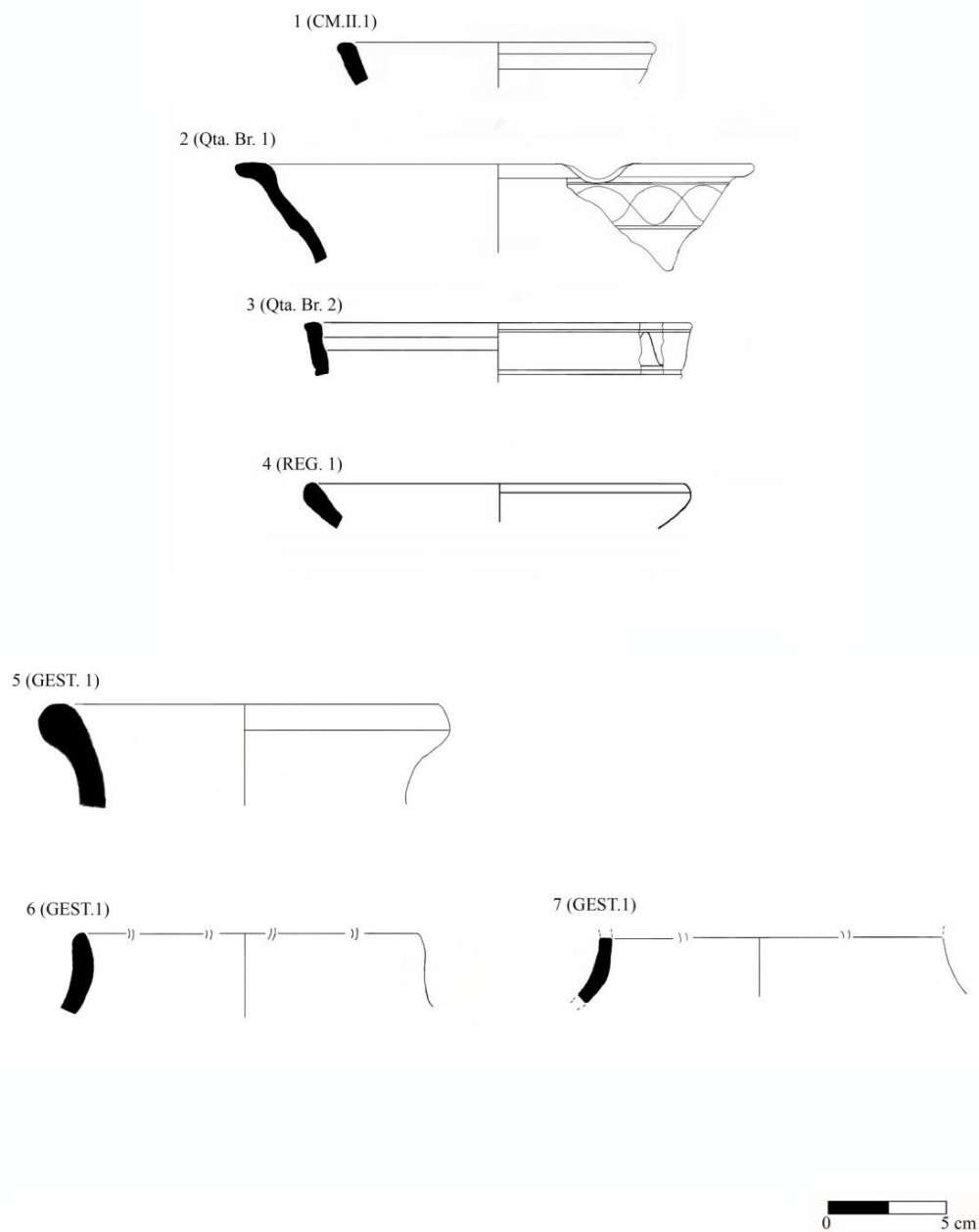
Figura XXXII (cinzenta escura / negra do Patarino 3): **1)** Fab. IX.1; **2)** Fab. IX.2; **3)** Fab. IX.3



Figura XXXIII (cerâmicas tardo-antigas e cinzenta medieval): **1)** Aldrogão; **2 e 3)** Couto do Mosteiro (CM_I);
3.1) Decoração incisa; **3.2)** Decoração estampilhada;
4) Gestosinha; **5)** Abadia II

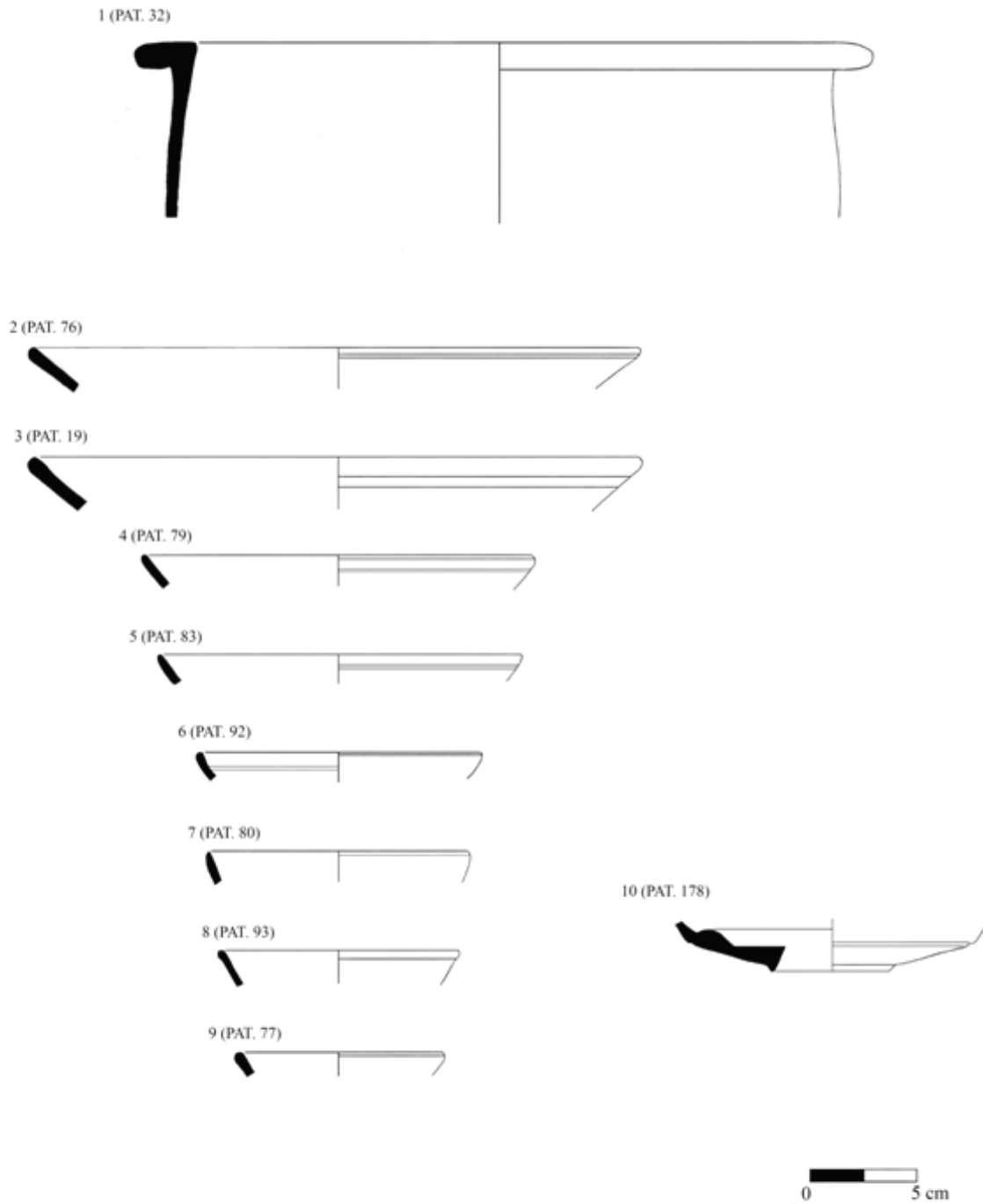
ANEXO 3:
ESTAMPAS

Estampa I: Cerâmica comum (espólio de prospecção)



1) Couto do Mosteiro, sector II; **2 e 3)** Qta. do Barão; **4)** Regueira;
5 e 7): Gestosinha (desenhadas por H. Catarino)

Estampa II: Cerâmica importada (Patarinho 3)



1) Cerâmica Ibérica (*Kalathos*); **2-10)** *Sigillata* hispânica

Estampa III : Sigillata hispânica (Patarinho 3)

1 (PAT. 140)



2 (PAT. 82)



3 (PAT. 84)



4 (PAT. 86)



5 (PAT. 78)



6 (PAT. 141)



7 (PAT. 142)



Estampa IV: Cinzenta fina (Patarinho 3)

1 (PAT. 36)



2 (PAT. 59)



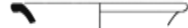
3 (PAT. 61)



4 (PAT. 16)



5 (PAT. 70)



6 (PAT. 58)



7 (PAT. 38)



8 (PAT. 18)



9 (PAT. 151)



10 (PAT. 152)



11 (PAT. 122)

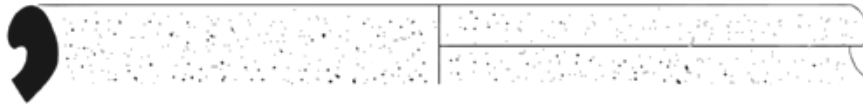


12 (PAT. 123)



Estampa V: Cerâmica regional (Patarinho 3)

1 (PAT. 10)



2 (PAT. 37)



3 (PAT. 33)



4 (PAT. 90)



5 (PAT. 72)



6 (PAT. 74)



7 (PAT. 23)



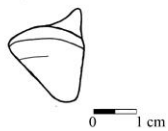
8 (PAT. 156)



1) Calcítica; 2 - 8) Alaranjada fina

Estampa VI: Cerâmica regional / Imitação de engobe vermelho pompeiano (Patarinho 3)

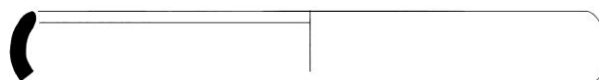
1 (PAT. 157)



2 (PAT. 98)



3 (PAT.97)



0 5 cm

1) Lucerna; 2 e 3) Imitação de engobe vermelho.

Estampa VII: Cerâmica regional ou local / Alaranjada (Patarinho 3)

1 (PAT. 117)



2 (PAT. 114)



3 (PAT. 129)



4 (PAT. 113)



5 (PAT. 104)



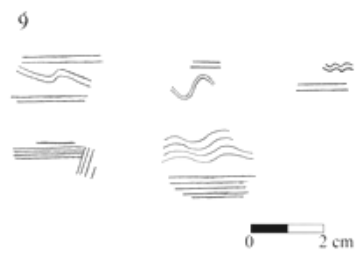
6 (PAT. 71)



7 (PAT. 35)



8 (PAT. 75)

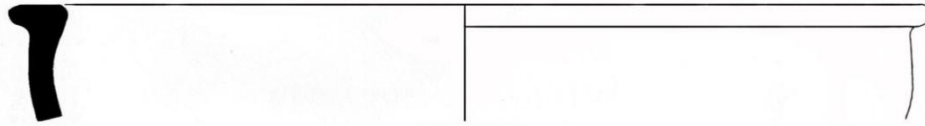


Estampa VIII: Cerâmica regional ou local / Ocre-amarelado (Patarinho 3)

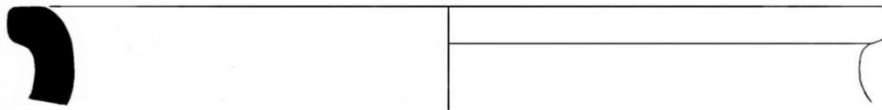


Estampa IX: Cerâmica regional ou local / Castanho avermelhadas (Patarinho 3)

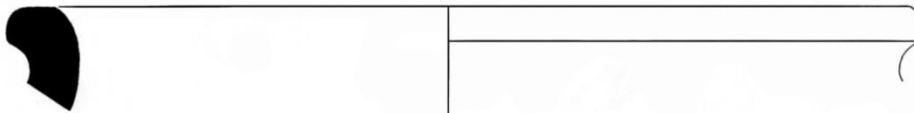
1 (PAT. 29)



2 (PAT. 30)



3 (PAT. 102)



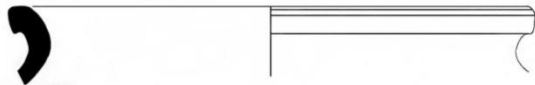
4 (PAT. 46)



7 (PAT. 128)



5 (PAT. 45)



6 (PAT. 106)



Estampa X: Cerâmica regional ou local / Pasta cinzenta e sup. avermelhada e alaranjada (Patarinho 3).

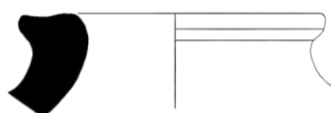
1 (PAT. 132)



2 (PAT. 103)



3 (PAT. 130)



Estampa XI: Cerâmica de provável origem local (Patarinho 3)

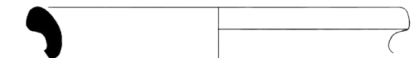
1 (PAT. 13)



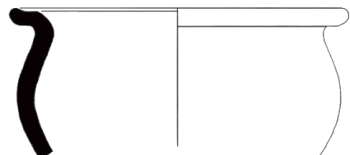
2 (PAT. 65)



3 (PAT. 66)



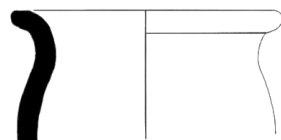
4 (PAT. 63)



5 (PAT. 17)



6 (PAT. 14)



7 (PAT. 26)



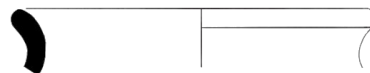
8 (PAT. 64)



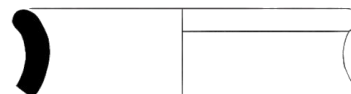
9 (PAT. 108)



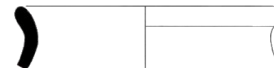
10 (PAT. 109)



11 (PAT. 111)



12 (PAT. 12)



13 (PAT. 67)



14 (PAT. 68)



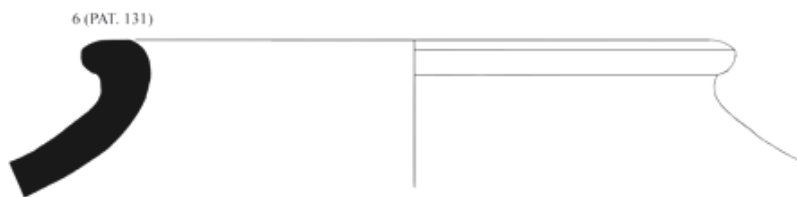
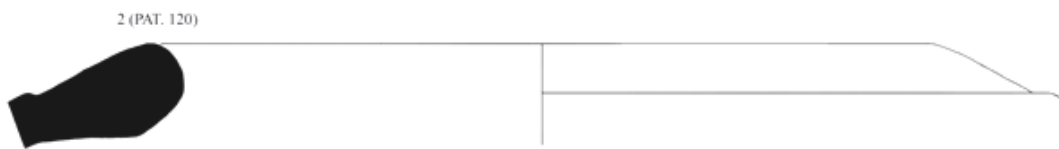
15 (PAT. 107)



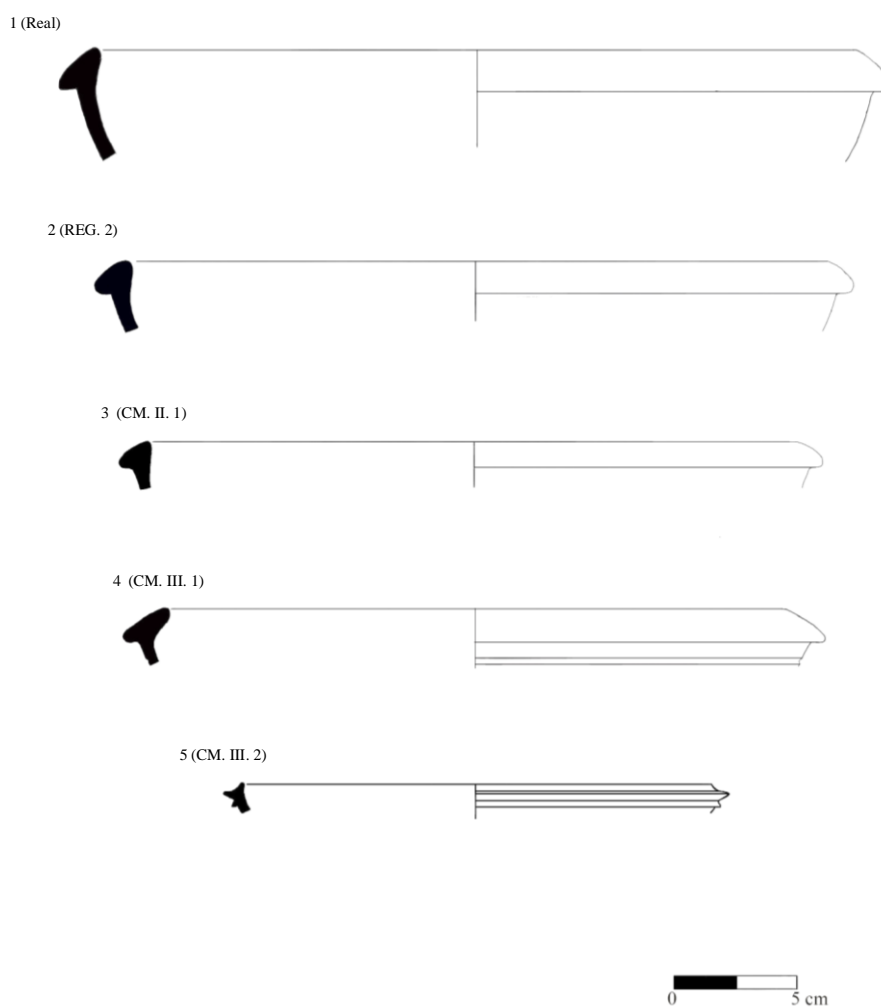
16 (PAT. 43)



Estampa XII: *Dolia* e talha (Patarinho 3)



Estampa XIII: Cinzenta medieval (espólio de prospecção)



1) Real; 2) Regada; 3) Couto do Mosteiro, S.II; 4 e 5) Couto do Mosteiro, S.III

Estampa XIV: Cerâmica tardo-antiga – visigoda e cinzenta medieval (espólio de prospecção)

1 (CM. I. 45)



2 (CM. I. 38)



3 (CM. I. 5)



8 (CM. I. 16)



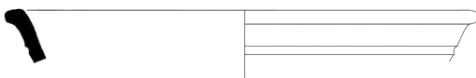
4 (CM. I. 44)



9 (CM. I. 25)



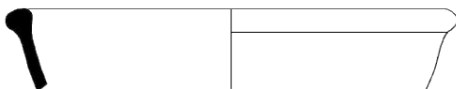
5 (CM. I. 31)



10 (CM. I. 4)



6 (CM. I. 27)



11 (REG. 2)



7 (CM. I. 2)



12 (Roda)



I - 10 Couto do Mosteiro S.I.; **11** Regueira; **12** Roda (11 e 12 fazem parte do espólio de António Neves)

Estampa XV: Cinzenta medieval (espólio de prospecção)

1 (GEST. 6)



2 (AB. II. 1)

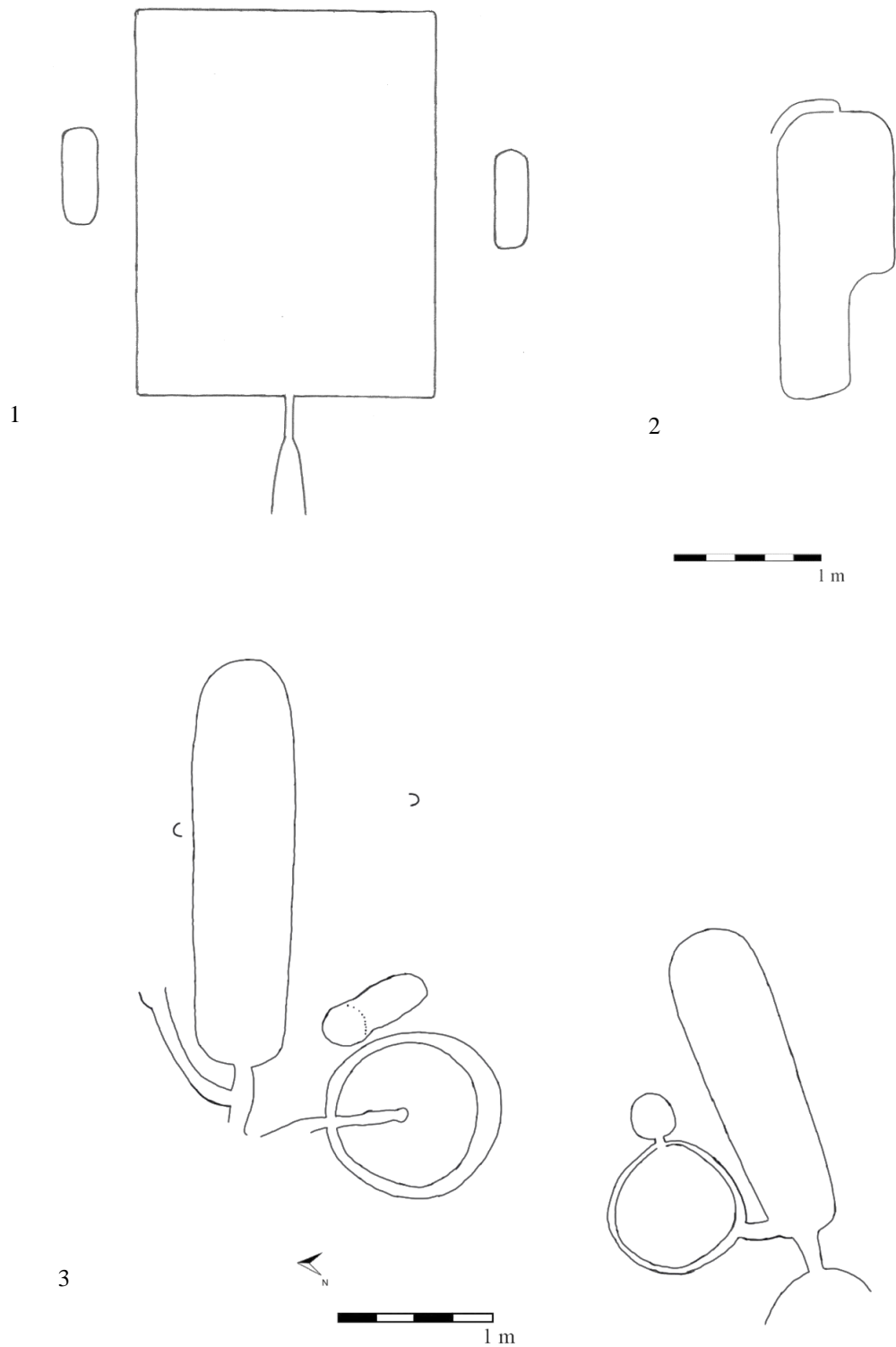


3 (AB. II. 2)

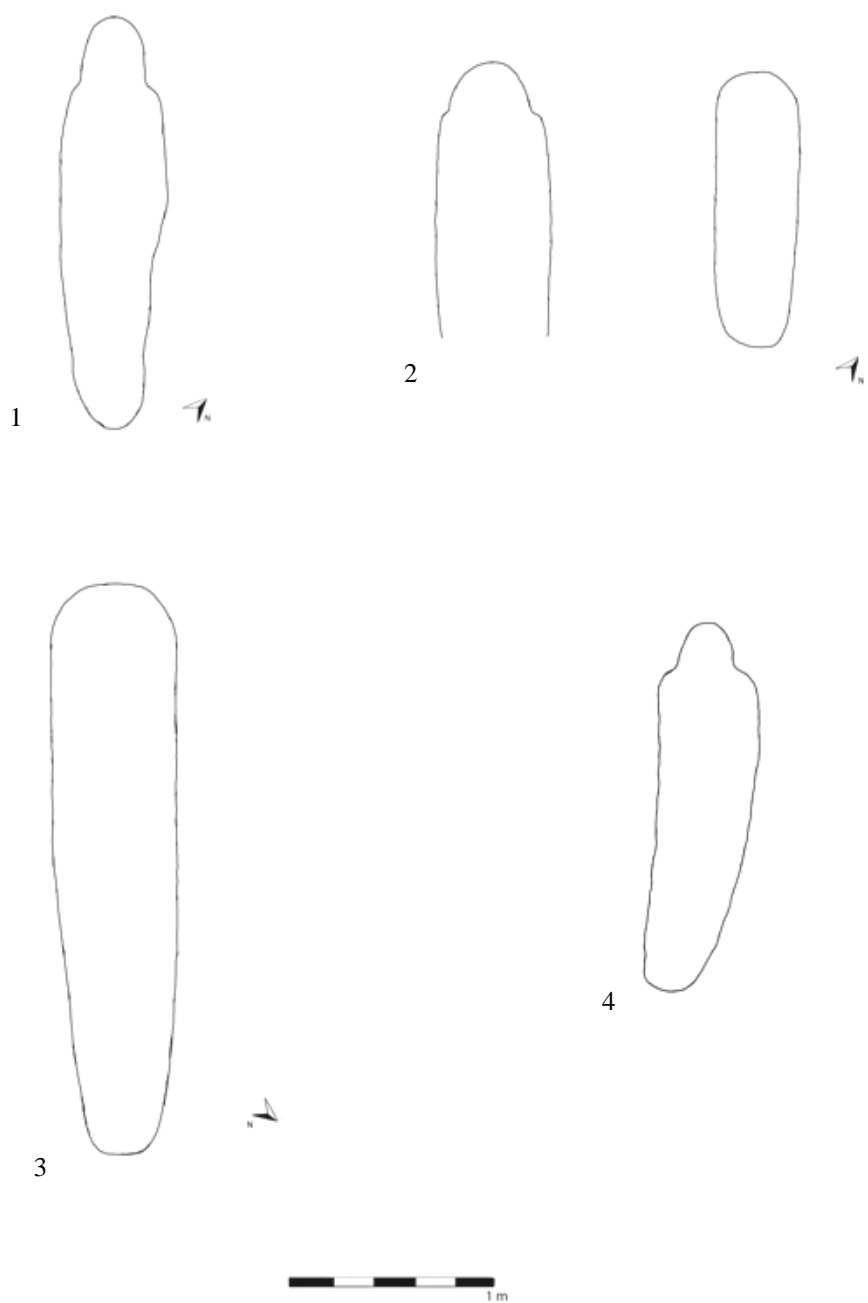


1) Gestosinha; 2 e 3) Abadia II

Estampa XVI: Estruturas



1) Lagarinho de Vila Dianteira; **2)** Lagar de Casal Maria; **3)** Sepulturas / lagares da Azenha



1) Sepultura da Roda; 2) Sepulturas do Coturo; 3) Sepultura da Amieira;
4) Silvares 2 (desenho de António Neves).

ANEXO 4:

TABELAS

SITIO (ID)	LOCALIZAÇÃO (lugar / freguesia)	CM (1:25000)	ALTITUDE	COORDENADAS	TIPO	CONOLOGIA	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	BIBLIOGRAFIA
Azenha (1)	Azenha, Treixedo	210	235 m	40°26'17.20" N 8°5'28.24" W	Conjunto de 2 sepulturas / lagares	Alta Idade Média	Bom	Inédita
Lajes do Oregal (2)	Vila Pouca, São Joaninho	210	279 m	40°25'47.00" N 8° 6'59.57" W	Sepultura	Indeterminada	Destruída	NEVES (2013)
Catraia (3)	Santa Comba Dão	210	237 m		Sepultura	Indeterminada	Destruída	Inédita
Amieira (4)	Fontainhas, Santa Comba Dão	209	225 m	40°23'37.81"N 8°8'31.28" W	Sepultura Rupestre	Alta Idade Média	Bom	Inédita
Silvares 2 (5)	Silvares, São João de Areias	210	206 m	40°24'03.84"N 8°8'07.36" W	Sepultura Rupestre	Alta Idade Média	Destruída	NEVES (2014)
Sepultura da Roda (6)	Vila Dianteira, São João de Areias	210	270 m	40°24'01.35" N 8°3'50.52" W	Sepultura rupestre	Alta Idade Média	Bom	NEVES (2014)
Sepulturas do Coturo (7)	Coturo, Vila Dianteira, São João de Areias	210	268 m	40°24'48.25" N 8°3'46.64" W	Conjunto de duas sepulturas rupestres	Alta Idade Média	Fracturado	NEVES (2014)
São Jorge (8)	São Jorge, São Joaninho	209	150 m	40°26'52.13" N 8° 9'25.04" W	<i>Habitat</i>	Alta Idade Média	Zona de matagal e hortas	CORDEIRO (2011)
Regada (9)	Casal Bom, São Joaninho	209 / 210	250 m	40°26'2.57" N 8° 7'36.80" W	<i>Villa romana</i>	Romano (Alto Império) / Idade Média	Zona de pinhais, matagal e lavouras	Inédita
Couto do Mosteiro (10)	Couto do Mosteiro	209	217 m	40°24'38.05" N 8°8'29.88" W	<i>Villa romana</i> /templo medieval	Romano / Antiguidade Tardia / Idade Média	Zona de matagal, terrenos com folhagem seca	Inédita

Igreja de Santa Maria (11)	Santa Comba Dão	210	209 m	40°23'43.39" N 8° 7'50.08" W	Epígrafe / elementos arquitectó- nicos	Plena Idade Média e Baixa Idade Média	Bom	BARROCA (2000) FERREIRA (2005) MARQUES e EUSÉBIO, (2007) NEVES (2013)
Quinta do Barão (12)	Santa Comba Dão	210	153 – 209 m	40°23'44.64" N 8° 7'44.88" W	<i>Habitat</i>	Antiguidade Tardia	Quintal de uma casa	Inédita
Gestosinha (13)	Gestosa, U.F. de Sta. Comba Dão e Cto. do Mosteiro	210	225 m	40°24'34.56" N 8° 6'57.32" W	<i>Habitat /</i> <i>estrutura</i>	II Idade do Ferro – romanização / Idade Média	Zona de eucaliptal e mimosal	BRANQUINHO (1984) NEVES (2013)
Castelejo (14)	Castelejo, Silvares, São João de Areias	210	239 m	40°24'40.19" N 8° 4'54.39" W	Fortificação	Idade Média		Inédita
Roda 2 (15)	Vila Dianteira	210	250 m	40°23'41.76" N 8° 4'14.61" W	<i>Habitat</i>	Antiguidade Tardia	Zona de pinhal e vegetação autóctone	NEVES (2014)
Coturo 2 (16)	Coturo, Vila Dianteira, São João de Areias	210	268 m	40°23'48.25"N 8°3'46.64" W	<i>Habitat</i>	Antiguidade Tardia	Zona de eucaliptal	NEVES (2014)
Abadia 2 (17)	Cagido, Óvoa	220 / 221	235 m	40°22'32.41" N 8° 7'50.73" W	<i>Habitat</i>	Romano / Idade Média	Zona de vinhas, pousio e hortas	Inédita
Real (18)	São Joaninho	209	300 m	40°26'57.23" N 8° 8'18.43" W	Degraus escavados na rocha	Idade Média	Bom	Inédita
Lagar de Casal Maria (19)	Casal Maria, U.F. de Sta. Comba Dão e Cto. do Mosteiro	209	250 m	40°25'53.21" N 8° 8'13.02" W	Lagar	Indeterminada	Bom	Inédita
Lagar de Vila de Barba (20)	Vila de Barba, U.F. de Sta. Comba Dão e Cto. do Mosteiro	209	267 m	40°25'37.23" N 8° 8'45.30" W	Lagar	Indeterminada	Bom	Inédita

Lagar de Vila Dianteira (21)	Vila Dianteira, São João de Areias	210	220 m	40°23'33.40" N 8° 4'28.06" W	Lagar	Indeterminada	Bom	Inédita
Alto do Santo (22)	Castelejo, São João de Areias	210	225 m	40°24'52.59" N 8° 4'56.68" W	Degraus escavados na rocha	Indeterminada	Bom	Inédita
Cavada (23)	São Joaninho	210	322 m	40°27'4.32" N 8° 8'13.25" W	Marco	Idade Média	Fracturado	CORDEIRO (2011)
Estrada de S. Jorge (24)	São Jorge, São Joaninho	209	150 m	40°26'52.99" N 8° 9'23.53" W	Estrada Antiga	Indeterminada	Muito fracturada	Inédita
Penedo da Laje Grande (25)	São Joaninho	210	328 m	40°26'47.71" N 8° 7'35.26" W	Marco	Indeterminada	Bom	Inédita
Fraga (26)	São Joaninho	209	215 m	40°26'37.27" N 8° 9'2.68" W	Estrada antiga / marco	Indeterminada	Muito fracturada	Inédita
Barroca de São Miguel (27)	Vila de Barba	209	175 m	40°24'49.29" N 8° 9'33.67" W	Ponte românica	Plena Idade Média	Bom	Inédita
Calçada do Vimieiro (28)	Vimieiro, U.F. de Óvoa e Vimieiro	210	155 m	40°23'31.16" N 8° 7'35.82" W	Estrada antiga	Plena Idade Média	Destruída	Inédita
Vale de Amieiro (29)	São Joaninho	210	386 m	40°26'51.54" N 8° 6'33.82" W	Abrigo escavado na rocha	Indeterminada	Parcialmente destruído	Inédita
Vale de Amieiro 2 (30)	São Joaninho	210	286 m	40°26'51.29" N 8° 6'37.79" W	Abrigo escavado na rocha	Indeterminada	Bom	Inédita
Aldrogão (31)	Real, São Joaninho	209	299 m	40°26'49.58" N 8° 8'18.09" W	Abrigo natural	Idade Média	Acúmulo de sedimentos	Inédita

Avessada (32)	São Joaquinho	210	263 m	40°26'40.93" N 8°6'37.94" W	Abrigo escavado na rocha	Indeterminada	Bom	CORDEIRO (2011)
Pocinhas (33)	Vila Dianteira, São João de Areias	210	250 m	40°23'55.99" N 8° 4'11.54" W	Abrigo natural	Indeterminada	Parcialmente sedimentado	Inédita
Pedraires (34)	Pedraires, São Joaquinho	210	310 m (aprox.)		Tesouro	Romano	Desaparecido	Inédita

Tabela I: sítios registados no presente trabalho

SÍTIO	CNS (Endolítico)	TIPO	CRONOLOGIA	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	BIBLIOGRAFIA
Nossa Sra. da Assunção (35)	15139	Sepultura rupestre	Alta Idade Média	Destruída	
Santa Comba Dão (36)	1558	Sepultura rupestre		Indeterminado	
Silvares (37)	20889	Sepultura rupestre	Alta Idade Média	Bom	LOURENÇO (2007) NEVES (2014)
Regueira (38)	20890	Necrópole	Romano / Alta Idade Média	Bom	LOURENÇO (2007) NEVES (2014)
São João de Areias (39)	20891	Necrópole	Romano / Alta Idade Média	Encoberto	LOURENÇO (2007) NEVES (2014)
Alqueives (40)	20892	Sepultura rupestre	Romano / Alta Idade Média	Bom	LOURENÇO (2007) NEVES (2014)
Quinta do Mascote (41)	20894	Sepultura rupestre	Romano (?) / Alta Idade Média	Razoável	LOURENÇO (2007) NEVES (2014)
Vimieiro (42)					LOURENÇO (2007)
Patarinho (43)	4870	Conjunto de 3 sepulturas rupestres	Alta Idade Média	Inacessível (em propriedade privada)	LOURENÇO (2007) CAMPOS (1984)
Patarinho I (44)	20895	Sepultura rupestre	Alta Idade Média	Bom	LOURENÇO (2007) CAMPOS (1984)
Patarinho 2 (45)	20896	Sepultura rupestre	Alta Idade Média	Destruída	LOURENÇO (2007) CAMPOS (1984)
Patarinho 3 (46)	33742	Estrutura	Romano (Alto Império)	Encoberto	LOURENÇO (2007) CAMPOS (1984)
Abadia (47)	14526	<i>Villa</i>	Romano	Encoberto (inacessível)	LOURENÇO (2007) CAMPOS (1984)
Lapa (48)	27155	Sepultura rupestre / lagar	Alta Idade Média	Coberto pela vegetação	LOURENÇO (2007) CAMPOS (1984)
Lapa I (49)	27156	Sepultura rupestre / lagar	Alta Idade Média	Coberto pela vegetação	LOURENÇO (2007) CAMPOS (1984)

Tabela II: O património inventariado

SÍTIO		ESPÓLIO			
		ARTEFACTOS DOCUMENTADOS NO PRESENTE ESTUDO	CERÂMICA COMUM		
			Nº DE EXEMPLARES RECOLHIDOS	Nº MÍNIMO DE RECIPIENTES	FABRICOS
São Jorge		Tijoleira rolada			
Real		Cerâmica comum	1	1	Cinzenta medieval
Aldrogão		Cerâmica comum	1	1	Cinzenta medieval
Regada		Cantos de <i>tegullae</i> e tijoleira rolada	3	2	<i>Sigillata</i> hispânica e cinzenta medieval
Couto do Mosteiro	CM_I	Rebordos de <i>tegulle</i> , tijoleira rolada, colonatas, silhar com decoração esculpida, pedras de mó, cerâmica comum e moeda.	58	8	Cinzenta medieval; estampilhada
	CM_II	<i>Tegullae</i> , tijoleira rolada, cerâmica comum e base de coluna.	7	7	Alaranjada; cinzenta medieval
	CM_III	Cerâmica comum, pedras de mó e silhares esquadrihados.	18	4	Cinzenta medieval
Gestosinha		Cerâmica comum	175	5	Manual pré-romana; cinzenta medieval
Quinta do Barão		Escórias de fundição; tijoleira rolada	20	4	Alaranjada lisa; alaranjada com decoração incisa
Regueiras		Rebordos de <i>tegullae</i> ; ímbrices; tijoleira rolada; tijoleira de pavimentação.			
Pocinhas		Rebordos de <i>tegullae</i> ; tijoleira rolada; raspador em seixo rolado.			
Abadia 2		Rebordos de <i>tegullae</i> ; tijoleira rolada; enxós em granito.			

Tabela III: Sítios e materialidades

FABRICO	BORDOS	ASAS	FUNDOS	BOJOS (INFORMES)	DECORADAS	TOTAL	Nº MÍNIMO DE RECIPIENTES
Ibérica (<i>Kalathos</i>)	1					1	1
<i>Sigillata</i> hispânica	12		5	30	2	49	12
<i>Sigillata</i> hispânica tardia				1	1	1	1
Calcítica	1					1	1
Cinzenta fina	14	7	13	109	11	143	8
Imitação de Engobe Vermelho Pompeiano	11		1	6		18	2
Alaranjada Fina	7	1	2	18	3	28	6
Alaranjada	10	5	4	54	6	73	8
Ocre-amareladas	11	6	8	24		45	7
Núcleo cinzento e superfícies avermelhadas e alaranjadas	5			8		13	5
Castanho avermelhadas	11	2	4	16		33	9
Cinzento escuros / negras	20	3	3	77		103	17

Tabela IV: Espólio do Patarinho 3

FABRICO	FUNCIONALIDADE	ORIGEM	APROXIMAÇÃO CRONOLÓGICA	TIPO DE DECORAÇÃO
Ibérica (<i>Kalathos</i>)	Armazenamento	Importação	II Idade do Ferro – Alto Império	
<i>Sigillata</i> hispânica	Mesa	Importação	Época Imperial	Molde e barbotina
<i>Sigillata</i> hispânica tardia	Mesa	Importação	Baixo Império	Molde
Cinzenta fina	Mesa	Regional	Época Imperial	Polimento
Alaranjada Fina	Mesa	Regional	Época Imperial – Antiguidade Tardia	Polimento e pintura
Calcítica	Armazenamento ou cozinha	Regional	Antiguidade Tardia	
Imitação de Engobe Vermelho Pompeiano	Mesa e cozinha	Regional	Alto Império	
Alaranjada	Mesa e Cozinha	Regional / local	Época Imperial – Antiguidade Tardia	Polimento e incisão
Ocre-amareladas	Multifuncional	Regional / local	Época Imperial	
Núcleo cinzento e superfícies avermelhadas e alaranjadas	Cozinha e armazenamento	Regional / local	Época Imperial	
Castanho avermelhadas	Cozinha e armazenamento	Regional / local	Época Imperial	
Cinzento escuros / negras	Multifuncional	Possivelmente local	Época Imperial – Antiguidade Tardia	

Tabela V: Espólio do Patarinho 3 (quadro tipológico)